



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JEFERSON BATISTA DA SILVA

“UM LUGAR À MESA”

Estudo sobre a produção pastoral do ativismo católico LGBT
brasileiro

**CAMPINAS
2019**

JEFERSON BATISTA DA SILVA

“UM LUGAR À MESA”

Estudo sobre a produção pastoral do ativismo católico LGBT
brasileiro

Dissertação apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de Mestre
em Antropologia social.

Orientador: DR. RODRIGO FERREIRA TONIOL

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO JEFERSON BATISTA DA SILVA ALUNO, E
ORIENTADA PELO PROF DR. RODRIGO FERREIRA TONIOL

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Si38u Silva, Jeferson Batista da, 1993-
"Um lugar à mesa" : estudo sobre a produção pastoral do ativismo "católico LGBT" brasileiro / Jeferson Batista da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Rodrigo Ferreira Toniol.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Catolicismo. 2. Homossexualidade - Aspectos religiosos. 3. Direitos dos homossexuais. 4. Igreja e problemas sociais - Igreja Católica. I. Toniol, Rodrigo Ferreira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A place at the Table : study about the pastoral production of brazilian "LGBT Catholic" activism

Palavras-chave em inglês:

Catholicism

Homosexuality - Religious aspects

Gay rights

Church and social problems - Catholic Church

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Mestre em Antropologia Social

Banca examinadora:

Rodrigo Ferreira Toniol [Orientador]

Aramis Luis Silva

Regina Facchini

Data de defesa: 28-06-2019

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-3245-5723>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2788619593887087>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28 de junho de 2019, considerou o candidato Jeferson Batista da Silva aprovado.

Prof. Dr. Rodrigo Ferreira Toniol (Presidente)

Prof. Dr. Aramis Luis Silva (Titular)

Profa. Dra. Regina Facchini (Titular)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em PPGAS do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para todas as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais,
que lutam pelo direito à fé

AGRADECIMENTOS

Quando parei para escrever esta seção de agradecimentos, fiz uma retrospectiva dos últimos dois anos e fiquei extremamente feliz e satisfeito em lembrar pessoas que foram fundamentais para que este trabalho pudesse ser concluído. Alguns trechos do caminho foram difíceis, mas as trocas, partilhas, afetos e conselhos de amigas e amigos, familiares, professoras e professores suavizaram qualquer dificuldade.

Por essa fase e todas as outras da minha vida, agradeço à minha família: meus pais, Edilene e Tista, e minha irmã, Carol, pela imensa compreensão, carinho e apoio a todas as minhas escolhas e pela presença constante em minha vida, apesar de vivermos em lugares diferentes. Agradeço à vó Tuti, pela preocupação e carinho e pelas pastas de dente, sabonetes e R\$10,00 que me dá de presente todo mês, desde quando eu entrei na faculdade, em 2012. Agradeço ao Luis, de forma muito sincera e profunda. Ele entrou na minha vida na mesma época que ingressei na Unicamp. Sem dúvida, foi a pessoa que mais acompanhou de perto todo esse processo. Sou grato a ele por inúmeras coisas: pelas revisões dos meus textos, pelas indicações de referências bibliográficas, pelas reservas de caronas, passagens aéreas e diárias pra eu fazer pesquisa em outras cidades, pela companhia constante durante meu trabalho de campo. Ele foi um verdadeiro assistente de pesquisa! Mas não é só isso. Agradeço ao Luis, principalmente, pelo companheirismo, carinho e amor dedicado a mim. Obrigado por ser meu porto seguro e o motivo maior da minha felicidade.

Quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, em 2017, conheci pessoas que contribuíram muito para o desenvolvimento desta pesquisa. Além disso, algumas dessas pessoas foram fundamentais para humanizar as salas de aulas e os corredores da universidade por onde passei.

Agradeço ao meu primeiro e ex-orientador, o Dr. Ronaldo Romulo de Almeida, por ter me aceitado como orientando em um momento que transitava entre o Jornalismo e a Antropologia. Sou grato por ter me guiado nos primeiros estágios desta pesquisa. Agradeço ao meu orientador, o Dr. Rodrigo Ferreira Toniol, por ter me acolhido durante o caminho. Sou grato pelas indicações de leituras, dicas de eventos, reuniões, aulas, conversas e comentários em meus textos. Enfim, agradeço pela parceria e companheirismo.

Minha passagem pelo Laboratório de Antropologia da Religião (LAR) foi fundamental para meu amadurecimento acadêmico. Sou grato às colegas e aos colegas do

LAR pelas contribuições e comentários sobre meu projeto de pesquisa e sobre meu texto de qualificação. Além disso, muitos *insights* que tive surgiram durante as reuniões em nosso LAR. Agradeço as pesquisadoras e pesquisadores por toda as trocas.

Agradeço as professoras e professores do PPGAS e do Departamento de Antropologia, especialmente aos que tive a oportunidade de frequentar os cursos: Dra. Nashieli Loera, Dr. Antonio Guerreiro, Dr. Christiano Tambascia, Dra. Heloísa Pontes, Dra. Emília Pietrafesa de Godoy, Dr. Rodrigo Toniol e Dr. Hugo Soares. Agradeço à Secretaria e a Coordenação do PPGAS pelo apoio institucional. Agradeço às funcionárias e aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) pela colaboração e pelas conversas nos corredores e espaços de sociabilidade do instituto.

Agradeço às amigas e aos amigos que fiz durante minha estada da Unicamp, pessoas especiais que levarei comigo para sempre. De forma especial, sou grato ao Lucas Maciel, Fernanda Borges, Denise Monzani, Isaura Aguiar, Veronica Monachini, Raquel Banuth, Felipe Nery, Lucas Baccetto e Giovanna Paccillo.

Pelas trocas acadêmicas, agradeço às colegas e aos colegas pesquisadores do Projeto de Pesquisa Religião, Direito e Secularismo, liderado pela Dra. Paula Montero, por onde tive uma rápida passagem em 2018. De modo especial, sou grato às integrantes e aos integrantes do Eixo Pastoral do Sexo: Jacqueline Teixeira, Aramis Silva, Alexandre Gonçalves, Olívia Barbosa e Maísa Cardozo Fidalgo Ramos.

Agradeço aos valiosos e precisos comentários tecidos pela Dra. Brenda Carranza e pela Dra. Regina Fachini durante meu exame de qualificação. Os direcionamentos dados foram essenciais para o prosseguimento da minha pesquisa.

Agradeço às colegas e aos colegas do Grupo de Trabalho “Performances e marcas da religião na cidade”, da Reunião Brasileira de Antropologia, especialmente aos coordenadores, o Dr. Emerson Giumbelli e o Dr. Edilson Pereira, e a debatedora, a Dra. Christina Vital da Cunha, pelos comentários e dicas.

Agradeço à todas as pessoas que foram interlocutoras desta pesquisa. Pelas entrevistas e reflexões, pelo acolhimento e compreensão, serei eternamente grato.

Agradeço aos meus amigos da vida, Caio, Jaíce, Mariana e Ana Laura, pelo companheirismo de sempre.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de mestrado processo n° 132374/2017-0.

Por fim, agradeço a Deus por permitir que todas essas pessoas cruzassem meu caminho durante este mestrado.

Eles são católicos. Isso parece óbvio, mas as paróquias precisam lembrar que as pessoas LGBT e suas famílias são católicas batizadas. Eles são tanto parte da Igreja quanto o papa Francisco, o bispo local ou o padre. Não é uma questão de torná-los católicos. Eles já são. Portanto, a coisa mais importante que podemos fazer para os católicos LGBT é recebê-los no que já é sua igreja.

(James Martin, Encontro Mundial das Famílias, Dublin, Irlanda, 2018)

Toda vez que um rígido modelo de pureza é imposto em nossas vidas, ou ele é muito desconfortável ou, se rigidamente seguido, condiz à contradição ou à hipocrisia
(Mary Douglas, Pureza e Perigo)

RESUMO

Esta pesquisa etnográfica busca analisar o ativismo religioso de grupos pastorais católicos formados por pessoas LGBT. Em atuação no Brasil desde os anos 2000, tais coletivos tencionam a Igreja Católica – que em sua doutrina considera as “práticas homossexuais desordenadas” – quando afirmam publicamente que são “católicos LGBT”. Por meio de pesquisa etnográfica, acompanhei esses sujeitos em diferentes espaços – paróquias, movimentos sociais, igrejas protestantes, ongs, manifestações de rua – lutando por uma cidadania religiosa plena. Além disso, acompanhei reuniões ordinárias, nas quais os atores desenvolvem atividades de acolhimento, partilha e sociabilidade e, principalmente, forjam espaços seguros para lésbicas, gays, bissexuais e transexuais praticarem os ritos católicos. Acompanhei ainda a presença pública desses atores em redes sociais na internet e na imprensa, tribunas utilizadas para dar publicidade às suas pautas. Diante disso, busco demonstrar como os ativistas “católicos LGBT” utilizam da heterogeneidade inerente ao catolicismo e apropriam-se de uma linguagem oriunda do movimento social de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais para romper, por meio de uma disputa política, com a visão que associa a homotransfobia ao cristianismo e, sobretudo, por meio de ações pastorais, desenvolvem atividades que acionam a manifestação da fé católica, em um ambiente seguro aos leigos dissidentes da heteronormatividade.

Palavras-chave: Catolicismo; Diversidade Sexual; Ativismo Religioso.

ABSTRACT

This ethnographic research seeks to analyze the religious activism of Catholic pastoral groups formed by LGBT people. Working in Brazil since the 2000s, these collectives intend the Catholic Church - which in its doctrine considers "homosexual practices disorderly" - when they state publicly that they are "LGBT Catholics." Through the ethnographic research, I followed these subjects in different spaces - parishes, social movements, Protestant churches, NGOs, street demonstrations - fighting for a full religious citizenship. In addition, I have followed regular meetings where they carry out activities of reception, sharing and sociability, and especially, they create safe spaces for lesbians, gays, bisexuals and transsexuals to practice Catholic rites. I also followed the public presence of these actors in social networks on the Internet and in the press, tribunes used to publicize their guidelines. Therefore, I try to demonstrate how "LGBT Catholic" activists use the heterogeneity inherent in Catholicism and appropriate a language derived from the social movement of lesbians, gays, bisexuals and transsexuals to break, through a political dispute, with the vision that associates the homotransphobia of Christianity and, above all, by means of pastoral actions, develop activities of reception, sharing and sociability, and especially, they create safe spaces for lesbians, gays, bisexuals and transsexuals to practice Catholic rites.

Keywords: Catholicism; Sexual Diversity; Religious Activism.

Sumário

Introdução.....	13
Construção do objeto de pesquisa	15
Pesquisa de campo e método	20
Estrutura da dissertação	27
Capítulo I – Muito além do papa acolhedor: a formação e expansão do ativismo “católico LGBT”.....	29
Em busca de dignidade: algumas iniciativas pioneiras no mundo	34
Documentos da doutrina, “ideologia de gênero” e o ativismo conservador.....	42
Teologia da Libertação, laicato e uma nova eclesiologia	48
O protagonismo leigo na formação de uma eclesiologia.....	52
A relação entre “católicos LGBT” e o movimento LGBT	58
Capítulo II – De excluídos a ativistas organizados: o protagonismo de lésbicas e gays católicos.....	65
O “padre das bichas” de Campinas.....	67
Os “católicos homossexuais” na universidade	74
A fundação do primeiro grupo leigo LGBT brasileiro	80
Grupo de Ação Pastoral de São Paulo e suas teias pela cidade	86
Diversidade Cristã em Brasília: a tentativa do ecumenismo	94
Diversidade Católica Teresina: acolhimento espiritual e psicológico.....	97
Os eventos e a fundação da Rede Nacional.....	100
Capítulo III – “O Espírito Santo sopra onde ele quer”: católicos LGBT, o ecumenismo e a parada de São Paulo.....	111
O segundo encontro nacional e refundação da Rede.....	114
“Reunidos aqui só pra louvar ao Senhor”.....	116
Mesa redonda ecumênica/inter-religiosa	118
O ecumenismo como mecanismo político-pastoral.....	126
Domingo é dia do Senhor e da Parada LGBT: os católicos nas ruas de São Paulo .	129
A missa e a Parada LGBT	131
Cristão na Parada LGBT.....	133
Católicos, Protestantes, Nossa Senhora e Lutero	136
Reunião preparatória.....	138
Reza e oração para Nossa Senhora e Lutero.....	141

Capítulo VI – “Nosso bispo foi para o jornal falar da gente”: o que significa uma Pastoral da Diversidade Sexual na Igreja Católica.....	147
Pastoral em Nova Iguaçu: o bispo que acolhe.....	148
Pastoral em Belo Horizonte: a pressão contra o trabalho pastoral	152
Ataques à Pastoral da Diversidade Sexual	155
É importante ser pastoral?	158
Considerações Finais	162
Referências bibliográficas	165
ANEXO 1: Linha do tempo de eventos/acometimentos envolvendo o ativismo “católico LGBT” mapeados pela pesquisa.....	173
ANEXO 2: Quadro dos principais eventos observados	174
ANEXO 3: Manchetes sobre o ativismo “católico LGBT” em grandes sites de notícias do Brasil.....	175

Introdução

Na tarde do primeiro sábado de junho de 2018, dois dias após o feriado de *Corpus Christi* e véspera da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, dezenas de pessoas estiveram reunidas em uma das casas sociais mantidas pelos franciscanos, no distrito de Belém, na capital paulista. Depois de uma manhã intensa, com inúmeras atividades, que se estenderam para além do horário previsto, todos estavam no refeitório do local para o almoço. Quem desfrutava daquele “banquete” eram as e os participantes do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, que estiveram reunidos naquele espaço durante dois dias em busca de estruturar a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT (RNGCLGBT), traçar metas de atuação e eleger uma coordenação nacional para criar e fortalecer estratégias para proteção, acolhimento e inclusão de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais em ambientes católicos e outros segmentos da sociedade. Em outras palavras, ativistas católicos dissidentes sexuais em busca de “um lugar à Mesa”¹.

O almoço, apesar de prazeroso, não poderia se alongar. O relógio anunciava que uma atividade marcada para a tarde daquele dia começaria em pouco tempo. Além do relógio, outro indicador de que o evento estava se aproximando era a chegada de alguns visitantes para acompanhar a atividade. Visitantes dispostos a participarem de uma “mesa ecumênica inter-religiosa”, única atividade aberta ao público externo do encontro nacional. Entre os que chegavam, estavam um “reverendo da Igreja das Comunidades Metropolitana de São Paulo”, uma “representante da Igreja Batista do Caminho – RJ, ligada aos movimentos Esperançar e Evangélicxs – Juntos pela Diversidade e colaboradora de movimentos feministas cristãos”, uma “antropóloga judia e travesti, pesquisadora de gênero e sexualidade na comunidade judaica em São Paulo”, “uma teóloga anglicana” e uma “ialorixá (religião tradicional iorubá) e etnopsicóloga”². Essas pessoas foram convidadas para comporem a mesa-redonda, dando testemunhos, contando experiências e propondo caminhos para trabalhar a questão da diversidade sexual e de gênero nas religiões.

¹ Durante pesquisa de campo, algumas lideranças “católicas LGBT” utilizaram a expressão “um lugar à Mesa” quando se referiam a luta por espaço na Igreja Católica. A expressão também é utilizada em grupos pastorais LGBT em outras partes do mundo. Em 2017, o *Dignity*, uma importante organização católica liderada por pessoas LGBT, realizou uma conferência chamada “*Come Take Your Place at the Table*”. Com essa frase, os católicos LGBT buscam referências nos evangelhos para dizer que “todas as pessoas são convidadas para a ceia do Senhor”.

² Descrições retiradas de release enviado à imprensa para divulgar a atividade do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+.

Nas mesas do refeitório, tinha lugar para todos. Os que chegavam logo evidenciavam laços com os anfitriões. Algumas pessoas pareciam não se encontrar há um bom tempo: se cumprimentavam de forma bastante carinhosa no que aparentava ser um reencontro. Entre garfadas e goladas no refrigerante, conversas intimistas e risos. Uma jornalista da *Folha de S.Paulo* aproveitava o momento de socialização para conversar, entrevistar e fotografar algumas pessoas. Logo, depois de uma pessoa anunciar que era hora de começar a atividade, todos subiram para o segundo andar do prédio, espaço reservado para os trabalhos do encontro nacional. Dispostos em cadeiras brancas plásticas, as pessoas viam as participantes e o participante da mesa-redonda sentados à frente. Algumas pessoas, que não estavam presentes no local, acompanhavam via transmissão *online* pelo *Facebook*. Ester³, recém-eleita coordenadora da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT e designada para mediar a atividade, começou a mesa lendo um manifesto produzido e aprovado pelos “católicos LGBT”⁴ poucas horas antes. O manifesto começa com o seguinte parágrafo:

Nós, leigas e leigos católicos reunidos no II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, assumimos a missão de Promover e difundir a Boa Nova de Jesus Cristo e o projeto plenamente inclusivo do Reino de Deus, partilhando a experiência do Amor, da Liberdade, da Justiça e da Vida em abundância com todas as pessoas que são excluídas da Igreja e/ou da sociedade em virtude de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Somos Povo santo de Deus, membros inalienáveis da Igreja Católica Apostólica Romana e, acolhidos pela proteção de Maria, mãe desta mesma Igreja, nos reunimos à comunidade de irmãos e irmãs batizados em Cristo, contribuindo com nossos dons, em toda a sua diversidade, na jornada da construção do Reino (MANIFESTO DO II ENCONTRO NACIONAL DE CATÓLICOS LGBTI+, 2018).

Destaco três pontos do extrato da declaração pública lançada na mesa ecumênica inter-religiosa. O primeiro é a ênfase no laicato (“Nós, leigas e leigos”). Pode-se dizer que “católicos LGBT” são predominantemente leigas e leigos da Igreja Católica

³ As pessoas que aparecem nesta dissertação tiveram seus nomes alterados. O uso de nome fictício é utilizado neste texto para proteger as identidades dos(as) interlocutores em um âmbito mais amplo. Nessa perspectiva, outros elementos, que poderiam levar a identificação de personagens do texto, foram omitidos, como local de trabalho, estudo, morada ou ainda características físicas. Contudo, dois interlocutores tiveram seus nomes originais mantidos: Murillo Araújo, ativista gay católico, pesquisador e *youtuber* e Dom Luciano Bergamin, bispo da Diocese de Nova Iguaçu. Como será demonstrado, tais pessoas são figuras públicas e seus trabalhos são amplamente conhecidos. Além da alteração dos nomes, quando interlocutores citam terceiros nominalmente, optei em suprimir os nomes próprios e utilizar termos genéricos.

⁴ “Católicos LGBT” é uma categoria êmica. É com essa expressão que os sujeitos desta pesquisa se autoidentificam e foi adotada nesta dissertação entre aspas. Todas as expressões oriundas do campo de pesquisa e falas de interlocutores estão entre aspas.

Apostólica Romana⁵ que se agregam em grupos e coletivos pastorais com o foco na inclusão de sexualidades e expressões de gênero dissidentes⁶ no catolicismo, ou seja, são religiosos sem vínculos eclesiásticos com a Igreja e, como veremos mais adiante, em posição estrategicamente significativa na busca da “promoção do projeto plenamente inclusivo do Reino de Deus”.

O segundo ponto é a construção de alianças. Os “católicos LGBT” buscam “partilhar” suas experiências “com todas as pessoas que são excluídas da Igreja e/ou da sociedade em virtude de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual”. Um claro aceno para a construção de alianças com outras igrejas, coletivos, associações e ongs. O debate com representantes de outras religiões é um exemplo materializado dessa afirmação presente do manifesto. Portanto, o fato de a atividade ecumênica ter sido escolhida para ser a única pública do evento mostra que a aliança com outros segmentos religiosos é algo importante para as católicas e os católicos homossexuais, bissexuais e transexuais organizados. O terceiro e último ponto é a constante (re)afirmação de que são membros “inalienáveis da Igreja Católica Apostólica Romana”. Com isso, buscam consolidar a ideia de que não são religiosos que buscam a dissidência do catolicismo. Pelo contrário, a todo tempo acionam uma identidade católica, demonstram conhecer os meandros da Igreja e suas estruturas. Sendo assim, assumidamente LGBT, não aceitam a exclusão e ostracismo dentro da instituição religiosa de que são adeptos e buscam combater discriminações causadas pela ascensão de suas identidades sexuais e de gênero.

Construção do objeto de pesquisa

Este texto debruça-se diante de um ativismo católico para a inclusão de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no catolicismo, sobretudo. Diante da posição doutrinária da Igreja em considerar as “práticas homossexuais” “desordenadas”, portanto, “pecado grave”, estes ativistas assumem como tarefa a criação de mecanismos contra-

⁵ Igreja, Igreja Católica e catolicismo institucional são as expressões que são utilizadas durante o texto para se referir a Igreja Católica Apostólica Romana. Quando outra instituição religiosa for abordada, ela virá acompanhada de uma identificação, como Igreja Metodista. Tenho ciência de que existem outros segmentos não romanos que se identificam como católicos. Contudo, a expressão “Igreja Católica” além de ser êmica no campo que pesquisa, é amplamente aceita e utilizada por diversos segmentos da sociedade para se referir ao catolicismo apostólico romano.

⁶ Durante o trabalho, serão utilizadas expressões como “sexualidades e expressões de gênero dissidentes” e “diversidade sexual e de gênero”. Carrara (2014) alerta, contudo, que, “assim como ‘homossexualidade’ – termo que no passado conferia unidade ao campo e que há mais de uma década está envolvido em um processo de contínua especificação, disputa e contestação – nenhuma dessas novas designações recobre plenamente o objeto em torno do qual têm girado preocupações e análises [no campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil]” (idem, p. 77).

hegemônicos, especialmente no campo pastoral, e, utilizando de diversas estratégias, buscam afirmar publicamente a compatibilidade em ser católico e LGBT. Em grupos, passam por processos de acolhimento pastoral, sociabilidade, constroem um espaço considerado seguro para a vivência da fé católica e elaboram um “projeto inclusivo” (com elementos pastorais, teológicos e políticos) contra o ostracismo na Igreja e em outros segmentos sociais, causado pela ascensão de uma identidade sexual não normativa e a insistência em manter-se conectados a uma instituição religiosa hegemônica que, pelo menos oficialmente, enuncia um projeto teológico/social normativo no campo da sexualidade.

No Brasil, inseridos em um processo de *cidadanização* da homossexualidade, que se desenvolveu nas últimas décadas (CARRARA, 2016), os “católicos LGBT” acionam gramáticas religiosas e dos movimentos sociais, especificamente do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, em busca de legitimação nas esferas religiosa, social e política. Afirmando que não conseguem ter acesso pleno a religião que são adeptos, tais atores religiosos buscam uma “cidadania religiosa LGBT”, como colocou Lima (2011) em uma entrevista. Nessa tarefa, transitam em mundos socioculturais (aparentemente) diferentes, desempenhando papéis de “mediadores”, no sentido proposto por Gilberto Velho (2001), entre esses mundos. A Igreja, a família, os espaços de política indentitária e/ou partidária, a universidade, os espaços de sociabilidade LGBT e as redes sociais na internet são alguns “mundos socioculturais” em que circulam. Com a publicização de ações políticas e pastorais, exercem uma “agência religiosa construtiva” nos termos de Joanildo Burity (2015) para (re)afirmação da não contradição em ser católico e LGBT⁷. Essa agência religiosa busca afirmar seu vínculo com uma igreja tradicional/convencional, mas reconhece os impactos das transformações sociais na religião.

Quando buscam a incidência dentro do catolicismo e em espaços públicos, os “católicos LGBT” organizados em grupos, coletivos, pastorais, agregados em torno da Rede Nacional de grupos Católicos LGBT (RNGCLGBT), tensionam atores do catolicismo institucional ao irem contra a voz hegemônica da Igreja e proporem uma abordagem, sobretudo pastoral, diferente sobre sexualidades dissidentes dentro da esfera

⁷ Não existe conformidade no uso da sigla para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros e outras identidades sexuais ou de gênero. Portanto, neste texto é utilizada a sigla LGBT pois foi a mais ouvida em campo, sendo que “católicos LGBT” é uma categoria êmica. Vale registrar que variações também foram registradas, como LGBTI, LGBTQ, LGBTI+, consideradas formas mais abrangentes para se referir a um conjunto de sexualidades e gêneros dissidentes da normatividade.

católica. Causam ainda tensionamentos em setores identificados como progressistas e em atores da militância LGBT. Diante dos diversos embates entre esferas católicas e partes dos movimentos LGBT e feminista em torno dos direitos para mulheres e para pessoas homossexuais e transexuais, reivindicar espaço nesse campo de luta por direitos afirmando-se católicos é apontado pelos interlocutores como uma tarefa bastante conflituosa.

Um desafio desta pesquisa foi trabalhar com um ativismo que a todo tempo remete a ideia de fronteira. Um ativismo que precisa exercer constantemente mediações. Os múltiplos pertencimentos, as diferentes identidades em união e os trânsitos diversos são inerentes em qualquer pessoa. Nesse sentido, tomo, então, duas vertentes reconhecidas como complexas do sujeito, sexualidade e religiosidade, e tento transformá-las em um problema socioantropológico. Para isso, busquei referências teóricas das ciências sociais no campo da religião, no campo da sexualidade e gênero e, claro, referências teóricas que ligam os dois campos de estudo.

Considero que na esfera católica, a existência deste ativismo e de suas organizações se explica, em parte, pela pluralidade inerente ao catolicismo. Como aponta Steil (2001), existem inúmeras opções em expressar a catolicidade, que cada vez mais se multiplicam. Assim, é possível encontrar vertentes católicas mais tradicionais, emocional-carismáticas ou ainda com identificação progressista (idem). Apesar de as correntes católicas hegemônicas buscarem reforçar a unidade da Igreja, existem consideráveis catolicismos que travam entre si e com a hierarquia disputas e parcerias. É no campo heterogêneo do catolicismo que nascem os empreendimentos pastorais “católicos LGBT”. Inclusive, como veremos mais adiante, os atores do ativismo católico para dissidentes sexuais e de gênero podem circular entre as inúmeras vertentes que formam a Igreja Católica. O ativismo não está, obviamente, restrito a esfera religiosa, os “católicos LGBT”, em diversas partes do mundo, especialmente na última década no Brasil, buscam espaços em diversos locais: na academia, na imprensa, nas ruas e na política institucional. Além de incorporar a gramática católica em suas performances, estes atores acionam com bastante propriedade ainda a gramática dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, apontando para múltiplos pertencimentos e interseções. Sendo assim, vale perguntar, o ativismo católico LGBT está inserido no movimento LGBT?

Durante o trabalho de campo, os achados de pesquisa, as interlocutoras e os interlocutores forneceram um conjunto de reflexões heterogêneo para a questão levantada: o coletivo chamado Movimento Pastoral LGBT Marielle Franco, localizado

na região de Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo, “funde” política e religião ao compor seu nome com os termos “movimento” e “pastoral” e homenagear a vereadora do PSOL assassinada no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018. Em Campinas (SP), um interlocutor filiado a um partido político de esquerda e militante LGBT afirmou que “não tem como separar a militância LGBT política da militância feita dentro da Igreja. Tudo é militância”. Ainda em Campinas (SP), uma mulher heterossexual, mãe de um filho gay e participante de um grupo pastoral afirmou que “a luta dentro da Igreja já é muito grande” quando explicava a sua não identificação com organizações pelos direitos civis LGBT fora do catolicismo. Em conversas informais e entrevistas, constatei ainda que algumas pessoas buscam os grupos pastorais apenas para as práticas religiosas e para a sociabilidade. Apesar de sucintos, esses exemplos apontam que as trajetórias pessoais ou coletivas, as experiências e pertencimentos influenciam diretamente no modo em que os “católicos LGBT” vão compreender seu ativismo.

Volto a dizer que esta pesquisa se deparou com algo que está em fronteiras. Logo, considero que os “católicos LGBT” reivindicam espaço dentro da Igreja através de inúmeros argumentos que extrapolam a religião. Classificá-los como atores estritamente religiosos ou identificá-los como atores do movimento LGBT mostrou-se, do ponto de vista analítico, pouco frutífero. Diante disso, o conceito de “campos discursivos de ação”, proposto por Sonia Alvarez (2014)⁸, apresenta-se como uma alternativa analítica. A autora, que está refletindo sobre feminismos no contexto brasileiro e latino-americano, propõe a utilização de “campo(s) discursivo(s) de ação”, em vez de movimento(s), feminista(s). Para Alvarez (idem, p. 18), “campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos”.

Dessa forma, tais campos são articulados por “pontos nodais” e em contextos históricos distintos, em que diversos atores podem ser considerados nós de articulação, com setores da Igreja, ongs e segmentos do próprio Estado (idem, p. 6). A autora afirma ainda que as articulações, informais ou formais, ocorrem “através de redes político-comunicativas – ou melhor, teias ou malhas – reticuladas”. A pesquisadora mostra que estas “teias” ou “malhas” são costuradas por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos. No feminismo, ela diz que “esses campos também se articulam

⁸ Sonia Alvarez (2014) chega a esse conceito de “campo discursivo de ação” por meio de uma interlocução com pesquisadores(ras) brasileiros que trabalharam com campos “éticos-políticos”. Entre suas influências, está a obra *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*, de Ana Maria Doimo (1995).

discursivamente através de linguagens, sentidos, *visões de mundo* pelo menos parcialmente *compartilhadas*, mesmo que quase sempre disputadas, por uma espécie de *gramática política* que vincula as atoras/es que com eles se identificam” (idem, p. 19).

Seguir a proposta teórica de Alvarez (idem) mostrou-se pertinente para compreender a localização fronteiriça dos atores “católicos LGBT” e levar a compreender os “nós articuladores” entre estes ativistas e outros setores da Igreja, movimentos sociais e o movimento LGBT. Tais “nós” concretizados em torno da diversidade sexual e de gênero e suas ramificações. Considero ainda que os aspectos religiosos dos ativistas são igualmente valorizados em relação aos aspectos oriundos do movimento LGBT. Resguardas as diferenças do objeto de pesquisa de Alvares (2014), ao utilizar a ideia de “campo discursivo de ação” em torno da diversidade sexual e de gênero, busco evitar caracterizar de forma cristalizada os grupos católicos LGBT como uma espécie de movimento social ou inseridos em algum movimento social.

Diante disso, esta pesquisa, por meio da etnografia, busca contribuir para o debate nas ciências sociais acerca das interfaces entre sexualidade, gênero e religião, mais especificamente sexualidades e expressões de gênero dissidentes e Igreja Católica. Assim, busco oferecer uma reflexão sobre uma modalidade emergente de se apresentar católico que busca, inclusive, formas de se legitimar no espaço público⁹. Como salienta Marcelo Natividade (2017), tornou-se importante nas ciências sociais estudos que vão para além da intolerância, sendo um desafio “sair da zona de conforto que liga homofobia e cristianismo”. O antropólogo, influenciado pelo pensamento *latouriano*¹⁰, propõe “descongelar imagens do religioso” que ligam tradições cristãs e homofobia e compreender alguns dos movimentos que transcorrem em contexto e que assinalam uma visão mais pluralista (idem, p. 16). Essa investigação se esforçou para fazer esse *descongelamento*. Para ele, devemos

nos afastar de um olhar essencialista em direção a uma visão que considere [as tradições cristãs] espaços sociais atravessados por densas relações de poder, por múltiplas e conflitantes camadas discursivas: cosmologias, posições oficiais, documentos públicos, doutrinas, hierarquias eclesiais, memberships cujas trajetórias são plurais e comportam distintos graus de adesão e pertencimentos, além da dimensão interacional do cuidado pastoral (idem, p. 18).

⁹ Para compreender a discussão sobre legitimação de modalidades de religioso no espaço público brasileiro, ver Emerson Giumbelli (2008).

¹⁰ Cf. LATOUR, Bruno. "Não congelarás a imagem", ou: como não desentender o debate ciência-religião. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 349-375, out. 2014.

As reflexões de Natividade (idem) vão ao encontro da noção de enquadramento, proposta por Judith Butler (2017), quando a autora problematiza pressupostos duais e normativos, como gay *versus* religioso. A filósofa está preocupada em compreender os enquadramentos que “efetivamente, decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão” (idem, p. 28). Em sua discussão sobre minorias religiosas, islamismo e homossexualidade, a autora alerta para os enquadramentos normativos produzidos por diversas instâncias de poder capazes de reduzir o indivíduo à sua sexualidade e/ou à sua religião, sem considerar que essas categorias operam de formas simultâneas. Sendo assim, “a sexualidade e a religião funcionam como veículos uma para outras, algumas vezes em antagonismos, outras não”. (idem, p. 205). No contexto analisado por Butler, a regra dentro do islamismo contra a homossexualidade “não significa definir como as pessoas vivem em relação a essas regras e tabus” (idem, *ibidem*) e os tabus religiosos “variam em sua intensidade ou centralidade, dependendo dos contextos e práticas religiosas específicos em questão” (idem, *ibidem*). Apropriei-me desta reflexão proposta por Butler (idem) na busca em compreender a formação dos grupos católicos LGBT no Brasil. Como veremos, a doutrina católica que considera “práticas homossexuais” “desordenadas” não determina de modo engessado as práticas religiosas de seus adeptos que se identificam em gênero e/ou sexualidade dissidentes. Portanto, esta pesquisa investiu no enquadramento “católico LGBT” e suas consequências quando em evidência pública.

Partindo da ideia de “agência religiosa construtiva”, inserida em um “campo discursivo de ação” da diversidade sexual e de gênero que busca oferecer um novo enquadramento, unindo identidades LGBT e católica, o objetivo central desta pesquisa é entender como essa agência é performatizada e publicizada dentro e fora dos espaços da Igreja Católica, identificando as estratégias de atuação do ativismo “católico LGBT” através da RNGCLGBT e suas relações com diferentes “mundos sociológicos” para exercer suas atividades que são, sobretudo, pastorais. Sendo ainda o objetivo desta pesquisa observar a produção de uma identidade institucional da referida rede.

Pesquisa de campo e método

Em busca de apreender os esforços pastorais pela inclusão LGBT em ambientes eclesiais da Igreja Católica no Brasil, esta investigação seguiu duas pistas etnográficas. A primeira, prevista no projeto de pesquisa inicial, foi a observação participante em grupos “católicos LGBT” que atuam de forma *supraeclesial*, ou seja, sem

reconhecimento oficial da Igreja Católica. A segunda, já inserido no campo, foi a de acompanhar as Pastorais da Diversidade Sexual (PDSs), organizações que têm ligações institucionais com dioceses brasileiras.

Em meados de 2016, cursava jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e elegi, ao lado de outros colegas, as “igrejas inclusivas”¹¹ como objeto de estudo para o trabalho de conclusão de curso¹². Nesse processo, me deparei com discussões sobre relações entre pessoas homossexuais e catolicismo. Como a temática não coube no trabalho de graduação, decidi levá-la para o mestrado, quando elaborei um projeto de pesquisa sobre inclusão de homossexuais na Igreja Católica. Na produção deste projeto, encontrei dois grupos que trabalhavam com o tema: o Diversidade Católica, do Rio de Janeiro (DC/RJ), e o Ação Pastoral da Diversidade, de São Paulo (GAPD). Pela proximidade geográfica, enviei uma mensagem na página do *Facebook* do GAPD. Apresentei-me como pesquisador e perguntei sobre datas de reuniões. Pelo *chat*, recebi o número de telefone e *e-mail* de duas pessoas, que foram identificadas como coordenadores do grupo.

Entrei em contato e recebi a resposta de que minha presença e minha pesquisa eram bem-vindas. Então, em janeiro de 2017, realizei uma ida a campo exploratória, que foi essencial para a escrita do projeto de mestrado. Porém, ainda desconhecia a abrangência das iniciativas e desconhecia a RINGCLGBT, que, mais tarde, ganharia grande importância no trabalho. Já nessa primeira reunião, procurei deixar claro minha intenção em pesquisar o grupo. Durante um espaço reservado para apresentações, identifiquei-me como candidato a uma vaga na pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e disse que considerava o grupo o local para a realização de meu trabalho de campo. “Ele vai dissecar vocês”, comentou em tom de brincadeira um padre que acompanhava a reunião.

Desde então, passei a frequentar as reuniões periódicas do grupo, entendendo que o coletivo paulistano era o *locus* da minha pesquisa de campo. Através da observação participante, tive uma imersão no grupo e me aproximei dos seus participantes, que se

¹¹ Marcelo Natividade (2008) afirma que “igrejas inclusivas” compõem um “segmento [que] se destaca no campo religioso mais amplo pela criação de cultos nos quais homossexuais podem tornar-se pastores, reverendos, diáconos, presbíteros, obreiros, ocupando, assim, cargos eclesiais” (NATIVIDADE, 2008, p. 90). O autor destaca as diferenças que existem entre as denominações classificadas como “inclusivas”. Textos mais recentes do autor refletem sobre novas configurações e processos que ocorrem no segmento do campo protestante/evangélico.

¹² Além de uma monografia (BATISTA SILVA; SILVA; SIMIÃO, 2016), produzimos um vídeo documentário sobre as chamadas igrejas inclusivas. O filme recebeu, em 2017, o prêmio de melhor documentário jornalístico do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O documentário pode ser acessado pelo seguinte link: <<https://www.youtube.com/watch?v=fEtS8DZMb6A>>.

tornaram importantes interlocutores. Contudo, quanto mais me aproximava, mais conhecia outros coletivos análogos pelo país e a agregadora dos coletivos, a “Rede”¹³. Sendo assim, já no final do segundo semestre de 2017, passei a entender que o GAPD era apenas minha porta de entrada no campo e que a expansão para outras iniciativas semelhantes era um processo que deveria ocorrer. Entre 2017 e 2018, foram muitas idas e vindas a São Paulo, aos sábados, para as reuniões do GAPD. Até os primeiros meses de 2018, a pesquisa de campo foi quase exclusivamente realizada nos encontros do grupo e em suas atividades fora das reuniões ordinárias. Com exceção da minha participação em algumas reuniões do P(r)egação – grupo de estudos de teologia *queer*. Focado em estudos e reflexões sobre cristianismo, sexualidade e gênero, o grupo foi criado no final de 2016 por um estudante católico e gay. Com convites feitos pelo *Facebook*, utilizando *hashtags* como “#vembicha” e “#vemcrente”, o jovem se reunia com outros estudantes, em grande parte cristãos e LGBT, para discutir produções acadêmicas que abordavam as interseções entre diversidade sexual, gênero e cristianismo. Os encontros eram realizados em um espaço de convivência no *campus* da Unicamp, em Campinas. O P(r)egação, que não fazia parte da Rede, foi descontinuado, mas o grupo se desdobrou em um outro, o Diversidade Católica Campinas.

Em fevereiro de 2018, durante uma reunião do GAPD em São Paulo, recebi uma notícia que pareceu promissora para o trabalho de campo desta pesquisa: a realização do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+. A preparação de um evento nacional estava mobilizando o GAPD, pois São Paulo havia sido escolhida para ser sede do encontro e, por conseguinte, o coletivo da cidade seria o anfitrião. Além de organizar as atividades, uma das preocupações era a acomodação das e dos participantes. Reconhecendo a centralidade que o encontro teria em minha pesquisa, logo procurei viabilizar minha presença no evento, principalmente quando soube que o encontro teria um número limitado de vagas (cinco a sete participantes por grupo do país).

No processo de organização, fui convidado pela comissão organizadora a integrar a comissão de comunicação do encontro. Analiso que o convite para a entrada nessa comissão se deu em virtude da minha formação em jornalismo. Fui inserido em um grupo de *Whatsapp* com mais duas pessoas, uma jovem do Rio de Janeiro e outro jovem de Brasília. Nós três ficamos responsáveis pela elaboração de *releases* e notas, divulgação de materiais, criação gráfica e outras questões que envolviam a comunicação. Foi a partir da equipe de comunicação que tive acesso a outros ativistas “católicos LGBT” do Brasil

¹³ No campo de pesquisa, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT é chamada, em muitos momentos, apenas de “Rede”. Em algumas partes do texto, me refiro a organização desta forma.

que estiveram presentes no encontro nacional. Durante o evento propriamente dito, criei relações interpessoais com diversas pessoas, que se tornaram importantes interlocutores. Além disso, o encontro viabilizou minha ida a campo no Rio de Janeiro (RJ) e Nova Iguaçu (RJ), momento que realizei entrevistas e participei de uma reunião da Pastoral da Diversidade Sexual na Baixada Fluminense.

Nas vésperas do encontro, entrei em contato via telefone com algumas lideranças do ativismo “católico LGBT”. Neste momento, além de me apresentar, busquei saber quais eram as expectativas para o evento, se estavam envolvidas e envolvidos com a organização e se tinham participado da primeira edição, realizada em 2014, no Rio de Janeiro. Durante o encontro, não realizei entrevistas, mas participei de todas as atividades, conheci interlocutores pessoalmente e participei de momentos de sociabilidade. Após o evento, voltei a falar com algumas e alguns interlocutores chaves que fizeram uma espécie de avaliação das atividades. Essas três fases foram importantes e complementares para compreender o que significava um encontro nacional de “católicos LGBT” e todos os processos envolvidos na realização desse evento. Como citado acima, conheci integrantes do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu naqueles dias de encontro. Demostrei interesse em visitar seus grupos e entrevistar integrantes das iniciativas fluminenses. Minha ida a campo foi concretizada em julho de 2018, quando participei de uma reunião da PDS em Nova Iguaçu, entrevistei Dom Luciano Bergamin, bispo daquela igreja, e uma integrante do DC/RJ. Durante o II Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBT, o grupo de Campinas fora anunciado como embrionário. Alguns meses depois foi realizada a reunião inaugural do Diversidade Católica Campinas, desde aquele momento, tenho participado das reuniões mensais do coletivo campineiro.

Como citei, a etnografia da segunda edição do encontro nacional é parte importante desta pesquisa. Além do encontro, a etnografia de outros eventos para além das reuniões ordinárias dos coletivos foi essencial para tecer reflexões sobre esse ativismo. Minhas interações com os interlocutores me levaram para cultos, congressos acadêmicos, manifestações políticas, missas, mesas-redondas, lançamento de livros e almoços beneficentes. Na etnografia desses eventos, observei os atores em ação, publicizando suas ações pastorais e políticas para variados públicos. Parte de tais atividades serão abordadas neste trabalho.

Durante o período de minha estada em campo, realizei doze entrevistas semiestruturadas. É preciso destacar que as entrevistas foram com lideranças leigas, coordenadoras e coordenadores ou fundadoras e fundadores de grupos e pastorais, ou seja, atores diretamente ligados à Rede, com exceção de uma entrevista realizada com o

bispo Dom Luciano Bergamin. Sendo assim, apesar das diferentes experiências e trânsitos entre “mundos sociológicos distintos”, esse grupo de interlocutores possuem traços em comum, entre eles a luta política pela cidadania religiosa LGBT nos espaços. Prova disso foram as semelhantes respostas dadas pelos entrevistados quando foram abordados temas como ecumenismo, militância LGBT, Teologia da Libertação e outros. Também domina neste grupo de interlocutores uma visão progressista e familiaridade (não necessariamente inserção) em movimentos sociais e pastorais sociais da Igreja Católica.

É preciso ressaltar que, apesar da incorporação da expressão “católicos LGBT”¹⁴ nesta pesquisa, no momento em que as entrevistas foram realizadas, todas as pessoas, de acordo com suas autodefinições, eram lésbicas, gays ou bissexuais cisgêneros. Porém, vale registrar que Ester, até então vista como uma mulher cis e lésbica, no momento da entrevista realizada “estava em um processo de se entender como uma pessoa trans não-binária”, como afirmou. Esse quadro não foi uma opção de pesquisa, mas uma imposição do campo. A presença de ativistas católicos transexuais, travestis ou transgênero foi extremamente baixa em todos os eventos que participei. A pouca ou nenhuma presença dessas pessoas no ativismo é uma preocupação das lideranças, inclusive. Em alguns grupos, a sigla T não existe. Em outros, são minoria absoluta, enquanto homens gays e cisgêneros são a maioria numérica, seguidos pelas mulheres lésbicas cisgêneros. As entrevistas foram feitas pessoalmente, por telefone ou por *Skype* com pessoas de São Paulo (SP), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Belo Horizonte (BH), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP) e Teresina (PI), como já citado, lideranças ou fundadores de grupos. Durante as entrevistas, refletimos sobre as trajetórias dos grupos e da Rede, bem como buscamos falar sobre alguns aspectos da fé e da crença, das trajetórias e aspectos biográficos, que apontaram para questões subjetivas.

¹⁴ Publicamente, as/os ativistas se apresentam como “católicos LGBT”. Nas relações “não oficiais” ou nos espaços de sociabilidade, contudo, outras categorias são utilizadas, sendo que muitas em tons de brincadeira se referindo as filiações de segmentos religiosos. Sendo assim, registrei no campo expressões como “bicha Canção Nova”, “bicha carismática” - quando eram pessoas que tiveram alguma ligação com a Renovação Carismática Católica - ou “bicha da TL” - quando eram pessoas com uma linha da Teologia da Libertação. Isso aponta para que a categoria LGBT não é utilizada apenas para descrever sujeitos, é, sobretudo, uma categoria política. Ou seja, ao utilizar a sigla LGBT ou ainda versões mais atualizadas, como LGBTI, LGBTQ, estes ativistas forjam um sujeito político que reivindica direitos na Igreja, tudo isso dentro de um processo de *cidadanização*, mesmo que no campo circulem outras classificações e categorias. Silvia Aguião (2016) coloca que o uso da sigla LGBT é uma espécie de “coletividade imaginada”. Para a autora, por meio desta sigla, cria-se um “sujeito comum” que se insere em um processo de legitimação, mesmo que nas relações circulem outras categorias. Como indica o título de seu trabalho, “não somos um simples conjunto de letrinhas”.

Aproprio-me das reflexões feitas por Rodrigo Toniol (2017) sobre seu caminho no campo de pesquisa. Ao estudar a “oferta e uso de terapias alternativas/complementares nos serviços de saúde pública do Brasil”, o pesquisador afirma que apesar de reconhecer sua autoria na escolha dos locais e serviços “descritos e articulados” em sua narrativa, ele sublinha que os próprios atores encontrados nos lugares em que fez a pesquisa também foram autores do percurso realizado em campo, ou seja, os conjuntos de lugares pesquisados “não foram associações individualmente deliberadas” (idem, p. 27). Fazendo uma associação, minhas escolhas em pesquisar São Paulo, Rio de Janeiro ou entrevistar ativistas de Teresina e Brasília foram sendo feitas durante meu caminhar pelo campo de pesquisa. Toniol (2017, p. 28) afirma que seu objetivo não foi “justapor” os diferentes espaços de pesquisas e “daí derivar comparações, e tampouco o que está em jogo é uma análise que acompanha a noção de etnografia multissituada”¹⁵. Como na pesquisa do antropólogo, os espaços de pesquisa aqui associados são resultado do percurso feito no campo e das relações com os interlocutores (idem, *ibidem*).

O trabalho de Natividade (2016) também percorreu diferentes sítios de pesquisa e suas escolhas metodológicas iluminam esta pesquisa. Como nesse caso o problema proposto pelo autor é *translocal*, o campo é móvel e as cenas etnográficas estão em diferentes espaços nacionais e internacionais. O pesquisador e sua equipe não seguem necessariamente, fluxos de interlocutores, mas as controvérsias que se localizam em diversos espaços, incluindo o ambiente virtual. A heterogeneidade de fontes, interlocutores e locais da pesquisa não impedem a construção de um texto coeso e amarrado, mesmo não sendo uma produção monográfica. Como Natividade (2016), busquei construir um texto integrado e que consiga mostrar as influências do global no local e vice-versa.

Reconheço a importância das microrrelações para compreender a atuação do ativismo religioso aqui discutido. Neste sentido, consegui construir boas relações com interlocutoras e interlocutores. As conversas por telefone, em mesas de bar, em almoços e cafés integram e complementam este trabalho. A observação sistemática de redes sociais na internet, *sites* de notícias, *sites* dos coletivos católicos LGBT, *sites* de outros movimentos sociais, portais oficiais da Igreja Católica e periódicos impressos é outra parte do método utilizado nesta investigação. A utilização de ferramentas digitais por parte dos ativistas e a constante busca de publicização por meio de veículos de

¹⁵ Cf. MARCUS, G. E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, Cidade do México, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001

comunicação (*on-line* e *off-line*), hegemônicos ou não, foi observada como uma extensão de suas atividades feitas nos grupos. Descartar este material seria impossível, já que, em muitos casos, eles dizem muito mais que as reuniões fechadas dos grupos. Além disso, é no momento de incidência pública que são gerados os conflitos, as controvérsias e as alianças, ou, como utiliza Alvares (2014), as “teias e malhas” deste “campo discursivo de ação”. Assim, criei um banco de dados heterogêneo que reúne notícias, notas, documentos oficiais, fotografias, vídeos e outros materiais que abordam questões abrangentes da temática desta pesquisa, em nível nacional e internacional.

Por fim, ressalto que busquei seguir a orientação dada por Mariza Peirano (2014): construir um texto etnográfico que reflita a “ação vivida” no campo pelo etnógrafo. Posto isto, a antropóloga afirma que uma das principais qualidades de uma boa etnográfica é “ultrapassar o senso comum do uso da linguagem” como apenas para “descrever”. As “palavras *fazem* coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados” (PEIRANO, 2014, p. 386).

Defronte dessa reflexão de Peirano (*idem*), considero importante ressaltar que a minha relação com as interlocutoras e interlocutores desta dissertação se iniciou durante minhas primeiras incursões no campo de pesquisa. Percebo que meus interlocutores nunca me viram apenas como um pesquisador, mas, desde o início, sinto que fui inserido nas malhas do ativismo “católico LGBT” como um ativista, mesmo que no princípio da pesquisa não fosse essa intenção ou não tivesse pensando nisso de uma forma mais sistemática. Contudo, minha trajetória na Igreja Católica e minha orientação sexual foram, claro, determinantes nesse processo. Enquanto muitos ativistas se tornam pesquisadores, tornei-me ativista enquanto fazia pesquisa. Então, em pouco tempo no campo, passei a exercer atividades nos coletivos, no segundo semestre de 2018 fui um dos fundadores do Diversidade Católica Campinas e passei a ser coordenador de comunicação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT.

Considero que fiquei em uma posição privilegiada. Mas, a exemplo de muitos outros pesquisadores, fiquei diante do desafio do distanciamento. Diante desta questão, busquei sempre deixar claro que participava das atividades do campo com o interesse acadêmico, repeti inúmeras vezes que estava fazendo um mestrado sobre o ativismo “católico LGBT”. Nos momentos de apresentação pessoal, muito comum nas reuniões, sempre me apresentava falando da minha pesquisa. Além disso, sempre conversei com os interlocutores sobre ética em pesquisa e fornecendo a eles o termo de consentimento de participação. Nos espaços acadêmicos, as disciplinas, a literatura antropológica, a orientação e as leituras de meu trabalho por colegas também foram importantes para que

eu pudesse criar o distanciamento e nunca deixar de considerar os aparatos teóricos e metodológicos que guiam qualquer pesquisa científica. Donna Haraway (1995) sugere a produção de “saberes localizados” em detrimento de uma “objetividade descorporificada”. Ainda nesse sentido, entendo que esta dissertação foi produzida de forma compartilhada com os interlocutores. Com base em Haraway (idem, p. 36) entendo que “saberes localizados” fazem com que o objeto de pesquisa “seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’”. Por fim, afirmo que minha tentativa foi construir uma pesquisa “não neutra/não marcada” (idem) que tenha alguma importância socioantropológica para os campos de estudo que se insere.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação é composta por quatro capítulos, Introdução e Conclusões Finais. Na Introdução, busquei apresentar meu objeto e meus objetivos de pesquisa. Além de detalhar minha relação com o campo e o método utilizado. No capítulo I “Muito além do papa acolhedor: a formação e expansão do ativismo católico LGBT”, trouxe uma reflexão socioantropológica sobre o ativismo pela inclusão de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais na Igreja Católica. Por meio de cenas etnográficas do meu campo e de relatos (resgatados em documentos, jornais e sites) tentei mostrar que estes atores atuam em diferentes partes do mundo de forma organizada desde a década de 1960, pelo menos. Muito antes da chegada de papa Francisco ao poder, estes atores já atuavam e já haviam conquistados alguns espaços em dioceses. Claro, todo esse processo envolvido num campo de disputas e marcado pela diversidade inerente do catolicismo. No capítulo II “De excluídos a ativistas organizados” busquei analisar como os “católicos LGBT” deixaram de ser apenas um grupo marginalizado que necessitava de uma atenção pastoral por parte do catolicismo e passaram a se considerar “sujeitos eclesiais” e produtores de mecanismos pastorais. Tudo isso, inseridos em um processo mais amplo de *cidadanização* da homossexualidade. No capítulo III “O Espírito Santo sopra onde ele quer”: “católicos LGBT”, o ecumenismo e a parada de São Paulo” foquei em minhas observações em campo e trouxe dois eventos públicos envolvendo estes atores e como eles se apresentam diante de diferentes públicos. No capítulo VI: “Nosso bispo foi para o jornal falar da gente”: o que significa uma pastoral LGBT na Igreja Católica” mostrei o surgimento das Pastorais da Diversidade Sexual na Igreja brasileira e como a incidência

pública desta pastoral gerou disputas e prejudicou, em parte, o trabalho dos “católicos LGBT”. E, finalmente, nas “Considerações Finais” volto a alguns argumentos utilizados nos capítulos para condensar o trabalho e mostrar que o ativismo “católico LGBT”, quando busca legitimar a presença LGBT na Igreja precisa ir muito além da religião.

Capítulo I – Muito além do papa acolhedor: a formação e expansão do ativismo “católico LGBT”

Ouvi Ester, em diferentes momentos, falar sobre o “efeito Francisco”¹⁶ ao se referir a gestos e discursos entendidos em segmentos dentro e fora da Igreja como mais tolerantes em relação aos LGBT por parte do pontífice. Dentro do ativismo católico em prol da diversidade sexual e de gênero, existe uma visão de que papa Francisco inaugurou uma nova relação entre as minorias sexuais e a Igreja. Como apontou Ester, em um evento acadêmico sobre ativismo religioso, “as atitudes de Jorge Bergoglio refletem na igreja do bairro, na paróquia da esquina”. Com isso, ela, uma das lideranças do Diversidade Católica do Rio de Janeiro, grupo que integra desde 2007, afirmou existir uma “mudança pastoral” com a chegada do religioso jesuíta no cargo máximo da Igreja Católica Romana. Dizer que não pode julgar uma pessoa gay que busca Deus, logo após a Jornada Mundial da Juventude do Rio de Janeiro¹⁷; receber em audiência um homem transexual chamado de diabo por um padre espanhol, dizendo que Deus o aceita como ele é¹⁸; ou enviar uma carta a um casal gay brasileiro felicitando-o pelo batismo de seus filhos e intitulando-os como uma família¹⁹ são gestos que apontariam para essa virada pastoral, que parece refletir, sobretudo nas bases da Igreja, onde o ambiente tenderia a se tornar mais favorável às aproximações mais concretas entre pessoas LGBT e comunidades católicas.

O discurso da “Igreja em saída”²⁰ é apropriado pelos que defendem uma instituição católica mais próxima de questões sociais contemporâneas e contribui, pelo

¹⁶Diversas reportagens e artigos de opinião utilizam a expressão “efeito Francisco” para falar sobre “mudanças” realizadas pelo papa argentino na Igreja Católica, inclusive do campo da sexualidade. A expressão é utilizada ainda pelos próprios ativistas católicos LGBT e seus apoiadores, no Brasil e no exterior.

¹⁷ Cf. MAISONNAVE, Fabiano. “Se uma pessoa é gay e busca Deus, quem sou eu para julgá-la?”, diz papa. **Folha de S.Paulo**, 29 jul. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1318313-se-uma-pessoa-e-gay-e-busca-deus-quem-sou-eu-para-julga-lo-diz-papa.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

¹⁸ Cf. DINIS, Rita. Papa recebe transsexual no Vaticano: “Deus aceita-te como és”. **Observador**, Lisboa, 28 jan. 2015. Disponível em: <<https://observador.pt/2015/01/28/papa-recebe-transsexual-no-vaticano-deus-aceita-te-como-es/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹⁹ Cf. HONORATO, Ludmila. Papa Francisco envia carta a casal gay após batismo dos filhos. Estado de São Paulo, 8 ago. 2017. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento.papa-francisco-envia-carta-de-felicitacoes-a-casal-gay-por-batismo-dos-filhos,70001928246>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

²⁰ A expressão “Igreja em saída” foi utilizada pelo Papa Francisco na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, publicada em 2013. No texto, o pontífice propõe “caminhos para uma nova evangelização” e afirma: “é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo. A alegria do Evangelho é para todo o povo, não se pode excluir ninguém” (EG, 2013, p. 21). Diante disso, diversos grupos católicos têm se apropriado da expressão, que é vista, principalmente, para incentivar trabalhos de evangelização realizados por leigos. No Brasil, por exemplo, a CNBB elegera 2018 como o “Ano do Laicato” e o tema escolhido pelos bispos foi: “Leigos e leigas, sujeitos na Igreja em saída, a serviço do Reino” (CNBB, 2018).

menos em parte, para a ascensão de iniciativas de acolhimento concreto ou reflexão sobre a questão LGBT em ambientes eclesiais. Portanto, a principal mudança introduzida pelo papa argentino está na ordem eclesiológica. Perguntei a Ester, que também pesquisa as relações da Igreja com seus membros LGBT, qual era sua visão sobre papa Francisco. “Ele muda tudo, mas não muda nada”, disse em tom de brincadeira para seguir sua reflexão:

Francisco traz uma revolução pastoral. Ele traz uma eclesiologia que é uma ruptura radical com a eclesiologia do projeto conservador dos dois papas anteriores. É muito curioso porque no conclave que elegeu o Bento, o Bergoglio foi o último a cair. Isso não tem um relato oficial, são os vaticanistas que dizem. Mas o Bergoglio foi o último a cair e no outro ele foi eleito. Eu tenho a impressão que foi um projeto conservador que se esgotou. Principalmente tensionado pelo abandono do número de fiéis. Então, tem um novo projeto quando o Francisco vem falar de Igreja de portas abertas, de Igreja em saída, num certo eco de Teologia da Libertação. Com expressões geniais, ele apresenta uma ruptura muito radical. Isso tem um enorme impacto nos ambientes eclesiais, na paróquia da esquina. Não é à toa que aparece em um ano e meio três Pastorais de Diversidade no Brasil. Isso fala muito da mudança nos ambientes eclesiais. Por outro lado, o Francisco apesar de todos os gestos dele continua encapando o discurso de ideologia de gênero, continua falando de colonização ideológica. Isso cria um limite para gente, como militante, porque na Igreja Católica, na tradição católica, a palavra vale mais que o gesto. Podemos elencar 500 mil gestos, 800 mil citações em entrevistas espontâneas, mas o documento oficial vai pesar mais. O que não muda o fato de que na vida concreta das pessoas LGBT e suas famílias, o que vai pesar mais vai ser a experiência imediata nos ambientes eclesiais. É bem complexo (Entrevista com Ester, Rio de Janeiro, julho de 2018).

Através da reflexão da ativista, é possível perceber o papel complexo, ambíguo e contraditório assumido na figura do papa Francisco. Na avaliação de Ester, fica claro que esse “novo projeto” do pontífice argentino deu possibilidades para a expansão dos grupos e pastorais para acolhimento de pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais. Ela fala em “ruptura radical” com os antecessores, o alemão Bento XVI e o polonês João Paulo II. Contudo, uma ruptura ambígua. O discurso entendido como “conservador” é mantido. E, como os papas anteriores, a Igreja hegemônica “denuncia” a “ideologia de gênero”.

Durante o trabalho de campo e em pesquisas de arquivo, percebi que a postura papal incentivou leigos e leigas a “tirarem a homossexualidade do confessionário” e a “saírem do armário” para afirmarem publicamente a compatibilidade em ser católico e LGBT. O número crescente de grupos e pastorais com tais propostas nos últimos anos

são uma prova desse processo²¹. Os discursos do pontífice também sensibilizaram bispos e párocos a acolher em suas igrejas iniciativas católicas da Diversidade²², sendo que alguns religiosos também surgem no espaço público defendendo os direitos de pessoas LGBT exercerem a fé católica, tornando-se “aliados” da causa. Em busca de legitimação, leigos e religiosos utilizam expressões como: “estamos fazendo a Igreja que o papa pediu”, “estamos propondo o diálogo de Francisco”, “estamos trabalhando com as periferias existentes, como orienta o papa”. É certo, seu discurso de abertura possibilitou esse novo cenário. O paradoxo está em uma “ruptura” que não causou mudanças estruturais. “Para além de suas diferenças (não poucas), os três últimos papas têm em comum a defesa inegociável da lei natural como base para lei nacionais e internacionais sobre temas relacionados à sexualidade” (VAGGIONE, 2017, p. 3, em tradução livre). Mott e Viula (2013) vão no mesmo sentido de Vaggione (2017) e mostram-se bastante críticos aos posicionamentos em relação a pessoas LGBT feitos pelo papa Francisco, evidenciando que “uma análise objetiva e comparativa de seu discurso revela que não houve mudança ou progresso algum em relação às declarações dos ultra-homofóbicos João Paulo II e Bento XVI” (MOTT; VIULA, 2013).

Ester monta um cenário complexo. O que mais afeta as pessoas? O discurso de acolhimento ou os documentos que vão de encontro a possibilidade de diálogo? Quem acompanha, contudo, apenas pelos meios de comunicação os gestos que apontam para uma Igreja *gayfriendly*²³ sob o comando de Francisco, não fica a par das disputas, das alianças, dos insucessos e dos sucessos dos atores que se organizam em busca da inclusão LGBT no catolicismo. Os casos que indicam diálogo entre a Santa Sé e pessoas LGBT parecem ser resultados de uma mera sensibilidade papal ou de outras lideranças do catolicismo. A questão, porém, vai muito além de um papa aparentemente acolhedor. Ativistas católicos homossexuais, bissexuais e transexuais e seus aliados (familiares, padres, freiras, amigos e simpatizantes) estão em busca de visibilidade e representatividade nas diversas instâncias da Igreja. É um campo de disputas. Disputas

²¹ Veremos mais adiante, no capítulo II, o crescimento de empreendimentos “católicos LGBT” e suas institucionalizações como pastoral, processo que tem menos de dois anos no campo da Igreja Católica no Brasil.

²² A utilização da palavra “Diversidade” com D maiúsculo indica as iniciativas pastorais católicas LGBT. “Grupo Diversidade” e “pastorais da Diversidade” são expressões ouvidas no campo para se referir a estas iniciativas. Sendo assim, neste contexto, a palavra Diversidade é utilizada como sinônimo de diversidade sexual e de gênero na Igreja Católica.

²³ Em entrevista a um jornal italiano, o jesuíta James Martin, ativista pela inclusão LGBT na Igreja Católica, afirmou que os gestos de Francisco apontam para uma abertura da Igreja em relação as pessoas LGBT. O religioso ressaltou ainda a nomeação de bispos *gayfriendly* para postos eclesiais de destaque. Disponível em: <<http://www.lanuovabq.it/it/il-papa-e-gay-friendly-parola-di-padre-martin>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

teológicas, eclesiológicas, pastorais e políticas. Controvérsias que colocam em choque projetos de Igreja diferentes. Como sustenta Lima (2010), a posição hegemônica da Igreja em relação a “homoafetividade”²⁴ foi e é contestada em paróquias, dioceses e arquidioceses mundo afora. Segundo o autor, isso acontece porque:

Há um importante tecido eclesial heterogêneo, permeável à sociedade moderna, que não deve ser negligenciado, onde se operam adaptações e negociações. Neste processo, constrói-se no catolicismo um discurso e uma prática destoantes e contra-hegemônicos, em favor dos gays e de suas bandeiras (idem, p. 1).

O “discurso e a prática contra-hegemônicos” surgem, quase sempre, longe da hierarquia. Mas, como veremos mais adiante, buscam estabelecer relações com as lideranças da Igreja. A heterogeneidade eclesial católica é, sem dúvidas, uma das explicações para a formação e ascensão de uma visão contra-hegemônica em relação aos homossexuais, bissexuais e transexuais na Igreja. Lima (idem), estudioso da questão LGBT no catolicismo, mostra essa diversidade de forma global. Outros importantes autores apontam para uma acentuação dessa pluralidade no campo católico brasileiro. Steil (2001) fala em inúmeras possibilidades em ser católico. É possível encontrar vertentes católicas mais tradicionais, emocional-carismáticas ou ainda com identificação progressista. O autor fala ainda, seguindo metáfora de um interlocutor, de uma “porta giratória” para pensar a relação entre os diferentes regimes religioso que aparece no catolicismo (STEIL, 2004). Pierre Sanchis (1992) afirma que “há religiões demais nesta religião”. Já Faustino Teixeira (2005, p 22) diz que no catolicismo, “o pluralismo religioso se expressa nas frestas de uma pretensa homogeneidade”. São diferentes modos de pertencer a uma mesma Igreja, que há séculos se coloca como una e única. As múltiplas possibilidades em ser católico criam diferentes visões entorno de algumas temáticas, gerando tensões, conflitos e alianças. É no campo heterogêneo do catolicismo que nascem as iniciativas “católicas LGBT”. Desde o surgimento dos primeiros grupos ou trabalhos pastorais com homossexuais, as lideranças alinhadas ao projeto hegemônico católico (que defende a sexualidade no viés da natureza) insistem em desarticular tais projetos. Em busca de impedir questionamentos da posição oficial da Igreja sobre sexualidade, a Santa

²⁴ Nos anos 2000, o termo homoafetividade entra no campo das disputas em busca de legitimar as relações sociais, sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo. “O uso da homoafetividade inscreve-se nas dinâmicas de legitimação social do acesso aos direitos” (COSTA; NARDI, 2015, p. 145). Recentemente, grupos e associações LGBT estão utilizando o termo “homotransafetividade” para incluir as populações trans. É registrado ainda a variação “tranhomoafetividade”. Em reportagem do G1, membros da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh) falaram sobre o termo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/07/19/congresso-no-df-discute-novas-familias-e-homotransafetividade-entenda-o-termo.ghtml>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

Sé e dioceses tiram a legitimidade de atores católicos e punem sacerdotes e freiras que trabalham com o tema abordando uma visão diferente da dominante na religião. Os “pânicos morais”²⁵ contemporâneos, alimentados pela “ideologia de gênero”, tem permitido o surgimento de acirrados conflitos no campo da moral sexual dentro e fora da Igreja Católica e, colocado nessa cena, um ativismo conservador católico leigo, que incorpora discursos hegemônicos e faz alianças com outros segmentos para combater os avanços das pautas feministas e LGBT em diferentes países (VAGGIONE, 2017). Além da atuação no espaço público, posicionando-se contrários ao casamento igualitário, por exemplo, esse ativismo contrário a diversidade sexual e de gênero também entra em conflito, claro, com as organizações católicas para gays, lésbicas, bissexuais e transexuais.

Resguardadas as diferenças locais, o ativismo católico para minorias sexuais e de gênero trabalha pautas análogas em todo o mundo, o que permite, inclusive, a criação de redes internacionais. Em diferentes países, o ativismo católico LGBT tem focado no acolhimento pastoral, oferecendo espaços de fé e sociabilidade. Em alguns lugares mais e em outros lugares menos, insistem ainda na construção de um projeto teológico, eclesiológico e político, apontando para o caráter social, histórico e político das discriminações causadas pela orientação sexual. A análise aponta para um processo de politização da sexualidade dentro do catolicismo, evidenciando que a moral hegemônica da Igreja gera a exclusão daqueles que não se enquadram na noção de “lei natural”.

Se não enunciado, o combate a noção de natural defendida pela Igreja, é percebido na prática pastoral dos atores. Analisando a postura dos ativistas, é possível compreender o trabalho na tentativa de substituir discursos e práticas cristalizadas em torno da sexualidade por discursos e práticas que compreendem a sexualidade como um produto social, que se desenvolve dentro de diferentes relações e, sendo assim, não pode ser entendida como estritamente natural (FOUCAULT, 2014; LOURO, 2001; WEEKS, 2001).

O processo é complexo e, não raramente, conflituoso. Enunciar a compatibilidade de identidades aparentemente distintas, defendendo um enquadramento que encaixa do mesmo lado pessoas LGBT e católicas, exige muito dos indivíduos no nível subjetivo e social e nos leva a refletir sobre a formação de uma nova identidade. Louro (2001) afirma que os sujeitos são constituídos por múltiplas e distintas identidades. Nesse processo de constituição, “são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou

²⁵ Cf. MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p.101-12, 2007.

agrupamentos sociais. Nada há nada de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias” (idem, p.12). Como veremos, os “católicos LGBT” passam exatamente por essas situações ao ocuparem um espaço entre fronteiras. Católicos declarados são, a todo tempo, cobrados por atores do catolicismo hegemônico para seguirem as pedagogias sobre sexo da Igreja.

Católicos assumidamente homossexuais começaram a ser organizar em países europeus e nos EUA ainda na década de 1960, momento em que o movimento gay já estava se articulando²⁶ em prol dos direitos civis. No mesmo período, alguns teólogos católicos no Brasil publicavam textos que já divergiam da posição oficial da Igreja em relação a homossexualidade. A ideia de organização de homossexuais católicos, iniciada nos EUA e na Europa, influenciou os brasileiros que ainda, embebidos de discursos e práticas da Teologia da Libertação, formaram os primeiros grupos para gays no país na primeira década dos anos 2000. Na próxima seção, veremos como surgiram os primeiros grupos para acolhimento de pessoas homossexuais nos ambientes católicos até chegar as articulações mundiais dessas iniciativas, inserindo o Brasil no contexto mundial.

Em busca de dignidade: algumas iniciativas pioneiras no mundo

No cenário global, começamos, então, pela década de 1960, momento em que o debate sobre o papel e a presença do homossexual assumido na Igreja Católica começa a aparecer de forma mais sistemática, não só na teologia, mas também no campo pastoral, ou seja, além de discussões teóricas, surgiam ferramentas concretas de inclusão. É preciso ressaltar, contudo, que esta discussão já estava ocorrendo de forma mais isolada pelo menos desde a década de 1940, quando dissidentes da Igreja Católica e de igrejas protestantes começam a criar instituições próprias para inclusão de pessoas homossexuais, especialmente nos EUA²⁷. O movimento gay (doravante LGBT) e o

²⁶ Em 1969, o movimento pela libertação homossexual nos EUA passa por um evento que marcou a história do agora movimento LGBT em nível mundial, as revoltas de Stonewall. Em 28 de junho daquele ano, homossexuais enfrentaram a polícia de Nova Iorque que fazia frequentes batidas em estabelecimentos frequentados por pessoas gays. No dia seguinte do confronto, lésbicas e gays foram às ruas em protesto, momento que marca o início das paradas do orgulho gay/LGBT (CLEAVER, p. 24-5 apud MUSSKOPF, 2005).

²⁷ George Hyde, ex-seminarista católico fundou, em 1946, em Atlanta, nos EUA, a *The Eucharistic Catholic Church (ECC)*. Hyde, que se tornou bispo da igreja, criou a instituição depois de casos de homofobia em igrejas católicas de Atlanta. Padres se recusavam a dar a eucaristia a pessoas assumidamente homossexuais, que iam às missas e ficavam em pé durante a comunhão. Como alternativa, surgiu a ECC, como um espaço acolhedor e com protagonismos eclesiais de pessoas homossexuais. Cf. LAREDE, J. Roger. **L'Eglise Catholique Eucharistique-The Eucharistic Catholic Church: A historical overview**. Disponível em: <file:///C:/Users/jefefer/Downloads/history_booklet_2017.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

movimento feminista vão se estabelecendo e, com o passar do tempo, influenciando igrejas que alimentavam posturas não acolhedoras em relação aos homossexuais e mulheres, provocando até mesmo revisões dessas atitudes por parte de algumas instituições religiosas. Soma-se a isso, o desenvolvimento de teologias feministas, gays e LGBT (VAGGIONE, 2014).

Entre as igrejas afetadas por ideias feministas e homossexuais, está a Igreja Católica, claro. Quase no final dos anos de 1960, especificamente em 1969, é fundado o *Dignity*, em San Diego, na Califórnia, considerado empreendimento pioneiro em propor acolhimento pastoral para pessoas homossexuais no mundo. Como se tornou mais tarde uma marca dos grupos católicos LGBT pelo mundo, apesar do apoio e incentivo de sacerdotes e religiosas, o *Dignity* parte de pessoas leigas. Católicos homossexuais que decidiram propor uma nova identidade religiosa, sem excluir suas identidades sexuais. Nascido de forma informal, reunia pessoas que buscavam algum tipo de apoio (espiritual, psicológico etc).

Em sua pesquisa etnográfica, Natasha Radojic (2015) afirma que a organização sempre trabalhou para integrar a espiritualidade e a sexualidade de pessoas católicas não heterossexuais. A pesquisadora mostra ainda que o grupo cresceu e ganhou expressão internacional. Atualmente, além de missas e reuniões em cada uma de suas unidades espalhadas por todo o país, o *Dignity* realiza convenções anuais, mantém um site com conteúdo sobre a temática catolicismo e sexualidade, emite boletins mensais, e comercializa alguns produtos, como peças de vestuários (idem). Hoje a sede do *Dignity* fica em Boston, capital do estado de Massachusetts. O grupo é bem consolidado institucionalmente, com núcleos em todo o país. Em alguns lugares, tem amplo apoio da hierarquia; em outros, não. Onde não encontra suporte hierárquico católico, os membros se reúnem em paróquias anglicanas (LIMA, 2010).

Entre os sacerdotes que apoiaram o *Dignity* desde seu princípio, estava Daniel Helminiak, autor do *best-seller O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*²⁸, publicado em 1988. Helminiak afirma nessa obra que “pessoas gays e lésbicas condenadas com base em citações bíblicas precisam ser capazes de responder de forma inteligente, conscientes de que não estão rejeitando a palavra de Deus” (HELMINIAC, 1998, p. 15). O religioso combate o “uso literal das escrituras” e busca mostrar que pessoas lésbicas e gays podem encontrar na Bíblia “ensinamentos sobre a

²⁸ O livro de Daniel Helminiak é considerado uma das obras da chamada “teologia gay” ou “teologia homossexual”. Para ver uma reflexão sobre o assunto nos contextos brasileiro e internacional, consulte: MUSSKOPF, A. S. **À meia luz: a emergência de uma teologia gay - Seus dilemas e possibilidades**. Cadernos IHU Idéias, Sao Leopoldo-RS, v. 32, p. 1-34, 2005.

homossexualidade que revelam compaixão” (idem, ibidem). O padre faz uma releitura dos textos bíblicos em que aparecem a questão de relações sexuais não heteronormativas. O sacerdote conta que atuava no grupo desde 1977 e havia se “assumido gay” na mesma década, deixando o sacerdócio católico na década de 1990²⁹.

Radojic (2015), registrou que o trabalho do grupo tem projeção internacional. Em 2017, Pedro, um dos coordenadores do Grupo de Ação Pastoral de São Paulo, participou da conferência bianual da organização, nos EUA. Ele já estava envolvido em articulações católicas LGBT no âmbito internacional desde 2014 e teve contato com membros do grupo norte-americano por meio de um amigo dos EUA.

Através de um amigo dos EUA, tive contato com as redes católicas LGBT de lá. Por e-mail, a diretora executiva do *Diginty* divulgou a conferência bianual do grupo, em 2017, dizendo que ficariam muito felizes com minha presença. Eu respondi dizendo que adoraria ir, mas não tinha condições financeiras para isso. A gente já estava vivendo uma crise feia no Brasil, né? Ela me respondeu dizendo que não poderia garantir, mas que poderia conseguir os recursos pra eu participar. E perguntou se eu iria, caso o dinheiro fosse levantado. (Entrevista com Pedro, São Paulo, janeiro de 2019).

Por meio de eventos solidários, os estadunidenses conseguiram o dinheiro para pagar a passagem aérea e a hospedagem de Pedro e de uma ativista lésbica de Uganda. Ambos participaram como convidados do evento. Para Pedro, essa ação é vista como uma das habilidades que os grupos brasileiros precisam aprender com os norte-americanos. “Temos muito que aprender em termos de organização”, analisou. Durante o evento, realizado em Boston em julho de 2017, ele afirmou ter conhecido muita gente e ter tido um espaço para falar sobre o grupo paulistano que é membro. Ele vê essas articulações como importantes para construção de redes e laços, além de crescimento pessoal, o que diz muito de sua trajetória. Militante atuante do movimento LGBT desde a década de 1990, participou de inúmeros eventos internacionais.

Quase duas décadas depois da criação do *Dignity*, a Arquidiocese de Los Angeles fundou, em 1986, um ministério para pessoas gays e lésbicas, o *Catholic Ministry with Lesbian and Gay Persons*. O espaço nasceu com apoio do então bispo arquidiocesano Roger Mahony (atualmente cardeal). O ministério possui uma página no *site* oficial da Igreja Católica de Los Angeles³⁰. O *Call To Action*, *Fortunate Families* e *New Ways Ministry* são outros importantes grupos católicos LGBT nos EUA. Esses coletivos estão

²⁹ Cf. HELMINIAK, Daniel. **Visions of Daniel**. Disponível em: <<http://www.visionsofdaniel.net/>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

³⁰ Cf. CMLGP. **Catholic Ministry with Lesbian and Gay Persons**. Disponível em: <<http://www.la-archdiocese.org/org/cmlgp/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 5 mai. 2017.

agregados em torno da *Equally Blessed*, que, segundo informações de sua página eletrônica, “work as organizations and as a collective encompasses the pastoral, the political and the theological”.

Em 1997, a *National Council of Catholic Bishops (NCCB)* dos EUA publicou um documento chamado *Always Our Children: A Pastoral Message to Parents of Homosexual Children and Suggestions for Pastoral Ministers*, uma resposta dos bispos aos grupos que, na década de 1990, já estavam estabilizados e em crescimento pelo país. Em artigo, Frank McKown, liderança do ministério para gays católicos de Los Angeles, dez anos depois do lançamento do documento, ressaltou que a carta dos bispos estadunidenses “foi a primeira abordagem pastoral sobre esse assunto sensível e forneceu tanto aos pais quanto aos pastores orientações para amar e respeitar os filhos, independentemente da sua orientação sexual” (MCKOWN, 2017).

De fato, passagens do texto do documento convida pais e sacerdotes a respeitar e amar pessoas homossexuais, oferecendo-lhes espaços de acolhimento e desenvolvimento (NCCB, 1997). Em outros trechos, os bispos recomendam que padres rezem missas para pessoas portadoras do vírus HIV/Aids como um sinal de respeito e solidariedade. Contudo, a carta deixa bastante claro que segue a doutrina católica e os ensinamentos de João Paulo II (idem). Sendo assim, diz aos pais que devem convidar seus filhos a viver dentro das normas católicas e recomenda a castidade celibatária aos homossexuais (idem). McKown continua a dizer que vinte anos depois da carta, pouca coisa mudou na Igreja. Em suas palavras, “embora defendendo a dignidade pessoal das pessoas gays e proibindo qualquer discriminação injusta, a Igreja rejeitou fortemente as uniões entre pessoas do mesmo sexo e chegou a demitir empregados leigos da Igreja que apoiavam ou praticavam um “estilo de vida gay” contrário ao ensino da Igreja” (idem). Portanto, apesar do crescimento e consolidação e, conseqüentemente, da incidência pública das organizações católicas para LGBT nos EUA nos últimos cinquenta anos, a postura da alta hierarquia está alinhada com a visão hegemônica. Contudo, isso não quer dizer que os ativistas não conseguiram avançar em seus projetos, conquistando adeptos e apoiadores.

Os movimentos feminista e homossexual também afetaram a Igreja Católica no continente europeu, sensibilizando leigos e religiosos em torno da inclusão gay em espaços religiosos. A Holanda é um país pioneiro no acolhimento pastoral católico de pessoas homossexuais. Já na década de 1960, a Igreja Católica holandesa estabeleceu diretrizes inovadoras para o trabalho com pessoas homossexuais. Porém, nesse primeiro momento, as ações de inclusão vinham do clero. Lima (2010) destaca que nos dias de hoje, a Holanda continua a desafiar a Cúria Romana, pois padres católicos celebram

uniões de pessoas do mesmo sexo, sendo que uma boa parte dessas celebrações são realizadas dentro dos templos católicos.

Entre 1970 e 1980, o padre católico romano francês Émile Letertre, falecido em 2005, começou a fazer contatos com grupos cristãos da Europa que pautavam de forma positiva a diversidade sexual. A interlocução levou a criação, em 1982, do *European Forum of Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Christian Groups*. A organização teve início em Paris, capital da França. No início, eram 16 pessoas de sete grupos diferentes, espalhados por cinco países. Atualmente, o fórum conta com 44 grupos e igrejas de 22 países e está inserido em uma rede de organizações LGBT religiosas e não religiosas. A ILGA³¹, a GIN-SSOGIE³² e *ReconcilingWorks* são alguns parceiros. A organização se define do seguinte modo:

O FORUM (Forum europeu de lésbicos, gay e grupos cristãos bissexuais e transgêneros) trabalha pela igualdade para lésbicas, gays, bissexuais e transexuais dentro e fora das igrejas cristãs da Europa. Os membros da associação do FÓRUM representam as diferentes denominações cristãs, tais como: anglicanos, católicos romanos, luteranos, Igreja Reformada, evangélica, ortodoxa, armênia apostólica, Igreja da Comunidade Metropolitana, grupos ecumênicos, entre outros. Todos os anos, o FORUM organiza uma conferência anual numa cidade europeia. É organizado por meio de grupos de trabalho de organizações LGBT locais em cooperação com o FORUM. (EUROPEAN FORUM OF LESBIAN, GAY, and BISEXUAL AND TRANSGENDER CHRISTIAN GROUPS, em tradução livre)³³.

Foi a partir dessa organização que nasceu uma outra, a Rede Global de Católicos Arco-íris (GNRC)³⁴. Em outubro de 2014, o *Forum*³⁵ promoveu em Roma, na Itália, uma conferência internacional chamada “Caminhos do Amor”, oferecendo bolsas de financiamento para participantes de várias partes do mundo. O objetivo era fazer uma discussão sobre cristianismo e diversidade sexual e de gênero, além de reunir lideranças LGBT cristãs com destaque em diversas partes do mundo. Paralelamente ao evento, os

³¹ *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*.

³² *Global Interfaith Network for People of All Sexes, Sexual Orientation, Gender Identity and Expression*

³³ The FORUM works for equality for lesbian, gay, bisexual and transgender people within and through the Christian churches of Europe. FORUM association members represent the different Christian denominations such as: Anglicans, Roman Catholics, Lutherans, Reformed Church, Evangelical, Orthodox, Armenian Apostolic, Metropolitan Community Church, ecumenical groups, among others. Each year the FORUM organizes an annual conference in a European city. It is organized through working groups from local LGBT organizations in cooperation with the FORUM Board (EUROPEAN FORUM OF LESBIAN, GAY, and BISEXUAL AND TRANSGENDER CHRISTIAN GROUPS).

³⁴ *Global Network of Rainbow Catholics*.

³⁵ *European Forum of Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Christian Group*.

católicos presentes, oriundos de onze diferentes países, se reuniram para discutir a criação de uma organização internacional de coletivos católicos LGBT.

De acordo com informações da GNRC, “mais de 80 pessoas de quase 30 países assistiram à Assembleia inaugural, que se levou a cabo entre 1 e 4 de outubro de 2015 em Roma, exatamente antes que começasse a segunda parte do Sínodo sobre a Família, onde temas LGBT seriam, também, discutidos” (GLOBAL NETWORK OF RAINBOW CATHOLICS, 2014)³⁶.

Antes da fundação dessa rede global, ativistas portugueses tentaram criar uma outra organização com integrantes de diferentes partes do mundo. Os brasileiros foram convidados para uma primeira reunião. Pedro tinha feito uma viagem a Portugal em 2014. Na ocasião, chegou a se encontrar com uma liderança católica LGBT do país. A reunião chegou a ser marcada, mas acabou não acontecendo. A participação do Brasil seria por videoconferência. Os ativistas brasileiros entrevistados para esta pesquisa não souberam explicar os motivos do cancelamento. Então, em 2014, o Brasil se tornou cofundador da GNRC. Dois brasileiros participaram da fundação. Um deles é Pedro, o outro é Murilo, do Diversidade Católica do Rio de Janeiro. Apesar da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT já existir, Pedro e Murilo representaram seus grupos e não a organização nacional. Além dos brasileiros, o PADIS+, do Chile, é outro representante latino que esteve na fundação. Hoje, a organização internacional conta com 32 grupos. Sendo sete africanos, cinco asiáticos, 12 europeus, dois norte-americanos e seis latino-americanos.

É difícil mensurar qual é a influência dos grupos internacionais ou mesmo da rede global no cenário brasileiro. Porém, relatos apontam que as iniciativas internacionais pioneiras são bons exemplos, pois conseguiram se consolidar, apesar de condições adversas. No caso da GNRC, a ideia é conectar os grupos de todos os países-membros. Porém, a rede é desconhecida ou pouco conhecida por parte dos brasileiros que tive contato. Os que conhece, sobretudo lideranças, não sabem exatamente como está caminhando as atividades. A página eletrônica da organização³⁷ é bastante ativa,

³⁶ A Rede Global de Católicos Arco-Íris (GNRC, em inglês Global Network of Rainbow Catholics) reúne grupos e os seus membros que trabalham em prol da justiça e de um cuidado pastoral para com as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais (LGBTI) e suas famílias. A Rede trabalha pela inclusão, dignidade e igualdade desta comunidade dentro da Igreja Católica e da sociedade. A nossa fé apela-nos a desafiar qualquer estrutura discriminatória e a avançar na igualdade de direitos das pessoas LGBTI. A lei civil e a da igreja deveriam valorizar e proteger os seus direitos humanos e não os descuidar ou negar (GLOBAL NETWORK OF RAINBOW CATHOLICS, 2014).

³⁷ Como uma organização internacional, a página eletrônica da GNRC está disponível em pelo menos seis línguas, incluindo o português. Cf. GNRC, **Global Network of Rainbow Catholics**. Disponível em: <<http://rainbowcatholics.org/?tag=rede-global-de-catolicos-arco-iris>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

contudo, e aponta para uma atuação mais global, no sentido mais amplo da temática catolicismo e diversidade sexual e de gênero. Com a sede em Roma (o que aponta uma estratégia de ficar perto da cúpula da Igreja), a GNRC busca dialogar com lideranças importantes da Igreja e se fazer presente em diferentes espaços que julga importante, emitindo notas, cartas e protestos quando entende que algumas posições da Cúria Romana e outros atores do catolicismo afastam ou aproximam pessoas LGBT da religião. Um exemplo é a tentativa em participar de um encontro mundial de famílias católicas.

Em agosto de 2018, a GNRC tentou participar do Encontro Mundial das Famílias, realizado em Dublin, na Irlanda. A rede solicitou à organização um estande para participar de uma espécie de feira católica que ocorreria no encontro, mas não obteve resposta para o pedido. Em nota, a GNRC afirmou ter sido “ignorada” pelos organizadores do encontro, que foram classificados como homofóbicos.

Este silêncio, relativo à autorização de um estande de exposição, soma-se à lista do que já faz parte de uma história conflitiva sobre temas LGBTI no Encontro Mundial das Famílias 2018. Mesmo quando comentários recentes do Arcebispo de Dublin, Diarmuid Martin, e outros líderes da Igreja Irlandesa declaram que esperam que casais do mesmo sexo e Famílias LGBTI sejam bem-vindas no encontro, um folheto promocional, sobre o evento auspiciado pelo Vaticano, eliminou imagens da versão original ao considerar que incluíam casais do mesmo sexo e as suas Famílias. Um vídeo oficial também apagou menções do Bispo Auxiliar de Los Angeles e natural de Cork, David O’Connell referindo-se a que modelos de Família incluíam “casais gays criando crianças, pessoas em segundas núpcias”. Enquanto isso, expositores que são considerados como homofóbicos e outros a favor da comunidade homossexual fazem agora parte da agenda do evento (DIRETÓRIO DA GNRC, 2018).

A nota traz uma citação do codiretor da organização, falando sobre a presença LGBT em famílias católicas e a necessidade de atender essas pessoas pastoralmente:

A realidade é que as pessoas LGBTI e as suas Famílias são parte da Igreja. Há milhões de Católicos LGBTI, e centenas de milhões que têm membros LGBTI nas suas Famílias. Eles merecem ministério e cuidado pastoral efetivo, como qualquer pessoa na nossa Igreja. Os oficiais da Igreja não têm todas as respostas – muitos deles têm as suas próprias interrogações. Estamos dispostos a ser uma fonte para essas Famílias e para esses líderes da Igreja. É uma lástima que a nossa assistência e experiência não seja recebida com entusiasmo (idem).

A controvérsia saiu dos muros da Igreja e ganhou a imprensa internacional. Em entrevista ao jornal britânico *The Guardian*³⁸, membros da GNRC acionaram a figura do papa Francisco para legitimar a presença de um estande composto por temas de famílias LGBT no evento católico. As falas dos entrevistados na reportagem aguçam que as posições dos organizadores são contrárias a proposta de diálogo do papa. Além da rede católica LGBT, outros grupos católicos com propostas que vão de encontro as posturas oficiais da Igreja não tiveram espaço na feira do Encontro Mundial das Famílias. Por sua vez, a organização do evento alegou falta de espaço. Sendo assim, nem todos os solicitantes foram atendidos. Não ficou claro quais foram os critérios de seleção para determinar quem entrou e quem ficou de fora.

Apesar da ausência de um estande sobre pessoas LGBT católicas, uma palestra no encontro das famílias tratou do tema. O palestrante foi o jesuíta James Martin, um dos maiores aliados da causa. Francis DeBernardo, ativista católico gay dos EUA, relatou que a palestra de Martin foi apresentada pelo moderador como “a mais comentada e divulgada” (DEBERNARDO, 2018). Inserida na programação oficial do evento, a palestra foi acompanhada por mais de mil pessoas. O padre abordou o tema do acolhimento pastoral a pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais, contando sua experiência e apontando para atitudes que podem ser realizadas em paróquias pelo mundo³⁹. Antes da exposição de Martin ser realizada, o movimento irlandês Tradição, Família e Prosperidade⁴⁰ fez uma petição *on-line* pedindo que a organização do encontro das famílias católicas barrassem a participação do jesuíta, acusando-o de “apoiar a transexualidade das crianças” e “defender que os homossexuais se beijem durante a missa” (DOODY, 2018). O manifesto contra o padre dizia ainda que o “erro e a confusão que [ele] semeia não deveria ter espaço no Encontro Mundial das Famílias” (idem), apontando para “pânicos morais”. Em resposta, Martin afirmou: “tenho o apoio de meus superiores jesuítas, vários cardeais, arcebispos e bispos, e também da maioria dos fiéis, muitos dos quais têm pessoas LGBT em suas famílias” (idem), classificando, por fim, as acusações contra seu trabalho como um “oceano de ódio e ameaças”. Esses acontecimentos nos levam para a próxima seção: o campo de disputas que os ativistas

³⁸ Cf. SHERWOOD, Harriet. **Catholic LGBT group rejected by event pope will attend in Dublin**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/aug/13/international-catholic-gathering-in-dublin-rejects-lgbt-group-rainbow>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

³⁹ Cf. MARTIN, James. **A Good Measure: Showing Welcome and Respect in our Parishes for LGBT People and Their Families**. Disponível em: <<https://www.newwaysministry.org/fr-james-martin-world-meeting-of-families-2018/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

⁴⁰ O movimento Tradição, Família e Prosperidade é uma organização de leigos e religiosos católicos que se dizem contrários ao divórcio, ao comunismo, a homossexualidade e outros temas. Está presente em diversas partes do mundo.

católicos LGBT estão inseridos. Nesse campo, elementos doutrinários, pastorais, teológicos e políticos são acionados por diversos lados. Contudo, o catolicismo institucional tem contato com “pânicos morais”, causados pela suposta “ideologia de gênero”, tal “ideologia” é difundida nas comunidades católica, na imprensa e nos parlamentos mundo afora por pessoas ligadas a um ativismo religioso contrário aos avanços no campo dos direitos sexuais, de gênero e reprodutivos.

Documentos da doutrina, “ideologia de gênero” e o ativismo conservador

Diante da criação e expansão global destas iniciativas, grupos católicos alinhados à visão hegemônica da Igreja, buscam meios para reprimi-las. Os sacerdotes e freiras atuantes em grupos pastorais pela inclusão das minorias sexuais e de gênero, por comporem em algum nível a hierarquia, são os mais visados e, de modo consequente, os mais punidos pelas instituições católicas. É claro que o posicionamento do alto clero também é heterogêneo. A postura do bispo de Los Angeles na década de 1980 e a postura do bispo de Nova Iguaçu, recentemente, apontam para isso. Martin, ao dizer que tem apoio de seus superiores e bispos jesuítas, também indica a pluralidade de posições na hierarquia. Além das punições e incentivos, em alguns casos a hierarquia também aposta na política da invisibilidade. Não reprime, não incentiva e evita atender solicitações desses ativistas. Quando o assunto é combater tais iniciativas, a Igreja Católica conta com o apoio de um ativismo conservador contrário às pautas dos direitos sexuais e de gênero. Mobilizados por pânicos morais, grupos atuam em nível local e global, compartilhando ideias para silenciar os ativistas pró-LGBT (católicos e/ou não católicos). Apesar de Ester acreditar no fim de um projeto conservador com a renúncia de Bento XVI, ideais reacionários abrangem setores da Igreja amplamente, desde a base. Na mesma paróquia ou diocese que um grupo LGBT consegue atuar, grupos conservadores, totalmente contrários a este trabalho, se fazem presentes, o que gera embates. Mais uma vez, estamos falando da pluralidade católica e os inúmeros modos de expressar a catolicidade.

A moral hegemônica que considera a heterossexualidade como o único modelo legítimo no campo da sexualidade humana baseia-se em documentos doutrinários da Santa Sé. Na Igreja Católica, os textos bíblicos⁴¹ utilizados para condenar as práticas homossexuais são utilizados nesses documentos, mas não são tão enfatizados. A partir

⁴¹ De acordo com André Musskopf (2008), as passagens bíblicas que supostamente condenam a homossexualidade são: Gn 19.1-25, Lv 18.22 e 20.13, 1Co 6.9, 1Tm 1.10, Rm 1.26-27. O autor afirma ainda que essas passagens são conhecidas como “textos de terror”, expressão cunhada pela teóloga Phyllis Trible.

desses escritos, arquidioceses e conferências episcopais criam ainda suas próprias versões, fazendo adaptações para as realidades locais. Mesmo que o trabalho dos católicos LGBT seja majoritariamente focado na questão pastoral, a existência desses escritos causa conflitos e pode barrar o desenvolvimento do ativismo católico para minorias sexuais e de gênero. Isto é, enquanto o movimento feminista e LGBT ganham mais espaço no campo civil e católicos LGBT reivindicam inclusão na Igreja, valendo-se, inclusive, das gramáticas feministas e LGBT, o Vaticano busca engendrar a doutrina moral hegemônica em busca de frear as conquistas de tais movimentos. Ao mesmo tempo, leigas e leigos, alimentados por essas ideias, se organizam em grupos pró-vida e pró-família⁴², julgando os avanços das pautas feministas e LGBT como uma ameaça aos “valores familiares” as “tradições” e as “crianças”.

O documento doutrinário mais considerável que fala sobre homossexualidade é o *Catecismo da Igreja Católica*⁴³. O compêndio da doutrina católica romana dedica três parágrafos para discutir a questão da pessoa homossexual. Evocando textos bíblicos, o parágrafo 2357, primeiro a tratar do tema, afirma que “os actos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados”, ressalta que são contrários à lei natural, pois não possibilitam o “dom da vida”, ou seja, não permitem a procriação. Para o *Catecismo*, as relações homossexuais não devem ser aprovadas em nenhum caso. O parágrafo seguinte ocupa-se em dizer que pessoas homossexuais devem ser acolhidas e respeitadas, com “compaixão e delicadeza”. Sendo assim, “evitar-se-á, em relação a eles, qualquer sinal de discriminação injusta”. Por fim, o último parágrafo dedica-se em apresentar uma “solução” cristã aos homossexuais católicos: a castidade. Afirmando, entre outras coisas, “pelo apoio duma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem aproximar-se, gradual e resolutamente, da perfeição cristã”⁴⁴.

⁴² Grupos pró-vida e pró-família são organizações religiosas de cunho conservador que, em linhas gerais, defendem que a vida humana começa desde a concepção no ato sexual, consideram a homossexualidade como um “comportamento inadequado” e agem contra uma suposta “ideologia de gênero” e uma “agenda gay e feminista” na sociedade. De acordo com Miskolci e Campana (2017), estes grupos realizam ações políticas diversas (*lobby* legislativo, ações jurídicas e midiáticas) “alertando” os “perigos sociais” da suposta “ideologia de gênero”.

⁴³ O *Catecismo da Igreja Católica* teve sua primeira edição em 1991. Conhecido entre os católicos como o livro amarelo, apresenta toda a doutrina do catolicismo romano. O texto é baseado na Bíblia, na Tradição da Igreja e no Magistério. A obra possui uma versão especial para jovens católicos. Com fotos e outras ilustrações, textos mais curtos e dinâmicos, o *Young Catechism*, conhecido como *YouCat* foi lançado em 2011 e tem grande difusão entre os participantes das edições da Jornada Mundial da Juventude (JMJ). Neste livro, as posições da Igreja sobre temas relacionados as sexualidades não são alteradas.

⁴⁴ Diante das recomendações da Igreja Católica, surge, na década de 1980, o *Courage Apostolate*. O apostolado se define como um grupo de “apoio espiritual e fraternal dirigido por sacerdotes e composto de leigos e leigas católicos que aspiram viver castamente em conformidade com os ensinamentos da Igreja Católica Apostólica Romana sobre a

Outro documento a ser destacado é o *Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais*. Publicado em 2003, é assinado pelo então prefeito da Congregação para Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger, doravante papa emérito Bento XVI. O texto considera preocupante o reconhecimento do direito civil do casamento para casais não heterossexuais e diz ser mais preocupante ainda o direito a adoção por parte de casais homossexuais em diferentes países, pois, ao contrário do que se diz, essas uniões não podem ser consideradas famílias (RATZINGER, 2003). Considerando as relações homossexuais “nocivas” a sociedade, a carta convoca bispos e legisladores católicos a se oporem a tais direitos, apresentando “argumentos racionais” de ordem biológica, antropológica, social e jurídica. Esse documento chama atenção por incentivar os católicos a se oporem a pautas LGBT no campo civil, na sociedade como um todo, incluindo a política institucional, ao se referir aos legisladores católicos. Além disso, o documento busca se sustentar em disciplinas que vão muito além da teologia católica. Claro, para ir à tribuna pública se contrapor ao casamento homoafetivo ou a legalização do aborto, por exemplo, não basta utilizar argumentos estritamente religiosos, apesar de eles serem convocados a todo o tempo. Assim, o documento oferece “argumentos” da antropologia, da biologia, do direito e do campo social. Isso, como demonstram outras pesquisas, sustenta a presença de católicos utilizando argumentos científicos para se contrapor aos direitos sexuais e direitos civis para pessoas LGBT⁴⁵.

Logo, o discurso doutrinário sustentado pelos últimos pontífices a respeito da homossexualidade está inserido em um processo mais amplo de combate a pautas feministas e de diversidade sexual na/pela Igreja e grupos alinhados. Entre os elementos para justificar seus posicionamentos, os setores reacionários do catolicismo criaram e difundem a chamada “ideologia de gênero” que vem penetrando em diversas camadas da

homossexualidade”. Em outras palavras, o grupo busca incentivar e apoiar jovens católicos homossexuais a viverem uma castidade celibatária, como recomenda a doutrina. Durante o trabalho de campo, o grupo surge como um ator dentro do “campo discursivo de ação”.

⁴⁵ Um exemplo ilustrativo do acionamento de diversas disciplinas pela Igreja para combater direitos sexuais, é o manual de bioética *Keys to Bioethics*, distribuídos para todos os participantes inscritos na Jornada Mundial da Juventude em 2013, no Rio de Janeiro. O livreto fala mais especificamente contra o aborto e contra a eutanásia. Na capa, se vê um feto envolto a um desenho de um coração. O manual foi produzido pela Fundação Jérôme Lejeune, em parceria com a Comissão Nacional da Pastoral Familiar, da CNBB. Naara Luna analisa o material e afirma que o principal objetivo era formar os jovens sobre as diretrizes da Igreja. Mostrando-se contra o aborto em qualquer situação, o livro questiona a “teoria de gênero”. De acordo com a autora, é uma das marcas de atuação da Igreja Católica no espaço público. Para a edição da JMJ Panamá, ocorrida em janeiro de 2019, os criadores do manual impresso lançaram o *App de Bioética*, um aplicativo para aparelhos celulares. O *app* apresenta “explicações científicas, reflexões éticas, ensinamentos da Igreja e alguns testemunhos sobre questões de infertilidade, sexo, morte e outros assuntos (JMJ PANAMÁ, 2018).

sociedade no contexto global por meios variados desde a década de 1990 (MACHADO, 2018). Por meio de “especialistas” da medicina, do direito, da antropologia e outras áreas, o caráter biológico da sexualidade é reforçado, a família tradicional é a única legítima e a superioridade do gênero masculino é suportada. A homossexualidade é classificada, em linhas gerais, como um risco à manutenção da humanidade e as crianças estão em constante ameaça.

Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) ressaltam que Bento XVI é responsável por lançar os postulantes embrionários da “ideologia de gênero”, ainda na década de 1990, quando o então cardeal tentava combater a inclusão da perspectiva de gênero em discussões globais, sobretudo na Organização das Nações Unidas (ONU). Os autores mostram que desde aquele momento, especialmente nos contextos latino americano e europeu, começam a aparecer em inúmeros documentos católicos a noção de “ideologia de gênero”. Diante disso, cresce a atuação dos “empreendedores morais”⁴⁶. O objetivo aqui não é traçar uma genealogia da “ideologia de gênero”. Machado (2008), por sua vez, fez esse trabalho de forma bastante competente. Todavia, é preciso compreender a “ideologia de gênero” e as ações para combatê-la dentro de um campo de disputas, em que os católicos assumidamente e ativistas LGBT são atores, ou como está sendo trabalhado nesta dissertação, o “campo discursivo de ação”.

Baseando-se em ideias da “ideologia de gênero”, alguns bispos, com medo de reações conservadoras ou de fato alinhados à visão dominante, reprimem as iniciativas lançadas pelos ativistas da Igreja Católica pela diversidade sexual e de gênero. Como mostrou análise de Vaggione (2017), mobilizado pela liberdade religiosa e pela liberdade de expressão e com o repertório da “ideologia de gênero, o ativismo católico conservador, dominado por leigos, invoca uma ideia de cidadania em busca de se opor às pautas feministas e LGBT em setores diversos da sociedade”. Nessa continuidade, Burity (2015) alega que o engajamento público religioso para combater mudanças que ameaçam os valores e práticas “tradicionais” tem uma “conotação conservadora”. Para o autor, esses atores exercem uma “agência reativa”. Por outro lado, como supradito, os atores religiosos que respondem a “desafios claramente contemporâneos e refazendo suas posições, mesmo quando aparentemente reafirmando tradições antigas, podem ser considerados dentro de uma “agência construtiva” (idem, p. 93). Muitas controvérsias se

⁴⁶ “Empreendedores morais são religiosos, dentro da Igreja Católica, de vertentes religiosas neopentecostais, seguidores laicos dessas religiões, pessoas que se engajam na luta por razões simplesmente éticas, morais e/ou políticas as mais diversas e não são necessariamente da sociedade civil, mas podem atuar dentro de instituições e até mesmo do governo” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 730).

desenrolam no embate entre, pelo menos, essas duas agências e atores a elas agregados, que, mobilizadas por valores religiosos, assumem também espaços fora de igrejas.

O projeto hegemônico católico condena as sexualidades “antinaturais”. Não é a única instituição a fazer isso. A escola, a família e a mídia também podem realizar uma pedagogia que reitera “identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega e recusas outras identidades e práticas” (LOURO, 2001, p. 25). Ao se organizarem e se oporem a esta visão hegemônica, entendo que os católicos LGBT dentro da Igreja são contraprova, mostram que essa pedagogia hegemonzadora não é passivelmente imposta a todos os adeptos da religião. Isso porque, como continua Louro (idem), o processo de produção de sujeitos é plural. Nesse processo, os sujeitos podem se tornar participantes ativos, não apenas receptores. No contexto aqui estudado, essa participação ativa produz novos modos de lidar com a instituição religiosa.

Sem dúvida, essa reação ativa gera embates. Poderia colocar aqui alguns casos no Brasil e fora do país, como o padre Beto, de Bauru, no interior de São Paulo, excomungado por defender a união homossexual. Mas, para refletir sobre essas controvérsias, opto em analisar o caso da irmã Jeannine Gramick, dos EUA. De abrangência internacional, o sucedido é relevante pois não terminou em excomunhão ou cisão. Além disso, se estendeu por vários anos, passando por três governos católicos (João Paulo II, Bento XVI e Francisco). Ela foi uma das criadoras da organização pastoral católica para lésbicas e gays *New Ways Ministry*, em Washington, o trabalho pastoral da freira causou uma reação negativa em lideranças da Igreja Católica em nível local e o quadro chegou ao Vaticano, estendendo-se por pelos menos três décadas.

Em 1999, ela e outro religioso foram notificados pela Congregação para Doutrina da Fé (CDF), ainda sob o comando de Ratzinger. A notificação descrevia as diversas acusações feitas por parte do Vaticano contra a irmã e afirmava que ela não poderia desenvolver mais seus trabalhos em prol de pessoas lésbicas e gays como uma religiosa católica, que, segundo a CDF, estava de encontro a posição da Igreja. Temendo repressões do Vaticano, sua congregação de origem, Irmãs de Notre Dame, não pode mais dar suporte a ela. Porém, Jeannine Gramick foi aceita em outra congregação⁴⁷ e passou a

⁴⁷ É interessante ressaltar que a religiosa estava inserida em uma congregação. Durante a pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, diversas congregações religiosas que desenvolvem trabalho com populações vulneráveis, trabalhos com educação de jovens (mesmo em escolas de elite) e trabalhos culturais apresentam uma sensibilidade com a questão LGBT. No Brasil, franciscanos e jesuítas são protagonistas no atendimento e acompanhamento pastoral de pessoas LGBT e seus grupos católicos. Aqui, além do contexto global, eventos nacionais, no campo religioso e laico, influenciam o surgimento e a atuação do ativismo católico para lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

fazer parte das Irmãs de Loreto. A religiosa afirma que a pressão era grande por parte de religiosos locais e de leigos estadunidenses, que pediam seu desligamento da Igreja Católica, já que ela não deixou de desenvolver atividades pastorais com pessoas LGBT (GRAMICK, 2018):

Antes da eleição do Papa Francisco, as líderes das Irmãs de Loreto receberam nove cartas do Vaticano pedindo que eu fosse excomungada da vida religiosa se continuasse no ministério. Parece para mim que as líderes das Irmãs de Loreto anteciparam o conselho do Papa Francisco à União Internacional de Superiores Gerais ao pedir que respondessem a quaisquer cartas do Vaticano de forma educada e depois continuar com seus ministérios. Elas fizeram exatamente isso. Durante esses anos, alguns líderes de outras congregações chegaram a propor uma estratégia criativa caso o Vaticano pressionasse as irmãs de Loreto de forma persistente: Uma série de comunidades estava pronta para me receber caso eu fosse de uma congregação para outra! Como disse Nancy: "as irmãs estavam do nosso lado!" Apesar de não parecer, a crise com o Vaticano foi uma bênção, porque tornou-se o primeiro passo para educar alguns membros da hierarquia. Várias líderes escreveram ao Vaticano sobre a necessidade de apoiar e expandir o ministério. A Conferência de Liderança das Religiosas (Leadership Conference of Women Religious – LCWR) incentivou seus membros a dialogarem com os bispos locais sobre a questão da homossexualidade.

A referência ao papa Francisco feita por Jeannine Gramick é significativa e nos leva a discussão de abertura deste capítulo. Ela separa as controvérsias envolvendo seu trabalho na Igreja Católica antes e depois de Francisco. Se João Paulo II e Bento XVI perseguiram a freira que, estrategicamente, contou com apoio de uma rede de congregações religiosas femininas nos EUA, Bergoglio ofereceu um novo tratamento à irmã e ao seu trabalho, segundo sua própria avaliação. Reportagem publicada pela agência de notícias *Reuters*⁴⁸ em fevereiro de 2015, relata que Jeannine Gramick e outros membros do *New Ways Ministry* participaram de uma das tradicionais audiências de quarta-feira do papa, no Vaticano. O grupo sempre visitava Roma para participar de eventos com os papas João Paulo II e seu sucessor, Bento XVI. Entretanto, na primeira vez em um evento presidido pelo papa Francisco, os membros do ministério LGBT “receberam um tratamento VIP”. Por intermédio de autoridades do Vaticano, o grupo se alocou nas primeiras fileiras da sala durante a audiência pontifícia. “Uma lista de participantes divulgada pelo Vaticano citava ‘um grupo de leigos acompanhados por uma

⁴⁸ PULLELLA, Philip. **Gay Catholic group gets VIP treatment at Vatican for first time.** Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-pope-gays/gay-catholic-group-gets-vip-treatment-at-vatican-for-first-time-idUSKBNOLM18K20150218>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

irmã’, mas não mencionava que se tratava de uma organização de direitos dos gays”. Apesar disso, Gramick considerou importante o evento, ressaltando que em visitas anteriores, o grupo era ignorado.

Apesar desse contexto mais global, os “católicos LGBT”, sem dúvida, encontram realidades diferentes em suas localidades. Na América Latina, especialmente no Brasil, por exemplo, a Teologia da Libertação tem sido um instrumento importante para esses ativistas, que a reconfiguram de acordo com suas pautas e forjam uma eclesiologia capaz de incluir pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros. Tudo isso aponta para ênfase pastoral que os “católicos LGBT” brasileiros adotam.

Teologia da Libertação, laicato e uma nova eclesiologia

No contexto nacional e latino-americano, diversos elementos teológicos, políticos, sociais e pastorais foram importantes para a ascensão de identidades sexuais dissidentes no catolicismo e suas agremiações. Ainda que o primeiro grupo católico brasileiro para homossexuais tenha sido fundado nos anos 2000, no Rio de Janeiro, eventos ocorridos desde a década de 1960, pelo menos, contribuíram para despertar a formação de um ativismo voltado para o tema dentro dos espaços eclesiais. O movimento homossexual (doravante LGBT); o debate sobre direitos humanos e a ampliação da cidadania homossexual; a Teologia da Libertação e o protagonismo leigo; as teologias contra hegemônicas, como a feminista e a gay, e as igrejas inclusivas tiveram influência sob atores do ativismo católico LGBT no Brasil, seja por múltiplos pertencimentos, trânsitos ou relações mais indiretas, através, por exemplo, de amizades e contatos interpessoais, ou ainda por meio de contato com a literatura especializada no tema. Portanto, processos no interior da Igreja e fora dela, na sociedade civil e na política, estão envolvidos no ativismo católico de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

Em uma das três entrevistas semiestruturadas que fiz com Pedro, perguntei a ele quais eram as relações entre a Teologia da Libertação e as iniciativas católicas para inclusão LGBT. Quando fiz essa pergunta na entrevista, recordei-o que uma vez, enquanto íamos para um evento, conversamos dentro do vagão do metrô sobre o assunto e ele comentou que os grupos pareciam ter uma “eclesiologia próxima da Teologia da Libertação”. “Pergunta capciosa essa”, disse antes de responder. Segundo o ativista, não é uma relação direta. Os grupos católicos para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no Brasil não são necessariamente materializações da Teologia da Libertação

na contemporaneidade, apontou. Mas, relações existem, sobretudo por influência dos indivíduos, como mostra sua fala:

No nosso grupo de São Paulo [GAPD], você tem pessoas que viveram experiências que, se não eram da Teologia da Libertação, eram próximas. No sentido de participação social, de preocupação política e tudo mais. Ao mesmo tempo que tem pessoas de outras vertentes da Igreja, que acabavam não ficando no grupo, que eu imagino que achavam que era muito blablabla para gente que era acostumado a ter uma espiritualidade muito diferente (Entrevista com Pedro, São Paulo, janeiro de 2019).

A resposta do ativista nos ajuda a compreender que o trabalho pastoral LGBT se apropria de elementos de uma teologia libertária, desenvolvida a partir da década de 1960 no Brasil e em outros países da América Latina⁴⁹. Quem não está mais ou menos mobilizado por questões dentro desse campo social e político, não se encaixa muito bem no grupo. Esta é uma questão que apareceu em outros locais durante o trabalho de campo. O católico homossexual alinhando a outras vertentes do catolicismo, com a Renovação Carismática Católica, tradicionalistas, entre outras, em algumas vezes não se identificam com os coletivos. No entanto, acompanhei casos de homens gays, bastante próximos de vertentes emocionais-carismáticas e tradicionalistas, que foram construindo uma nova identidade – sexual e religiosa – dentro dos grupos. Em Campinas (SP), um jovem contou a mim e outros membros do grupo Diversidade Católica Campinas (DCC) que já tinha chegado a assinar o curso *on-line* oferecido pelo padre Paulo Ricardo, “conservador” e ativista contra os direitos homossexuais na e fora da Igreja. Para ele, muitas das discussões do DCC, que já nasceu com uma visão mais progressista de Igreja, não fazia sentido ainda, mas ele estava começando a entender. Claramente, a pessoa citada passa por um processo de transição e de construção de identidade, na medida em que deixa de considerar a homossexualidade como um pecado e passa a entendê-la. Para isso, são acionados elementos subjetivos/espirituais e sociais/políticos. No mesmo grupo, um eleitor de Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil e reconhecido por seu alinhamento à extrema-direita, afastou-se depois de uma discussão sobre liberação de armas.

Mesmo que a Teologia da Libertação, em seu auge, não tenha se preocupado com a questão do homossexual, ela propôs um cristianismo em favor dos excluídos e uma eclesiologia para uma Igreja em favor dos mais pobres. Essa teologia continua a existir e a influenciar inúmeras iniciativas católicas por meio de apropriação e adaptações. De alguma forma, interfere nas ações em favor dos LGBT na Igreja. Os “católicos LGBT”

⁴⁹ Para reflexões clássicas da Teologia da Libertação, ver Gustavo Gutierrez (2000).

organizados não seguem uma cartilha da Teologia da Libertação. Mas elementos, especialmente pastorais, dessa perspectiva teológica fazem eco nos grupos. A horizontalidade nas relações, o método “ver, julgar e agir”⁵⁰ e a constante preocupação com a realidade social apontam para a aproximação entre ativismo católico LGBT e Teologia da Libertação.

Essa relação com a Teologia da Libertação orienta o olhar para outros dois elementos. O primeiro é a apropriação da linguagem dos direitos humanos pelos grupos católicos que trabalham com o tema LGBT. O segundo é a apropriação do protagonismo leigo por parte dos católicos LGBT. Sobre o primeiro, a Teologia da Libertação ganha importância no Brasil e espaços institucionalizados a partir da década de 1960. Nesse momento, a presença da Igreja Católica no país nas controvérsias em torno dos direitos humanos ganha força e a instituição começa a chancelar de forma significativa parte dos debates sobre direitos humanos. O golpe civil-militar de 1964 intensificou essa atuação (RAUCHBACH; PERETTI, 2015). Durante a ditadura militar brasileira, período em que os direitos civis, políticos e humanos foram violados no Brasil pelo Estado, a Igreja teve posicionamento de defesa das minorias e dos opositores ao regime opressor⁵¹.

A Igreja Católica local apresentou engajamento social que provocou mudanças em suas estruturas, como a criação dos Centros de Defesa de Direitos Humanos e as Comissões de Justiça e Paz, “instâncias que atuam no campo jurídico, político e da mídia na denúncia das violações dos Direitos Humanos, na proteção dos presos políticos e defesa das vítimas do regime militar” (STEIL; TONIOL, 2012, p. 78). A Teologia da Libertação defendia uma “Igreja popular”, voltada para a população pobre, que estava à margem do poder. As formas concretas dessa perspectiva teológica eram as Comunidades Eclesiais de Base, as chamadas CEBs, e as pastorais sociais, que repercutem até hoje na cena católica. Trabalhadores urbanos, pequenos agricultores, migrantes, desempregados e os presos políticos eram sujeitos focados pelos atores ordenados ou leigos que se orientavam por uma teologia libertária.

⁵⁰ O cardeal belga Josef-Léon Cardijn, fundador do movimento Juventude Operária Católica (JOC), é considerado um dos criadores do método “ver, julgar e agir”. Em 1961, o papa João XXIII publicou a encíclica *Mater et Magistra* e apresentou no texto o método como uma ferramenta para realização de ações sociais concretas pela Igreja Católica. O método é dividido em três fases: “primeiro, o ‘estudo da situação’ concreta, escreveu João XXIII. Em segundo lugar, a ‘apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes’. Em terceiro, o ‘exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática’ (CARDIJN MOVEMENT NEWS, 2011). O método foi bastante difundido na América Latina, sobretudo por agentes ligados à Teologia da Libertação.

⁵¹ A contestação ao regime veio logo depois da tomada do poder pelos militares. Contudo, a instalação do governo totalitário foi avaliada de forma positiva por parte da hierarquia (BETTO, 2014).

Com a redemocratização e, mais adiante, com a Constituição Federal de 1988, a luta pelos direitos sexuais ganha novas configurações. Os direitos das mulheres e dos homossexuais (posteriormente da população LGBT) passam a se configurar cada vez mais como pautas dos direitos humanos. Diante disso, a postura da Igreja Católica se torna mais heterogênea. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não assume o protagonismo na defesa das pautas relacionadas à diversidade sexual e gênero. Pelo contrário, a conferência episcopal católica tem papel de oposição, ocupando espaços públicos em defesa da vida humana e da lei natural (RAUCHBACH; PERETTI, 2015).

Como exemplo, podem ser citadas dois posicionamentos da CNBB contra mecanismos legais que buscavam reconhecimento civil de uniões entre homossexuais⁵². Em 2001, a conferência dos bispos enviou uma carta para todos os deputados defendendo que uniões gays são “antinaturais” e “perigosas”. A carta foi motivada pela expectativa de entrada na pauta da Câmara dos Deputados naquele ano do projeto de lei n. 1.151/1995, de autoria de Marta Suplicy⁵³. O projeto previa direitos de herança e de previdência para casais do mesmo sexo. Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça permitiu que cartórios do país convertessem união estável em casamento civil e os proibiram de recusarem a fazer casamentos igualitários. Naquele momento, a CNBB, na esteira de documentos do Vaticano, afirmou que “as uniões de pessoas do mesmo sexo, no entanto, não podem ser simplesmente equiparadas ao casamento ou à família, que se fundamentam no consentimento matrimonial, na complementaridade e na reciprocidade entre um homem e uma mulher, abertos à procriação e à educação dos filhos” (CNBB, 2013). A posição do órgão máximo da Igreja Católica de Roma no Brasil causou reações no movimento LGBT. Entre esses acontecimentos, Steil e Toniol (2012, p. 85), publicaram artigo no qual refletem a trajetória dos direitos humanos na Igreja Católica no Brasil e afirmam que “as iniciativas dos católicos de alinhamento com os movimentos gays e em propor uma pastoral inclusiva tendem a ser rechaçadas com base numa moral natural”.

⁵² Sobre homossexualidade e catolicismo, pesquisas de opinião ajudam a ilustrar a complexa relação entre hierarquia e fiéis na Igreja Católica, além de apontar para diferenças entre discursos e práticas das pessoas. Em 2007, pesquisa Datafolha, realizada pouco antes da visita de Bento XVI ao Brasil, mostrou que 46% dos católicos brasileiros eram a favor da “legalização da união entre pessoas do mesmo sexo”, a média nacional naquela época era de 42% (DATAFOLHA, 2007). Em 2018, durante a campanha eleitoral recheada de notícias falsas que atingiam as populações LGBT, como o “kit gay”, o Datafolha constatou que 80% dos católicos brasileiros ouvidos afirmaram que a “homossexualidade deve ser aceita pela sociedade”, enquanto o número geral ficou em 74% (DATAFOLHA, 2018).

⁵³ O projeto de lei n. 1.151/1995 foi para o Senado e se transformou em PLS 612/2011. Conhecido como projeto do “casamento homoafetivo”, foi arquivado. Cf. BRASÍLIA. Projeto de Lei do Senado n. 612, 2011 (Casamento homoafetivo). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>>. Acesso em 28 jan. 2019.

Veremos mais adiante que, menos de uma década depois, surgiram Pastorais da Diversidade Sexual no país, o que aponta para uma nova relação entre a Igreja e pessoas LGBT. Portanto, desde já é preciso ressaltar que tais espaços institucionalizados para pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros são poucos e instáveis, ou seja, o que é reconhecido por uma diocese hoje, pode deixar de ser amanhã, se o bispo ceder a pressões de grupos alinhados a uma visão moral natural.

O protagonismo leigo na formação de uma eclesiologia

A importância do laicato, segundo elemento citado acima, é uma das grandes novidades trazidas pelo Concílio Vaticano II, realizado na década de 1960 em repercussão até os dias de hoje. Como orienta o concílio, fiéis católicas e católicos, sem vínculos eclesiásticos com a Igreja, ou seja, sem o sacramento da ordem, devem assumir diversos espaços de ação política, social e pastoral:

Por vocação própria, compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, em toda e qualquer ocupação e actividade terrena, e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência. (CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEN GENTIUM, 1964).

Diferente dos membros do clero e dos religiosos consagrados, a Igreja destina a atuação política e “terrena” aos fiéis em geral. Essa “vocação” é reafirmada no contexto da América Latina pela Conferência de Puebla, em 1979: “em nosso Continente Latino Americano marcado por agudos problemas de injustiça que se foram agravando, os leigos não podem eximir dum sério compromisso com a promoção da justiça e bem comum” (CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1979). Assim, os líderes católicos incentivaram os fiéis a se envolverem com as realidades sociais locais, baseando-se em preceitos evangélicos. A Teologia da Libertação mostrou-se bastante disposta em investir nessa vocação do leigo. As CEBs, por exemplo, são mecanismos pastorais com forte protagonismo leigo, como as pastorais sociais da Igreja.

A figura do leigo ativo na Igreja é acionada constantemente pelos grupos católicos LGBT. “Somos leigos e leigas LGBT”, expressão ouvida corriqueiramente. Assim, diante dessa posição, gozam de uma certa autonomia para desenvolver trabalhos pastorais, como afirmaram interlocutores. Excomungar uma pessoa leiga por se assumir gay é raro. Contudo, durante minha estada em campo, acompanhei relatos de ativistas expulsos por párocos de comunidades e paróquias católicas. Outras pessoas sofreram discriminações mais sutis por parte de fiéis e religiosos, levando muitos a se afastarem da Igreja ou a

procurarem paróquias mais acolhedoras ou onde suas sexualidades não eram conhecidas pelos partícipes. Observei ainda pessoas que participam apenas dos grupos de Diversidade. Por não serem aceitas ou por não se sentirem bem, não frequentam comunidades. Mas, via de regra, dizer-se leigo é uma estratégia pessoal e coletiva. O que a hierarquia pode fazer diante de um grupo de pessoas leigas que querem se reunir para falar sobre suas identidades sexuais? Sendo assim, mesmo em grupos que um sacerdote tem atuação importante, publicamente quem dá as caras são os católicos LGBT leigos.

Tentei explicitar que os grupos de Diversidade produzem seus processos contagiados por elementos de uma eclesiologia libertária da Igreja e pelo acionamento da identidade leiga. Serra (2017) também reúne esse e outros elementos e propõe uma eclesiologia emergente e própria entre os católicos LGBT brasileiros, a “eclesiologia da diversidade”. Para ela, essa eclesiologia é composta pelos seguintes postulados centrais:

- (i) [...] a superação da lógica da “inclusão”/“autorização” pela afirmação de uma diversidade/pluralidade “católica” essencial; (ii) seu corolário: uma relativização da autoridade magisterial, particularmente no campo moral; (iii) o corolário deste: a autonomização moral do “crente”,¹⁴⁸ fundamentada em documentos do Concílio Vaticano II que postulam a prerrogativa da consciência, ¹⁴⁹ e (iv) sacralizada em termos de um “testemunho da verdade”¹⁵⁰; (v) dessa sacralização decorre uma sacralização da missão dos “católicos LGBT”, como “dádiva” para a consecução, por sua vez, da missão da própria Igreja (SERRA, 2017, p. 19).

Assim, ao falarmos de eclesiologia, a literatura e o trabalho de campo orientaram-me a entender que os “católicos LGBT” brasileiros optam, prioritariamente, pela dimensão pastoral. Em detrimento de discutir documentos doutrinários ou textos bíblicos, os ativistas preferem o acolhimento, a formação de laços afetivos e a criação de espaços para uma espiritualidade não violenta a pessoas católicas LGBT. Essa ênfase no trabalho pastoral, contudo, não exclui a presença desses atores em outros campos que os afetam. Mais do que isso, a inserção em debates públicos ou na Igreja é uma estratégia de divulgação das suas atividades pastorais em busca de amplificar os discursos e práticas em torno dessa “eclesiologia da diversidade”. Ester confirmou isso ao dizer que: “Eu não posso deixar de debater com o cara do *Courage*, eu vou debater com ele, mas nem eu, nem ele vai mudar de opinião. Mas, ao debater com ele, quem está ao nosso redor nos ouve”. Pedro também pensa de forma parecida. Ele me apontou algumas vezes a importância em receber as pessoas e acolhê-las. Para ele, essa é a primeira função que os grupos devem ter. Mas, a questão política mais global, não pode ser deixada de lado, apontam outros interlocutores. Nesse sentido, os grupos também servem com uma

contraprova na Igreja e na sociedade que é possível ser católico e LGBT e para viver essa identidade de compatibilidade, é preciso contestar processos de exclusão, ostracismo e discriminação.

A partir disso, pode-se pensar na presença pública desses ativistas, especialmente nos últimos anos. Ocupar a tribuna jornalística, as redes sociais na internet e as ruas como “católicos LGBT”, sobretudo em torno de controvérsias, é uma estratégia para o ativismo chegar a novos potenciais membros de grupos da Diversidade. Lucas, integrante do Diversidade Cristã de Brasília e uma das atuais lideranças nacionais da RNGCLGBT, foi afetado por essa estratégia de incidência e ênfase pastoral do Diversidade Católica, quando ainda vivia no Rio de Janeiro.

Entrar no Diversidade meu deu confiança. Eu estava muito perdido. Descobri por acaso. Passei numa banca de jornal e vi uma manchete na capa pequenininha. Mas para mim foi um outdoor. Religião e sexualidade, eu li e descobri o Diversidade. Aí eu procurei e foi muito importante porque eu deixei de vivenciar a culpa. E a partir dali eu fui me fortalecendo. Eu demorei um pouco, tinha medo da rejeição da minha família (Entrevista com Lucas, por telefone, maio de 2018).

Lucas mostra que participar do grupo foi importante no processo de entender sua homossexualidade. Católico, sentia-se culpado por ser gay. Diante disso, o trabalho do DC o ajudou, em suas palavras, a deixar de “vivenciar a culpa”. A presença do grupo em um veículo de comunicação foi determinante para que o então jovem homossexual conhecesse a existência do grupo. E, uma vez frequentando as reuniões, o caráter de acolhimento, o apoio espiritual, além da sociabilidade entre pessoas entendidas como iguais, contribuíram para sua nova relação com a religião e para a formação de uma nova identidade.

Como vimos, se a linguagem da Teologia da Libertação afetou ativistas católicos LGBT, seja pessoalmente ou coletivamente, essa perspectiva teológica, bastante recente, vem mostrando preocupações com questões que envolvem as minorias sexuais e de gênero, o que parece mostrar para uma abertura do compasso. Em seu momento central, “a Teologia da Libertação não conseguiu (ou não quis) lidar com questões de gênero e sexualidade”, afirma Musskopf (2008, p. 162). Para o autor, essa “ausência” da questão homossexual na Teologia da Libertação justifica-se, em parte, pelo fato de que a produção teológica na América Latina, mesmo a perspectiva da libertação, “sempre esteve majoritariamente circunscrita pelo domínio e controle das igrejas”. O autor ressalta ainda que na década de 1990, momento em que a Teologia da Libertação passou por uma revisão e surgem “sujeitos eclesiológicos emergentes”, a questão da homossexualidade

ainda fica marginalizada, enquanto os negros e os indígenas, por exemplo, entram em pauta (idem).

A reflexão do autor, contudo, deixa bastante claro que, apesar da invisibilidade, desde a década de 1970, pelo menos, reflexões teóricas no campo das (homo)sexualidades têm influenciado o que ele chama de “produção teológica homossexual-gay-queer” no Brasil e na América Latina”. Sendo assim, Musskopf (idem), ao invés de falar em “ausência estranha”, quando se refere a não discussão sobre o tema pela Teologia da Libertação, fala em “presença estranha (queer)”, viabilizando processos teológicos pioneiros e localizados.

A “eclesiologia da diversidade” afeta agora a Teologia da Libertação? Os passos atuais de frei Betto, expoente teólogo da Teologia da Libertação, nesse sentido, chama atenção⁵⁴. Em 2015 publicou artigo em sua coluna no jornal O Globo intitulado *Deus é gay?* No texto, o autor de mais de 60 livros faz os seguintes questionamentos e reflexões:

Quem, como eu, transita há décadas na esfera eclesiástica, sabe que é significativo o número de gays entre seminaristas, padres e bispos. Por que não gozarem, no seio da Igreja, do mesmo direito dos heterossexuais de se assumirem como tal? Devem permanecer “no armário”, vitimizados pela Igreja e, supostamente, por Deus, por uma culpa que não têm?

Como Jesus, a Igreja não pode discriminar ninguém em razão de tendência sexual, cor da pele ou condição social. O que está em jogo é a dignidade da pessoa humana, o direito de casais gays serem protegidos pela lei civil e educarem seus filhos na fé cristã, o combate e a criminalização da homofobia, um grave pecado.

A dificuldade de a Igreja Católica aceitar a plena cidadania LGTB se deve à sua tradição bimilenar judaico-cristã, que é heteronormativa. Por isso, os conservadores reagem como se o papa traisse a Igreja, a exemplo do que fizeram no passado, quando se recusaram a aceitar a separação entre Igreja e Estado; a autonomia das ciências; a liberdade de consciência; as relações sexuais, sem fins procriativos, dentro do matrimônio; a liturgia em língua vernácula.

Deus é gay? “Deus é amor”, diz a Primeira Carta do apóstolo João, e acrescenta “o amor é de Deus e todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece a Deus.”

E se somos capazes de nos amar uns aos outros “Deus permanece em nós.” (BETTO, 2015).

Já em 2018, frei Betto lançou a cartilha *Sexo, orientação sexual e ideologia de gênero*. O texto segue os moldes das cartilhas produzidas por ele nas décadas de 1960 e

⁵⁴ Ivan Perez-Hernández (2004) apud Musskopf (2008) mostra que na década de 1990, alguns teólogos da libertação citam a questão da homossexualidade. Entre os textos listados pelo autor, está *Has Liberation Theology Collapsed with the Berlin Wall?* de frei Betto (1990).

1970 e outras lançadas já na redemocratização⁵⁵: uma linguagem didática para explicar temas sociais e políticos. Vendida a cinco reais (R\$5,00), o objetivo é que o texto seja lido e discutido em paróquias Brasil afora. A cartilha explica o que é diversidade sexual, busca desmontar a “ideologia de gênero”, afirma a existência de modelos plurais de família, descreve os avanços dos direitos LGBT e feministas, além de evidenciar as violências sofridas por mulheres e pelas minorias sexuais e de gênero. No livro, frei Betto mostra diversas iniciativas católicas brasileiras e internacionais que buscam acolher pessoas LGBT. Por fim, o teólogo aponta para “equivocadas passagens da Bíblia” em relação a homossexualidade.

Em 2018, acompanhei o lançamento da cartilha na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, em Itaquera, zona leste de São Paulo. A paróquia já protagonizou embates públicos em torno do tema da homossexualidade nos últimos anos ao fazer preces pelo fim da homofobia e colocar uma *drag queen* para fazer um sermão⁵⁶. Por lá, as pastorais sociais têm forte atuação e recentemente foi criado o Movimento Pastoral LGBT Marielle Franco (MOPA), que aparecerá posteriormente neste texto. Em uma sala auditório lotada, o frade dominicano fez uma palestra explicando os motivos que o levaram a lançar a cartilha. Para além disso, o religioso trouxe argumentos históricos e sociais em busca de combater a “ideologia de gênero”. Pedro, do GAPD, fez uma fala sobre o trabalho da RNGCLGBT, João, um dos fundadores do MOPA, também falou. Um jovem gay da Pastoral da Juventude também ocupou o microfone. Era época de campanha política para as eleições gerais, candidatos progressistas a cargos de deputado participaram do evento. Membros da ICM se somaram aos católicos e, no final da palestra, houve um convite para os presentes participarem das manifestações contrárias ao então candidato a presidência Jair Bolsonaro: “Todos, sábado, no Largo da Batata e ele, não”. Diante das recentes participações em eventos e publicações do frade em respeito à diversidade sexual e de gênero, ele passou a ser acusado de incentivar a “agenda gay” na Igreja por grupos que combatem a suposta “ideologia de gênero”.

O lançamento da cartilha de frei Betto na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, em Itaquera, não foi por acaso. A paróquia segue fortemente a perspectiva da Teologia da Libertação. Essa influência vem do trabalho desenvolvido por Dom Angélico Sândalo Bernardino na região entre as décadas de 1970 e 1980. Trabalho que afetou o padre Paulo

⁵⁵ Frei Betto lançou durante sua trajetória teológica, acadêmica e política diversas cartilhas sobre temas sociais. Durante sua passagem no primeiro governo Lula, como assessor especial, publicou, em 2004, uma cartilha programa Fome Zero.

⁵⁶ Estes casos serão abordados no capítulo III ao falar sobre o MOPA.

Bezerra, na região de Itaquera há pelo menos 30 anos. A comunidade paroquial foi uma das fundadoras do coletivo Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM). Fundado em 2009, o IPDM “busca resgatar as ideias do Vaticano II e também o trabalho pastoral de Dom Angélico”, como descreveu João. O MOPA nasce, então, em um espaço em que a Teologia da Libertação é bastante ativa e, pelo menos desde 2011, lideranças da paróquia, inclusive o padre, vem tentando aproximar essa perspectiva teologia do campo da diversidade sexual. Sendo assim, mais do que uma influência na trajetória das pessoas, o grupo católico LGBT de Itaquera tem uma influência coletiva e formativa da Teologia Libertária. João refletiu sobre essa questão:

Nosso grupo é influenciado sim pela Teologia da Libertação [TL]. Por quê? Porque nós estamos inseridos na Paróquia Nossa Senhora do Carmo em Itaquera, com o padre Paulo, que está lá há 30 anos. O Padre Paulo é uma pessoa que veio do interior de São Paulo para trabalhar com dom Angélico; dom Angélico era o bispo dos pobres, junto com Dom Evaristo Arns. Ele mobilizava a zona leste, né? Junto com as comunidades de base de nossa região em 70 e 80, São Miguel Paulista, Itaquera e adjacências. E ele ajudou a dinamizar a Igreja nessa nossa região. Infelizmente, ele saiu daqui em 88, acabou dividindo a arquidiocese de São Paulo, veio um bispo mais conservador e todo aquele trabalho pastoral acabou ficando mais para trás. Mas lá em Itaquera permaneceu com padre Paulo Bezerra, fiel discípulo de Dom Angélico e de Jesus, consequentemente. Nossa influência na Teologia da Libertação está porque fazemos parte dessa paróquia e segundo por essa paróquia faz parte de um coletivo, o IPDM.

O IPDM nasceu entre 2009 e 2010 com a ideia de resgatar as ideias do Vaticano II e resgatar as ideias daquele plano pastoral de Dom Angélico, que já tinha se perdido na nossa região. É um movimento de paróquias que busca revigorar a vida na Igreja dentro de uma perspectiva de opção preferencial pelos pobres, que marca a TL. Então essa espiritualidade da libertação é resgatada por esse grupo de paróquia que nós fazemos parte. Na verdade, a existência de um grupo católico LGBT na paróquia é consequência da coerência da paróquia com a TL, porque a gente entende que essa Teologia da Libertação, na década de 70, 80, isso é histórico, ela foi aos poucos para questão da diversidade, mas muito com aquela visão marxista, fechada; e a visão tradicionalista da Igreja influenciou muita gente no sentido de não considerar a importância da diversidade sexual, então era uma teologia machista, tem que reconhecer isso, e sem abertura para a questão da diversidade sexual. Então a sociedade foi se transformando e a teologia foi se abrindo aos poucos. A existência de um grupo LGBT dentro de um contexto de Teologia da Libertação é uma maneira de dizer “olha esse movimento, essa ideia de Teologia da Libertação, que não passa de uma tradução para a

realidade latino-americana no Concílio Vaticano II e da mensagem de Jesus para o século 20 e 21, a gente precisa considerar as pessoas LGBT que tem uma vivência de opressão”, logo podem ser incluídas naqueles pobres que a Igreja tem preferência sobre eles, pobres no sentido de opressão. Onde houver opressão, tem que existir a mensagem do Evangelho como boa nova de libertação. Então a existência no nosso grupo dentro da Teologia da Libertação é coerente e ajuda e deve ajudar a Teologia da Libertação a ir se renovando (Entrevista com João, janeiro de 2018).

Fica claro na reflexão que a Teologia da Libertação está sendo tensionada pelos próprios atores católicos LGBT. No caso de Itaquera, a liderança do grupo se identifica com a Teologia da Libertação e sua materialização naquela paróquia, através dos movimentos e pastorais, e reivindica um espaço nesse ambiente. Para isso, é feito um processo de ampliação do conceito de pobre. Como propôs João, a pobreza está relacionada com opressão, sendo assim, pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais podem entrar nesse conceito. Ao pensar desse modo, João afirma que a Teologia da Libertação se renova. A paróquia, aberta para a questão gay, tem sido um ambiente favorável para refletir as relações entre sexualidade e Teologia da Libertação, perspectiva que, além de elementos teológicos, é pautada por questões sociais e políticas. A questão política nos leva para a seguinte seção. Qual a relação do ativismo católico LGBT com a militância política pelos direitos das lésbicas, gays, bissexuais e transexuais? Como veremos, uma relação marcada por aproximações e distanciamentos.

A relação entre “católicos LGBT” e o movimento LGBT

O movimento político e social de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais cruza o ativismo católico voltado para a inclusão dessas populações na Igreja. Entendo que os atores religiosos levam para dentro de espaços da Igreja a linguagem identitária, questionando a naturalização da heterossexualidade, a exemplo do movimento LGBT. Durante minha estada em campo, observei que essa intersecção entre religião e movimento no campo da diversidade sexual e de gênero se dá por múltiplos pertencimentos (católicos que pertencem ou já pertenceram a organizações da militância LGBT), por trânsitos (católicos que frequentam de forma sistemática ou esporadicamente espaços de militância, como paradas do orgulho, encontros, reuniões), laços de amizade ou afetivos (católicos que se relacionam com militantes LGBT) e outros fatores. Além das relações interpessoais, a intersecção pode ocorrer ainda por meio de agendas coletivas

dos grupos religiosos e dos grupos do movimento. O fato é que essas relações são marcadas por complexidades.

Se se assumir LGBT na Igreja é um desafio, como apontam interlocutores, assumir-se católico diante do movimento LGBT ou de espaços de sociabilidade homossexual não é menos desafiador para parte dos ativistas⁵⁷. No senso comum, a compatibilidade em ser católico, ou cristão, de um modo geral, e LGBT não é possível. Existe um entendimento de que as igrejas cristãs sempre discriminam pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais. Como vimos no caso do casamento civil igualitário, a posição da CNBB reforça essa postura de gay *versus* religioso. Além de tudo isso, não é raro encontrar nos espaços políticos ou de sociabilidade para lésbicas, gays, bissexuais e transexuais pessoas que passaram por experiências constrangedoras dentro de igrejas cristãs relacionadas à questão da identidade sexual e de gênero. O discurso hegemônico do cristianismo, por muito tempo o único presente em grandes meios de comunicação e nas mídias segmentadas, cristalizou a visão da sociedade sobre o assunto. Além disso, a experiência pessoal de pessoas descriminalizadas também contribui nesse processo.

Pesquisa realizada com participantes da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em 2005, ajuda a compreender um pouco dessa complexa relação que pessoas não heterossexuais ou não cisgêneros mantêm com as religiões. Diante desta pesquisa, debruço, sobretudo, nos dados sobre o catolicismo. Os pesquisadores na parada perguntaram aos(às) entrevistados(as) a religião em que foram criados(as) e a que frequentavam. No momento da abordagem, 40,8% afirmaram não ter nenhuma religião, “em marcado contraste com os dados do Censo 2000, segundo os quais apenas 7,4% do(a)s brasileiro(a)s não frequentam nenhum tipo de culto religioso” (CARRARA, 2006). A pesquisa também registra uma significativa queda entre os que foram criados no catolicismo (73,6%) e o que frequentavam o catolicismo naquele momento (28,5%). Queda semelhante ocorreu com a vertente evangélica, 12% e 5,8%, respectivamente.

Outra pergunta da pesquisa abordava a discriminação em ambientes religiosos. O resultado foi que 22,7% das pessoas entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de

⁵⁷ O ativista gay e católico Arnaldo Adnet, um dos fundadores do Diversidade Católica do Rio de Janeiro, conta em depoimento publicado na página eletrônica do grupo sobre sua “dupla saída do armário”: como gay católico e, posteriormente, como católico gay. No texto, ele conta como sua “dupla identidade” – gay e católico – foi percebida em sua experiência familiar, religiosa e na militância de esquerda. Cf. ARNALDO. *Sai duplamente do armário: como gay católico e como católico gay*. **Diversidade Católica**, 29 out. 2017. Disponível em: <<http://www.diversidadecatolica.com.br/2017/10/29/depoimento-sai-duplamente-do-armario-como-gay-catolico-e-como-catolico-gay/>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

discriminação em espaços da religião. O estudo quantitativo aponta que os(as) “trans” foram as maiores vítimas de discriminação nesses locais, 45,6%, seguidas de “homens homossexuais”, 24,5%. “Esse fato indica, possivelmente, que as dinâmicas de discriminação nesses ambientes têm diretamente a ver com a visibilidade da sexualidade. Ou seja, mais do que dinâmicas sutis de marginalização, esses números podem expressar situações abertas de constrangimento e expulsão” (idem).

Os dados quantitativos da pesquisa, realizada na maior parada LGBT do país, e as análises de Carrara (idem) apontam para as complexas relações entre instituições religiosas e pessoas LGBT, como já evidenciado. É significativo o fato do alto número de pessoas LGBT sem religião em comparação com a sociedade em geral. É também marcante observar que a visibilidade parece determinar se a pessoa irá ou não sofrer discriminação. Enquanto pessoas transexuais sofrem mais problemas nas igrejas, gays, lésbicas e bissexuais, que nem sempre são assumidos nesses espaços, podem ocultar suas orientações sexuais com o objetivo de não sofrer preconceito nos ambientes religiosos.

Em 2005, quando a pesquisa foi feita, as igrejas inclusivas estavam começando no Brasil e as iniciativas pró diversidade sexual em igrejas hegemônicas não eram tão visíveis na sociedade. Talvez, pesquisas análogas feitas na atualidade apontariam algumas mudanças. Mas, interlocutores do ativismo católico LGBT afirmam que em algumas situações o enquadramento católico LGBT ainda não é entendido pelo movimento social. Conhecedores da posição oficial da Igreja, muitas vezes o foco de grupos de militância está em combater a visão discriminatória hegemônica do cristianismo, deixando de lado o diálogo com grupos pastorais de inclusão.

Perguntei a ativistas católicos gays e lésbicas qual eram suas relações com o movimento LGBT. Um deles, psicólogo, disse que já trabalhou em uma ong que oferecia tratamento psicológico para pessoas homossexuais. Outra pessoa contou que lecionou em um cursinho popular para pessoas transexuais. Outro interlocutor é militante de um partido político com inserção na ala LGBT da agremiação.

Através dessas relações mais ou menos próximas, identifiquei, durante entrevistas, que, de um modo geral, a visão dos atores católicos em relação ao movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais é positiva. Ressaltam principalmente a importância da atuação política da militância para a “conquista de direitos”. Esses relatos revelam que é por meio dessas participações no campo ou na arena⁵⁸ do movimento que tais pessoas adquirem uma linguagem social e política em relação a suas identidades

⁵⁸ Cf. Facchini (2005).

sexuais e de gênero e a leva para os ambientes religiosos. Contudo, existem críticas a algumas posturas do movimento em relação aos LGBT que assumem identidades religiosas. Ester acrescenta ainda nessa discussão a postura da academia e de outros movimentos entendidos como de “esquerda ou progressistas”:

A academia, a militância de esquerda, a militância LGBT e a militância feminista não sabem dialogar com as Igrejas. O discurso, por exemplo, da militância LGBT não se conecta, eu ouço, não só no Brasil, vejo depoimento de pessoas de fora. “Eu, como pessoa LGBT islâmica, cristã, eu não me identifico com a militância LGBT, a militância LGBT inferioriza meus valores religiosos”. Então assim, eu acho que isso é um desafio para nós, fazer essa ponte entre o discurso da militância LGBT e o discurso do campo religioso (Entrevista com Ester, Rio de Janeiro, julho de 2018).

Reflico essas tensões entre o movimento LGBT e ativistas religiosos LGBT inspirado em Saba Mahmood (2006). Resguardando as muitas diferenças entre as pesquisas⁵⁹, a antropóloga aponta para a necessidade de separar “agência” e “resistência”. Inspirada em conceitos foucaultianos e butlerianos, a autora entende a “agência” dentro do “paradoxo de subjetivação”: a capacidade do sujeito em produzir meios para se tornar um agente em meio a relações de poder e subordinação (idem). Porém, as ideias “seculares e liberais feministas” compreende a agência como uma autonomia moral e política do sujeito em relação ao “poder” (idem, p. 123). Aproprio-me da autora para dizer que, do mesmo jeito que o “sujeito devoto do movimento feminino das mesquitas” incomodam a teoria e o movimento feminista ocidental, os religiosos LGBT, em alguma escala, são ainda um desafio para setores entendidos como seculares, progressistas e desenvolvidos, como a academia e o movimento LGBT. Claro, a academia e os movimentos políticos pela diversidade sexual e de gênero são extremamente heterogêneos e outras configurações são possíveis.

Alguns ativistas católicos realizam tentativas para aproximar esses mundos sociais. A incidência pública é uma das principais estratégias. A participação em paradas e outras manifestações LGBT, a participação como expositores/debatedores em eventos acadêmicos, a ocupação dos espaços midiáticos e das redes sociais na internet para tentar interlocuções entre atores distintos que estão no mesmo “campo discursivo de ação”. Resumindo: observei em campo um esforço do ativismo católico LGBT em marcar posição nesses espaços e, apesar de afirmarem uma identidade católica, buscam enunciar

⁵⁹ Saba Mahmood (2006) está refletindo em seu texto sobre um movimento feminino islâmico no Egito. Sendo assim, suas preocupações estão no campo feminista.

que lutam contra posturas oficiais da Igreja em relação as pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais.

Assim, acredito que como o movimento homossexual (atualmente LGBT) tencionou as igrejas e seus adeptos a refletir sobre a questão da homossexualidade e, posteriormente, da diversidade sexual e de gênero, os “católicos LGBT” parecem indicar que os grupos religiosos alinhados a um projeto de Igreja contra hegemônico no campo dos direitos sexuais, precisam tencionar agora parte do movimento LGBT para reconhecimento da existência de pessoas religiosas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais que questionam a postura de suas próprias igrejas. Ou seja, o rompimento com a visão *gay versus* religioso para abrir possibilidade de diálogo com outros enquadramentos possíveis de identidades religiosas e sexuais não deve ocorrer apenas dentro dos ambientes eclesiásticos, mas chegar também a outros segmentos sociais, entre eles o movimento LGBT. Nas palavras de Ester, construir uma ponte entre militância e o campo religioso. Nesta ponte, fazendo o trânsito entre as duas margens e ajudando quem queira cruzá-la, estão os “católicos LGBT”, mediadores de dois mundos sociológicos distintos, como afirma Velho (2001). Se bem-sucedidas, as travessias podem ajudar no cumprimento do desafio proposto por Natividade (2017) no campo social e acadêmico: suprir visões generalistas que ligam tradições religiosas cristãs à homofobia.

Essa discussão ganha força ao passo que iniciativas religiosas LGBT se organizam e crescem, como é o caso do ativismo da diversidade sexual e de gênero na Igreja Católica. Sua ascensão nos últimos anos, tem colocado esse debate da presença de religiosos no movimento LGBT em pauta. Contudo, o assunto não é exatamente uma novidade. No Brasil, dentro dos grupos do movimento homossexual, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, surgiram algumas iniciativas religiosas que se pautavam na inclusão (NATIVIDADE, 2010; FACCHINI, 2005).

Pedro integrou o grupo Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor, o Corsa⁶⁰ nos anos 1990. De família católica, afastou-se do cotidiano da Igreja quando já era *gay* assumido. Passou a participar apenas de datas festivas, como Natal e Páscoa. Ele relembra de algumas situações dentro do Corsa que a religiosidade aparecia. Entre os casos, estão alguns cultos isolados. Sobre esses eventos, ele afirma: “não lembro disso ter provocado uma grande discussão dentro do grupo. Do tipo, ‘nossa a religião é um grande campo para a gente atuar’. Muito pelo contrário, era uma coisa do tipo, da religião não

⁶⁰ O grupo Corsa nasceu em 1995, na cidade de São Paulo, por iniciativa de três rapazes que faziam análise em grupo. Para um estudo sobre o grupo Corsa e sua inserção no movimento homossexual brasileiro (MHB), atualmente LGBT, veja Facchini (2005).

vai sair nada”. Sua visão começa a mudar com a chegada das pessoas da militância envolvidas com a Igreja das Comunidades Metropolitanas. Depois de ter sido “tocado por um sermão de uma pastora norte-americana da ICM” e frequentado a igreja por um período, passou a “entender melhor” a importância da religião em sua vida. Em 2008, chegou a casar na igreja inclusiva. Ele católico e o então marido, espírita, uma prova de que a sexualidade dissidente pode provocar trânsitos religiosos. Já que na Igreja Católica não poderia receber o sacramento, a ICM ofereceu tal oportunidade. Com o passar do tempo, afastou-se da igreja. Pedro conta ainda que pessoalmente não se identificava muito com a denominação inclusiva:

Eu achava muito bacana, muito legal, mas era muito um culto evangélico muito cerebral e pouco litúrgico. Para quem é católico, a liturgia católica, com os símbolos que ela tem, ela marca a gente muito profundamente. Eu estava afastado da Igreja Católica, afastado assim não tinha uma frequência regular. Mas eu não tive um rompimento, do tipo não acredito mais em Deus, essas coisas. Foi um afastamento da instituição, porque, eventualmente, eu ia a missa com minha mãe no Natal, na Páscoa, em outras ocasiões. Eu fiquei afastado porque achava que ali não era um ambiente legal para eu estar, porque havia conflitos.

Ele, então, reencontrou-se com o catolicismo através do Ação Pastoral da Diversidade Católica, em 2011. Desde sua chegada, tem assumido papel de uma liderança. Com o foco no ativismo católico, afastou-se do movimento LGBT. Mas percebi diversas vezes o esforço em aproximar as duas coisas. Sua experiência é trazida por ele em diversos momentos. Histórias do Corsa, exemplos de atividades e a rede de contatos estabelecidas por ele naquele período são acionadas em prol do Grupo de Ação Pastoral da Diversidade. Um exemplo disso foi a iniciativa em levar o GAPD para a Feira da Diversidade do Vale do Anhangabaú. Através de contatos na organização, Pedro conseguiu um espaço. O Corsa e o GAPD trabalharam juntos, no mesmo estande. Depois de duas edições, os grupos saíram da feira. O ativista conta que poucas pessoas do GAPD se envolveram no projeto, o que tornou cansativo para os que decidiram participar. A trajetória de Pedro no movimento LGBT é importante na formação e atuação do grupo católico de São Paulo.

O militante gay Luiz Mott, ex-frade dominicano, “ateu militante” e um dos fundadores do Grupo Gay da Bahia (GGB)⁶¹, afirmou em 2013, diante da declaração do

⁶¹ O Grupo Gay da Bahia é “a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais”, como consta em sua página na internet. O GGB foi fundado em 1980. Cf. GGB, O que é o GGB (nossa história). **Grupo Gay da Bahia**. Disponível em:

papa Francisco sobre não julgar pessoas gays que sempre defendeu que “os LGBT religiosos mantenham diálogo e influenciem suas igrejas para acolher com respeito e igualdade, também nossa comunidade” (MOTT; VIULA, 2013).

O GGB fundou nos anos 1980 a Associação Cristã Homossexual do Brasil, “que tinha entre seus objetivos, estimular aos religiosos homossexuais que se organizassem em grupos específicos, exigindo de seus ministros atenção pastoral particular e diferenciada (idem). Pode-se identificar, portanto, uma preocupação dentro de um grupo proeminente do movimento homossexual com a questão da religião. Porém, a postura do GGB varia. Em 2003, o grupo estimulou católicos homossexuais a deixarem a Igreja Católica após declarações entendidas como homofóbicas de Bento XVI a respeito do casamento entre pessoas do mesmo sexo (MOTT, 2006, p. 13; apud SERRA, 2017, p. 83).

Assumir-se LGBT na Igreja Católica é, sobretudo, um ato político, como definiram diversos interlocutores ao decorrer desta pesquisa. Tal ato pode ter consequências: perseguição, ostracismo, expulsão ou LGBTfobia dentro dos espaços eclesiais. Contudo, o ato político é motivado pelo desejo maior em viver uma fé. Para tanto, é preciso assegurar uma cidadania religiosa para esses atores. Nesse sentido, os católicos assumidamente LGBT e aliados, como sacerdotes, freiras e familiares, colocam em prática diversas estratégias, que, no limite, buscam legitimar como “sujeitos eclesiais” os católicos que assumem sexualidades e gêneros dissidentes. Vimos neste capítulo como surgiram algumas iniciativas pioneiras no mundo em prol de homossexuais católicos e como, desde no início, estes ativistas travam embates com grupos conhecidos como “convervadores” e alinhados aos discursos hegemônicos do catolicismo. No Brasil entre as brechas, estes ativistas começam a se organizar e a criar estratégias pastorais e políticas. No próximo capítulo, buscarei apresentar e refletir tais estratégias, identificar e mapear as iniciativas pioneiras que tentaram positivar pessoas LGBT na Igreja Católica e também em outros segmentos sociais. Veremos que casos localizados foram importantes para influenciar e despertar outros atores espalhados por todo o país.

Capítulo II – De excluídos a ativistas organizados: o protagonismo de lésbicas e gays católicos

Enquanto nos EUA e na Europa, na década de 1960, os católicos homossexuais e seus “aliados”⁶² já se organizavam em grupos e tinham presença pública por meio da mídia, de eventos e da literatura teológica/acadêmica (mesmo que emergente), no Brasil, no mesmo período, começam a ser publicados os primeiros textos teológicos e pastorais que refletiam o cenário global⁶³ e apontavam para acolhimento pastoral, combate ao ostracismo e ressaltavam a dignidade de pessoas homossexuais⁶⁴. Já foi demonstrado que as posições pastorais e teológicas diversas no catolicismo refletem a heterogeneidade do tecido eclesial (LIMA, 2010). Além disso, como também evidenciado no capítulo anterior, o movimento homossexual (atualmente LGBT) causou impactos nas instituições religiosas (VAGGIONE, 2014). Nessa perspectiva, pode-se pensar como exemplo o casamento igualitário civil e sua relação com a religião cristã. Carrara (2015) pontua que mesmo que o casamento igualitário continue a ser visto “como uma subversão da própria instituição do casamento [...], em face das crescentes pressões em relação à democratização da lei do casamento civil, passo crucial do processo mais amplo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero, a teologia cristã vai se transformando”. Acrescento, além da mudança na teologia⁶⁵, a transformação do trabalho pastoral no

⁶² Registrei durante pesquisa de campo que a expressão “aliado” é utilizada pelos “católicos LGBT” para se referir a pessoas entendidas como não-LGBT, mas que exercem um papel dentro do ativismo. Nessa categoria podem encaixadas familiares, amigos e, sobretudo, sacerdotes e freiras.

⁶³ As primeiras publicações eram traduções de originais estadunidenses e europeus ou ainda foram produzidas por teólogos estrangeiros radicados no Brasil que contavam de suas experiências internacionais.

⁶⁴ O primeiro texto publicado que se tem registro no país é o artigo “Eles também são da nossa estirpe: considerações sobre a homofilia”, do padre holandês Jaime Soek, radicado no Brasil desde a década de 1950. No texto, Soek (1967), que trata de aspectos psicológicos, morais e pastorais, chama atenção para o “ostracismo”, “clandestinidade” e “sofrimento” que as pessoas homossexuais eram obrigadas a viver devido “a rejeição por parte dos homens e, muitas vezes, suposta reprovação por Deus (SOEK, 1967, p. 792). Para James Green (2003), o padre era “naquele momento uma voz isolada de tolerância dentro da Igreja Católica”. Dez anos mais tarde, chega ao Brasil um livro chamado *A questão homossexual*, publicado pela editora Nova Fronteira. A obra é uma tradução do francês do texto do padre Marc Oraison. Logo depois, a editora católica Vozes publicou em 1982 a obra *A sexualidade humana: novos rumos do pensamento católico americano*, volume organizado pelo padre Anthony Kosnik. Em 1985 a Edições Loyola, da Companhia de Jesus, traduziu do espanhol para o português o compilado *Homossexualidade: ciência e consciência*. A Revista Perspectivas Teológicas, também da Companhia de Jesus, publicou em 1988 o artigo “Homossexuais e ética da libertação”, do frade holandês Bernardino Leers. Já em 1990, foi publicado o livreto *Compreender o homossexual*, pela editora Santuário. A obra é assinada por Raphael Gallagher e foi lançada originalmente na Irlanda. Em 1998, foi lançado no Brasil uma das obras mais importantes sobre a temática, o livro *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*, do padre estadunidense Daniel Helminiak.

⁶⁵ Estudos teológicos que buscam conciliar a diversidade sexual e de gênero com as práticas católicas ocupam importante espaço na literatura produzida sobre o assunto no Brasil. Análise que perspectiva teológica inclusiva foca em “indexar códigos” (MONTERO, 2006) do campo da

campo cristão. Na Igreja Católica, através da dimensão pastoral, sacerdotes, estrategicamente, conseguem desenvolver atividades consideradas mais acolhedoras aos LGBT e parecem abrir caminhos para que os próprios “católicos LGBT” consigam se autodeclarar como “sujeitos eclesiais”⁶⁶ que estão dispostos a lutar por uma cidadania religiosa, mesmo sem alterações profundas na doutrina.

Assim, se torna possível a expansão e a presença pública de grupos LGBT *paraecelsiais*, a criação de pastorais institucionais para pessoas LGBT ou ainda a discussão de uma bênção católica ou casamento religioso para casais de pessoas do mesmo sexo⁶⁷ no Brasil e em outras partes do mundo. A discussão sobre casais homossexuais católicos e a possibilidade de um casamento religioso entre pessoas do mesmo sexo na Igreja Católica é, particularmente, um tema que ocuparia muitas páginas. Mas, foco minha reflexão sobre a postura de alguns bispos/padres/teólogos em buscarem do que chamarei de postura parcial para a questão. Para exemplificar, apresento as reflexões do bispo Geoffrey James Robinson sobre pessoas homossexuais na Igreja, publicadas em um livreto no período do Sínodo dos Bispos de 2015. Para o religioso, “se a doutrina da Igreja fosse baseada em pessoas e relacionamentos e não no que é considerado ‘de acordo com a natureza’ no ato físico, a reflexão sobre os atos homossexuais existiria em um mundo totalmente novo e teria que ser repensado desde o início (ROBINSON, 2015, p. 35)”. Ele afirma ainda que “devemos olhar para a moralidade sexual em termos do bem e do mal causados a pessoas e ao relacionamento entre elas, em vez de olharmos em termos ofensa direta contra Deus” (idem, *ibidem*). Assim, ao invés de considerar atos homossexuais como um pecado, o caminho seria considerar pecado as ofensas, as violações sexuais, as traições, as promiscuidades sexuais⁶⁸ e entre outros elementos nesta linha. As relações homossexuais não seriam,

diversidade sexual à cosmologia católica. Um material especializado voltado à produção da compatibilidade em ser católico e ser LGBT. A Bíblia é o campo privilegiado de análise e releitura teológica. A chamada leitura inclusiva dos textos bíblicos ao não tratar a homossexualidade como pecado, busca mostrar que a condenação e o preconceito à população LGBT católica ou não religiosa, baseada na Bíblia, não se sustenta. Para desconstruir as passagens bíblicas utilizadas para condenar a vivência da homossexualidade, esses estudos dizem aplicar um método que considera o contexto histórico e deixam de lado a literalidade dos escritos considerados sagrados para os cristãos.

⁶⁶ Cf. GRUPO DE REFLEXÃO DA COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL PARA O LAICATO DA CNBB, *Sujeitos eclesiais: sal da terra e luz do mundo*, 2018.

⁶⁷ WIMMER, Anian Christoph. **Cardeal alemão aprova cerimônias de “bênção” a casais homossexuais**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575862-cardeal-alemao-aprova-cerimonias-de-bencao-a-casais-homossexuais>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

⁶⁸ Carrara ressalta como a “promiscuidade sexual” apresenta-se hoje como forte candidata a ser uma espécie de “categoria-ponte” entre formulações da moral sexual cristã e o “novo” regime secular da sexualidade, em cujos termos ela pode aparecer como uma das figuras do descontrole

nesta perspectiva, “desordenadas” ou “antinaturais” em si. A Igreja deveria condenar apenas o sexo sem compromisso afetivo ou a violação sexual, seja homo ou heterossexual. Diante da postura desse bispo, que repercute no Brasil, parece que os atores acionam a afetividade para legitimar relações sexuais e sociais entre pessoas LGBT, homossexuais, sobretudo. Em outras palavras, uma união homossexual poderia ser aceita pela Igreja se fosse centrada no amor. Sendo assim, essa relação amorosa, mesmo que biologicamente incapaz de gerar vida (no sentido de ter filhos), não seria estéril ou condenável. O movimento LGBT também possui essa estratégia: a busca de direitos acionando a afetividade (COSTA; NARDI, 2015, p. 145).

Essa visão, bem como o trabalho pastoral de padres e freiras que afirmam propor acolhimento sem julgamento levam para a afirmação de Valle (2014):

Na parte doutrinária, a Igreja se mantém coerente com os seus ensinamentos tradicionais, mas, no tocante à pastoral (isto é, ao acolhimento e acompanhamento das pessoas), sua atitude é de maior compreensão para a complexidade desse comportamento em cada um de seus múltiplos e distintos aspectos, tanto científicos quanto bíblico-teológicos e históricos.

É, especialmente, a questão pastoral que discuto nas próximas páginas. Sendo que esta discussão introdutória é importante para contextualizar duas iniciativas brasileiras de acolhimento pastoral de pessoas lésbicas, gays e transexuais. Em Campinas (SP), na década de 1990 e no Rio de Janeiro (RJ), no começo dos anos 2000, sacerdotes católicos colocaram em prática trabalhos pastorais em prol de pessoas LGBT. Em contextos distintos, tais empreendimentos pastorais contra-hegemônicos provocaram reações da hierarquia, dos movimentos católicos, do movimento homossexual/LGBT e de outros segmentos da sociedade. Vejo ainda que essas ações pioneiras impactaram o surgimento de um ativismo católico LGBT no Brasil, predominantemente leigo. Meu esforço não foi, contudo, construir uma história das iniciativas católicas pela inclusão gay no Brasil. Certamente, outras movimentações análogas ocorreram para além das duas aqui descritas. Porém, os acontecimentos de Campinas e do Rio de Janeiro foram os que tiveram maior repercussão, oferecendo mais registros. É preciso acrescentar também que o caso do Rio de Janeiro tem relações diretas com o surgimento do primeiro coletivo leigo de “católicos LGBT”.

O “padre das bichas” de Campinas

sobre si, sendo acionada em contextos em que a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis ou a gravidez na adolescência estão em questão.

Em 1999, a editora Vozes publicou o livro *Pastoral com homossexuais*⁶⁹. Escrito pelo padre José Trasferetti, vejo a importância da obra em dois pontos: é de autoria de um sacerdote brasileiro e descreve atividades pastorais concretas desenvolvida pelo padre em prol de pessoas homossexuais, travestis e transexuais. O texto explana como o religioso foi afetado pelo tema da sexualidade e traz eventos protagonizados por ele enquanto estava à frente da paróquia de São Geraldo Magela, localizada no Jardim Aeroporto, região periférica de Campinas, entre os anos de 1994 e 1999. Apesar de fazer algumas reflexões teológicas, Trasferetti foca em refletir sobre ações práticas: missas, atos religiosos, reuniões, visitas pastorais envolvendo pessoas homossexuais. Ações pela “inclusão de pessoas homossexuais e travestis”, como cita repetidas vezes.

O trabalho pastoral registrado no livro já havia ganhado amplo espaço na mídia durante a década de 1990. O religioso ligado à Arquidiocese de Campinas ficou conhecido pelos jornais como “padre da pastoral gay”, “padre dos gays” ou ainda “padre das bichas”. Em torno do seu trabalho, saíram manchetes em periódicos jornalísticos como “Padre prega criação da pastoral dos gays”, “Padre quer pastoral homossexual” ou “Padre propõe a criação da Pastoral dos Homossexuais”. A postura do sacerdote não ficou restrita aos muros arquidiocesanos. Formou-se uma controvérsia pública em torno de suas ações pastorais. Bispos, leigos, colegas de sacerdócio, ativistas homossexuais e transexuais, prostitutas e agentes do Estado tomaram parte nos eventos protagonizados por Trasferetti, defendendo ou atacando, criticando ou elogiando suas posturas. A reflexão já feita sobre a heterogeneidade do clero perante à visão institucional hegemônica, inclusive no tema da sexualidade, pode ser exemplificada no caso do padre de Campinas.

Trasferetti contou em seus escritos que teve a ideia de criar um espaço de acolhimento para pessoas homossexuais depois de acompanhar vários eventos acadêmicos e sociais sobre o tema da homossexualidade, segundo ele, muitos desses acontecimentos amplamente divulgados pela imprensa. Ele tomou conhecimento, então, das linguagens e das pautas libertárias do movimento homossexual por meio da academia e, de alguma forma, foi sensibilizado, apontando para que Vaggione (2014) e outros afirmam: os movimentos feminista e pelos direitos LGBT provocaram revisões nas religiões ou em segmentos religiosos sobre o tratamento às mulheres e aos homossexuais, respectivamente. Perante a afirmação do padre de como ele tomou conhecimento da temática da homossexualidade – por meio de eventos públicos noticiados pela mídia – é

⁶⁹ Trasferetti (1999) afirma que o termo “Pastoral dos Homossexuais” surgiu a partir de jornalistas que fizeram reportagens sobre seu trabalho pastoral.

possível entender que ele acompanhava um contexto mais amplo da incidência do ativismo homossexual/LGBT na cena pública brasileira. Nesse cenário, Luiz Mello (2005) mostra que o ano de 1995 é um “marco na luta homossexual” por três motivos: a realização da 1ª Conferência da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), a realização da 17ª Conferência da International Lesbian and Gay Association (ILGA) e apresentação do projeto de lei n. 1.151/1995, “atendendo demanda de grupos homossexuais organizados do País”.

Mello (2005) pontua ainda que, diante desses acontecimentos, começam a surgir pelo país “inúmeras demonstrações de apoio e repulsa à idéia de uma conjugalidade homossexual, as quais encontram nos grupos de lésbicas e gays e nas igrejas católica e evangélicas seus antagonistas principais”. A pressão religiosa contra as pautas homossexuais no período é citada pelo autor. Mas chama atenção que Mello (idem) ressalta que “muitas vezes a conquista de aliados fora do âmbito do Poder Legislativo também emerge, por si só, como objetivo a ser alcançado. Entre os “aliados”, o autor insere o padre Trasferetti. O texto acadêmico mostra o trabalho de Trasferetti em uma perspectiva positiva.

O padre, por sua vez, destacou em seus relatos que, à época, a Igreja não tinha nenhuma iniciativa institucional para “atender esse público”. A Campanha da Fraternidade⁷⁰ de 1995 impulsionou o sacerdote. Com o tema “Eras tu, Senhor”, a campanha buscou refletir sobre a questão dos “excluídos” sociais. Mas, como pontuou Trasferetti, os homossexuais não estavam dentro do grupo de excluídos focados pela Igreja Católica. Como afirma Musskopf (2008), na década de 1990, “sujeitos eclesiológicos emergentes” aparecem na cena teológica (acrescento a cena pastoral), os indígenas e os negros, por exemplo, são entendidos como os “novos” marginalizados, as pessoas não heterossexuais ficam de fora. A reflexão de Trasferetti indica seu incômodo com a não inclusão das pessoas homossexuais nesse novo grupo de excluídos que já ia além da questão da pobreza material.

Seu incômodo pode ter origem na sua trajetória religiosa, enraizada em questões sociais e bastante próxima de elementos da Teologia da Libertação. As informações biográficas na orelha de um de seus livros (TRASFERETTI, 2003) mostram que ele iniciou “sua militância pastoral e social nos anos 1970”, atuando em “movimentos operários, de favelados e movimentos estudantis”. Ordenou-se sacerdote em 1983, fez

⁷⁰ Campanha da Fraternidade é uma espécie de projeto sociorreligioso realizado anualmente pela Igreja Católica no Brasil, durante o tempo quaresmal. A campanha mescla discussões contemporâneas com orações. Os fiéis realizam encontros em suas comunidades, nas casas ou na igreja.

doutorado em Teologia e Filosofia na Itália e começou a atuar como padre na periferia de Campinas.

A então paróquia de Trasferetti fica na Vila Aeroporto. Como o nome já indica, o bairro está nas proximidades do Aeroporto de Viracopos e está circundante pela Rodovia dos Bandeirantes e pela Rodovia Santos Dumont. A maior parte da população de Campinas vive nessa área da cidade, que em 2015 se tornou o Distrito Ouro Verde. A região é a periferia da metrópole do interior paulista. O Jardim Itatinga está nas proximidades da igreja matriz da paróquia. O Itatinga é conhecido nacionalmente por ser um espaço dedicado à prostituição. O bairro foi criado durante a ditadura militar para isolar a prostituição, afastando as profissionais do sexo das áreas centrais da cidade.

A Igreja Católica se instalou nessa região, com a paróquia São Geraldo Magela, em 1983. A Arquidiocese de Campinas afirma que a “região é desafiadora para o trabalho da Igreja” e reconhece a importância do laicato para as atividades religiosas no local, destacando ainda a importância dos trabalhos sociais (ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 2012). Em busca de trabalhar com a população de prostitutas, em 1981 as Irmãs do Bom Pastor chegaram à região e instalaram a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) em Campinas⁷¹. É nesse território paroquial que Trasferetti estava inserido. O padre relata que percebeu a frequente presença em sua comunidade paroquial de prostitutas, travestis e homossexuais ou de pais e mães com filhos homossexuais. Assim, pode-se analisar que o religioso ficou sensibilizado com a condição social local, foi influenciado pela PMM, presente no bairro próximo, e estava ciente das discussões do movimento homossexual. Seu foco estava nos “excluídos e nas vítimas da sociedade”, sujeitos clássicos da Teologia da Libertação. Vejo que o religioso, na década de 1990, fez uma “abertura do compasso” na Teologia da Libertação e, mesmo sem chancelas das vozes pastorais e teológicas dominantes, considerou homossexuais e travestis pessoas passíveis de um acompanhamento pastoral mais sistematizado.

Portanto, a criação de uma “pastoral gay” era uma tentativa de institucionalizar seu trabalho que já era de “acolhimento, dando ênfase às pessoas da periferia, pobres, jovens que não encontram acolhida na escola, na família, na sociedade e na igreja” (NARDI, 1995). Perguntado porque criar uma pastoral, ele respondeu: “estou pensando nas pessoas que, quando se defrontam com a homossexualidade, ficam excluída, ficam à margem” (idem). O padre considerava a criação da pastoral institucional – que só

⁷¹ Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, Pastoral da Mulher Marginalizada. Disponível em: <<http://arquisp.org.br/organizacao-pastoral/coordenacao-pastoral-do-servico-da-caridade-justica-e-paz/pastoral-da-mulher-marginalizada>>. Acesso em: 18 jan. de 2018.

aconteceria em 2016 por meio de iniciativas distantes da iniciativa de Campinas – como algo “urgente” e “necessário” na Igreja.

Ao passo que a imprensa dava destaque às suas ideias, que, em virtude de sua posição de professor de moral, foi questionado por jornalistas sobre outros temas “polêmicos” na Igreja, como celibato e o uso de camisinhas, uma oposição ao trabalho do religioso e aos seus discursos públicos também ganhava espaço nas tribunas públicas. Relatos dão conta que o então bispo da Arquidiocese de Campinas, Dom Gilberto Lopes, mostrou-se contra a criação da pastoral. Soube por meio de interlocutores que em uma reunião do clero, o bispo disse de forma categórica que Campinas não teria pastoral para homossexuais. Em suas declarações públicas, contudo, o Dom Gilberto limitou-se a dizer que o padre não havia o procurado oficialmente, sem responder a jornalistas se apoiaria ou não a pastoral, mesmo que possivelmente ele tenha de fato se oposto a pastoral em âmbito privado, publicamente o líder da Igreja optou por uma postura de não apoiar e invisibilizar.

Em julho de 1995, uma outra reportagem trazia como título: “Criação da Pastoral do Gay causa polêmica”. Na matéria jornalística, enquanto outros padres de Campinas relativizavam a postura do colega e apostavam no diálogo com a Igreja, o deputado federal Salvador Zimbaldi, então filiado ao PSDB de Campinas, eleito com apoio da Renovação Carismática Católica (RCC), como aponta relatos feitos pela imprensa à época, se mostrou totalmente contra a pastoral. “Esse pessoal é doente, a criação de uma Pastoral específica para estas pessoas não tem nada a ver” (MARTINS, 1995). Não fica claro no texto se o deputado utilizou a expressão “doente” para se referir a orientação sexual/identidade de gênero das pessoas atendidas pela pastoral ou se ele se referiu à atitude do padre como uma patologia.

De forma prática, Trasferetti buscou “integrar homossexuais e seus familiares na comunidade”. Sua proposta pastoral era o combate à exclusão social, levando tais populações para o convívio social. O religioso propunha, na verdade, o trabalho pastoral com um conjunto amplo de “excluídos” (TRASFERETTI, 2003; 1999). É importante notar que o padre mobilizou a comunidade paroquial em torno do assunto, nunca focando o trabalho apenas nele. Buscou integrar outras pastorais e movimentos em suas propostas de trabalho social. Uma estratégia para ter apoio da comunidade e não centralizar apenas nele toda a responsabilidade, talvez. Como exemplo da mobilização na paróquia, está a presença do assunto nas reuniões do conselho paroquial. O Conselho da Paróquia São Geraldo Magela chegou a criar um Centro Social que tinha a seguinte missão:

Dar acolhimento, orientação e oferecer círculos de estudos para famílias com problemas de relacionamento conjugal, jovens que se descobrem com tendências homossexuais, portadores do vírus HIV, menores carentes viciados em drogas, meninas moças estupradas pelos próprios pais ou padrastos, crianças expostas ao crime e à violência, alcoólatras, prostitutas, doentes, desempregados e tantos outros que nos procuram. A paróquia, na pessoa do Pároco, convidou a coordenação regional da Renovação Carismática Católica para coordenar e administrar esse centro. Vai funcionar na sede da Comunidade São Mateus (Jardim Cristina, ao lado do Terminal Ouro Verde) ((TRASFERETTI, 2003, p. 19).

A citação acima deixa claro que os homossexuais são apenas um grupo em meio a “tantos outros” que necessitavam de apoio. É também, ao meu ver, uma posição estratégica. Claro, não estou afirmando que o padre falava de outros grupos sociais para ser menos criticado ou para ter mais apoio, mas, sem dúvida, ao mostrar que seu trabalho era mais amplo, essas duas ações citadas – menos crítica e mais apoio – poderiam ocorrer. Falando em apoio, vale destacar a escolha de membros da RCC para coordenar o centro social da paróquia. Como vimos acima, um parlamentar ligado ao movimento carismático mostrou-se contrário a criação da pastoral, mas ao nível local, os relatos de Trasferetti apontam o apoio de agentes da RCC ao seu centro social. Até aqui, falei da diversidade entre os movimentos católicos. Defronte desse evento – apoio de atores da RCC a ideias de Trasferetti – pode-se dizer que os movimentos católicos também são heterogêneos no âmbito interno. Os carismáticos – conhecidos como a ala neopentecostal da Igreja Católica e publicamente mais “conservadores” em alguns costumes e na moral – foram, naquele contexto, aliados importantes do sacerdote campineiro. Contudo, através dos arquivos, não é possível avaliar se na prática esses agentes, através do poder pastoral, levaram uma cosmovisão moral/teológica hegemônica para homossexuais, travestis e transexuais (classificando suas “práticas” como pecado) ou estiveram abertos para o relativismo da moral católica e flexibilização de algumas normas. Apesar disso, a ideia era trazer os excluídos para dentro da Igreja e as expressões “acolhimento” / “não julgamento” são frequentes nos textos do padre Trasferetti quando se refere aos homossexuais. Fica claro ainda que ele defendia uma mudança na moral da Igreja, isso porque, em suas obras, ele chegou a propor releituras de textos bíblicos em que a homossexualidade é supostamente condenada. Em tese, o catolicismo deve condenar as práticas homossexuais baseado em passagens bíblicas. Acredito, então, que, na prática, ele possivelmente orientou os fiéis de sua paróquia sob uma visão contra hegemônica no campo da moral sexual, como fez em seus livros. Sua militância social e eclesial

também nos leva a entender que o padre buscou produzir em sua paróquia um espaço de tolerância e aceitação.

“Na Semana Santa e no Natal de 1998, rezei a missa para eles no Jardim Itatinga a convite do Travesti[sic] Denise. Deus nasceu lá! Deus está com eles”. (TRASFERETTI, 1999, p. 10). O padre relata que a presença de transexuais, travestis e transgêneros era constante. Isso fez com que o sacerdote se tornasse um dos primeiros religiosos a fazer discursos positivos sobre transgêneros, transexuais e travestis em um período no qual a temática ainda era envolta por uma nebulosidade, inclusive fora do campo religioso. Nos textos precursores e posteriores a Trasferetti, mesmo os mais recentes, fica claro que a homossexualidade ocupa espaço central nas discussões, deixando de lado a questão da diversidade de gênero, bem como da bissexualidade.

Naquela época, o padre deu declarações públicas em defesa da cirurgia de redesignação sexual⁷². Acompanhou bem de perto o caso de Bianca Magro, mulher transexual que, em 1998, realizou a primeira cirurgia do tipo no Hospital de Clínicas da Unicamp. O padre esteve com Bianca nos tribunais em busca de uma posição positiva à cirurgia por parte da Justiça de São Paulo. Em 1997, ele afirmou ao jornal *Diário do Povo* os benefícios do procedimento para “ressocializar o indivíduo” (GREGÓRIO, 1997).

Como vimos, o trabalho do sacerdote gerou protestos por parte de atores religiosos e civis, como o legislador carismático. Em contrapartida, segmentos relevantes do movimento homossexual e travesti reconheceram o padre como um “aliado da causa”. O Grupo de Dignidade de Consciência e Emancipação Homossexual, Grupo Esperança – Construindo a Dignidade dos Travestis e o Grupo Gay da Bahia são algumas organizações que foram a público defender a criação da “pastoral dos gays” e o padre. O maior reconhecimento veio em 1996, quando o religioso recebeu o prêmio Triângulo Rosa, do GGB. “A proposta de Trasferetti é importante para aproximar o Cristianismo e os homossexuais”, afirmou na época o militante e fundador do grupo, Luiz Mott (MEIRELLES, 1996).

Ele recebeu o prêmio ao lado de Marta Suplicy, autora do projeto de lei n. 1.151/1995, como já abordado, bastante criticado pela CNBB. O padre disse na ocasião

⁷² Em agosto de 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) publicou uma portaria instituindo o “processo transexualizador” no sistema público, habilitando hospitais universitários a realizar os serviços hospitalares. O serviço insere-se no conjunto de reivindicações dos movimentos LGBT brasileiros que começam a ser atendidas, em parte, a partir dos anos 2000, sobretudo nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No contexto global, a categoria transsexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental pela Organização Mundial da Saúde (OMS) apenas em 2018. A homossexualidade, por exemplo, saiu da lista da OMS em 1990.

que o projeto de lei “pode ser útil na medida em que procura disciplinar um comportamento presente na sociedade e já em grande parte incorporado à nossa cultura e ao nosso modo de viver, quer queiramos ou não” (idem, p. 110-111).

O trabalho pastoral com pessoas homossexuais na paróquia foi descontinuado com a transferência do padre para outra comunidade. Relatos de interlocutores mostram que Trasferetti não deu sequência ao trabalho em sua nova paróquia. Ao menos, publicamente, não se tem registro de novas atividades. Contudo, ele continuou a escrever e falar publicamente suas posturas em defesa de uma moral católica mais flexível no campo da sexualidade. Em 2005, ele afirmou ao jornal *Estado de S. Paulo* em uma entrevista sobre sexualidade e celibato: “sou contra esses padres que se omitem diante da realidade. Mesmo que se corra o risco de ser mal interpretado, é importante começar a falar. Só assim o mundo pode evoluir” (WESTIN, 2005). Em livro publicado em 2000, ele afirmou: “fiz política, defendi prostitutas, homossexuais e travestis, por causa disso, fiquei conhecido como o “padre polêmico”. Tenho procurado somente levar Deus para essas pessoas” (TRASFERETTI, 2003). Suas posições também ganham espaço na imprensa católica. O jornal do *Santuário de Aparecida*, em 2011, publicou uma reportagem chamada “Igreja e Aids: conheça a assistência eclesial aos soropositivos”. No texto, sobre a pastoral DST/AIDS, mais uma vez Trasferetti mostrou seu incômodo com a doutrina dominante e afirma: “a moral católica também necessita ser revista, pois deve ser mais positiva e aberta às necessidades do nosso tempo”. Nessa época, ele presidia a Sociedade Brasileira de Teologia Moral (SBTM). Em um especial mais recente do UOL sobre religião e população LGBT, o padre demonstra simpatia pelo atual papa: “o papa Francisco tem se posicionado de uma forma acolhedora. Suas palavras e ações nos levam a uma prática menos moralista, mais solidária e fraterna” (BERTOLOTTO, 2012). Padre Trasferetti é atualmente professor de moral na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e pároco em uma igreja distante do Ouro Verde. Seu nome é ainda bastante lembrado entre os ativistas “católicos LGBT”.

Os “católicos homossexuais” na universidade

A “pastoral do homossexual” nunca foi institucionalizada em Campinas. Mas as ideias de Trasferetti repercutiram entre outros sacerdotes católicos e entre católicos leigos. O padre jesuíta Luís Corrêa Lima foi um dos religiosos influenciados pelas ações do campineiro. Lima trabalhou com Trasferetti em Campinas no ano de 1985 e depois, já radicado em Brasília, o jesuíta desenvolveu um trabalho pastoral com recasados (termo

para se referir aos católicos em segunda união), já mobilizado para questões morais controversas na Igreja.

Em 2003, a leitura de um dos livros de Trasferetti despertou interesse do jesuíta na temática. O religioso e acadêmico encontrou elementos teológicos para a discussão sobre diversidade sexual e cristianismo e teve sua “conversão intelectual ao cristianismo incluso” como relatou em entrevista a Serra (2017, p. 91). Em 2004, ele iniciou atividades de docência no Departamento de Serviço Social da PUC Rio e, dentro daquele espaço acadêmico, começou a participar de diversos debates, eventos e mesas-redondas sobre diversidade sexual, moral e catolicismo, focado em uma discussão mais teórica.

O ambiente universitário mostrou-se propício para aquele tipo de reflexão. Algum tempo depois, em 2006, ele fundou o Grupo de Pesquisa Diversidade Sexual, Cidadania e Religião, ligado ao Departamento de Serviço Social da PUC Rio. O nome do grupo de estudos é bastante significativo: diversidade sexual, cidadania e religião. Em entrevistas e artigos, o religioso fala em uma “cidadania religiosa LGBT”. Constatei na pesquisa de campo que os ativistas utilizam a mesma expressão. Como é sabido, o ativismo homossexual já estava lutando por direitos em busca de uma cidadania plena, já que, como coloca Rubin (2003), a interdição de relações homossexuais nega o “privilegio da cidadania total” a esse grupo. Nesse processo, a produção científica tem papel relevante. Vejamos que Carrara (2016) afirma que o conhecimento dos antropólogos, com trânsitos entre ativismo LGBT e academia, “tornaram-se atores importantes no processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil”. A reflexão do autor dá suportes para afirmar que o grupo de pesquisas da PUC Rio, seus pesquisadores e suas produções acadêmicas (bem como outros acadêmicos e teólogos que escreveram sobre o assunto) são, mais ou menos, para o ativismo católico LGBT o que a antropologia é/foi para o movimento LGBT, importantes no processo de produção e legitimação de uma cidadania católica das sexualidades e expressões de gênero não-normativas.

Veremos que a entrada pelo ambiente acadêmico foi determinante para o surgimento do primeiro grupo de “leigos católicos LGBT” no Brasil. Portanto, a formação do grupo permitiu a materialização da cidadania religiosa LGBT na Igreja Católica. A porta da universidade mais aberta que da Igreja permitiu que a questão tivesse visibilidade. Após a criação do grupo de pesquisa, padre Luís, a exemplo do colega de Campinas, teve uma inserção midiática, com a publicação de artigos de opinião e entrevistas no jornal *O Globo* e em portais voltados para o público LGBT, como o *Mix Brasil*. Perguntado pelo *O Globo* se houve reação negativa ao grupo dentro da Igreja Católica, o padre respondeu: “felizmente, não. Nós estamos em uma universidade, onde

a liberdade acadêmica é fundamental para a produção do conhecimento, que se realiza através de debates, pesquisas, eventos e publicações”. Ou seja, apesar de estar dentro de uma instituição católica, ele se agarrou em valores acadêmicos seculares para legitimar seu grupo de pesquisa. Na mesma entrevista, o jornalista pergunta sobre a decisão do STF em reconhecer a união civil entre pessoas do mesmo sexo. A resposta é bem emblemática:

Há coisas positivas nesta decisão. Ao contrário do senso comum, existem elementos de convergência entre a decisão do Supremo e a doutrina da Igreja. Um documento do Vaticano, de 2003, trata do reconhecimento civil da união entre pessoas do mesmo sexo. Ele se opõe à equiparação desta forma de união àquela entre homem e mulher, bem como a mudanças no direito familiar neste sentido. No entanto, o Vaticano afirma que se podem reconhecer direitos decorrentes da convivência homossexual.

Este passo é muito importante. Se não houver nenhum reconhecimento social ou proteção legal às uniões homoafetivas, a homofobia presente na sociedade vai pressionar os gays a contraírem uniões héteros, para fugirem de um preconceito que é muito forte. Isto já acontece há séculos, traz muito sofrimento e precisa parar. O sacramento do matrimônio nestas circunstâncias é inválido. É preciso que os fiéis saibam disto. O casamento tradicional não é, de modo algum, solução para a pessoa homossexual (LIMA, 2011).

O primeiro ponto a ser destacado é reconhecer os avanços civis das populações LGBT. O segundo ponto é a interpretação estratégica e positiva de um documento da Santa Sé bastante duro aos homossexuais e, conseqüentemente, bastante criticado pelo movimento LGBT. Ainda nessa linha, como também já foi dito no capítulo anterior, a decisão vista como positiva pelo padre, foi extremamente criticada pela CNBB. O terceiro e último ponto é afirmar que o casamento civil seria útil para evitar casamentos religiosos forjados para esconder uma identidade sexual. Essas uniões, segundo ele, não teriam validade perante a Igreja. Diante de análises da atuação do religioso, Barajas (2016) “afirma que sua postura é emblemática na tentativa de desestigmatizar a presença, o pertencimento e a visibilidade dos homossexuais na Igreja Católica” (idem, p. 260, tradução minha).

Ressalto que o jesuíta desenvolve suas atividades inserido em um processo amplo da *cidanização* homossexual no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000. Apesar da pressão de grupos contrários (incluindo os religiosos) a expansão dos direitos sexuais e reprodutivos, as populações LGBT tiveram importantes conquistas e ocuparam espaços centrais, inclusive no Estado. Nesse processo, o governo federal tem papel importante. Em 2003, ao assumir a presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva concedeu *status* de ministério a Secretaria de Direitos Humanos, ampliando as discussões sobre o

tema e criando mecanismos de combate à discriminação causada por orientação sexual e identidade de gênero. Em 2004, foi criado o programa Brasil sem Homofobia. No ano seguinte, 2005, a presença de membros LGBT no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT passou a ser obrigatória. Em 2008, é realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Considerada um marco para o movimento, a conferência foi convocada por decreto presidencial. Apesar desses acontecimentos, alguns direitos, como o casamento igualitário foram conquistados via Judiciário, no mesmo período. Assim, a questão LGBT esteve em pauta nos principais meios de comunicação do país, em discussões do cotidiano, mobilizando pessoas contrárias e a favor aos direitos civis das populações entendidas como minorias sexuais e de gênero.

Silvia Aguião (2014) afirma que o “tripé da cidadania” é a fórmula que vem sendo utilizada para expressar uma das principais reivindicações do movimento LGBT na atualidade e se refere a implantação de três medidas nas esferas municipais e estaduais de governo: coordenadorias LGBT, conselhos LGBT e planos de combate à homofobia nos níveis locais. A autora destaca a notável “criação de instâncias administrativas nos níveis estaduais e municipais direcionadas a oferecer serviços e/ou promover “direitos LGBT”. Natividade (2016), deixa claro, contudo, como a relação com o Estado é bastante heterogênea e instável. Uma conquista pode ser suprimida em consequência de pressões de um grupo político mais forte.

A academia não é apenas afetada por essas discussões envolvendo cidadania homossexual/LGBT, mas por atores que tomam lados nesse campo discursivo de ação. Padre Luís, sem dúvida, entra nesse processo. Apesar de suas falas e escritos apontarem para uma postura mediadora, sem confrontar a hierarquia, até por sua posição – um padre docente de uma universidade católica –, suas propostas acadêmicas, teológicas e pastorais foram atacadas por grupos e pessoas alinhadas à visão oficial da Igreja Católica. Pela internet, vários coletivos e organizações católicas o acusam de “promover o homossexualismo [sic]” ou o chamam de forma pejorativa de “amigos dos homossexuais”. Em uma página eletrônica, texto-manifesto pede para que fiéis católicos denunciem o sacerdote para inúmeras autoridades eclesiais por ele ter afirmar em entrevista de TV que “é preciso combater a homofobia”. Não encontrei entrevistas do padre na mídia nos últimos anos, contudo, ele continua a publicar artigos acadêmicos e de opinião sobre o assunto em diversos *sites*, mantendo sua posição.

As iniciativas de José Trasferetti e Luís Corrêa Lima, apesar de terem objetivos semelhantes, apresentam uma diferença enquanto ao “público”. Em Campinas, Trasferetti

inserido em uma realidade social marcada pela prostituição, desemprego e exclusão social, voltou suas atividades para os “excluídos e marginalizados”, como já citado, categorias mais clássicas da Teologia da Libertação, promovendo uma “abertura do compasso” ao questionar a ausência de iniciativas pastorais voltadas à população homossexual nos espaços eclesiais, mesmo nos mais progressistas. Luís, inserido em uma instituição de ensino superior confessional e privada, apostou na reflexão acadêmica/científica e em um diálogo interdisciplinar em busca da aceitação de suas ideias. Naquele espaço, os sujeitos excluídos em questão não vivenciavam necessariamente a exclusão social por causa de pertencimento a uma classe social. Poderiam não gozar de uma vida financeira confortável, mas tinham acesso à universidade, algo ainda reservado para uma parcela privilegiada na população brasileira. Esse perfil mais escolarizado, composto por pessoas brancas, de classe média, homossexuais e cisgênero predominaria na maioria dos grupos “católicos LGBT”. Enquanto pessoas negras, trans e de classes sociais mais desfavorecidas ocupariam menos espaços nos coletivos. Acredito que, apesar do foco dos grupos estarem no acolhimento pastoral, a maioria dos ativistas têm acesso a discussões mais aprofundadas sobre o tema através da literatura teológica e, mais adiante, das ciências sociais. Sendo que inúmeros ativistas, sejam por interesse pessoal ou profissional, passam a pesquisar e produzir conteúdo sobre o tema. Diante disso, vale lembrar, mais uma vez, que os espaços acadêmicos no Brasil ainda são restritos.

Contudo, os dois padres pioneiros buscaram realizar ações mais concretas. Apesar de produzirem reflexões teóricas e publicarem artigos e livros – elemento fundamental nas duas trajetórias – eles abriram caminhos para o acolhimento pastoral, propondo ainda um diálogo mais amplo, *paraeclesiástico*, nos espaços públicos e na mídia. Uma carta do padre Luís dirigida aos pais que têm filhos com orientação homossexual, replicada na internet em *sites* nacionais e internacionais, também revela o protagonismo do trabalho do sacerdote e pesquisador. Seu intuito não é apenas em acolher as pessoas LGBT, mas dialogar com toda a comunidade:

Prezados pais,

Os seus filhos são um presente de Deus criador a vocês e à humanidade, assim como a vida de todo ser humano. E vocês são para eles um instrumento da Providência divina para tenham vida, afeto, educação e valores.

Nós chamamos a Deus de “Pai”, conforme a nossa tradição judaico-cristã.

Usamos a nossa linguagem e experiência humanas para nos dirigirmos a alguém que ultrapassa os limites do mundo e da nossa vivência. Também reconhecemos nele os traços da ternura materna. A experiência do amor

incondicional, que os pais proporcionam, é fundamental para o despertar da fé e para uma sadia relação com Deus.

Ter filhos homossexuais lhes remete à complexa realidade da diversidade sexual. Ao longo da história e em diferentes culturas, esta questão foi tratada de vários modos. A nossa tradição de séculos longínquos e recentes já considerou a relação entre pessoas do mesmo sexo uma abominação e uma séria doença, impondo um pesado fardo a gays e lésbicas. No entanto, há mudanças que não podem ser negligenciadas, como a evolução dos direitos humanos, a superação da leitura da Bíblia ao pé da letra e, nos anos 1990, a supressão da homossexualidade da lista de doenças da Organização Mundial de Saúde. Trata-se de uma condição, e não de opção, que alguns carregam por toda a vida.

A sociedade e as famílias estão por aprender uma nova maneira de lidar com a homoafetividade; a Igreja Católica, que é parte da sociedade, também. Ao se falar da Igreja, frequentemente se pensa em proibições e condenações. Este não é um ponto de partida adequado. A Igreja ensina que ninguém é um mero homo ou heterossexual, mas antes de tudo um ser humano, criatura de Deus e, pela graça divina, filho Seu e destinado à vida eterna. E acrescenta que os homossexuais devem ser tratados com respeito e delicadeza. Deve-se evitar para com eles toda forma de discriminação injusta.

No nível local, há mudanças importantes acontecendo na Igreja. Em 1997, os bispos católicos norte-americanos escreveram uma bela carta pastoral aos pais dos homossexuais. O título é: *Always our children* (Sempre Nossos Filhos). Segundo eles, Deus não ama menos uma pessoa por ela ser gay ou lésbica. A aids não é castigo divino. Deus é muito mais poderoso, mais compassivo e, se for preciso, mais capaz de perdoar do que qualquer pessoa neste mundo. Os bispos exortam os pais a amarem a si mesmos e a não se culparem pela orientação sexual dos filhos, nem por suas escolhas. Os pais de homossexuais não são obrigados a encaminhar seus filhos a terapias de reversão para torná-los héteros. Os pais são encorajados, sim, a lhes demonstrar amor incondicional. E dependendo da situação dos filhos, observam os bispos, o apoio da família é ainda mais nesses.

Prezados pais, os seus filhos serão sempre seus filhos. Vocês não fracassaram e nem erraram por causa da orientação sexual deles. O estigma de infâmia e de doença ligado à homossexualidade precisa ser vencido. A aceitação da condição de seus filhos torna a vida de ambos muito melhor e mais feliz. Esta tarefa não é fácil, mas também não é impossível. A prova disso é o depoimento de tantos pais que já conseguiram, ainda que tenham levado alguns anos.

A confiança no bom Deus, fonte de todo o bem e do amor incondicional, há de tornar este caminho mais suave e exitoso (LIMA, 2010).

A carta mostra seu alinhamento com o discurso apresentado por segmentos do movimento LGBT nacional e internacional e pelos direitos humanos. A sexualidade é enfatizada como uma orientação, não uma opção ou escolha. Ele também tira o *status* de doença ou de pecado atribuído às pessoas homossexuais e desconsidera as leituras literais dos textos bíblicos. Ao citar as iniciativas internacionais, o sacerdote entende que o trabalho da Igreja Católica em outros países pode ser bons exemplos a serem seguidos e mostra as influências estrangeiras no campo brasileiro. Porém, o foco da carta apela para subjetividade, tentando convencer pais que ter um filho homossexual não deve ser entendido como um problema, castigo ou fracasso. Para Barajas (2016), a carta do padre já refletia o trabalho de um grupo formado por católicos LGBT, o Diversidade Católica (DC/RJ), criado em 2007, tema da próxima seção.

A fundação do primeiro grupo leigo LGBT brasileiro

Musskopf (2004, p. 8) afirma que as reflexões teológicas e pastorais pela inclusão homossexual foram por muito tempo protagonizadas mais pelos “simpatizantes da causa” que pelos próprios homossexuais, emergindo como sujeitos teológicos. Os sacerdotes-personagens José Trasferetti e Luís Corrêa Lima podem ser, então, classificados como esses “simpatizantes” ou ainda “aliados”, como descrito anteriormente. Contudo, no final da primeira década de 2000, esse quadro passa por uma alteração quando surgem os primeiros grupos leigos homossexuais na Igreja. Momento em que os “católicos LGBT” começam a se entender como “sujeitos eclesiais” em busca de uma cidadania religiosa mais plena. A partir de então, as ações sociais e pastorais também passam a ser produzidas, gerenciadas e protagonizadas por católicas e católicos sem vínculos eclesiais com a hierarquia da Igreja. O laicato LGBT assume o ativismo religioso pela diversidade sexual e de gênero na Igreja e em outros segmentos da sociedade.

Sacerdotes e freiras, no entanto, não saem de cena. Pelo contrário, com a ampliação dos grupos pastorais e, posteriormente, com a implantação de pastorais institucionais para pessoas LGBT, aumenta o número de religiosos diocesanos e de congregações mobilizados com a causa. Publicando livros sobre o tema, acompanhando pastoralmente e espiritualmente os grupos e mediando relações entre os ativistas e a hierarquia da Igreja. Em muitos casos, porém, a presença desses atores é semi-pública, como uma estratégia para evitar sanções ou ataques de grupos contrários às iniciativas da Diversidade. Diante desse cenário, tem-se, em meados de 2006, a criação do pioneiro Diversidade Católica, no Rio de Janeiro (DC/RJ), primeira iniciativa leiga no país que se

tornou exemplo para outros locais. O Grupo de Ação Pastoral da Diversidade de São Paulo, criado em 2010, ocupa papel semelhante. Segundo a nascer no país, teve outros grupos formados a partir dele.

O trecho abaixo, parte do “Quem somos” do site do DC/RJ, apresenta de forma resumida a proposta do grupo:

Somos um grupo de leig@s crist@ católic@s que acredita na possibilidade de viver identidades aparentemente antagônicas: ser crist@ católic@ e ser LGBT.

Desejamos fornecer subsídios teológicos e pastorais que ajudem a conciliar estas identidades. Sabemos que a fé cristã é totalmente inclusiva – em todos os sentidos – e jamais excludente. O próprio termo “católico” quer dizer “universal” e “abrangente”.

As ações e palavras de Cristo nos evangelhos deixam bem claro que tod@s são chamad@s a viver a filiação divina no amor, independentemente de qualquer condição ou identidade (DIVERSIDADE CATÓLICA, 2007).

As expressões “conciliação” e “compatibilidade” já se fazem presentes, bem como o protagonismo do laicato é evidenciado. O desejo em “fornecer subsídios teológicos e pastorais” reafirma a busca em sustentar a compatibilidade defendida no campo da teologia e da moral, mas, como já colocado, não ganharia centralidade na prática. O texto também reafirma a ideia da pluralidade existente no catolicismo ao apresentar a definição do termo “católico” como “universal” e “abrangente”. Os elementos da “eclesiologia da diversidade” (SERRA, 2017) estão expressos nesse trecho, bem como a ideia de um novo enquadramento no catolicismo que una duas identidades supostamente incompatíveis.

Se comparar a proposta de Campinas da década de 1990 com o grupo carioca, pode-se perceber que o padre campineiro oferecia acolhimento e inclusão para um grupo aparentemente entendido como afastado da Igreja, ou seja, “nós (Igreja)” precisávamos acolher “eles” homossexuais. Nesse sentido, a pergunta era: o que a Igreja pode fazer para receber os homossexuais? A partir do DC/RJ, os próprios LGBT afirmam: “nós somos Igreja” e reivindicam espaços dentro da instituição, mais que isso: eles criam esses espaços sem a chancela de autoridades do clero para vivenciar a fé católica, deixando claro a forte atuação via ação pastoral. Sendo assim, a pergunta passa a ser: o que nós podemos fazer para viver nossa fé na Igreja que sempre fazemos parte?

É a partir desse momento que os católicos assumidamente LGBT também saem do armário para o espaço público. Vão para a mídia, para a academia, para as ruas e para as redes sociais compartilhar depoimentos, testemunhos e conhecimentos. Em diferentes

espaços, acionam diferentes estratégias de atuação, e dão evidência para um novo sujeito teológico, pastoral, social, político e moral católico. Sendo assim, mais do que um padre teólogo/acadêmico falando sobre acolhimento para pessoas LGBT, os próprios buscam ter voz.

O grupo carioca nasceu a partir de algumas pessoas – homossexuais e heterossexuais – que se reuniam para rezar e refletir sobre textos que tratavam da homossexualidade no campo teológico. No princípio, o pequeno grupo era formado por um ex-padre e duas católicas leigas. Todos os três tinham “encontrado” a homossexualidade em suas trajetórias. Seja por se descobrirem ou por conviverem com familiares homossexuais:

Um padre que estava se descobrindo gay, em processo de discernimento se iria ou não continuar como sacerdote, e mais duas amigas se reuniram para discutir o tema e para um grupo de oração [...]. Eles começaram a se reunir para tentar entender o que que eles queriam fazer e refletir sobre essa questão de identidade [...] e foram chegando outras pessoas. Aí resolveram fazer um *site*. A proposta inicial era fazer um repositório, um subsídio para pensar essa questão. Inclusive quem elaborou uma boa parte do material do site original do Diversidade [Católica] foi o padre que estava se descobrindo. Então realmente era teologia gay, isso faz muita diferença. Não é um padre tentando fazer uma coisa *gay friendly*, é um padre que tá falando desde a sua experiência como um homem gay, se descobrindo como um homem gay. Quando o *site* é lançado, tinha canal de contato e começou chegar *e-mail* de pessoas perguntando e começou a surgir uma demanda por vários canais tanto pela coisa do *e-mail* quanto pelas próprias pessoas que estavam se reunindo para discutir isso, aí uma pessoa vai trazendo a outra, nesse efeito bola de neve e aí surge a demanda por reuniões que acontecesse regularmente e aí ganhou o caráter de grupo de acolhida, que não era a proposta inicial, a proposta inicial era elaborar subsídios para reflexão e ponto, mas a demanda por um grupo de acolhida se impôs e aí, enfim, eles começaram a se reunir mensalmente, houve um bom período que as reuniões eram quinzenais, depois voltaram a ser mensais (Entrevista com Ester, Rio de Janeiro, julho de 2018).

O perfil dos primeiros participantes, incluindo um ex-sacerdote que estudou teologia, e a localização do grupo – mesma cidade em que Luís Corrêa Lima desenvolvia suas atividades acadêmicas – fortaleceram a ideia de criar um grupo de reflexão teológica/acadêmica. Uma preocupação das pessoas envolvidas no empreendimento era dar publicidade para tais discussões, eles optaram por criar um canal na internet. Barajas (2016) considera o lançamento da página na internet do grupo, em julho de 2007, um marco fundamental para a expansão da iniciativa. A página na *web* tinha como objetivo

divulgar para um público mais amplo discussões consideradas pelos membros do grupo ainda muito restritas. Porém, Ester relata que o grupo se distanciou da proposta inicial quando agregou mais pessoas. Ao invés de aprofundamento em questões teológicas e morais, o coletivo passa a ter um caráter de acolhimento e partilha, ou seja, torna-se o que Valle (2014) chama de um grupo *psicopastoral* para homossexuais. De acordo com alguns interlocutores, o DC do Rio de Janeiro, bem como outros grupos, assume um papel de apoio, uma espécie de terapia em grupo para pessoas LGBT católicas.

O caráter de grupo de acolhida foi sendo enraizado, se espalhou, inclusive por outros coletivos brasileiros, apontando para ênfase nas atividades pastorais dos ativistas “católicos LGBT”. Claro, outras estratégias de atuação foram sendo desenvolvidas paralelamente. Entre elas, as posturas políticas interna e externamente ao catolicismo. Os grupos ainda parecem investir em uma incidência pública para levar a diversos públicos suas formas de atuação, tornando-se uma contraprova pública da posição oficial do catolicismo sobre a homossexualidade.

Já em 2006, o grupo de partilha passou a ter o acompanhamento espiritual de um padre. O sacerdote já tinha interesse pelo tipo de discussão proposto pelo grupo. Outras pessoas foram sendo agregadas por intermédio das redes de contatos dos participantes e das experiências de atendimento pastoral do padre. O religioso garantia aos participantes do grupo a participação na comunhão. O acesso a esse sacramento é muitas vezes negado a católicos que assumem publicamente sexualidades e identidades de gênero dissidentes na normatividade. Além disso, interlocutores relataram que decidiram pessoalmente parar de comungar (receber a hóstia) por algum período de suas vidas quando se descobriram homossexuais, pois entendiam ser pecado receber o sacramento na “condição” de uma pessoa gay ou lésbica.

Este é o caso de Ester, que por muitos anos, desde adolescência, quando se percebeu como uma mulher lésbica, tentou buscar ajuda de padres, que sempre afirmavam ser pecado as práticas homossexuais, como ela relatou em entrevista. Antes de se entender como lésbica e, por consequência, a “culpa do pecado” entrar na vida dela, sua relação com Deus e com a Igreja Católica era “bastante positiva”, como define. Filha da classe média carioca, foi introduzida no catolicismo pela avó (que também transitava pelo espiritismo) e pelas freiras do colégio onde estudou. A capela da escola religiosa ainda é uma das suas melhores lembranças daquele tempo. Com os olhos fechados, tentando voltar ao passado, ela afirmou: “eu adorava ir para lá, eu adorava o cheiro daquele lugar. Até hoje me lembro o cheiro daquela capela” (entrevista com Ester, Rio de Janeiro, julho de 2018).

Sua outra grande experiência sensorial com a religião foi, talvez, exatamente na sua primeira reunião com o “grupo de católicos homossexuais”, quando ela sentiu o gosto da comunhão em um espaço descrito como “acolhedor e propício”. Ali, todos sabiam que ela era lésbica e isso não era um problema, como relata.

Minha primeira reunião foi em 2008. O choque, a onda de emoção que me tomou na primeira missa que participei do Diversidade [Católica]. Ali entendi o quanto eu não era bem resolvida com a minha sexualidade, minha solução tinha sido me cortar do meio [...] quando eu entrava na Igreja, deixava a “lésbica” do lado de fora [...], aí eu chego no Diversidade Católica e me engajo nessa militância. (Entrevista com Ester, Rio de Janeiro, julho de 2018).

Diante da experiência de Ester, entendo que o Diversidade Católica ofereceu à ela uma cidadania religiosa, através do acesso à comunhão em um espaço onde ela não precisava esconder sua orientação sexual, ou, como descreve, não precisava “deixar a lésbica do lado de fora”. Para falar que pessoas LGBT têm sua cidadania religiosa, pelo menos em parte, negligenciada dentro da Igreja, é preciso entender que os “católicos LGBT” são uma espécie de minoria religiosa dentro da própria instituição. Ainda sobre a missa, mesmo que realizada em um grupo *paraeclesial* com pessoas que assumem fortemente a figura de leigo ativo, é preciso ressaltar a importância do sacerdote nesse contexto, já que, na Igreja Católica, são os padres os únicos personagens legítimos para oferecer a maioria dos sacramentos, sendo assim, uma figura instituída pela Igreja é fundamental no processo de legitimação do enquadramento que une católicos e LGBT.

Bem, a visão de que o padre é insubstituível se sustenta em parte. Outras estratégias são utilizadas pelo ativismo católico LGBT que relativizam o ministério eclesial chancelado pela Igreja. Como já foi dito, um dos pilares da “eclesiologia da diversidade” é assumir-se o papel leigo e relativizar a autoridade supostamente inquestionável do clero. Diante disso, encontrei relatos durante pesquisa de campo de leigos “católicos LGBT” promovendo bênçãos para casais do mesmo sexo.

Disse acima que a página eletrônica do Diversidade Católica se tornou um canal de comunicação fundamental do grupo. Além de ser um espaço de publicizar suas pautas, contatos com potenciais participantes das reuniões presenciais foram mediados pela internet. Já citei também que esses sujeitos tomam espaços na mídia (*off-line* e *on-line*). É através da interlocução mediada por tecnologias digitais que se tem, em significativa parte dos casos, o contato com um discurso moral, teológico e pastoral contra-hegemônico sobre questões de sexualidade (LIMA, 2010). As mídias tornaram-se um dos palcos dos ativistas “católicos LGBT” organizados. O que me leva a entender que a

publicização não é apenas um meio para divulgar as ações de tais grupos, mas a presença nas diversas mídias é algo intrínseco ao ativismo católico LGBT, está presente desde sua constituição e é também onde se produz a identidade católica LGBT (individual e coletiva), é, por fim, uma atividade pastoral.

O DC/RJ é um dos grupos “católicos LGBT” mais estruturados no Brasil. Nunca conseguiu o *status* de pastoral, contudo. Apesar de tentativas por parte de religiosos “aliados”, sempre houve uma resistência grande das autoridades eclesiais da Arquidiocese do Rio de Janeiro, como relataram interlocutores. Um dos motivos pelo não reconhecimento institucional do grupo, segundo relatos que ouvi, é pelo fato de que o grupo *Courage*, iniciativa que defende uma pedagogia baseada na moral sexual institucional do catolicismo, ter atuação do território da arquidiocese, ou seja, para a hierarquia, não é preciso mais um grupo para homossexuais. Apesar das diferenças entre as propostas, o acolhimento pastoral do *Courage* já entendido como suficiente. Isso aponta que a Igreja no Rio de Janeiro tenta pasteurizar as pessoas católicas LGBT, propondo-lhes uma única alternativa, não reconhecendo as diversidades subjetivas e coletivas.

Esse não reconhecimento não impediu, porém, a expansão e consolidação do coletivo. Com 12 anos de existência, o grupo se reúne mensalmente em casas de membros da zona Sul da cidade. Eles adotaram a estratégia de não divulgar o endereço do local onde se reúnem já que são casas particulares. Apenas frequentadores do DC/RJ, pessoas próximas e contatos que chegam por meio das mídias sociais recebem informações sobre o local por mensagens privadas. Pelo pioneirismo e sistematização de material na internet, o *site* DC/RJ é uma espécie de cartão de visitas do ativismo católico LGBT e, a partir desse coletivo, “católicos LGBT” de outras regiões conheceram a iniciativa e criaram grupos em suas localidades. O perfil dos primeiros participantes e o local das reuniões são fatores que definem, pelo menos em parte, o perfil dos atuais participantes. Barajas (2016) constatou que os membros são, em sua maioria, homens brancos de classe média e alta. As mulheres são 15% do grupo, pessoas negras também estão em torno de 15%. Quase todos os participantes são cis. Apesar da predominância de homens cis brancos, duas expressivas lideranças atuais do grupo fogem à regra do perfil apresentado. Ester, até então uma mulher cis lésbica e branca e Murilo, um homem gay e negro estão no comando do grupo, como observei durante trabalho de campo. Isso aponta para a preocupação pela representatividade.

Grupo de Ação Pastoral de São Paulo e suas teias pela cidade

Em 2010, foi a vez de São Paulo receber seu primeiro coletivo “católico LGBT”. Desde sua criação, o grupo paulistano caminhou em um terreno acidentado e buscou interlocução com atores diversos na cena católica e fora dela em busca de se estabilizar. Diante das reflexões de Alvarez (2014, p. 18), sob influência teórica de Doimo (1995), compreendo que o coletivo de São Paulo, atualmente Grupo de Ação Pastoral da Diversidade, se articulou, “formal e informalmente, através de redes político-comunicativas – ou melhor, teias ou malhas – reticuladas” para se constituir dentro de um “campo discursivo de ação” da diversidade sexual e de gênero.

A trajetória do coletivo está entrelaçada com a trajetória do padre inglês James Alison, que morou no Brasil do final da década de 1980 até pelo menos 2015. Padre James, como é conhecido pelos interlocutores, era um frade dominicano que se descobriu gay depois de um processo de autoconhecimento. Ao perceber sua sexualidade, pediu as anulações de seus votos para ordem religiosa que congregava. Pedro, um dos coordenadores do GAPD e que conviveu com o padre, relatou o principal argumento de James para pedir a anulação de seus votos “quando ele recebeu os votos religiosos, ele não tinha plena consciência de sua sexualidade. Considerava-se um ‘hétero defeituoso’, então ele descobriu que era gay e entendeu que não era nenhum defeito, digamos assim.” (entrevista com Pedro, São Paulo, abril de 2018).

A anulação de seus votos foi concedida ao sacerdote. Contudo, os dominicanos não o “laicizaram”, ou seja, o sacramento da ordem não foi anulado. Isso significa que James continuou a ser um ministro ordenado da Igreja Católica, mas sem congregação e sem paróquia. Essa condição atípica foi resumida da seguinte forma em reportagem publicada na *Folha de S.Paulo*: “o padre foi rejeitado, não excomungado, o que na prática significa viver em uma espécie de ‘terra de ninguém’. Tecnicamente, ele continua a ser padre, mas não é ligado a uma ordem religiosa ou arquidiocese” (LISBOA, 2015).

Nessa condição, o religioso já vivia em São Paulo desde o início de 2010. Os relatos dos interlocutores revelaram ainda que James solicitou ao cardeal de São Paulo permissão para exercer o sacerdócio em uma paróquia da cidade. O pedido foi negado. O fato de o padre ser assumidamente homossexual é apontado como um dos motivos principais da negativa por parte do cardeal, em outras palavras, a incidência pública de sua identidade sexual foi uma barreira para que o padre pudesse atuar como religioso em um espaço eclesial. Sem paróquia, mas não impedido de realizar sacramentos, ele se

aproximou de um grupo de pessoas católicas e assumidamente LGBT e, já em 2010, passou a se reunir com elas para celebrar missas.

Os encontros eram realizados nas noites de terça-feira no espaço onde fica a sede da Casarão Brasil – Associação LGBTI, como indica o nome, um casarão do século XX construído na Rua Frei Caneca, na região central de São Paulo. A realização dos encontros nesse espaço evidencia uma aproximação entre o ativismo religioso LGBT com um ator do mercado LGBT. A associação foi criada pelo empresário Douglas Drumond, que presidiu a Câmara de Comércio GLS. O empresário é ainda dono do 269 Chili Pepper Single Hotel, considerada uma das maiores saunas gays do Brasil, e de outros empreendimentos no setor LGBT e do mercado do sexo, como motéis. Como não tive acesso a interlocutores que iniciaram o grupo em São Paulo, não consegui saber como foram as negociações para que o espaço do Casarão fosse cedido para o grupo religioso realizar suas atividades. Porém, Douglas Drumond tinha o interesse de transformar a Frei Caneca em uma “rua gay” em São Paulo (PUCCINELLI, 2014).

A presença de um grupo de homossexuais católicos poderia convergir nesse seu interesse. Além disso, é válido pensar que o empresário poderia ter interesses pessoais com a religião ou ainda ter relações próximas com as pessoas que iniciaram o grupo em São Paulo.

Mas a associação de Douglas Drumond não foi o único espaço do mercado que o grupo passou. Em 2011, as reuniões deixaram de ser na Casarão Brasil e foram transferidas para outro endereço. Os motivos da migração não são conhecidos pelos interlocutores que conversei. Isso porque, como já citado, nenhum deles acompanharam essa mudança:

Eu recebi um *e-mail* dizendo que as missas estavam sendo de domingo, às 18 horas no boteco do Caê, que fica na Rua Aurora. Aí eu fui, não me lembro se foi no segundo ou no terceiro domingo de julho de 2011. Foi quando conheci o padre James, conheci outras pessoas... e falei: “nossa que legal, um grupo de pessoas assumidamente gays, falando abertamente sobre isso e fazendo os rituais católicos com muita tranquilidade” (Entrevista com Pedro, São Paulo, abril de 2018).

Pedro já sabia das reuniões na Casarão Brasil, mas afirmou que não participava pois não queria ter sua imagem associada à organização naquele momento. Além disso, era dia de rodízio da sua placa de carro. Como morava em outra região da cidade, disse que era difícil para chegar até a Frei Caneca às terças à noite. Vale lembrar, mais uma vez, que Pedro, na década de 1990 e início dos anos 2000, teve protagonismo na militância LGBT em São Paulo e a figura de Douglas Drumond é/era controversa entre

setores do movimento LGBT. Naquele momento, pela fala do interlocutor, entendi que existia alguma rusga entre o que os dois representavam.

Mas, quando as reuniões foram para o bar do Caê, ele decidiu participar. Sua fala ao contar como foi sua primeira reunião no grupo, exemplifica a sensação descrita por outros interlocutores entrevistados. A primeira vez em um encontro de um grupo “católico LGBT” marca a trajetória de muitos ativistas. Como vimos, Pedro ficou surpreso ao ver “pessoas assumidamente gays, falando abertamente sobre isso e fazendo os rituais católicos com muita tranquilidade”. Essas experiências apontam para uma espécie de “choque” subjetivo, como também relatou Ester.

O bar do Caê é um estabelecimento voltado ao público gay localizado na Rua Aurora, na região do Largo do Arouche e Praça da República, pontos históricos do centro de São Paulo para a sociabilidade homossexual e para encontros homoeróticos (GREEN, 2000). A região é ainda importante para a militância LGBT, sendo espaço de organização de assembleias e atos, divulgação de ongs e coletivos. Os donos do bar eram dois rapazes, sócios e namorados. Um deles frequentava as missas do grupo, realizadas entre 18h e 19h, aos domingos. A familiaridade com o catolicismo por parte de um dos sócios, foi apontada por Pedro por um dos motivos do bar abrir as portas aos católicos homossexuais. Mais que ceder um espaço, um dos donos do estabelecimento passou a congregar com o coletivo.

Quando acabavam a reunião e a celebração religiosa, o bar abria as portas para seus clientes. Com o passar do tempo, o rapaz que frequentava o grupo deixou de ser sócio do estabelecimento, o que dificultou a organização das reuniões do coletivo no espaço. Logo, para evitar problemas com o outro dono, as reuniões deixaram de acontecer no bar. Em busca de um novo espaço, James ofereceu sua casa, um apartamento nas proximidades, no Largo do Arouche, para celebrar as missas. Uma reportagem da *Folha de S.Paulo* registra essa fase do grupo:

Ali [casa de James Alisson], reúne-se um grupo de católicos LGBT que acredita ser possível conciliar sexualidade e fé. "Chego a receber 30 pessoas", afirma o padre. Ele não permitiu que a celebração fosse fotografada porque achou que seria "inapropriado" com os fiéis. "Muitos não se assumiram. Eles vêm aqui em busca de um lugar seguro" (LISBOA, 2015).

A fala do padre sobre a “busca de um lugar seguro” está em sintonia com a proposta do Diversidade Católica do Rio de Janeiro e de outros grupos que surgiram ao decorrer do tempo. Entendo que por “lugar seguro” James e os “católicos LGBT” estão se referindo a um espaço em que conseguem praticar os rituais católicos sem a necessidade de passar por constrangimentos ou discriminações. Acima, disse que as

reuniões servem também como uma espécie de terapia em grupo. Pedro confirma essa colocação ao descrever sua própria experiência no coletivo de São Paulo, relacionando-a, inclusive, com o grupo de ativismo LGBT Corsa:

Conhecer o padre James, o grupo de São Paulo, foi uma coisa que me fez um bem pessoal, eu me encontrei com minha fé. Pude falar: “Não estou louco. Tem gente vivendo a mesma situação que eu”. Isso me reportou quando eu tinha entrado no Corsa, porque, numa outra escala, a gente tinha no Corsa muita gente confusa, com problemas de aceitação. Então, o Corsa foi durante um período um pouco de autoajuda. Num determinado momento, eu sabia que não precisava de ajuda e sabia que meu papel ali era de ajudar as pessoas que estavam passando por esse processo. Hoje, quando eu penso do GAPD e também em outros grupos, eu penso que eles ainda têm esse papel de ajudar gente que tá confusa, a gente pode falar: “Vem aqui, ninguém vai te julgar, Deus te ama”. (Entrevista com Pedro, São Paulo, janeiro 2019).

Pedro traça pontos semelhantes entre os dois grupos e deixa claro que uma organização, como o Corsa ou como GAPD, não cumpre um único papel. Sua importância e significado pode variar de acordo com cada ator que passa a fazer parte do coletivo. As experiências pessoais influenciam a atuação do coletivo e vice-versa. Para o ativista, em ambos grupos, por motivos diferentes, ele teve a oportunidade de passar por um processo de aceitação e de reconhecer iguais.

A agenda do padre James era bastante cheia. Como teólogo e acadêmico, viajava muito para participar de eventos e proferir palestras, o que impedia o grupo de se reunir de forma periódica, já que os encontros eram na casa do religioso. Com a ausência de James, o coletivo se reuniu durante um curto período em um espaço social liderado pelo padre Júlio Lancellotti, proeminente figura que luta pelos direitos da população de rua em São Paulo. A passagem pela casa foi curta e marcada por um conflito entre a hierarquia da Igreja e os membros do grupo. A história começou depois de um ex-frequentador do grupo publicar nas redes sociais um *post* dizendo que o local iria realizar um retiro para católicos LGBT. A mensagem chegou até a hierarquia. Responsável pelo local, padre Júlio Lancellotti teve que dar explicações e o grupo não se reuniu mais no espaço.

Em 2012, os participantes do GAPD, por um intermédio de padre Inácio, do Rio, entraram em contato com outro padre de São Paulo. Tal sacerdote, também jesuíta, aceitou acompanhar espiritualmente o grupo e ajudar a encontrar um local fixo para os encontros. Em uma reunião do clero de São Paulo, o padre jesuíta conversou com um frade franciscano sobre o grupo “católico LGBT” e o último mostrou-se bastante solícito, oferecendo qualquer casa dos franciscanos em São Paulo para o grupo se reunir. Depois

de uma negociação, as reuniões passaram a ser realizadas num espaço de uma obra social a partir de julho de 2013.

Logo, contudo, o local começou a passar por uma reforma e, mais uma vez, o grupo teve que se deslocar. Os franciscanos acolheram o grupo em outra casa. Mas um membro do GAPD sugeriu que eles procurassem uma congregação de irmãs missionárias, que desenvolviam um trabalho pastoral com operários. Depois de outra negociação, o grupo começou a se reunir na casa das irmãs. O local, contudo, era de difícil acesso por meio do transporte público e o grupo registrou uma baixa nas participações. As reuniões seguiram na casa das freiras até a reinauguração da primeira casa franciscana, onde o grupo encontra-se atualmente.

Os locais percorridos são apenas aqueles que o grupo manteve uma temporada, mesma que curta. Mas o GAPD reuniu-se ainda, mesmo que esporadicamente, em outros lugares, como sede de ongs e associações. O nomadismo do GAPD dificultou a fixação de membros, mas ajudou a construir uma malha formada por pessoas e instituições religiosas e da sociedade civil. Padres dominicano, jesuíta, franciscano e arquidiocesano, militantes LGBT, empresários do mercado LGBT e freiras missionárias são alguns atores que compuseram ou ainda compõem essa malha do grupo de São Paulo.

Durante os anos, não foram feitos registros de presença ou atas das reuniões. A trajetória do GAPD também nunca havia sido sistematizada textualmente de uma forma mais ampla, apenas via oral. O registro somente pela memória dos interlocutores impede dizer o número de pessoas que passaram pelas reuniões desde 2010, bem como traçar um perfil mais exato do coletivo. Contudo, o registro fotográfico é bastante utilizado pelo grupo. As imagens disponibilizadas nas redes sociais gravam quase todas as reuniões do GAPD. A minha participação nas reuniões e anotações em caderno de campo também ajudam a concluir que a média de participantes do coletivo está em torno de vinte pessoas por reunião. Em alguns momentos, as reuniões já foram realizadas com mais de quarenta pessoas ou com menos de dez pessoas.

A presença de homens homossexuais e cisgênero é hegemônica. “Clube do Bolinha”, comentou em tom de brincadeira um participante do GAPD em uma reunião onde estavam presentes apenas homens. Durante todo o trabalho de campo, registrei a participação de menos de dez mulheres, nenhuma delas com periodicidade. Um casal lésbico esteve em algumas reuniões. Mas a incompatibilidade de agenda o afastou do grupo, como soube mais tarde. Nas redes sociais do coletivo ambas são bastante ativas.

Pessoas brancas são a maioria e quase todos os participantes passaram pela universidade ou estão cursando o ensino superior, incluindo pós-graduação. Os

participantes têm, em média, 25 e 30 anos, sendo que um pequeno grupo ultrapassa essa faixa etária. Geograficamente, os participantes estão espalhados por várias zonas urbanas de São Paulo e alguns membros são da região metropolitana. Pessoas do interior paulista também participam de algumas reuniões. Apesar das reuniões terem em média vinte participantes, menos de dez pessoas frequentaram assiduamente todas as reuniões que participei. A presença de uma ou duas pessoas novas por encontro é bastante comum. É comum ainda algumas pessoas deixarem de aparecer por um período, que pode durar meses. Muitos não voltavam. José, um dos coordenadores do grupo, acredita que muitas pessoas vão em alguns encontros apenas para “resolver uma questão” e depois não voltam mais, ou seja, a liderança quer dizer que para muitos basta poucos contatos para “resolver” a incompatibilidade em ser católico e gay. Sendo assim, José relatou que uma das maiores dificuldades do grupo é pessoas disponíveis para assumir responsabilidades e tarefas. A ausência de uma lista de presença para registrar nome, telefone ou endereço de *e-mail* é apontada pela coordenação com uma falha do GAPD. Sem os dados dos participantes, não é possível fazer um convite para as atividades futuras. Porém, muitas das pessoas que participaram de um encontro, foram inseridas no mesmo dia em um grupo de *Whatsapp*.

Boa parte dos que chegam para as reuniões, estão ligados aos membros mais ativos. As redes pessoais exercem importante papel de agregação. Mas não foram raros relatos de pessoas que encontram a página do grupo em redes sociais e resolveram entrar em contato para conhecer, inclusive foi por meio do *Facebook* que tive meu primeiro contato com o grupo. Todos os encontros são divulgados publicamente pelo *Facebook*, diferente do DC/RJ. Além da página, o GAPD tem um grupo fechado no *Facebook* e um grupo no *WhatsApp*, como já citado. Nestes espaços, os novos integrantes são adicionados e recepcionados, geralmente pela coordenação do grupo (composta durante minha estada em campo por quatro pessoas). Mesmo sem registro de presença nas reuniões, os grupos privados servem para agregar e manter as pessoas conectadas.

A relação do GAPD com a Arquidiocese de São Paulo, liderada pelo cardeal Dom Odilo Scherer, foi, durante um bom tempo, difícil. Na verdade, a postura “conservadora” do cardeal em relação às pessoas LGBT levaram a enfrentamentos públicos entre movimentos sociais e a Igreja de São Paulo. Scherer é um dos atores da hierarquia católica brasileira que combate com bastante veemência a suposta “ideologia de gênero”. Em 2013, por exemplo, disse que o casamento igualitário é um “passo em falso” na legislação. Interlocutores do GAPD relataram que diversas vezes tentaram um diálogo com o cardeal, mas não tiveram sucesso.

No início de 2014, porém, um acontecimento colocou frente a frente os “católicos LGBT” e a Arquidiocese de São Paulo. O evento começou depois de conflitos internos no coletivo. De acordo com Pedro, um participante foi retirado das redes sociais do GAPD por apresentar um comportamento grosseiro em relação a outras pessoas. A confusão começou quando o integrante criticava de “forma agressiva” outras pessoas quando elas diziam que a Igreja iria mudar com a chegada do papa Francisco. Sem avisar, Pedro e outro coordenador retiraram o integrante do grupo fechado do *Facebook*. “Ele saiu dizendo que éramos autoritários, ele tinha toda razão. Não demos espaço para ele se defender” (Entrevista com Pedro, São Paulo, janeiro 2019). A pessoa retirada e os coordenadores não entram em consenso. Na época desse conflito, o grupo chamava-se Pastoral da Diversidade e reunia-se no espaço dos franciscanos, o padre James ainda rezava as missas e um jesuíta também os acompanhava. Logo depois dessa briga, a coordenação do grupo e os padres participantes receberam a notícia de que o cardeal Dom Odilo e os bispos auxiliares “receberem uma carta anônima dizendo que um falso padre estava celebrando missas para gays”. Diante disso, o jesuíta foi chamado por um bispo auxiliar para uma reunião e os coordenadores do grupo o acompanharam. Ao mesmo tempo, o provincial dos franciscanos também recebeu a mesma carta denúncia e solicitou que James não rezasse mais missas na casa social mantida pela congregação, isso porque o estabelecimento estava inserido no território da Arquidiocese de São Paulo, que já não autorizava o padre inglês a exercer atividades na arquidiocese. Sobre a reunião com a autoridade, Pedro conta:

O bispo primeiro falou com o padre. Mas aí o bispo chamou a gente para conversar, os três juntos [ele, o padre e outro coordenador]. Ele foi super cordial. O [outro coordenador] disse que tínhamos um nível de violência contra os homossexuais que a Igreja não poderia se calar. Ai, o bispo disse que ia nos colocar em contato com a Comissão de Justiça e Paz, que é quem trabalha com essas questões de violência. O que acabou sendo uma coisa boa. Conheci pessoas da Pastoral da Fé e Política, pessoas super progressistas e legais. Aí comecei a frequentar as reuniões da comissão (Entrevista com Pedro, São Paulo, janeiro de 2019).

Além dessa “solução” apresentada pelo bispo, o grupo teve que deixar de usar o nome “Pastoral”, isso porque, segundo Pedro conta, o bispo disse que para ser Pastoral, precisava ter acompanhamento de um pastor, ou seja, de um bispo. A estratégia na reunião foi apelar para a violência contra homossexuais e o papel da Igreja em relação a isso, em outras palavras, os ativistas perguntaram que responsabilidade a Igreja deveria assumir perante a violência contra essa minoria. O passo em aproximar o grupo “católico LGBT”

da Comissão de Justiça e Paz (CJP) abriu um novo capítulo da trajetória do coletivo. Um novo ator entrou no campo do GAPD. Um fruto dessa aproximação veio em maio de 2014, quando a imprensa noticiou: “Comissão da Arquidiocese diz apoiar tema da Parada Gay de São Paulo (sic)”. A manchete referia-se a uma nota pública lançada pela CPJ de São Paulo, reproduzida abaixo:

Fiel à sua missão de anunciar e defender os valores evangélicos e civilizatórios dos Direitos Humanos, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (CJPSP) vem a público manifestar-se por ocasião da 18ª Parada do Orgulho LGBT que se realiza na Av. Paulista no próximo domingo, dia 04 de maio de 2014. Nosso posicionamento se fundamenta na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, aprovada pelo Concílio Vaticano II, que diz: “As alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.” Assim, a defesa da dignidade, da cidadania e da segurança das pessoas LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – é imprescindível para a construção de uma sociedade fraterna e justa. Por isso não podemos nos calar diante da realidade vivenciada por esta população, que é alvo do preconceito e vítima da violação sistemática de seus Direitos Fundamentais tais como a saúde, a educação, o trabalho, a moradia, a cultura, entre outros. Além disso, enfrentam diariamente insuportável violência verbal e física, culminando em assassinatos, que são verdadeiros crimes de ódio. Diante disso, convidamos as pessoas de boa vontade e, em particular, a todos os cristãos, a refletirem sobre essa realidade profundamente injusta das pessoas LGBT e a se empenharem ativamente na sua superação, guiados pelo supremo princípio da dignidade humana (CJP, 204).

Com grande repercussão na mídia, redes sociais e em ambientes da Igreja, a carta refletia, de forma mais concreta, a aproximação do GAPD, por meio de Pedro, com a CJP. A ideia de fazer a nota partiu de Pedro, inclusive, que pediu uma posição da comissão sobre a Parada, bem como a situação geral dos LGBT. O ativista fez um “esboço”. Ele conta que essa primeira versão tinha um “tom muito ativista” e que membros da comissão a adaptaram para uma “língua mais religiosa”, acrescentando, inclusive, passagens de documentos da Igreja. Na época, a imprensa procurou a Cúria Arquidiocesana para comentar a carta e grupos conservadores criticaram a postura da CJP. Diante disso, a “Arquidiocese de São Paulo informou que a comissão é independente e suas posições não refletem necessariamente a posição da instituição” (MARQUES, 2014).

Desde então, o grupo continuou suas atividades, traçando seu caminho, sem interferência da hierarquia, mas sempre tendo no radar a vontade de estabelecer um canal de diálogo com a hierarquia. Como um grupo leigo e *paraeclesial*, sempre conseguiu desenvolver suas atividades sem grandes problemas. Porém, em agosto de 2018, o GAPD teve uma aproximação classificada pelos interlocutores como “histórica” com a Arquidiocese de São Paulo. Depois de diversas tentativas de aproximações durante os últimos anos, a arquidiocese decidiu criar a chamada “Comissão Regional para o diálogo com a Diversidade”, focada na região central de São Paulo, sob comando de um bispo auxiliar. O contexto de criação dessa comissão é explicado em texto publicado no *blog* do GAPD:

Lembramos também o grande contingente de casais homoafetivos que frequenta as missas na região central. Extremamente receptivo, Dom Eduardo mostrou-se preocupado em como dar continuidade a essa discussão, aprofundá-la, e em como dar sustentação a esse trabalho. Sugeriu – e assim foi criada – a Comissão Regional para o diálogo com a Diversidade.

A Comissão, presidida pelo bispo que, deste modo, vai certamente se tornar referência sobre o tema, terá como secretário o Padre Elcio e vice-secretário Loreano Goulart (do GAPD), com a participação de pastorais sociais, como a Pastoral da Mulher Marginalizada e demais membros da Arquidiocese. As duas próximas reuniões já foram agendadas. E assim, sob o influxo do Espírito Santo, caminhos e trilhas vão se abrindo para que a Boa Nova trazida por Jesus possa chegar de fato a todas e todos, sem qualquer tipo de exclusão (GAPD, 2018).

Sobre a comissão, o primeiro ponto a destacar é que a aproximação com a hierarquia é uma demanda do laicato LGBT, ou seja, não é a Igreja sensibilizada com a questão que decidiu criar mecanismos de inclusão ou canais de diálogo, mas são os próprios “excluídos” que reivindicaram essa interlocução, o que aponta para a luta em busca do reconhecimento de uma cidadania religiosa para pessoas LGBT no catolicismo. O segundo elemento a destacar é aproximação entre homossexualidade e prostituição. Movimento que a Igreja já fez em outras ocasiões, seja contexto de acolhimento pastoral ou no contexto de condenação. No caso da comissão paulistana, o trabalho com as prostitutas foi classificado como um desafio pastoral e inserido dentro do guarda-chuva da diversidade, expressão muito ligada à sexualidade e gênero nesse campo.

Diversidade Cristã em Brasília: a tentativa do ecumenismo

Lucas, que participava do DC/RJ desde 2007, como vimos, mudou-se para Brasília (DF) e, ao lado de outros leigos e um jesuíta, fundaram, em 2013, um novo coletivo “católico LGBT”, o Diversidade Cristã. É importante registrar que a expressão Diversidade foi colocada ao lado da expressão “Cristã”, não da expressão “Católica”, como é o coletivo do Rio de Janeiro, que, de alguma forma, influenciou o grupo brasiliense. O ativista explicou que o objetivo inicial era agregar pessoas de outras religiões cristãs, por isso o nome: “na época, o padre achou melhor colocar o nome ‘Cristã’ para acolher outras pessoas, mas ele é basicamente católico, aparece um outro protestante, gente sem religião específica, mas é muito pouco” (Entrevista com Lucas, Brasília, junho de 2018).

Mais adiante, o tema do ecumenismo será abordado. Veremos como a união entre diferentes vertentes cristãs em torno da diversidade sexual e de gênero tem se tornado uma estratégia de atuação dos grupos e da RINGCLGBT. A tentativa de Brasília foi exatamente essa, mas, como colocou Lucas, não teve muito êxito, isso, talvez, pelo fato de que os fundadores eram todos católicos e o local de reunião também era ligado à uma organização católica.

O grupo se reúne mensalmente num centro cultural de Brasília e, nos últimos três anos, tem participação ativa em uma comunidade católica do Distrito Federal. Uma missa mensal ficou a cargo de membros do grupo “católico LGBT”, eles preparam toda a liturgia da celebração, organizam a acolhida, entre outras atividades necessárias para o desenvolvimento do ritual católico. Lucas contou que a ideia de inserir o grupo na vida da comunidade veio do padre responsável. O coletivo foi apresentado aos fiéis e tem atuado em outros eventos na igreja local. As reuniões do DC Brasília são bem parecidas com as reuniões dos grupos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O ativista de Brasília comentou que existe um cruzamento entre “formação” e “espiritualidade”. Como formação, Lucas classifica as palestras realizadas nos encontros sobre temas pré-estabelecidos. Esses momentos são geralmente conduzidos por convidados (leigos, freiras e padres). Os temas são diversos: afetividade e sexualidade, como rezar, como é ser LGBT na Igreja e outros. Quando fala em “espiritualidade”, Lucas está se referindo aos atos religiosos e de oração, conduzidos por integrantes do grupo ou por religiosos. O coletivo realiza ainda retiros de oração.

Da mesma forma que outros grupos, o DC do Distrito Federal tem canais nas redes sociais para convidar pessoas para as reuniões presenciais. No *Whatsapp*, um grupo também foi formado para agregar os membros. As reuniões giram em torno de vinte participantes. Porém, em datas especiais, os encontros chegam a passar de setenta

pessoas. Durante minha estada em campo, percebi que o perfil dos membros do Diversidade Cristã do DF é análoga à de outros coletivos: pessoas brancas e de classe média, homens gays cisgênero. Porém, por meio de fotos compartilhadas em redes sociais, pude verificar que a participação de mulheres no grupo é significativa, em comparação a outros grupos, por exemplo.

A localização do grupo, na capital do Brasil, tem motivado uma aproximação entre alguns membros do grupo com outros segmentos da sociedade civil organizada e até mesmo com o Estado. Lucas tem sido a principal figura nesse contexto. Ele já buscou interlocução com a CNBB, sediada em Brasília, entregando para os bispos cartas e manifestos da RNGCLGBT. Em 20 de dezembro de 2018, Lucas esteve em uma reunião com a agora ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, como um dos coordenadores da RNGCLGBT e do Diversidade Cristã de Brasília. A reunião com a ministra, que ainda não havia tomado posse, foi articulada pelo presidente da Aliança Nacional LGBTI+, Toni Reis, e reuniu 32 entidades LGBT. Além da Rede, outros grupos que trabalham com a questão da religião estavam presentes, entre eles o Evangelicx pela Diversidade. A audiência teve grande repercussão na mídia, entre atores dos movimentos sociais e da religião. Como já é sabido, o presidente eleito Jair Bolsonaro sempre se mostrou hostil às populações LGBT e a conquista de direitos de muitas minorias, inclusive, durante a campanha eleitoral de 2018, momento em que ele e seus aliados encamparam o discurso da suposta “ideologia de gênero” para atingir candidatos opositores. A escolha de Damares para comandar a pasta vem nessa esteira. Pastora evangélica, a ministra tem diversas declarações controversas sobre feminismo, diversidade sexual e ciência. Diante de tal cenário, um encontro entre Damares e organizações LGBT chamou atenção.

O conteúdo da reunião não foi divulgado. Mas alguns relatos mostram que a Aliança LGBTI+, por meio de seu presidente, apresentou um documento chamado “O que queremos do Estado brasileiro”, sobre políticas públicas em áreas como educação, saúde e direitos humanos. Em seguida, todas as entidades tiveram um espaço para expor seus trabalhos e seus objetivos. Na imprensa, alguns participantes do encontro disseram que Damares foi bastante receptiva e mostrou-se disposta ao diálogo. Internamente à Rede, Lucas fez um relato sobre sua participação e publicou no grupo de *Whatasapp*, como o espaço é privado e agrega muitas pessoas que não são interlocutoras diretas da pesquisa, limito-me a dizer, de forma genérica, que as reações foram diversas, sendo que uma boa parte dos integrantes da Rede ficaram “surpreso” e “receosos” com a presença do ativista na reunião. Por sua vez, Lucas argumentou que não se tratava de vinculação

ao governo Bolsonaro, mas apenas uma reunião de “diálogo” com o Estado para garantir direitos já conquistados.

Num contexto mais amplo, outras organizações LGBT vieram a público e se colocaram contra a audiência. Em nota intitulada “Não em nosso nome”, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos afirma que, apesar de convidada, recusou-se a participar da reunião e assinar o documento proposto. Um trecho da nota diz:

Podemos acreditar numa ministra a favor dxs LGBTIs que se pronuncia contra a discussão de gênero e sexualidade nas escolas, ou ainda, que se coloca a favor da possibilidade da “cura gay”, e que em vários momentos atuou de forma leviana contra o Projeto Escola Sem Homofobia? Qual a credibilidade que esta cidadã tem para credenciar-se como interlocutora junto ao movimento LGBTI? E mais: qual o sentido de militantes LGBTIs emprestarem suas imagens para dar à futura ministra uma “cara positiva” em relação a nossas demandas? A quem isso serve?

Resguardando as controvérsias em torno da reunião, pode-se perguntar o que significa a presença do ativista da Rede na audiência. Lucas teve espaço para falar e falou como um ativista religioso LGBT. O que fica mais evidente é que ele, naquele momento, era uma figura “estranha”, talvez, para Damares e para organizações LGBT. Apesar do encontro ter sido classificado como “amistoso”, parte dos ativistas LGBT e Damares traziam em suas bagagens episódios de conflitos que colocavam de lados opostos os ativistas pela diversidade sexual e de gênero e a ministra-pastora, que atua contra a suposta “ideologia de gênero”. Lucas, por sua vez, era uma espécie de contraprova pública e em um único corpo trazia suas identidades religiosa e sexual. Seu corpo e seu discurso afirmavam a compatibilidade em ser religioso e LGBT, um novo enquadramento.

Pode-se ainda pensar a participação do ativista em um evento com atores de movimentos sociais e do Estado/Governo, atores que naquele momento estavam no “campo discursivo de ação” da diversidade sexual e de gênero. Lucas tomou parte nesse jogo assumindo sua identidade religiosa. Isso aponta para a incidência do religioso em espaços não religiosos, no espaço público, no espaço supostamente laico. O ativista assume o papel de um “religioso público” com uma atuação além da Igreja, disputando e tomando lado no campo civil (MONTERO, 2012; 2016).

Diversidade Católica Teresina: acolhimento espiritual e psicológico

O grupo Diversidade Cristã de Teresina, no Piauí, é também um dos primeiros grupos brasileiros e o primeiro do Nordeste. O coletivo é atualmente coordenado por André, que também faz parte da coordenação da RNGCLGBT. Fundado em 2016, o DC/Teresina tem influência do grupo de Brasília. Um amigo de André frequentava o coletivo do DF. Em suas estadas na capital do país, o piauiense participava dos encontros dos “católicos LGBT” e, em 2016, decidiu criar um grupo em sua cidade de origem.

Em busca de apoio, André procurou alguns padres da cidade. Depois de algum tempo, um sacerdote de uma congregação religiosa concordou em acompanhar o coletivo, que passou a se reunir em uma capela de Teresina. Pelo menos três pessoas que frequentam o grupo têm formação em psicologia, incluindo André. Essa situação fez com que o DC de Teresina, em minha visão, mais do que outros, adquirisse um perfil de apoio *psicopastoral*. Em artigo que apresenta o grupo e explica seus objetivos, aparecem expressões como “apoio emocional”:

O grupo Diversidade Cristã de Teresina é um coletivo para que os irmãos LGBT vivem sua vocação e dignidade de filhos de Deus na Igreja e na sociedade. Somos um grupo de leigos e leigas católicos que procura conciliar a fé cristã e a diversidade sexual através de reuniões mensais e/ou acompanhamento individual para oferecer acolhimento e apoio emocional. Cremos na Boa Nova de Jesus Cristo, que é a participação no Reino de Deus, e somos impelidos a partilhar a experiência do amor de Deus junto a todos os fiéis que, em virtude de sua identidade e/ou orientação sexual, frequentemente são afastados da comunidade eclesial (CEBS DO BRASIL, 2017).

Como mostrado acima, o grupo oferece “acolhimento e apoio emocional”, de forma coletiva, por meio das reuniões e individuais, por meio de voluntários especializados em psicologia ou por meio do padre que os acompanha. No mesmo texto, uma passagem afirma que “grandes organizações de medicina, saúde pública e psicologia não consideram mais a atração pelo mesmo sexo como doença, distúrbio ou perversão; e proíbem seus profissionais de colaborarem em serviços que proponham a sua cura”, apontando, mais uma vez, o ativismo psicopastoral do DC de Teresina e a presença de membros do grupo em discussões no campo da psicologia e da medicina a respeito da diversidade sexual. André, inclusive, já atuou como voluntário em uma ong que oferece apoio psicológico para pessoas LGBT. Fica evidente que essa experiência é levada para o grupo “católico LGBT” que coordena. O trecho reproduzido acima traz ainda a expressão “conciliação” entre a fé cristã e a diversidade sexual, um dos elementos mais presentes nos discursos dos ativistas “católicos LGBT” brasileiros.

Além disso, o ativista, em suas falas públicas e na entrevista para essa pesquisa, utiliza, em alguns momentos, expressões como “curar feridas” ou “cura interior”. Analiso esse vocabulário trazendo um elemento de sua trajetória na Igreja Católica: André foi, durante um bom tempo, membro da Renovação Carismática Católica, assumindo cargos de liderança dentro do movimento. Como servo, passou por diferentes grupos e foi ainda vocacionado de três diferentes comunidades religiosas.

Seu distanciamento da RCC como membro ativo veio depois de um *post* feito por ele no Facebook sobre o Diversidade Cristã. Segundo seu relato: “a repercussão foi negativa para sua vivência na Igreja. [O *post*] gerou muitos comentários entre membros do grupo da RCC. A coordenadora me chamou para conversar e acabou me impedindo de pregar, de ser servo” (Entrevista com André, Teresina, maio de 2018). Diante do caso de André pode-se afirmar, mais uma vez: a incidência pública de sua sexualidade (ou ainda de sua participação em grupo que pauta o tema da diversidade sexual) colocou-o na geladeira na Igreja. O problema surge depois da incidência pública por meio do ativismo. O ativista, contudo, não se afastou totalmente da vertente católica carismática. Para manter o vínculo com a espiritualidade carismática católica, participa de grupos de orações de uma proeminente comunidade brasileira. Entre os interlocutores desta pesquisa, ele é o que mais esteve inserido na RCC, mas não é o único. O que chama atenção é a manutenção de vínculos. Mesmo que hoje não atue mais no movimento, sua fala mostra que a espiritualidade carismática lhe faz bem em algum sentido.

As reuniões do grupo de Teresina não diferem muito das realizadas por outros coletivos já descritos. O perfil dos participantes também, não. Porém, algumas fotos de encontros do coletivo publicadas na internet mostram praticamente um número igual de mulheres e homens. A média de participantes por encontro é de vinte pessoas.

Os coletivos “católicos LGBT” brasileiros analisados até aqui possuem diversas formas comuns de atuação. A principal delas é a realização de reuniões periódicas, que podem ser quinzenais, semanais ou mensais. Estes momentos são, sobretudo, voltados aos ativistas e são importantes para a prática de ritos católicos em um espaço seguro. Além disso, vimos que os grupos nascem e são moldados de acordo com as características, pertencimentos e inspirações de fundadores e coordenadores, isso faz com que alguns tenham preocupações maiores com questões políticas ou com questões espirituais, por exemplo. Por fim, vale ressaltar que estes espaços são, sobretudo, importantes para a formação individual e coletiva de uma identidade católica de pessoas LGBT. A partir das próximas páginas, veremos como essa identidade começou a ganhar publicidade no Brasil.

Os eventos e a fundação da Rede Nacional

Depois de grupos fundados e com atividades em andamento, alguns coletivos começaram a planejar ações para além de suas reuniões ordinárias. Entendo que este passo foi dado depois de uma base formada: lideranças já estavam estabelecidas, canais de comunicação já estavam em funcionamento, membros estavam ativos nos grupos. Além disso, os grupos estabeleceram contatos mais estruturais entre si, o que levou a criação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, em 2014. Isso porque, antes da criação da RINGCLGBT, existiam relações pessoais entre os ativistas, mas os grupos não tinham uma visão ou objetivos em comum. A criação da organização foi realizada em um evento na cidade do Rio de Janeiro, que se tornaria uma agregadora de quase todos os empreendimentos “católicos LGBT” do país.

O Diversidade Católica do Rio de Janeiro tem protagonismo nesse processo de incidência pública por meio de eventos. Encontros realizados no Rio de Janeiro a partir de 2012 abriram o caminho para um encontro nacional. “Nos propomos a fazer eventos abertos. Nossas reuniões, por não ser num local público, não divulgamos. Então, em algum momento, resolvemos realizar eventos abertos” (Entrevista com Ester, julho de 2018). O primeiro evento registrado foi em 2012 e inaugura o que vejo como uma estratégia do ativismo “católico LGBT”: a realização de atividades públicas ou semi-públicas. Desde o início, essas atividades têm algumas características em comum: um tom academicista/teológico, um tom político, um tom espiritual e, sobretudo, um tom pastoral e experiencial. A partir daqui este texto se dedicará a falar sobre esses eventos, que parecem ser importantes para agregar, organizar e, sobretudo, dar visibilidade às ações do ativismo. Além dos eventos realizados pelos “católicos LGBT” organizados, os ativistas também aderem a eventos maiores – religiosos e não religiosos – em busca de publicizar suas ações pastorais.

Começo por dois encontros que antecederam o I Encontro Nacional de Católicos LGBT, todos os três eventos realizados no Rio de Janeiro, sede do primeiro grupo leigo LGBT do país.

É com grande alegria que convidamos a todos para o evento que vamos realizar no dia 3 de junho próximo aqui no Rio de Janeiro, para refletirmos juntos sobre como viver a fé cristã e ser gay. A programação inclui uma mesa-redonda e alguns depoimentos de gays cristãos, que compartilharão suas histórias pessoais. A entrada é franca e receberemos com prazer todos – gays e não gays, cristãos e não cristãos – para conversarmos sobre as possibilidades de encontro

e diálogo, para que nos enriqueçamos e crescamos juntos (DIVERSIDADE CATÓLICA, 2012).

Foi com esse texto de abertura que os integrantes do Diversidade Católica divulgaram em redes sociais e em sua página eletrônica o convite para o encontro “O amor de Cristo nos uniu: gays cristãos na Igreja Católica”, realizado em 2012, em um auditório da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Não tive acesso ao conteúdo das discussões do encontro, apenas à programação, o que revelou qual foi a proposta dos organizadores. Entre os expositores estavam Arnaldo Adnet e Valéria Wilke, membros fundadores do DC/RJ, eles falaram sobre a história do grupo; Cristiana Serra, psicóloga e católica leiga, palestrou sobre “Diversidade sexual e fé católica dentro de um Estado Laico”; padre James Alisson, deu uma palestra chamada “A verdade que emerge”; e Marcio Retamero, mestre em História Moderna/UFF e pastor da Igreja Presbiteriana da Praia de Botafogo e da Igreja da Comunidade Metropolitana Betel do RJ naquele momento, palestrou sobre “Panorama bíblico sobre a homossexualidade” e, por fim, gays e cristão deram “depoimentos pessoais”. Chamo atenção para alguns elementos presentes no texto-convite para o evento e na programação: a expressão “leigo(a)” para apresentar integrantes do grupo, uma palestra sobre “Estado Laico”, o convite aberto a “não cristãos” e a “não gays”, a presença de um pastor inclusivo, a realização do evento em uma universidade e um espaço para depoimentos/testemunhos.

Em julho de 2013, um ano após o primeiro evento aberto do Diversidade Católica, o grupo voltou a realizar outro encontro público. O evento “O Jovem Homossexual na Igreja: I Encontro de Relatos e Experiências” merecem destaque especialmente por ter sido realizado em 25 de julho, no meio da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), que, naquele ano, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 13 e 28 do mesmo mês. A JMJ é um megaevento realizado pela Igreja para reunir jovens católicos de todo o mundo. A edição brasileira foi uma das maiores da história, reunindo na missa de encerramento, um dos pontos altos da JMJ, mais de três milhões de pessoas. Assim, os “católicos LGBT” brasileiros escolheram esse evento para realizar seu encontro. Claro, a reunião dos “católicos LGBT” não entrou na programação oficial da JMJ, que, para além dos atos centrais, realizou dezenas de eventos menores pelas cidades-sede. Porém, ao escolher essa data, os ativistas do Diversidade Católica estavam pensando, talvez, na visibilidade que a reunião teria e na possibilidade de participação de pessoas oriundas de outras regiões do Brasil e de outros países.

Como já citado, a aderência a eventos é uma ação feita pelos “católicos LGBT” em diferentes lugares do mundo. A participação de coletivos católicos que lutam pela

diversidade sexual e de gênero é, inclusive, algo que ocorre em diversas edições da JMJ, que é realizada de três em três anos. Grupos da Diversidade, especialmente dos EUA, realizam campanhas para arrecadar fundos e enviar peregrinos LGBT aos países que estão recebendo a JMJ, enquanto os “católicos LGBT” anfitriões realizam eventos como esse do DC. No Rio de Janeiro, além dos brasileiros estiveram no encontro peregrinos do Equally Blessed, a coligação de grupos de católicos LGBT estadunidenses, como vimos no capítulo anterior.

Mais uma vez, os participantes encontraram-se em um auditório da UNIRIO. Relatos registram a dificuldade em chegar ao local. A JMJ causou um engarrafamento quilométrico pela cidade. O fórum promovido pelo Diversidade Católica foi no mesmo dia da missa de encerramento da Jornada, celebrada pelo papa Francisco, na praia de Copacabana. Tive acesso a alguns relatos de pessoas que participaram do evento, publicados no site do DC. Eles ajudaram a entender como foi o contexto do encontro. É importante ressaltar que o fórum, já em seu nome, foca na questão experiencial, ou seja, o primordial era dar voz para que pessoas católicas compartilhassem suas experiências como LGBT dentro da Igreja. Logo, as questões espirituais, *psicopastorais* e subjetivas sobressaíram. Os depoimentos que tive acesso apontaram exatamente esse caminho: pessoas católicas contando o processo de se entender como LGBT, a saída do armário e as implicações na Igreja e na família e, por fim, um reencontro com a religião e com a espiritualidade, em alguns casos, por meio do Diversidade Católica.

Um relato escrito por Lauren, ativista do Equally Blessed, participante do encontro, faz um resumo de como foi a reunião. Ela aponta para as questões pessoais e também para questões políticas/estruturais, como as semelhanças entre o grupo *DignityUSA* e o coletivo brasileiro:

Na quinta-feira tivemos uma grande dose de inspiração, ao participar de um evento organizado por um grupo católico LGBT local chamado Diversidade Católica. Tínhamos entrado em contato com o grupo durante o planejamento da nossa peregrinação e participar do evento acabou sendo uma experiência extremamente rica.

Fiquei impressionada com a semelhança entre o Diversidade Católica e o DignityUSA. Eles se reúnem de 15 em 15 dias na casa dos membros para a celebração eucarística e depois socializar. Começaram em 2006, com apenas seis integrantes, e, desde então, chegaram a mais de 300. Sua missão é muito semelhante ao do Dignity: ser um espaço de afirmação, onde as pessoas possam viver de maneira autêntica tanto sua sexualidade quanto sua espiritualidade. Para mais informações, confira o site deles.

O evento foi voltado para os peregrinos da a Jornada Mundial da Juventude e teve um bom número de participantes [apesar das dificuldades para chegar, devido aos engarrafamentos na cidade]. Durante o evento, três membros do grupo compartilharam suas histórias de gays e católicos. Depois dessa partilha, o microfone foi aberto, e qualquer um poderia apresentar seu depoimento. Foram mais de 10 pessoas contando suas experiências. Felizmente, um dos membros do grupo falava inglês fluentemente e foi capaz de traduzir para nós. Ficamos muito gratos por isso, porque as histórias foram tão fortes, especialmente pela semelhança com as nossas próprias histórias e as histórias de outros católicos LGBT nos EUA. Ainda que nossa língua e cultura sejam tão diferentes, pude facilmente me identificar com muitas das histórias compartilhadas, e não parava de pensar em todos os meus amigos católicos LGBT.

Todos no evento mostraram-se muito interessados em ouvir sobre o nosso grupo e o que estávamos fazendo na Jornada Mundial da Juventude. Todos vieram nos agradecer, tirar fotos e fazer grandes perguntas. Eu me senti inspirada pelo evento, por me mostrar que o movimento LGBT pela justiça na igreja não é apenas um movimento americano, é mundial. Às vezes o DignityUSA pode se sentir tão pequeno quando comparado com a enormidade da Igreja Católica, mas saber que há outros movimentos assim em outras partes do mundo me dá a esperança de que um dia a igreja pode realmente mudar (DIVERSIDADE CATÓLICA, 2013).

O encontro teve uma repercussão midiática, com reportagens no jornal *O Globo*, jornal *Extra*, rádio *CNB* e na *Revista Época*. Nas matérias jornalísticas, os entrevistados, participantes do evento, enfatizavam que o evento era para acolher, conversar e compartilhar a experiência de ser católico e LGBT. Em uma reportagem, um dos entrevistados afirma que a ideia não era “afrontar a Igreja ou o papa”. Depois do fórum, o DC/RJ publicou alguns comentários de membros que participaram do evento em seu *blog*. Todos os comentários avaliam positivamente o fórum. Algumas pessoas afirmavam que, no evento, perceberam a si mesmas como parte da Igreja e como “membro de um corpo muito amplo e diversificado”. Uma outra pessoa afirmava: “Foi comovente, forte, lindo! Tão forte que ecoa e vai ecoar por muito tempo no meu coração, no meu ordinário-extraordinário cotidiano em que Deus se revela”. Outro comentário afirmava que o evento do DC foi a “participação mais ativa” da pessoa da JMJ.

Os comentários mencionados acima vão ao encontro da reflexão de Serra (2017, p. 106): o foco que os eventos deram aos “depoimentos pessoais” reflete o perfil do DC em priorizar os temas da “partilha” e do “acolhimento” em suas reuniões ordinárias e canais virtuais. Isto é, a preferência em “experiências pessoais e situações concretas da

vida cotidiana, em detrimento de discussões teológicas de cunho mais teórico”. Ainda refletindo sobre esse tema, a autora acrescenta que os “depoimentos pessoais” além de “despertar empatia, pode ter tido outro impacto estratégico: o de atestar, pela multiplicação de narrativas, a presença dos “católicos LGBT” nos ambientes eclesiais”.

Vale registrar que a reunião dos “católicos LGBT” durante a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro não foi o único evento que colocou em pauta sexualidade, gênero e outras questões relacionadas à cidadania LGBT e das mulheres. Durante o encontro mundial da juventude católica, grupos feministas e LGBT foram às ruas do Rio de Janeiro manifestar-se publicamente. No dia 27 de julho, data da vigília com o papa, um dos pontos mais altos do evento, foi realizada em Copacabana a Marcha das Vadias. De acordo com entrevistas das ativistas da marcha à imprensa, a data foi escolhida justamente para “destoar da agenda religiosa que tomou conta do Rio de Janeiro” naquela semana. Enquanto as participantes da manifestação gritavam palavras de ordem como “a verdade é dura, Papa Francisco apoiou a ditadura” ou “Não é mole não, a igreja apoiou a inquisição”, os peregrinos rezavam e gritavam ao redor das ativistas: “Esta é a Juventude do Papa”. Alguns dias antes, em 22 de julho, data que o papa chegou ao Brasil, foi realizado um beijaço gay no Largo do Machado, nas escadarias da Igreja Nossa Senhora da Glória. Os manifestantes do beijaço também se misturaram aos peregrinos, que tiravam fotos, rezavam e ainda zombavam dos participantes do protesto. No mesmo período, grupos católicos ligados à Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família distribuíram miniaturas de fetos feitas de plástico com o objetivo de convencer os peregrinos a “valorizar o ser humano desde a fase inicial de sua vida”. As réplicas também foram distribuídas a transeuntes. Em alguns casos, as representações dos fetos misturavam-se a contos de terços.

A vinda do papa Francisco ao Brasil em 2013 também mobilizou o Grupo de Ação Pastoral da Diversidade de São Paulo. Em uma reportagem ao site *GI*, Pedro diz que participaria da missa do pontífice em Aparecida (SP) na expectativa de ouvir alguma mensagem de acolhimento aos gays. A imprensa, como é de costume, sempre busca dar visibilidade ao contraditório. O momento era mais que propício para isso: primeira viagem internacional de um papa considerado mais aberto à questões contemporâneas para um evento de juventude. Era preciso pautar temas controversos. Foi nesse contexto que Pedro ocupou espaço em um dos principais *sites* de notícias do país. Lá, ele performava sua identidade católica. Certamente guiado por profissionais da comunicação, em um vídeo publicado no *GI*, ele lê passagens bíblicas em voz alta, segura um terço e posa para fotos ao lado de uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Seu pai, bastante

idoso, também é entrevistado e diz aceitar o filho. A fala do pai tem um tom carinhoso. As imagens, casadas com as falas, queriam dizer: é possível ser católico gay e espero que a Igreja olhe para essa realidade. No mesmo texto, um padre excomungado da Igreja por tratar do assunto em missas e uma representante da ong Católicas Pelo Direito de Decidir fazem coro as falas de Pedro. Do outro lado, Dom Geraldo Majella aparece reforçando a visão institucional, dizendo que a “Igreja não proíbe a participação de homossexuais e que não exigirá de ninguém o abandono imediato das práticas homossexuais”, já que considera “não ser fácil passar de um caminho para outro sem que haja uma conversão interior”. Entendo que, de acordo com a fala do religioso, em algum momento os LGBT deveriam deixar suas “tendências homossexuais”, em outras palavras, deveriam renunciar suas identidades LGBT. Sobre a visita apostólica de Francisco, Almeida (2013, p. 298) afirma que o papa adotou uma postura de recepção, sendo que seus “gestos e discursos sinalizam para uma Igreja mais acolhedora e diálogo como mundo contemporâneo”.

Certamente eventos análogos aos descritos anteriormente foram realizados em outros grupos “católicos LGBT” do Brasil. Mas, durante a pesquisa de campo, os encontros abertos do Rio de Janeiro apareceram com mais destaque e são os que se tem mais registros disponíveis. Entendo que o Rio de Janeiro tem esse protagonismo no ativismo por ter sido o primeiro grupo do país e também por não ter encontrado muitas dificuldades em se estabilizar. Não estou falando que o grupo não enfrentou resistência por parte de pessoas ou movimentos contrários a essa discussão na Igreja Católica, a estabilidade que estou apontando é mais prática. O grupo aparentemente nunca teve dificuldades em encontrar um espaço para se reunir, realidade bem diferente de outros coletivos. O coletivo carioca goza ainda de estabilidade financeira. Com coletas feitas nas missas, vejo que o grupo tem mais recursos para viabilizar atividades como esses encontros abertos.

Depois desses eventos, foi realizado, em 2014, o I Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBT, como já colocado, também na UNIRIO, no Rio de Janeiro. Segundo Pedro relatou, a ideia em fazer um encontro nacional surgiu em um jantar na casa de Ester, quando Pedro passava alguns dias no Rio de Janeiro. Além de Pedro e Ester, outras pessoas do Rio envolvidas no ativismo “católico LGBT” estavam presentes. A ideia foi amadurecendo e a capital carioca foi escolhida para ser a anfitriã, pois contava com uma estrutura mais adequada, com uma rede maior para acolher pessoas em um esquema de hospedagem solidária. O evento foi em 26 de julho de 2014, um ano após o “Jovem Homossexual na Igreja”.

A primeira edição de um encontro nacional de “católicos LGBT”, que teve como tema “Tua fé te salvou”, foi realizada em apenas uma tarde. No cartaz de divulgação, havia toda a programação, a informação de que o evento era “gratuito” e que era “aberto ao público”. Eram nove grupos participantes. Desse total, porém, pelos menos três eram “núcleos em formação” ou ainda não haviam realizado encontros presenciais. Os participantes eram: Grupo de Ação Pastoral da Diversidade (São Paulo), Diversidade Cristã (Brasília), Pastoral da Diversidade (Recife/Olinda), Diversidade Católica (Belo Horizonte), Diversidade Católica do Paraná (Curitiba) e Diversidade Católica (Ribeirão Preto e região – SP), além dos núcleos em formação em Itajaí (SC), Anápolis (GO) e Passos (MG).

A programação mostra que o evento contou com uma palestra de abertura sobre homoafetividade e fé cristã. Logo após a abertura, houve um momento reservado para a apresentação de cada grupo seguido de um espaço de microfone aberto para partilha. Houve o encerramento e um momento de confraternização com um lanche. A exemplo dos eventos anteriores, o encontro nacional deu bastante atenção para o acolhimento pastoral e para a experiência de sujeitos católicos LGBT. Contudo, analiso que tal evento foi marcado por um desejo, ainda que não muito sistematizado, dos ativistas “católicos LGBT” em se organizar e, conseqüentemente, atuar em outras frentes para além do campo *psicopastoral*, como a política e a teologia. A maior materialização desse desejo foi a criação da Rede nesse encontro de 2014.

Aproveitamos a oportunidade para trocar ideias a respeito das dificuldades com que nos deparamos e possibilidades de ação em nosso trabalho pelos LGBT em geral e, especialmente, na Igreja Católica Romana. De imediato, já nasceram dois frutos do nosso encontro: a articulação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, composta pelos grupos lá representados e aberta aos novos que virão; e a redação de nosso manifesto, em que apresentamos, em linhas gerais, os princípios que norteiam nossa ação e nossa contribuição para que a cidadania LGBT contagie a Igreja (DIVERSIDADE CATÓLICA, 2014).

É possível entender que naquele momento os ativistas compreendiam que uma organização nacional para agregar todos os grupos era um importante passo para a ampliação das ações em prol das pessoas “católicas LGBT”. O espírito que a Rede deveria ter, sem dúvida, ficou expresso no manifesto lançado depois do evento. Tal escrito, por sua vez, mostrava os principais pontos para que a “cidadania LGBT contagie a Igreja”. Reproduzo abaixo partes do manifesto.

Nós, cristãs e cristãos católic@s LGBT reunidos no I Encontro Nacional de Diversidade Católica no Rio de Janeiro, somos filhas e filhos de Deus e da Igreja. Cremos que Deus é amor criador de todas as coisas e de todos os seres

humanos. cremos que Ele ama a todos igualmente, chamando-nos à vida em abundância e à liberdade. cremos em Jesus Cristo, que nos revela a face divina e nos oferece o seu jugo leve e o seu fardo suave², para nos libertar de todo fundamentalismo e opressão. cremos no Espírito Santo, que age na humanidade continuando e atualizando a obra de Jesus. Como filhos da Igreja, nela batizados, recebemos o dom da fé através de nossos pais e de nossas comunidades. Ao conhecer-nos a nós mesmos, descobrimos a condição homossexual. Somos solidários aos demais LGBT em favor de uma sociedade sem homofobia e sem discriminação. Alegramo-nos com as palavras e ações do Papa Francisco em favor da renovação da Igreja, convocando-a a dirigir-se às “periferias existenciais”, ao encontro dos que sofrem com as injustiças, com a violência e diversos tipos de conflitos. Concordamos com sua crítica às estruturas caducas, incapazes de acolhimento e fechadas aos novos caminhos que Deus nos apresenta. Sabemos que tudo o que vem d’Ele nos realiza e nos dá a verdadeira alegria e serenidade, porque Deus nos ama e quer apenas o nosso bem³. Compartilhamos as exortações do Papa quando diz que o anúncio do amor salvador de Deus precede toda e qualquer obrigação moral e religiosa. Este anúncio deve concentrar-se no essencial, procurando curar todo tipo de ferida e fazer arder o coração, como aconteceu aos discípulos a caminho de Emaús ao encontrarem o Cristo ressuscitado⁴. A Igreja deve ser 1 1 João 4,8. 2 Mateus 11,28-30. 3 Papa Francisco. Solenidade de Pentecostes. Roma, 19 maio 2013. 4 Entrevista Exclusiva do Papa Francisco às Revistas dos Jesuítas. Brotéria, 19 ago. 2013. 2 sempre a casa aberta do Pai, onde há lugar para todos os que enfrentam fadigas em suas vidas, e não uma alfândega dos sacramentos. O confessionário não deve ser uma sala de tortura, mas um lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos estimula a fazer o melhor que pudermos. A Eucaristia não é prêmio dos perfeitos, mas remédio generoso e alimento aos que necessitam⁵. A célebre interrogação do Papa deve calar fundo em todos: “se uma pessoa é gay, busca a Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgar?⁶”. A Igreja se prepara para o Sínodo sobre a família, interrogando-se sobre a atenção pastoral às uniões homossexuais. E, caso adotem crianças, como lhes transmitir a fé. Neste contexto, desejamos dar nossa contribuição a partir de nossa vivência cristã. Merecem apoio as iniciativas pastorais dos bispos de acolher, orientar e incluir nas comunidades aqueles que vivem em novas configurações familiares, incluindo as uniões entre pessoas do mesmo sexo, pois estes são desafios inadiáveis⁷. É preciso, mais do que nunca, levar em conta a nova compreensão da humanidade a respeito da homossexualidade. Desde o final do último milênio, as grandes organizações de medicina, saúde pública e psicologia não consideram mais a atração pelo mesmo sexo como doença, distúrbio ou perversão; e proíbem seus profissionais de colaborarem em serviços que proponham a sua cura. É anacrônico considerá-la como uma tendência objetivamente desordenada, bem como encaminhar pessoas LGBT

a orações de “cura e libertação”. É profundamente desumano considerar as uniões homoafetivas e suas expressões amorosas como depravação ou imoralidade. Muitos LGBT deixam ou já deixaram a Igreja por se depararem com estas posturas. Todos perdem com isto. O acolhimento da diversidade e do pluralismo enriquece a todos e testemunha ao mundo a grandeza do amor de Deus. Estamos abert@s ao diálogo construtivo. Temos certeza de que o Espírito Santo há de nos iluminar e fortalecer nesta caminhada (Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, 2014).

Ao conversar com interlocutores que estiveram no primeiro encontro nacional, compreendo que aquele foi um momento de afetação para muitos. Participantes relataram que ao conhecerem pessoalmente e se reconhecerem como “católicos LGBT”, eles entenderam que “não estavam sozinhos”, que outras pessoas “passavam por processos semelhantes” em suas igrejas locais. Esse sentimento de partilha e de comunidade parece ter os levado a criar ferramentas que os agregassem em torno de pautas em comum. O encontro, por meio da criação da Rede, é o primeiro passo para a produção de uma identidade coletiva e institucional dos “católicos LGBT” organizados no Brasil. Em algum sentido, o primeiro encontro para alguns foi também um momento de descoberta, como é o caso de um ativista do interior de São Paulo.

A experiência do primeiro encontro é até um pouco difícil de descrever... foi bastante realizadora e empoderadora. Estar num grupo, a nível nacional, onde se pode falar abertamente em ser gay e ser católico, das bênçãos e dificuldades em integrar essas duas identidades, ter um sacerdote que trabalha com isso, que luta pelos direitos dessas pessoas na Igreja e participar de uma missa com todas essas pessoas, sem precisar ter medo do preconceito foi... muito... significativo, muito importante, de um valor, de uma riqueza pessoal muito grande.

Eu comecei a participar da Rede a partir do Primeiro encontro, até então eu não sabia, eu conhecia alguns grupos, mas até um pouco antes, em 2012 eu não sabia que existiam essas pessoas assumidamente católicos LGBT, eu descobri através de uma revista, acho que foi através da Veja, que eu vi uma reportagem, não me lembro quem era, mas era um dos pioneiros do Diversidade Católica do Rio de Janeiro e aí eu entrei em contato e aí me passou o contato da capital de SP aonde eu comecei a participar do grupo deles do facebook, cheguei a ir em alguns encontros em SP, a partir de então eu fui pro encontro nacional e comecei a participar de uma maneira pouco ativa ainda pela rede não estar bem organizada, bem articulada (Entrevista com Antônio, Ribeirão Preto, maio de 2018).

A fala do participante remete a diversos pontos que já foram discutidos aqui no texto. Entre eles, o papel que a incidência pública dos ativistas tem no agregamento de

novos participantes. Como em outros casos, foi por meio de uma reportagem em uma revista de grande circulação no país que ele conheceu o Diversidade Católica do Rio, buscou contatos virtuais pelas redes sociais na internet e participou do coletivo GAPD de São Paulo, pois, como vive no interior paulista, a cidade de São Paulo é mais próxima que o Rio de Janeiro. Ainda nesse ponto, vale colocar que, desde que os primeiros grupos foram criados, existe uma troca de informação e contatos, de um modo informal, entre os ativistas que coordenam os canais de comunicação de cada grupo. Não é raro relatos como esse: entrou em contato com o grupo do RJ depois de vê-lo na mídia, quem recebeu o contato o encaminhou para um grupo geograficamente mais próximo. O que ainda gostaria de destacar da fala dele é o entendimento de que existia algo maior que São Paulo e Rio de Janeiro. O encontro, como disse, era a nível nacional. Isso, em suas palavras, o empoderou e o levou a criar um projeto de coletivo na cidade que vive. A trajetória dele na Igreja é parecida com de outros interlocutores, atuante em pastorais e movimentos, incluindo a RCC, afastou-se das atividades depois de colocar em incidência sua orientação sexual:

Eu não sofri nenhum tipo de preconceito direto. Mas comecei a não me sentir bem pelos comentários, pelos olhares, pelas indiretas das pessoas e acabei, então, saindo dos trabalhos que tinha da época, me limitando, a participar das missas vez ou outra (Entrevista com Antônio, Ribeirão Preto, maio de 2018).

Ao assumir-se publicamente como um homem gay, ele se viu impossibilitado de continuar ativo na paróquia que frequentava por atitudes discriminatórias mais sutis, que ele entendeu como um preconceito não direto. Talvez, em sua concepção, o preconceito direto seria uma expulsão, como ocorre com outras pessoas. Contudo, foi no primeiro encontro nacional dos “católicos LGBT” que ele se “empoderou” para tentar assumir novamente sua vida de igreja e assumir uma identidade que integrasse, ou conciliasse o católico e o gay, assumindo as “bênçãos e dificuldades” dessa integração.

Porém, apesar do encontro ter sido aparentemente importante por ajudar em questões subjetivas e despertar para uma ação pastoral e política organizada, por meio da Rede, a realidade no cotidiano se impôs e muito do que surgiu no primeiro encontro não teve continuidade. Apenas em 2019 o ativista deu passos mais concretos para reuniões presenciais de “católicos LGBT” em sua cidade (justamente depois da segunda edição do encontro nacional, apontando, como veremos mais adiante, que esses momentos podem ser considerados marcos fundamentais para o ativismo); os núcleos em formação em Itajaí (SC), Anápolis (GO) e Passos (MG) não se transformaram em grupos e as informações são que foram descontinuados. A própria rede nacional não engatou depois do evento e

foi um pouco deixada de lado pelos ativistas. Os relatos mostram que, por meio de um grupo no *Facebook*, houve uma tentativa de criar uma representação nacional da Rede por meio de uma equipe de coordenação, mas a ideia não se concretizou. Perguntei a algumas pessoas o motivo da Rede não ter ganhado corpo após o evento. Lucas disse:

Ninguém direito sabia o que queria. Tanto que foi criada a Rede, mas ela não andou. Mas a partir daí foi criado a Rede, mas não foi criado objetivo, o que ela pretende, como ela vai funcionar, para que ela existe. Não tinha nada disso (Entrevista com Lucas, Brasília, maio de 2018).

Ester deu uma resposta semelhante, acrescentando porque a Rede voltaria a realizar um segundo encontro apenas em 2018, um dos temas do próximo capítulo.

Eu acho que no primeiro encontro a Rede não engatou porque não tinha gente. Eram apenas três grupos funcionando. Dos grupos que apresentaram ali, Curitiba passou por uma reforma, Fortaleza estava começando, o pessoal que a gente trouxe não vingou. Porque não funcionou. Então, objetivamente, uma primeira coisa que aconteceu foi o Francisco. De 2013 era muito incipiente a revolução pastoral nos ambientes eclesiais veio acontecendo, teve o sínodo, a *amoris*, teve a pluralização de um discurso católico mais progressista, uma nova eclesiologia, isso vai ganhando um corpo. Vai afetando os ambientes eclesiais, o efeito-Francisco, grupos efetivamente surgiram e se consolidaram. As pastorais são super recentes. Os grupos do Nordeste, a emergência dos grupos, numericamente falando, a coisa da massa crítica, tem um corpo de gente, não é um grupo de duas pessoas (Entrevista com Ester, Rio de Janeiro, julho de 2018).

Dessa forma, os ativistas entendem que com a chegada do papa Francisco, o surgimento de pastorais da diversidade, a criação de grupos fora do eixo sudeste e emergência numérica de “católicos LGBT” organizados são fatores que levam as lideranças a promoverem, quatro anos depois, uma segunda edição do encontro nacional. Em outro momento político no Brasil e na Igreja, os “ativistas católicos LGBT” voltam a se encontrar em São Paulo, em 2018.

Até aqui, vimos como os “católicos LGBT” brasileiros, utilizando o laicato, acionam em suas práticas e discursos, sobretudo no campo pastoral, o argumento da diversidade do catolicismo, para promover uma cidadania LGBT que considera as práticas religiosas. Inseridos em um campo discursivo de ação, estes ativistas, ao caminhar, ganham aliados e inimigos. Nos próximos capítulos, veremos ainda mais este ativismo em ação, na Igreja e na rua.

Capítulo III – “O Espírito Santo sopra onde ele quer”: católicos LGBT, o ecumenismo e a parada de São Paulo

Com o fim da missa, o grupo seguiu para um lanche no subsolo da igreja. Durante a refeição, aconteceu de fato a finalização do II Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBTI+. Lideranças falaram e agradeceram todas e todos que contribuíram para o desenvolvimento do evento. Para algumas pessoas, o evento acabou ali na igreja. Muitos voltaram ainda naquele dia para suas cidades de origem. Outra parte do grupo, porém, seguiu para a Avenida Paulista. Muito mais cheia do que algumas horas antes, o clima da parada já havia tomado a principal avenida de São Paulo. Os portões da igreja se fecharam, como o padre anunciou no início da missa, o templo ficaria fechado durante a manifestação de rua. A participação no evento LGBT era uma celebração informal para fechar o encontro das e dos ativistas pela inclusão de minorais sexuais e de gênero na Igreja.

Neste capítulo, discorro sobre a presença e a atuação de grupos católicos da diversidade sexual em atividades ecumênicas e em atividades seculares. De um modo especial, falarei sobre duas atividades promovidas por esses atores em que práticas e discursos multirreligiosos foram o foco (uma mesa-redonda ecumênica e um culto) e sobre a participação dos ativistas na Parada LGBT de São Paulo. A principal questão é: por que uma organização que reivindica e (re)afirma todo tempo como parte da Igreja Católica Romana se empenha em desenvolver atividades para fora de espaços católicos? A resposta para essa pergunta passa pelo entendimento de que os ativistas católicos pela inclusão de minorias sexuais e de gênero atuam em diferentes frentes e aplicam ainda diferentes táticas político-pastorais para desenvolver suas atividades. Pensando nisso, meu principal argumento é que os “católicos LGBT” estão tentando se articular, formal e informalmente, em redes (DOIMO, 1995, ALVARES, 2014) com outros segmentos na busca de forjar espaços para desenvolver suas atividades.

Veremos abaixo que a mesa-redonda ecumênica e a participação na parada foram atividades que integraram a segunda edição do Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBTI+, que ocorreu em São Paulo. Enquanto o culto ecumênico realizou-se na sede da ICM, também na capital paulista. Portanto, a metrópole foi palco das cenas etnográficas a seguir.

No último final de semana de maio de 2018, as ruas do centro de São Paulo foram ocupadas por eventos religiosos e eventos voltados à população lésbica, gay, bissexual e transexual. Em 31 de maio, enquanto católicos celebravam o feriado de *Corpus Christi* com missa na Praça da Sé e procissão em ruas do entorno, uma multidão de “evangélicos”⁷³ concentrava-se a poucos quilômetros, na Estação da Luz, para a 26ª Marcha para Jesus. No palanque desse evento, estavam reunidos atores religiosos de projeção nacional. Imagens que circularam na mídia e redes sociais na internet registravam que entre os pastores Silas Malafaia e Magno Malta, estava o então pré-candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro, eleito em outubro daquele mesmo ano.

No mesmo dia, o Vale do Anhangabaú, também na região central paulistana, sediava a 18ª Feira Cultural LGBT, mostra que reúne estandes de diversas organizações que trabalham com a questão da diversidade sexual e de gênero. Como vimos anteriormente, o GAPD já participou do evento com expositor. Na sexta, dia 1, foi a vez da 1ª Marcha do Orgulho Trans de São Paulo, com concentração no Largo do Arouche, percorrer as ruas. Os dois últimos eventos foram realizados às vésperas da Parada do Orgulho LGBT, que, no domingo seguinte, reuniu ao menos três milhões de participantes na Avenida Paulista.

Procissão, marcha e passeata. Atores religiosos e atores LGBT (ou ligados a movimentos sociais ou ainda interessados na sociabilidade LGBT, os chamados “simpatizantes”), nas ruas, em coexistência, reafirmando identidades e buscando dar visibilidade à suas pautas. A cidade tornou-se palco de interações, disputas e coabitações de espaços geográficos e simbólicos. Circulando por São Paulo naqueles dias, observei em estações do metrô, na região do centro, por exemplo, um grupo de participantes da Marcha Para Jesus, facilmente identificáveis com a camiseta do evento, dividindo vagões com um casal de meninos, sendo que um carregava na cintura uma bandeira do arco-íris. Esforcei-me em apreender as situações que quebram a ideia de separação. Nesse sentido, Michel Agier (2015), propõe um trabalho etnográfico nas cidades capaz de olhar para situações intermediárias, centradas nas questões da fronteira e do relacional.

⁷³ Ronaldo de Almeida (2017) discute a categoria “evangélicos”. O antropólogo chama atenção para a “diversidade dos que se autodeclaram evangélicos”. Para ele, “os evangélicos” são conservadores, mas nem todos. Muitos atuam em campos mais progressistas também. Porém é um termo que carrega um estigma. Em resumo, “mais do que em qualquer outro momento de sua história no Brasil, é um termo em acirrada disputa entre os que se autodeclaram dessa forma” (ALMEIDA, 2017).

Foi seguindo essa ideia de fronteira que participei da segunda edição do Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, na capital paulista, naquele final de semana marcado por diferentes atividades, que se relacionam, em alguns pontos. Entendi, por fim, que é a parte de fronteiras que os “católicos LGBT” transitam e, conseqüentemente, forjam uma identidade específica.

A escolha pela data indica a estratégia, já discutida anteriormente, dos ativistas em buscar dar visibilidade à suas pautas por meio de adesão a eventos maiores ou à apropriação de efemérides. Acompanhei o encontro nacional e, sobretudo, a presença pública desses atores que buscam agregar em uma só gramática dois grupos que marcam forte presença nos espaços públicos e, não raramente, são vistos como antagonistas: população LGBT e religiosos cristãos.

Ao seguir tais controvérsias, a mídia, estudiosos e outros segmentos da sociedade tendem a reforçar, em muitos casos, o enquadramento gay *versus* religioso, ligando o cristianismo a homofobia, sem considerar contextos (NATIVIDADE, 2017).

Diante das pautas dos direitos reprodutivos e sexuais, correntes hegemônicas do cristianismo também buscam engessar o modo de ser cristão. Não é difícil de encontrar lideranças religiosas dizendo que os cristãos não aceitam a homossexualidade ou ainda que a Bíblia condena as práticas homoeróticas, ou seja, as igrejas dominantes falam em nome de todos os cristãos, passando a suposta ideia de que no cristianismo não existe possibilidades de uma identidade sexual ou de gênero dissidentes da normatividade.

A partir da etnografia do II Encontro de Católicos LGBT, que ocorreu entre 1 e 3 de junho, tento mostrar como os ativistas buscam desconstruir essa visão, por meio de discussões e práticas. Uma das marcas do evento foi a participação dos católicos na parada do orgulho LGBT, logo após a participação em uma missa celebrada em uma igreja na Avenida Paulista. Estes sujeitos na parada extrapolam os muros da Igreja, oferecendo uma prova pública da existência de um catolicismo em que os LGBT se encaixam.

Esse evento é apenas um exemplo de como os ativistas tomam a “praça pública”: ações de caridade, evangelização e sociabilidade (comuns entre comunidades religiosas convencionais), além de participação em manifestações, assembleias e passeatas (eventos historicamente ligados a movimentos sociais), tornando os “muros” da religião mais porosos e adentrando espaços públicos, supostamente seculares. A presença desses atores em diferentes espaços tem sido cada vez mais constante. Um dos motivos dessa incidência pública são as ferramentas de organização adotadas pelas lideranças, entre elas, a estruturação da Rede Nacional, o principal foco do segundo encontro nacional. É através

da Rede que os “católicos LGBT” criam redes, ou, nos termos de Alvarez (2014), “teias ou malhas [...] para se constituir dentro de um campo discursivo de ação”. Neste caso, um campo pautado pela diversidade sexual e de gênero. A organização da Rede indica que antes de chegar ao palanque ou ao palco, é preciso se organizar nos bastidores, escrevendo e ensaiando roteiros. O encontro de 2018, sobretudo, foi esse momento de preparação e, logo em seguida, de exposição.

O segundo encontro nacional e refundação da Rede

Fundada em 2014 no Rio de Janeiro, vimos que a Rede não se consolidou durante os anos subsequentes, sem expressão na Igreja e na sociedade. Apesar disso, principalmente após a chegada de Papa Francisco ao Vaticano, houve um florescimento de coletivos pastorais leigos formados por lésbicas e homossexuais, principalmente. Tais novas organizações, espalhadas pelo país, mantinham entre si algum contato e a Rede não exercia ainda um papel articulador e agregador⁷⁴.

Porém, em 2018, durante minha estada em campo, soube, por interlocutores do GAPD, que algumas lideranças de coletivos “católicos LGBT” estavam propondo a realização de uma segunda edição do encontro nacional com o principal objetivo de reativar a RNGCLGBT. Entendiam ser aquele momento o mais propício para dar esse passo. É interessante notar que alguns interlocutores, mais ligados às questões políticas e sociais, classificavam o momento oportuno por dois motivos, um positivo e um negativo. O positivo era exatamente a expansão dos trabalhos pastorais em prol de pessoas LGBT (motivados pelo contexto mais amplo de lutas e conquistas de direitos na sociedade brasileira). O negativo era justamente por entenderem que esses avanços poderiam tornar-se um retrocesso em virtude do crescimento de “grupos conservadores”, incluindo os religiosos, com suas práticas e discursos, contra minorias. Sendo assim, era preciso “se organizar, agregar e ocupar espaços”, comentou um interlocutor.

Para viabilizar o evento, foi criada uma comissão organizadora composta por sete lideranças: duas do Rio de Janeiro, uma de Curitiba, duas de São Paulo, uma de Brasília e uma de Teresina. O grupo realizava reuniões periódicas via *Skype*. As atividades foram divididas entre a comissão, desde preparação da liturgia até o convite de palestrantes. Como anfitrião, o GAPD ficou responsável ainda em realizar tarefas para o bom

⁷⁴ É preciso ressaltar que existem organizações pastorais católicas LGBT que não fazem parte da RNGCLGBT. Registre, nos últimos dois anos, o aparecimento de grupos sem o acompanhamento da Rede. Contudo, existe um esforço entre as lideranças da organização em conhecer e mapear essas iniciativas.

andamento do evento, entre elas: organizar hospedagem solidária, preparar refeições, confeccionar camisetas e entre outras coisas. Nessas tarefas, participantes do grupo foram incluídos.

Além da comissão organizadora, foram montadas comissões segmentadas. Uma delas foi a comissão de comunicação, na qual fui integrado, devido minha formação em jornalismo. Nesse grupo, trabalhei com mais duas pessoas e pude conhecer muitas outras lideranças que se tornaram interlocutoras ou forneceram informações para a pesquisa. Durante a preparação do evento, realizei entrevistas semiestruturadas, por telefone ou *Skype*, com alguns ativistas que faziam parte da comissão organizadora. Meu objetivo era entender a importância que essas lideranças estavam atribuindo ao encontro nacional e quais eram as expectativas para o evento. As respostas foram bem parecidas, o que demonstra um certo alinhamento entre os organizadores. Uma liderança de Teresina, por exemplo, apostava que o evento seria um “momento propício para unificar e fortalecer a Rede Nacional”. Para o ativista, era preciso “uma linha para conduzir os grupos e fortalecer o próprio movimento”. Uma outra ativista, de Belo Horizonte, por sua vez, tinha a expectativa de conhecer a “realidade dos grupos de outros lugares do país” e “dividir experiências”. De um modo geral, os interlocutores viam o encontro como um momento de união e fortalecimento da Rede e dos próprios grupos. Ao mesmo tempo, era preciso criar uma “linha para conduzir os grupos”, o que indica o desejo em formar uma identidade coletiva/institucional para a organização

Diante disso, pode parecer que o evento foi algo estritamente prático e político. Longe disso. Apesar dos trabalhos em organizar a Rede Nacional, as experiências pastorais e espirituais foram marcantes. Além, claro, do processo de sociabilidade entre os participantes.



Cartaz do II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+ Fonte: Divulgação RNGCLGBT

“Reunidos aqui só pra louvar ao Senhor”

As manhãs de sexta e sábado do encontro nacional começavam com cânticos em busca de agregar e integrar as pessoas para as atividades do dia e orações. Entre as músicas, uma das cantadas com mais entusiasmo pelas e pelos participantes era “Reunidos Aqui”. O autor da letra, provavelmente, nunca imaginaria que aquela canção seria utilizada para incentivar ativistas “católicos LGBT”. Porém alguns versos ajudam a traduzir o ambiente de esperança que parecia dominar o evento: “algo bom vai acontecer, algo bom Deus tem pra nós. Reunidos aqui só pra louvar ao senhor”.

Assim, a canção religiosa entonada pelos mais de sessenta participantes do encontro também parecia dizer que toda aquela organização queria significar: os católicos LGBT só querem louvar o Senhor, por isso estavam reunidos. Durante aqueles dias, num espaço seguro, os participantes tiveram a oportunidade de praticar o catolicismo de uma forma mais plena ao lado de pessoas entendidas como iguais. Digo isso para deixar claro que o encontro, bem como as reuniões ordinárias dos grupos, opera em diferentes dimensões. A dimensão da fé e da subjetividade é uma delas. Em conversa com diferentes

interlocutores, pude entender que a luta política e pastoral se justifica por essa dimensão, pela vontade ou necessidade em “louvar ao Senhor” sem “deixar de lado” a sexualidade.

Durante o encontro, a Rede foi estruturada e teve sua primeira coordenação nacional eleita. As lideranças conseguiram mapear os grupos “católicos LGBT” brasileiros, conhecendo as realidades locais, suas relações com a hierarquia da Igreja, apoio e relações de outras entidades, número de participantes, coordenadores, entre outras coisas. O evento tornou-se espaço para realização de atividades *psicopastorais*, religiosas e sociais.

Estavam presentes lideranças “católicas LGBT” de pelos menos sete estados brasileiros em um edifício onde funciona uma obra social religiosa. Do início, na sexta-feira, até às primeiras horas da tarde do sábado, o encontro foi fechado, apenas para inscritos. Assim, funcionou como um fórum interno para organização e estruturação da RNGCLGBT, como citado. Todos os participantes, devidamente inscritos, estiveram envolvidos na produção da identidade da organização e votaram para eleger a primeira coordenação nacional com representante de todas as regiões do Brasil, com exceção da região Norte, onde ainda não existe grupos. Foi ainda nesse espaço de tempo que se realizou uma missa, com a participação de sacerdotes “aliados”. Abaixo, apresento uma lista dos grupos pastorais que participaram do encontro nacional:

Nome do grupo	Local	Ano de criação
Diversidade Católica	Rio de Janeiro (RJ)	2006
Grupo de Ação Pastoral da Diversidade	São Paulo (SP)	2010
Diversidade Cristã	Brasília (DF)	2013
Grupo Católico de Acompanhamento de pessoas LGBT	Curitiba (PR)	2014
Diversidade Católica	Ribeirão Preto	2014
Filhos de Davi	Iguatu (CE)	2014
Arco da Aliança	Maringá (PR)	2015
Diversidade Cristã	Teresina (PI)	2016
Grupo Diversidade Cristã	Mossoró (RN)	–
Diversidade Católica	Fortaleza (CE)	–
Pastoral da Diversidade Sexual – Santuário São Judas Tadeu	Belo Horizonte (MG)	2016

Pastoral da Diversidade Sexual – Paróquia de São Francisco das Chagas	Belo Horizonte (MG)	2016
Pastoral da Diversidade Sexual – Belo Horizonte	Belo Horizonte (MG)	–
Pastoral da Diversidade Sexual – Nova Iguaçu	Belo Horizonte (MG)	–
Diversidade Católica	Campinas (SP)	2018
Movimento Pastoral LGBT Marielle Franco	São Paulo (SP)	2018

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do trabalho de campo

Do encontro nacional, destaco dois eventos: uma mesa com diferentes lideranças religiosas e a participação na parada LGBT de São Paulo. O primeiro evento, uma atividade ecumênica/inter-religiosa merece especial atenção, pois indica uma das estratégias do ativismo: a aproximação de outras vertentes religiosas ou de atores religiosos que compartilham o *status* social de minorias, especialmente minorias sexuais e, mais recentemente, envolvendo também a questão de gênero. Durante minha estada em campo, identifiquei a existência de uma emergente movimentação religiosa que chamarei, ainda que provisoriamente, de ecumenismo da diversidade (sexual e de gênero).

Mesa redonda ecumênica/inter-religiosa

Comecei a Introdução desta dissertação falando sobre essa atividade ecumênica/inter-religiosa do encontro nacional de 2018, único evento aberto para o público externo e amplamente divulgada em redes sociais e meios de comunicação. O tratamento que a atividade teve mostra a importância que o diálogo ecumênico tem para os “católicos LGBT” organizados. Além disso, foi durante esse momento que os ativistas publicizaram para um público mais diversificado suas pautas, através de um manifesto.

As lideranças convidadas para falar na atividade foram um “reverendo da Igreja das Comunidades Metropolitana de São Paulo, uma representante da Igreja Batista do Caminho – RJ, ligada aos movimentos Esperançar e Evangélicxs – Juntos pela Diversidade e colaboradora de movimentos feministas cristãos, uma antropóloga judia e travesti, pesquisadora de gênero e sexualidade na comunidade judaica em São Paulo, uma teóloga anglicana e uma ialorixá (religião tradicional iorubá) e etnopsicóloga”.

As apresentações, como veremos a seguir, foram diversas. Contaram sobre pesquisa, sobre trabalho pastoral, explicaram elementos de suas tradições religiosas e,

sobretudo, deram testemunhos emocionados sobre suas trajetórias religiosas. O elemento agregador era a questão da diversidade sexual e de gênero.

Para Emerson Giumbelli (2014, p. 124), o “ecumenismo define-se, genericamente, pelo projeto de gerar algum tipo de aproximação entre povos, grupos ou tradições atreladas a diferentes religiões”. Diante desta reflexão do antropólogo, acrescento que a questão identitária também pode ser um elemento gerador de aproximação. Aquelas pessoas, de diferentes religiões, tiveram (ou ainda têm) a cidadania religiosa negada ou ameaçada. Mais do que se aproximarem por serem religiosos/cristãos, aproximaram-se por se identificarem como minorias sexuais e de gênero.

Ester abriu a atividade ecumênica dando boas vindas. Naquele momento, ela já ocupava o papel de coordenadora nacional da Rede, havia sido eleita a poucas horas antes. Como mediadora da mesa redonda, ela aproveitou seu espaço de fala para ler e, portanto, lançar publicamente o manifesto daquele encontro nacional. Sua voz, às vezes embargada pelo choro, às vezes acelerada em meios a sorrisos, deu vida ao seguinte texto:

São Paulo, 2 de junho de 2018

Nós, leigas e leigos católicos reunidos no II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, assumimos a missão de Promover e difundir a Boa Nova de Jesus Cristo e o projeto plenamente inclusivo do Reino de Deus, compartilhando a experiência do Amor, da Liberdade, da Justiça e da Vida em abundância com todas as pessoas que são excluídas da Igreja e/ou da sociedade em virtude de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Nosso encontro nasceu como um fruto importante do trabalho que vem sendo desenvolvido por esta Rede Nacional desde a sua fundação, no ano de 2014 – quando ocorreu o primeiro encontro de católicos LGBTI+ do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro –, e pelos grupos que a compõem desde o surgimento do primeiro deles, em 2007. Desde então, nosso trabalho tem se concentrado no desenvolvimento de ações pastorais dedicadas à promoção da cidadania de pessoas LGBTI+ na Igreja e na sociedade. Comprometidas e comprometidos com a construção de uma “Igreja em saída”, assumimos a tarefa desafiadora de atuar nessas “periferias existenciais” que a Igreja – inclusive no Brasil – ainda tem tido dificuldades e por vezes resistências para escutar e acompanhar pastoralmente. Com as graças de Deus, a ação do Espírito tem sido sentida de forma abundante em nosso trabalho, que vem revelando inúmeros frutos e dons de amor, de fé, de esperança e de serviço ao Reino de Deus.

Somos filhas e filhos amados de Deus, que é Pai e Mãe, testemunhas do amor salvífico e incondicional de Jesus Cristo e, movidos pelo Seu Espírito, abraçamos a proposta do Evangelho como centro e fundamento maior das nossas vidas e do nosso trabalho.

Somos Povo santo de Deus, membros inalienáveis da Igreja Católica Apostólica Romana e, acolhidos pela proteção de Maria, mãe desta mesma Igreja, nos reunimos à comunidade de irmãos e irmãs batizados em Cristo, contribuindo com nossos dons, em toda a sua diversidade, na jornada da construção do Reino.

Impelidos pelo Espírito Santo, assumimos o chamado e a vocação a sermos sal da terra e luz do mundo, valorizando o protagonismo e a participação ativa do laicato na realização da missão de Cristo e da Igreja.

Considerando a pluralidade do próprio Deus, que se revela na Santíssima Trindade e se manifesta na beleza múltipla da Criação, lutamos pelo reconhecimento e pela celebração plena da diversidade de expressões, identidades, gêneros, sexualidades, raças, etnias, culturas e credos.

Primamos pelo exercício do diálogo aberto e fraterno como caminho para construir pontes, diminuir muros, ampliar horizontes e aproximar corações e mentes, favorecendo a construção de novas relações, baseadas em uma perspectiva inclusiva, solidária e não violenta.

Por amor à causa do Evangelho, inspiramo-nos na tarefa profética de anunciar a Esperança, resistir à opressão e denunciar a injustiça, e nos comprometemos a trabalhar pela construção de uma sociedade verdadeiramente justa e fraterna para todas as pessoas, sem qualquer distinção.

Nós nos abrimos para o diálogo com nossas irmãs e irmãos de outras tradições religiosas, cristãs e não cristãs, para, em amizade fraterna e sem proselitismo, caminharmos juntos na construção de um mundo em que reinem o Amor e a Justiça, e onde todas e todos tenham espaço para serem quem são.

Seguimos em comunhão com nossas irmãs e irmãos em Cristo e conclamamos a Igreja, as comunidades de fé e a sociedade como um todo a caminhar conosco na opção preferencial pelos excluídos. Temos a certeza de que o Espírito Santo há de nos iluminar e fortalecer nessa caminhada. Rede Nacional de Grupos Católicos LGBTI+ (Manifesto do II Encontro Nacional de grupos católicos LGBTI+, São Paulo, junho de 2018).

O fim da leitura foi seguido com aplausos. O manifesto é um resumo de tudo o que foi decidido no encontro nacional. Sintetiza ainda todos os elementos da identidade da Rede. Os pontos abordam elementos pastorais, teológicos e políticos que esses ativistas trabalham. As estratégias de atuação também ficam claras ao decorrer do texto. Se tivesse que escolher apenas um trecho do manifesto para resumir seu conteúdo, sem dúvida seria esse: “nosso trabalho tem se concentrado no desenvolvimento de ações pastorais dedicadas à promoção da cidadania de pessoas LGBTI+ na Igreja e na sociedade”. É através do elemento pastoral que se busca a cidadania. A seguir, apresento as falas das pessoas que compuseram a mesa-redonda ecumênica-inter-religiosa. Os discursos dos atores são ilustrativos para mostrar como o acolhimento pastoral é utilizado

para fortalecer os movimentos cristãos LGBT. Durante as falas, apreendi que o testemunho tem mais força que qualquer outro recurso. Portanto, fica evidente, quando se trata dos católicos, que os elementos psicopastorais servem, de algum modo, para fortalecer a luta política, dentro e fora da Igreja.

Entre as pessoas convidadas, a antropóloga judia foi a primeira a falar. Norte-americana, contou sua experiência pessoal e como pesquisadora fazendo trabalho de campo em mesquitas brasileiras. Ela destacou que o “judaísmo em si não é contra as pessoas LGBT”, ressaltando as diferentes correntes que compõem sua religião, entre elas o judaísmo reformista. Segundo ela, nessa corrente, as pessoas gays e lésbicas encontram mais espaço. Contudo, destacou as dificuldades enfrentadas por pessoas “trans e travestis”:

A comunidade judaica reformista aceita pessoas gays e lésbicas, mas a questão de gênero é mais forte, não aceita as pessoas trans e travesti. Essa é a experiência de uma amiga, mas é minha também. Quando eu era uma bicha aqui, entrar numa sinagoga era tranquilo: “ah, que legal, um gringo, vem aqui, venha conhecer nosso povo”, mas agora sendo mulher trans, eu tenho que fazer entrevista com o rabino, não me deixam entrar, falam que vão ligar depois. A questão de gênero é muito mais forte na reformista (MESA REDONDA INTER-RELIGIOSA ECUMÊNICA DO II ENCONTRO NACIONAL DE CATÓLICOS LGBTI+).

A dificuldade de pessoas transexuais no judaísmo parece ser também a dificuldade dessa população no catolicismo. No encontro nacional, apenas uma pessoa inscrita era transexual. Carrara (2006), ao analisar pesquisas quantitativas feitas em edição da parada LGBT de São Paulo, quando mostrou que 45,6% das pessoas trans sofreram discriminação em igrejas, afirma que esse número indica que “as dinâmicas de discriminação nesses ambientes têm diretamente a ver com a visibilidade da sexualidade”. Além disso, é preciso ressaltar a existência de uma “hierarquia sexual” (RUBIN, 2003), em que pessoas transexuais e travestis estariam ainda nos níveis mais baixos, diante disso, chama atenção a intersecção entre intolerância religiosa e diversidade sexual e de gênero⁷⁵.

⁷⁵ O Disque 100, incorporado pelo governo federal em 2003, é um canal para receber denúncias de casos que envolvam violação dos direitos humanos. Desde 2011, registra casos de intolerância religiosa contra a população LGBT. Naquele ano, foram duas denúncias. No ano seguinte, 2012, já foram 28 casos denunciados. Em 2018, porém, foram recebidas apenas sete denúncias (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS). Essa queda pode ser lida em um contexto mais amplo: a crise político-econômica que assolou o país desde

O segundo a falar foi o reverendo Tiago, que lidera a ICM em São Paulo. Suas relações com alguns ativistas católicos são de amizade. O religioso tem participado de diferentes eventos com os católicos LGBT nos últimos anos. Como um bom convidado, mostrou-se respeitoso com o catolicismo, ressaltando que era a religião de sua mãe e que havia comentado com ela que estaria no evento. Ele optou em falar sobre a diversidade. Sua fala girou em torno de reconhecer a diversidade de Deus para reconhecer os LGBT como filhos divinos. Ressalto que a ICM nasceu “no contexto da luta pelos direitos civis da comunidade LGBT”. De acordo com ele, portanto, “essa pauta, não é uma pauta, é fundante na nossa denominação religiosa e cremos que as pessoas LGBT tem muito a nos dizer sobre Deus. E que o discurso sobre Deus fica incompleto quando não são ouvidas as pessoas LGBT”.

O pastor definiu sua igreja como “uma organização cristã ecumênica afirmativa das diversidades ou das diferenças, é uma comunidade cristã, que está na disputa, na disputa do discurso religioso cristão, e já há 50 anos, de vida e missão”. O religioso indica que só é possível entender a busca por uma cidadania religiosa em um contexto de disputa.

Em seguida, o orador entrou na questão teológica, que não aparece tanto nos discursos católicos.

Essa teologia, esse teologar, esse falar sobre Deus... disputar o discurso sobre Deus. Nós costumamos dizer que é não um discurso, uma teologia inclusiva, porque ser é inclusivo também pode ser violento. A inclusividade nasce com o trabalho de inclusão de pessoas deficientes. Nós entendemos que nosso fazer teológico cristão é, portanto, afirmativo das diferenças. Mais preocupados com a ideia de que nós, filhos e filhas de Deus, nas nossas diversidades, somos a imagem desse Deus que é Pai e Mãe, do que na ideia de que Deus é homem, branco, cis, velho. Mas ele é tão bonzinho, tão amoroso, que ele também aceita os viado, as bichas, as sapatonas, as travas, as mulheres, desde que... aí uma lista de umas laudas generosas (MESA REDONDADO INTERRELIGIOSA ECUMÊNICA DO II ENCONTRO NACIONAL DE CATÓLICOS LGBTI+).

Para ele, a disputa estaria, portanto, em romper padrões e ideias a respeito de Deus. Não bastava, então, afirmar-se inclusivo. É preciso radicalizar, em seu modo de ver. A ICM, segundo seu depoimento, estaria nesse caminho e se sente “irmã de todos os cristãos e cristãs que juntos conosco se entrincheiram nessa luta”. Caminhado para o final de sua exposição, Tiago diz: “o fazer comunidade dentro na ICM tem sido uma experiência

2015 e que afetou diversos serviços voltado ao combate da intolerância religiosa (ACN BRASIL, 2018). Tais casos são citados ainda por relatórios que tratam da intolerância religiosa no Brasil (SANTOS, 2012, p. 40).

bastante gostosa, colorida e especial e eu estou emocionado de estar aqui hoje, porque falar de católicos LGBT para brasileiros é uma coisa importantíssima, eu acredito que vocês devem ter elaborado pouco o sentido histórico disso aqui, mas isso aqui é uma coisa incrível”.

A mesa-redonda seguiu com a exposição de uma teóloga anglicana. Ela optou por evidenciar sua trajetória de luta pela inclusão LGBT em igrejas, especialmente na Igreja Anglicana, da qual passou a fazer parte depois de passar por outras instituições. Contou que começou sua caminhada como uma religiosa lésbica em uma igreja inclusiva. Segundo seu relato, a experiência dessa organização foi “estruturante”. Nessa igreja teve cargo eclesiástico: “Nós começamos com aquele sonho que nós poderíamos ter esse Deus para nós também, porque todo mundo que acabou parando nas igrejas inclusivas foi excluído de suas igrejas, nosso sonho era incluir, era trazer, era abraçar”. Essa reflexão leva a pensar que as chamadas igrejas inclusivas se formam a partir de *desigrejados*. Sendo que muitos não optaram por essa situação, mas foram obrigados a deixar suas igrejas de origem em virtude da orientação sexual ou identidade de gênero. Pessoas sem igrejas não apenas por uma opção, mas pelo preterimento quando assumem diante da comunidade que são LGBT.

Garotos e garotas que cresceram dentro daqueles lugares[igrejas], que muitos e muitas, até não saberem de sua orientação sexual, eram chamados de irmãos e irmãs. E de repetente, eles nos olham de uma forma estranha, como se nós nunca tivéssemos feito parte daquele lugar. Aí a gente é colocado de escanteio, eu vi isso de onde vim e me sentia extremamente triste, porque eu sabia que não tinha apoio naqueles que me chamavam de irmã, daqueles que me diziam que era uma menina de futuro. Aí, eu sai de fininho, para não dar muito o que falar, eu saí, essa é minha história. Que começou anos atrás. (MESA REDONDA INTER-RELIGIOSA ECUMÊNICA DO II ENCONTRO NACIONAL DE CATÓLICOS LGBTI+).

A teóloga continua sua fala abordando a questão doutrinária. Para ela, um dos motivos dessa situação é exatamente a rigidez da doutrina: “Essa doutrina, essa lei, essa forma de pensar de forma tão pura, tão rígida, ela é frágil, porque tudo que é rígido, uma hora quebra, uma hora cai”. Essa fala está em sintonia com as reflexões de Douglas (1976). Para a autora, as mudanças também ocorrem quando os padrões culturais se tornam insustentáveis. Segundo ela ainda, “toda vez que um rígido modelo de pureza é imposto em nossas vidas, ou ele é muito desconfortável ou, se rigidamente seguido, condiz à contradição ou à hipocrisia” (MARY DOUGLAS, 2012, p. 198).

Depois, ela introduziu sua experiência no anglicanismo. E nesse momento ela afirma estar dando “um testemunho pessoal”. Para ela, a experiência na Igreja Anglicana foi transformadora.

Quando eu pisei pela primeira vez na Anglicana, eu recebi um abraço tão reconfortante que eu fiquei encantado com aquilo, gente, isso é igreja, igreja que inclui e eu falei que vou ficar aqui, faz 5 anos, e fui conhecendo a igreja, e percebi que esse modo de pensar é inclusivo, é inclusivo segundo a ótica que damos lugar pelo imigrante, pelo LGBTI, pela questão de todas as minorias, cada uma delas e nos não vamos ficar calados, nós vamos fazer barulho. A igreja é pequeninha, mas é uma bomba, uma dinamite. Em 1985, colocamos a primeira mulher para ser reverenda, antes de 2003, tínhamos os nossos referendos homossexuais, 2018... eu tenho que compartilhar isso com vocês, porque cada um que está aqui faz parte dessa história. Gente é muito lindo isso! Nós, finalmente conseguimos ter nossa primeira bispa mulher, em março de 2018 e ontem, para minha alegria, para minha felicidade, eu não consegui me conter de alegria, nós conseguimos que houvesse a votação no sínodo a benção do casamento entre iguais (aplausos). Uma luta que não foi só dos homossexuais, das lésbicas e dos trans, foi uma luta da igreja como um todo. Eu desejo que isso aconteça em outras igrejas, na comunidade católica, em outros lugares, nós temos que fazer essa água mover, nós somos chamados a ser filhos da graça e a graça é Jesus Cristo (MESA REDONDA INTER-RELIGIOSA ECUMÊNICA DO II ENCONTRO NACIONAL DE CATÓLICOS LGBTI+).

A Igreja Anglicana (lembrando que o anglicanismo tem diferente segmentos) seria um exemplo a ser seguido pelo catolicismo? Seria de fato uma instituição tradicional aberta a questões contemporâneas? As vitórias elencadas pela teóloga que apontam para a inclusão mais plena de mulheres e LGBT no anglicanismo não foram fáceis de conquistar. Apesar da oradora ressaltar que foi uma luta de “toda a igreja”, movimentos anglicanos são contrários a essas pautas, gerando diversas disputas internas na instituição. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que integra a Comunhão Anglicana, aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em seu Sínodo Geral, realizado em junho de 2018. Foram 57 votos a favor, três contra e duas abstenções. A discussão do casamento homoafetivo percorreu duas décadas na Igreja e só foi aprovado na terceira vez em que o assunto foi apresentado ao conselho sinodal. A aprovação foi classificada como histórica por integrantes da Igreja.

A fala seguinte foi da iorubá. Sobre sua participação, vale ressaltar que, como ela mesmo salientou, não tinha, pelo menos até o momento daquele evento, nenhuma relação com as questões de diversidade sexual e de gênero. Além disso, saliento, como algumas

peças comentaram pelos corredores do evento, ela era branca. Como se tratava de uma religião de origem africana, talvez, as pessoas esperaram uma mulher negra. A religiosa fez uma apresentação sobre sua crença. Mas por que ela estava ali se não era uma pessoa LGBT? Talvez a ideia era dar uma visão de diversidade, de abertura total. Sendo assim, fazia-se necessário alguma liderança de uma religião africana não judaico-cristã. Diante dessas particularidades, a iorubá não falou sobre as principais pautas discutidas. Ela optou em apresentar sua crença:

Gente, eu estou muito grata por estar aqui. Eu sou principiante, caloura, eu sou ignorante nas questões LGBT, eu sei aquelas coisas basiquinhas. Então, eu estou muito feliz pelo convite, porque eu tenho muita simpatia pela causa, por esse coletivo. É uma oportunidade para eu aprender, eu vim com o caderninho para anotar. Então eu vou falar um pouquinho do que acontece em nossas religiões de matriz africana. Eu estava falando para a Ester que eu sou a única porta voz de uma religião não cristã. Embora eu seja cristã, sou praticante e estudiosa de exoterismo cristão. Mas eu vou falar da religião iorubá, que se fez presente no Brasil com a diáspora (MESA REDONDA INTER-RELIGIOSA ECUMÊNICA DO II ENCONTRO NACIONAL DE CATÓLICOS LGBTI+).

Com o fim da apresentação da iorubá, a representada da Igreja Batista Caminho começou sua fala. A presença da ativista no evento é interessante se pensarmos que no campo religioso brasileiro católicos e evangélicos conservadores traçam estratégias em conjunto em busca de combater pautas ligadas aos direitos sexuais e de gênero, sobretudo em casas legislativas. Naquele momento, a evangélica feminista mostrava que pode ser possível o mesmo movimento do lado progressista. Além de frequentar a igreja liderada pelo pastor Henrique Viera, a religiosa pertence a outros movimentos, como o Evangelicx e o Evangélicas Pela legalização do aborto.

Em sua exposição ficou claro sua ligação com os movimentos progressistas: “acho que uma das coisas é pensar que esse Jesus que a gente tanto adora, tanto segue é um homem negro, por exemplo, e eu reivindico muito Jesus como um homem negro”. Depois de apresentar os movimentos que integra, contou sua trajetória em forma de testemunho. Filha de pais pastores, passou por processos de exorcismo depois que beijou uma menina. Sentia-se culpada por gostar de mulher. Contudo, depois de um longo caminho, passou a frequentar a sua atual igreja e, “depois de muita conversa e leitura bíblica” deixou de se considerar uma pecadora.

Eu passei boa parte da minha adolescência nessa dinâmica de me trancar dentro do quarto, de chorar muito e orar e clamar a Deus e implorar e falar “Deus, me cura, me liberta disso, eu sei que estou errada e preciso de sua ajuda”. Eu vivi um processo de isolamento muito grande eu não podia ter amigas mulheres em

nome do “não cair em tentação”, foi um processo doloroso, de adoecimento mental.

Em determinado momento da vida, quando eu encontrei a igreja que estou hoje, foi uma marca na minha trajetória com Deus, na minha vida pessoal mesmo. Mas eu falava com o Henrique e ele me dizia: “quem disse que era pecado? Onde você viu isso?” E eu falava: “não, mas está na Bíblia...” e resgatava todos os textos, mas ele dizia que Bíblia não se encara desse jeito, vamos para outro olhar, ele orava comigo, e dizia para o Senhor me ajudar a aceitar como eu era.

Aquilo foi aos poucos quebrando essa visão de demonização de mim mesma. Em algum momento, eu senti muito forte, como se Deus falasse mesmo: “sai daí, eu nunca quis isso, eu nunca estive aí”, e foi nesse momento que eu entendi que Deus abomina armários, porque Deus abomina opressão, abomina violência e o Deus que eu creio hoje é o Deus que abomina armários (palmas) (MESA REDONDA INTER-RELIGIOSA ECUMÊNICA DO II ENCONTRO NACIONAL DE CATÓLICOS LGBTI+).

Sem dúvida essa foi uma das falas que mais deixou explícita que aquela atividade se tratava de um momento de oração, um momento religioso. Resguardando todas as diferenças, lembro-me de muitas histórias que meus interlocutores me contaram sobre a não aceitação própria como lésbicas ou gays, a auto rejeição por entenderem que estavam vivendo em pecado quando se relacionavam com uma pessoa do mesmo sexo. O processo de encontro com um grupo pastoral da diversidade era esse momento de rompimento com uma visão condenatória. Sem deixar a Igreja Católica, encontravam caminhos para viver uma nova religiosidade.

Com encerramento das falas das pessoas convidadas, o microfone foi aberto para as pessoas ouvintes. Esse momento seguiu a dinâmica da mesa-redonda. Praticamente todas e todos que ocuparam o espaço de fala deram depoimentos pessoais sobre suas trajetórias em igrejas. Foram várias falas. Muitas pessoas comentaram de como ficaram emocionadas. Ester voltou a falar para encerrar a atividade e ressaltou que sentia a presença de Deus no meio das pessoas naquele momento. “Não é possível que não sintam o sopro do Espírito [Santo], porque ele sopra onde ele quer, não onde mandam ou dizem”.

O ecumenismo como mecanismo político-pastoral

Diante dessa atividade e de outras em que o ecumenismo tem certa centralidade, surgiu o seguinte questionamento: Por que uma rede de grupos católicos, que reivindica e exalta uma identidade católica, inseriu e deu ênfase em uma programação ecumênica/inter-religiosa durante seu encontro? Por meio da pesquisa de campo e das

entrevistas, encontrei variadas respostas para esta pergunta e passei a entender o ecumenismo da diversidade como uma estratégia de atuação pastoral e política. De um modo geral, um dos objetivos em criar espaços ecumênicos entre religiosos LGBT é a possibilidade em praticar a fé cristã ao lado de pessoas consideradas iguais e que, mesmo não ligadas a mesma instituição, podem ser consideradas aliadas e ajudam a forjar elementos pastorais, políticos e teológicos que dão conta de sustentar a luta pela inclusão plena no cristianismo. Contudo, encontrei um argumento, que a princípio, pareceu menos óbvio. Ester apresentou-me um argumento para justificar o emergente ecumenismo LGBT bastante interessante. Para a coordenadora nacional da RNGCLGBT, é através do diálogo ecumênico que os “católicos LGBT” organizados buscam caminhos para se aproximar de outros setores sociais, incluindo o movimento LGBT. Em outras palavras, é através da união de igrejas e coletivos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais que se busca espaços no movimento social. Ora, como uma atividade religiosa poderia cumprir esse objetivo?

Eu acho importante criar um campo ecumênico progressista. Ele será, talvez, a principal aposta para se aproximar da militância LGBT e de todas militâncias progressistas, não estou dizendo que será a única [aposta].

A Igreja Católica, falando real, exceto por movimentos católicos muito específicos, como a Pastoral da Juventude, que são os hiper progressistas dentro da Igreja, não é uma igreja ecumênica. A começar pelo fato de chamar-se por “A Igreja”. Os protestantes, por exemplo, quando falam “A Igreja” estão falando dos cristãos, da cristandade. Aliás, a Igreja Católica se chama Igreja Católica, mas tem muitas igrejas católicas, a igreja anglicana também é católica. Nós nos chamamos de católicos. Eu acho que por conta disso, o ecumenismo não vai funcionar tanto dentro, num diálogo intra-religioso, eclesial. O ecumenismo não funciona muito como estratégias de legitimação, principalmente se a gente for falar com setores mais moderados ou conservadores, aí não funciona mesmo (Entrevista com Ester, Rio de Janeiro, julho de 2018).

A fala de Ester chama atenção por alguns motivos. O primeiro é em dizer que a Igreja Católica não é ecumênica na prática, apesar de ser, no campo do discurso, uma das instituições religiosas que mais fala sobre o tema⁷⁶. O segundo é relativizar a doutrina

⁷⁶ Globalmente, a Igreja Católica iniciou seus discursos ecumênicos através do Vaticano II. A partir de então, diversos mecanismos foram criados em busca de promover práticas ecumênicas. No Brasil, a CNBB criou a Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo inter-religioso. Contudo, para além das esferas institucionais, grupos ecumênicos, incluindo atores católicos, marcam presença na sociedade brasileira.

que, apesar de reconhecer o ecumenismo, coloca o catolicismo como a “única Igreja de Cristo”. O terceiro é a aposta em um “campo ecumênico progressista” para se aproximar de setores progressistas laicos. Ou seja, o ecumenismo poderá ser uma estratégia para “descongelar” a imagem do cristão conservador entre não religiosos.

Portanto, ao construir uma agenda de atividades com outras denominações os “católicos LGBT” não buscam visibilidade na Igreja, mas querem dizer ao movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais que “não é possível discutir sexualidade e gênero no Brasil sem passar pela esfera religiosa,” como disse Ester. Essa frase chama bastante atenção. Por meio dessa discussão ecumênica, os religiosos LGBT poderiam, na visão da interlocutora, ser uma alternativa para enfrentar os discursos e as práticas religiosas hegemônicas contra dissidentes sexuais e de gênero em diferentes contextos da sociedade. A visão da ativista vai ao encontro da observação feita por Simões (2010, p. 14) que também reconhece que “a força e o prestígio que a religião desfruta no debate público brasileiro seguem sendo uma trava poderosa para o avanço dos direitos humanos associados à sexualidade”.

A aposta dos religiosos LGBT está em multiplicar discursos sobre religião e sexualidade, multiplicar ações pastorais contra hegemônicas e dar publicidade a tudo isso em diversos espaços sociais. Com isso, eles poderiam, dentro de igrejas, quebrar narrativas contrárias a diversidade sexual e de gênero. Esse é um caminho complexo. Observei em campo que ainda é algo em gestação. Mesmo que em algumas localidades ativistas “católicos LGBT” coabitam espaços pastorais de forma plena, interlocutores relatam dificuldades de inserção em suas comunidades religiosas.

Por meio da lei natural, em que apenas as relações heterossexuais são consideradas legítimas, Natividade e Oliveira (2010) afirmam, sob influência de Mary Douglas (1976), que existe uma naturalização de “nojo” contra pessoas LGBT em discursos religiosos, que “encobre seu caráter enquanto operação cultural que demarca domínios do *puro* e do *impuro* tentando assegurar a integridade de um sistema simbólico”. A naturalização ou a afirmação de que pessoas LGBT estão contra o projeto divino ou suas relações são “desordenadas” tem justificado a perseguição, expulsão e homotransfobia, que muitas pessoas relatam sofrer ou ter sofrido em ambientes eclesiais. O que está em vigência é uma hierarquia sexual, que gera diversas consequências, desde meros aborrecimentos a graves agressões (RUBIN, 2003).

Acusadas de *impuras* ou *sujas*, as pessoas LGBT, conseqüentemente, ameaçariam a ordem necessária para vida em comunidade. Douglas (1976), ao discutir o Velho Testamento e comunidades israelitas, mostra que a sujeira – matéria fora de lugar – pode

manter e potencializar as regras simbólicas, ou seja, a existência da sujeira sustenta um sistema de poder para controlá-la. Mecanismos contra hegemônicos, contudo, buscam driblar esse sistema, que, nas palavras da teóloga anglicana, “está sendo colocado em discussão” ou, inspirado por Douglas (2012), um sistema que tem se tornado muito desconfortável. As “disputar narrativas”, como colocou o reverendo da ICM, estão relacionadas com a tentativa em propor alternativas.

Contudo, o ecumenismo não é uma mera tática política. Como ficou claro nas falas transcritas acima, tem a ver com a fé, com subjetividades. A atividade ecumênica aqui em discussão pode ser considerada uma oração, uma prece, no sentido de Marcel Mauss (2009): um fenômeno coletivo e social, com elementos consagrados pela tradição cristã (referências a textos bíblicos, testemunhos, partilhas) e um fenômeno individual, pois permitiu que cada pudesse ter um espaço personalizado para rezar e se expressar, contar sobre sua trajetória, sem roteiros.

Domingo é dia do Senhor e da Parada LGBT: os católicos nas ruas de São Paulo

Entre plenária, missa, mesa-redonda e reunião, os integrantes do encontro nacional circularam por São Paulo. Os diversos eventos voltados para a população LGBT naquele final de semana animaram parte dos participantes do evento. Fotos enviadas por um grupo criado no *WhatsApp* mostravam os ativistas em eventos culturais, no Museu da Diversidade Sexual, na Feira Cultural LGBT de São Paulo. *Shoppings centers*, livrarias, Avenida Paulista e outros pontos conhecidos da cidade foram outros lugares onde circularam, muitas vezes com a camiseta oficial do encontro.

Contudo, foi no domingo que o grupo organizado participou de dois eventos distintos, mas complementares que ajudam a compreender o enquadramento proposto por esse ativismo religioso: a não contradição em ser LGBT e católico. O primeiro evento foi uma missa, realizada em uma igreja na Avenida Paulista. O segundo, logo após o ato religioso, foi a participação do grupo na 22ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. A missa não foi exclusiva para o grupo. Era uma celebração paroquial em que os “católicos LGBT” participaram e tiveram algum destaque. A participação na parada não estava oficialmente na programação do evento, porém fazia parte das conversas desde o início do encontro.

Naquela manhã de domingo, fomos com o carro de Pedro para a Avenida Paulista. O trânsito já estava se complicando. As ruas já estavam fechadas para receber a parada. Pedro, um dos organizadores da primeira parada em São Paulo, quando ainda integrava

o grupo Corsa, durante o trajeto até a igreja, contou como foi organizar um evento daquele tipo no Brasil em 1997⁷⁷: a dificuldade em conseguir apoio da prefeitura na organização do trânsito, o medo e ansiedade de “não aparecer ninguém”, a opção em caminhar pela calçada porque tinham poucas pessoas no começo e a ocupação da avenida, quando, em seu maior momento, a manifestação reuniu cerca de 2 mil pessoas, segundo Pedro. Passadas mais de duas décadas, a edição que estava diante dos meus olhos era bem diferente daquela que meu interlocutor estava descrevendo.

O crescimento e a transformação da parada eram evidentes. Se o ativista relatava as dificuldades em obter apoio na organização do trânsito, horas antes da abertura do evento, as ruas estavam bloqueadas e dezenas de policiais rondavam a Paulista⁷⁸. Se a organização temia não aparecer ninguém na primeira vez, antes mesmo da abertura oficial, em 2018, milhares de pessoas já circulavam em todas as faixas da avenida à espera dos trios elétricos.

Passamos uma barreira policial, desviamos de algumas pessoas e entramos na igreja. Alguns rostos conhecidos – participantes do encontro nacional – já esperam o início da missa, quase todos com a camisa do evento. Como disse, a celebração não era exclusiva para o grupo. Os paroquianos também participaram. Registrei olhares curiosos. Pessoas lendo e relendo dizeres estampados da camiseta: “II Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBT”. Teve início a missa com o seguinte comentário inicial, feito por um padre:

Informo que hoje nossa igreja ficará fechada durante a tarde devido a Parada do Orgulho LGBT. Hoje também recebemos aqui em nossa paróquia um grupo de pessoas católicas praticantes que se identificam como LGBTs. Eles estiveram reunidos aqui em São Paulo neste final de semana em um encontro nacional, com pessoas de todo o país. (Comentário Inicial de missa celebrada na igreja São Luís Gonzaga, em 03/05/18, anotação feita em caderno de campo).

Era preciso afirmar: “católicos praticantes”. Essa expressão carregava consigo as informações que aquelas pessoas participavam de movimentos e pastorais, eram ligados às paróquias e comunidades católicas, ao mesmo tempo que são LGBT, ou nas palavras do comentarista, “se identificam como LGBTs”. A missa seguiu com bastante referência à minorias sexuais e de gênero, sobretudo “a prática não cristã materializada na violência,

⁷⁷ Para um estudo sobre o movimento homossexual brasileiro (MHB) na década de 1990, vide Facchini (2005).

⁷⁸ É interessante consultar Natividade (2016) para ver uma discussão as percepções que agentes de segurança têm sobre diversidade sexual e de gênero. O pesquisador e sua equipe conversaram com policiais que atuaram em paradas LGBT em algumas cidades brasileiras.

na homofobia e transfobia”. O padre celebrante lembrou, em pelo menos três momentos, os posicionamentos de Papa Francisco sobre a temática, afirmando que o pontífice “abriu as portas da Igreja para o diálogo”. Durante a celebração, praticamente todas os ativistas ficaram sentados juntos.

Mais uma vez os discursos do papa foram acionados. Considerado como um papa acolhedor, mais aberto e até mesmo progressistas (não necessariamente pelos ativistas), sempre é estrategicamente colocado nos discursos de “católicos LGBT” e especialmente nas falas públicas de sacerdotes apoiadores da causa. Em certa ocasião, uma ativista comentou que, no caso dos padres, eles têm que se apoiar mesmo no papa. Ali naquela missa, o público, com exceção dos ativistas, não eram “convertidos”, muitos, certamente, nunca haviam tido contato com a temática trabalhada pela Rede. Mas, sem dúvida, conheciam alguns discursos de Francisco a respeito das pessoas gays.

Vale acrescentar ainda que observei, em diferentes momentos durante minha estada em campo, ativistas do GAPD comentando que perceberam a presença de muitos casais gays frequentando as missas daquela igreja. Sendo assim, chegaram a uma conclusão de que era preciso desenvolver alguma atividade para chegar até essas pessoas. Alguns frequentadores do GAPD entendiam ainda que a paróquia, por estar localizada em uma região central e por ser frequentada por pessoas de classe média alta, poderia ser mais aberta para a temática. Claro, essa é uma visão que reforça, em certa medida, um senso comum. Os dois lugares em que percebi mais abertura ou pelo menos mais respeito as atividades pastorais dos “católicos LGBT” foram na Diocese de Nova Iguaçu e na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, em Itaquera, São Paulo, ambos ambientes eclesiais frequentados, majoritariamente, por pessoas menos favorecidas do ponto de vista financeiro.

A missa e a Parada LGBT

Com o fim da missa, o grupo seguiu para um lanche no subsolo da igreja. Durante a refeição, aconteceu de fato a finalização do evento. Lideranças falaram e agradeceram todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do evento. Ali só estavam os participantes do evento. Compreendo que a entrada das atividades pastorais dos “católicos LGBT” na vida das paróquias é algo muito bem planejado pelos ativistas e acontecem por meio de pequenos passos, entre avanços e recuos. Qualquer católico sabe que no final da missa existe um espaço reservado para finalizar um evento religioso, um retiro ou coisa do gênero. Os agradecimentos, as homenagens e as despedidas são feitas

no altar, diante do povo. Porém, no caso do encontro nacional das pessoas LGBT, esses processos se realizaram no subsolo da igreja, quando os fiéis já haviam deixado o templo.

Para algumas pessoas, o evento acabou ali na igreja. Muitos voltaram ainda naquele dia para suas cidades de origem. Outra parte do grupo, porém, seguiu para a Avenida Paulista. Muito mais cheia do que algumas horas antes, o clima da parada já havia tomado a principal avenida de São Paulo. Os portões da igreja fecharam-se, como o padre anunciou no início da missa. A participação no evento LGBT era uma celebração informal para fechar o encontro.

O grupo caminhou alguns quarteirões pela avenida e parou. Éramos menos de trinta pessoas naquele momento. Os olhares curiosos dos católicos na igreja também se fizeram presentes nos participantes da Parada LGBT. Pessoas paravam diante do grupo para ler uma faixa que estampava os dizeres “Conheça o Diversidade Católica”. Alguns pediam para fotografar os ativistas ou a faixa. Outros perguntavam o que era exatamente “Diversidade Católica”, enquanto outros davam parabéns pela iniciativa. Alguns ativistas católicos carregavam ainda uma bandeira LGBT estampada com o rosto de Marielle Franco.

Durante toda a passagem dos trios elétricos, o grupo ficou no mesmo lugar. Depois de dois dias juntos no encontro nacional, muitos dividindo a mesma hospedagem solidária, a interação era grande entre as pessoas. Parte dos ativistas se conhecia do primeiro encontro, no Rio de Janeiro, em 2014. Alguns participavam pela primeira vez de uma parada do orgulho LGBT, outras pessoas estavam pela primeira vez na manifestação de São Paulo.

A grandiosidade do evento chamou atenção. Uma militante lésbica, frequentadora da Pastoral da Diversidade de Nova Iguaçu, ficou impressionada com o tamanho do evento. Ela é organizadora da parada em seu município, na Baixada Fluminense. Durante nossa conversa, ela lamentou as dificuldades em conseguir apoio de governantes e de comerciantes para organizar o evento. Com um sorriso no rosto, acompanhou, praticamente imóvel, a passagem do trio da cantora Anitta. Nosso grupo se juntou, algumas pessoas deram as mãos para não se perderem em meio a multidão. Porém, o conglomerado de pessoas e o empurra-empurra não a abalaram. Seu olhar continuou fixo na carreta que passava diante de seus olhos. Quando o trio se distanciou, comentou: “cara, só queria um desse lá na Baixada”. A experiência pessoal de estar naquele lugar se misturou com a experiência coletiva de estar ali como uma ou um representante de uma organização católica.

Cristão na Parada LGBT

A presença de atores religiosos organizados na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, bem como de outras localidades, já foi discutida por outros pesquisadores brasileiros, sobretudo, a participação de igrejas inclusivas, que ocupam esses espaços em busca de publicidade para suas atividades religiosas. Em texto etnográfico sobre a participação da Igreja da Comunidade Metropolitana na parada LGBT de São Paulo, Silva (2016) afirma que o grupo religioso no evento funcionava como uma “contraprova pública e sociológica em favor do argumento da possibilidade de conciliação entre religião e homossexualidades” (SILVA, 2010, p. 10). A ICM, que mostrou estar próxima da Rede Nacional de Católicos LGBT, participa do evento na Paulista há mais de dez anos e é a primeira igreja a ter um estande na Feira Cultural LGBT de São Paulo (NATIVIDADE, 2010; SILVA, 2016; JESUS, 2010; PEREIRA, 2016).

Vimos, porém, no capítulo anterior, que o GAPD, de São Paulo, participou como expositor em duas edições da feira. Pedro relatou a grande presença de igrejas inclusivas na exposição e as estratégias que elas adotavam para atrair pessoas, entre elas, realização de *flash mob*. O grupo “católico LGBT”, “bem menos estruturado”, como afirmou o interlocutor, não chamou muita atenção das pessoas que circulavam pelo evento.

Para Silva (2016), a presença da ICM nestes eventos, revela muito mais que a busca por visibilidade por parte da igreja. A denominação religiosa transformou a parada em “um campo de testes de suas teses orientadas a experimentar em público o que eles internamente chamam de ‘radical inclusão’” (SILVA, 2010, p. 10). Afirmando também que os “católicos LGBT” não participaram do evento com o intuito de “converter” pessoas. Era, de fato, um momento de descontração e celebração. Mas também era um momento de dar visibilidade à Rede. Volto a dizer: a publicização é, em certa medida, uma ação pastoral para tais religiosos.

É preciso lembrar ainda que diferente de uma igreja inclusiva, que goza de autonomia eclesial, os católicos levam para a parada a mensagem de que é possível ser adepto de uma igreja majoritária em que “práticas homossexuais” são consideradas “desordenadas”. Mais que ser adeptos, eles levam a mensagem que é possível reivindicar a inclusão dentro daquele espaço utilizando-se, muitas vezes, dos discursos forjados no movimento social LGBT. Parafraseando Silva (2016), é uma contraprova pública e sociológica da possibilidade em afirmar a identidade católica e a identidade LGBT.

João, um dos fundadores do grupo MOPA, de Itaquera, carregava a bandeira do arco-íris com a imagem de Marielle Franco. Para ele, “se nossa Igreja fosse séria, Marielle

já tinha sido canonizada”. O ativista considera a parada como “algo positivo”. Em suas palavras, “um instrumento importante de afirmação da causa LGBT”

Há muitas críticas que aquilo lá é uma balada, aquilo não tem teor político. Acho que você sair para rua dizendo que você é, aquilo já tem um teor político, mesmo você sendo politicamente alienado. Existe um tipo de afirmação que vai além, vai além de dizer que é contra homofobia você ser o que você é um manifesto contra a homofobia, claro, acho importante você ir lá e defender a causa. Agora que é uma festa, é isso mesmo, é uma festa da cidade, está no calendário da cidade, inclusive.

Seus argumentos sustentam a ideia de que a parada foi utilizada para celebrar o encontro final daquelas pessoas que estiveram reunidas em São Paulo, mas que foi também um espaço para a afirmação identitária de um enquadramento que une pessoas LGBT e o catolicismo.

Já discuti sobre as dificuldades que lideranças “católicas LGBT” relatam enfrentar quando se aproximam do movimento LGBT. Vimos também que esses atores religiosos estão pautando o tema, inclusive durante eventos ecumênicos. A identidade religiosa é uma barreira para o diálogo? O senso comum, que reforça a ideia de religioso conservador, prevalece, em alguns casos. A presença dos católicos na parada tende romper com isso e oferecer aos LGBT não religiosos ou não católicos uma alternativa quando se fala em pessoas da Igreja Católica. Se Ester colocava no capítulo primeiro que o diálogo com a militância LGBT e feminista é um desafio, afirmando que esses movimentos “não sabem dialogar com as igrejas”, vi que os religiosos LGBT colocam-se em visibilidade diante dessas tensões e querem mostrar que ser adepto ao catolicismo não é ingenuidade, falta de tática política ou submissão, principais argumentos utilizados contra católicos LGBT por parte de segmentos de movimentos sociais que não se relacionam com segmentos religiosos. É preciso, portanto, reconhecer a capacidade do sujeito em produzir meios para se tornar um agente em meio a relações de poder e subordinação (MAHMOOD, 2006).

Ao mesmo tempo que católicos buscam habitar o mesmo espaço que militantes e LGBT não religiosos, setores hegemônicos do catolicismo têm protagonizado controvérsias públicas⁷⁹ em torno de manifestações expressas de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Em 2015, por exemplo, na 19ª edição da parada, a “crucificação”

⁷⁹ A categoria controvérsias públicas é utilizada neste texto no sentido proposto por Montero (2012), que se inspira no conceito latouriano e afirma que a controvérsia aparece quando um “conjunto de fatos é reunido em um debate público, quais os processos de tradução que transformam o sentido da linguagem ordinária em um problema social” (MONTERO, 2012, p. 178).

de uma atriz transexual que representava Jesus Cristo não agradou diversos segmentos religiosos, inclusive católicos, que foram à tribuna jornalística se opor à representação realizada por Viviany Belebani. Bispos católicos de São Paulo contra a representação de Jesus crucificado por uma mulher transexual recorreram a argumentos religiosos, como profanação, para defender seus posicionamentos. Porém, como pretendiam alcançar outros segmentos, as autoridades católicas acionaram argumentos civis e laicos, como direito a crença, para defender suas posturas, criando um clima de rivalidade entre religiosos e ativistas LGBT. Em nota, a CNBB afirmou que as cenas da atriz representando Cristo na cruz foram “claras manifestações de desrespeito à consciência religiosa de nosso povo e ao símbolo da fé cristã, Jesus crucificado”. O texto diz ainda que a “fé cristã e católica, e outras expressões de fé, encontram defesa e guarida na Constituição Federal”. O grupo de clérigos católicos tinha como objetivo censurar ou reprimir qualquer representação de Jesus Cristo se não a emitida ou chancelada pelas instituições cristãs tidas como legítimas.

Por sua vez, entidades de direitos LGBT defenderam-se. A atriz também foi à imprensa. Em entrevista ao site G1, disse: usei as marcas de Jesus, que foi humilhado, agredido e morto. Justamente o que tem acontecido com muita gente no meio GLS, mas com isso ninguém se choca”. Em resposta ao “avanço fundamentalista”, o tema da parada de 2017, dois anos após o episódio da transexual crucificada, foi Estado Laico. Os organizadores do evento colocaram em discussão os retrocessos na promoção da igualdade de gênero, articulados por bancadas legislativas católicas e evangélicas.

Essa controvérsia ajuda explicar o motivo de que participantes da Parada LGBT consideram lideranças religiosas como intolerantes, como mostrou trabalho etnográfico de Pereira (2016) realizado na edição de 2016. Assim, os católicos LGBT ocupam, para não religiosos e também para religiosos, um entre lugar. Como membros de uma igreja hierarquizada, buscam estratégias para dialogar com o alto clero e tentam encontrar brechas para pautar a questão da diversidade sexual no catolicismo. Ao mesmo tempo, precisam adotar estratégias diferentes na busca de legitimação nos espaços de militância e sociabilidade das populações lésbica, gay, bissexual e transexual.

Em 2018, eles tentaram fazer as duas coisas. Os trios já tinham passado e a noite estava chegando. Todos cansados e com fome. Parte do grupo foi embora. Outro grupo, do qual eu fazia parte, dirigiu-se para uma lanchonete em ruas próximas da Avenida Paulista. Já era quase 21h quando algumas pessoas voltaram à igreja para buscar as mochilas e malas que haviam sido guardadas em uma sala. A igreja estava aberta para missa da noite, mas o portão principal estava apenas entreaberto. Uma estratégia, talvez,

para evitar que pessoas que não iriam participar da celebração religiosa entrassem no templo e causasse algum tumulto, já que a calçada estava tomada por participantes da parada, sendo que alguns mostravam sinais de embriaguez.

Eu e mais alguns outros passamos pela fresta do portão em busca de nossos pertences. Muitas pessoas já esperavam nos bancos o início da missa. Um ambiente diferente da Avenida Paulista. Com purpurina no rosto, percorremos os corredores da igreja. Saímos rumo ao metrô no fim do dia em que uma missa e uma grande manifestação foram palcos da celebração pública da identidade católica e LGBT.

O encontro nacional finalizou naquela noite de domingo, mas os trabalhos da Rede estavam apenas começando. Os grupos de trabalho e comissões iniciaram reuniões periódicas para colocar em práticas diversos objetivos estabelecidos. Geograficamente distantes, os ativistas continuaram encontrando-se via *Skype*. Vimos até aqui, as atividades que colocaram os católicos LGBT em atuação. Dediquei-me, sobretudo, em mostrar a atuação desses ativistas em ambientes não católicos, como espaços de sociabilidade e militância LGBT e espaços ecumênicos. Espaços em que eles dão visibilidade ao enquadramento que une diversidade sexual e de gênero com o catolicismo. A seguir, voltarei a falar de ecumenismo. Mais uma vez, apresento uma atividade pautada pelo ecumenismo da diversidade: um culto entre católicos e protestantes para celebrar Nossa Senhora e Lutero.

Católicos, Protestantes, Nossa Senhora e Lutero

Durante minha estada em campo, acompanhei encontros, reuniões, manifestações, mesas-redondas, debates, atos religiosos e outras atividades que envolviam os atores “católicos LGBT”, sobretudo os membros do GAPD, de São Paulo. Diante de todas essas atividades, vale destacar um culto inter-religioso/ecumênico, realizado pelo grupo pastoral paulistano e pela Igreja da Comunidade Metropolitana. O culto ocorreu em 12 de outubro de 2017, na sede da igreja. A data da celebração não foi escolhida por acaso. No dia 12 de outubro, a população católica brasileira comemora a festa de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, padroeira do Brasil, que, em 2017, completou 300 anos de sua primeira aparição. Além dessa efeméride, no mesmo ano, cristãos protestantes celebraram os 500 anos da Reforma Protestante, protagonizada por Martinho Lutero. Foi neste contexto que católicos e protestantes LGBT reuniram-se, ao lado de umbandistas.

Como citei logo acima, o palco do culto foi o templo da ICM, localizado no bairro de Santa Cecília, região central de São Paulo. A pouco mais de cinquenta metros da

estação do metrô, passando ao largo da igreja, em uma porta estreita, à esquerda da rua. Para transeuntes desatentos, não dá para perceber que aquela portinha espremida entre uma agência bancária e um ponto comercial abandonado, é a entrada de uma “igreja protestante”. Em cima da porta, uma pequena placa onde se lê/vê o nome da instituição, a imagem de uma cruz e da bandeira do arco-íris, símbolo no movimento LGBT.

Pelas redondezas há vários templos cristãos. Desde a igreja católica, que toma a centralidade no largo do bairro, passando por batistas, presbiterianos, pentecostais e neopentecostais. A Avenida São João, nas proximidades da ICM, também abriga diversos templos, entre eles a sede da Igreja Comunidade Refúgio, uma das maiores denominações pentecostais inclusivas do Brasil.

Como citado acima, essa região do centro de São Paulo marca a história do movimento LGBT. Green (2010) mostra que já na década de 1930, locais públicos ali localizados, como a Praça da República, eram pontos de *homossocialização* e de encontros homoeróticos⁸⁰.

Localizada nesta região, a ICM, quando uni a cruz cristã e a bandeira LGBT, está propondo uma nova hermenêutica: a não contradição em ser cristão e homossexual, bissexual e transexual. Resguardando as gigantescas diferenças entre tal igreja e os grupos católicos, entendo que, de um modo geral, o trabalho dos grupos religiosos LGBT é empreender estratégias para legitimar, publicizar e ampliar suas existências e atuações. Foram essas estratégias que me levaram à sede da ICM em São Paulo duas vezes entre setembro e outubro de 2017, em uma reunião preparatória para o culto e no dia da celebração, respectivamente.

O culto era “em honra a Nossa Senhora da Conceição Aparecida”, considerada pelos católicos padroeira do Brasil e celebrada em 12 de outubro. O mote era “Nossa Senhora, rogai pelo fim da homofobia”. O ano de 2017 foi especial para essa devoção. A Igreja Católica comemorou os 300 anos do encontro da imagem da santa de barro nas águas do rio Paraíba, no interior de São Paulo. O ano especial para os católicos também foi importante para as correntes protestantes, sobretudo as igrejas históricas. A Reforma

⁸⁰ Na Avenida São João, funcionavam diversos cinemas onde homens interessados em atividades homoeróticas encontravam-se e tinham um espaço mais reservado. A repressão policial era forte nesse período. Muitas pessoas travestis e transexuais, que moravam nas imediações, eram presas por circularem nas ruas com roupas atribuídas ao gênero feminino ou com maquiagem no rosto. Encarceradas, sem recursos financeiros ou contatos poderosos, essas pessoas serviam para estudos de criminalistas e antropólogos. A região sempre foi marcada pela diversidade de raças, sexualidade, profissões e religiões (GREEN, 2010).

Protestante, protagonizada por Martinho Lutero, completou 500 anos, data simbolicamente celebrada em outubro de 2017.

O ecumenismo da diversidade, discutido anteriormente, permitiu, então, que protestantes celebrassem Nossa Senhora e católicos celebrassem Lutero e na porta estreita do templo da ICM passaram protestantes e católicos gays, lésbicas, bissexuais travestis, transexuais. Apesar da porta estreita do templo, os católicos tiveram um grande espaço dentro da igreja inclusiva, o que raramente têm em templos da Igreja Católica. Portanto, entendo que o ecumenismo e o trânsito religioso de pessoas LGBT (ALMEIDA; MONTERO, 2001) que registrei no culto são elementos que contribuem para o forjamento de uma religiosidade baseada na diversidade sexual e de gênero. Aqueles sujeitos, muitas vezes preteridos em outros espaços eclesiais, encontraram uma forma específica para celebrar e viver a fé. Porém, as subjetividades certamente misturam-se com as disputas políticas que os atores protagonizam. O culto, bem como a preocupação em dar publicidade a ele, é um dos modos utilizados pela luta por uma cidadania plena para pessoas LGBT, incluindo a esfera religiosa. Em outras palavras, de um modo mais amplo, essas atividades contribuem para a constituição de um campo e de sujeitos, que a partir de um contexto de direitos civis, situam-se como cidadãos e, conseqüentemente, buscam também a cidadania religiosa (VAGGIONE, 2014).

Reunião preparatória

O dia amanheceu chuvoso em 20 de agosto de 2017, quando foi feita a primeira reunião entre membros da ICM e do GAPD para a organização do culto. O encontro foi marcado para tarde. Cheguei bem antes da reunião começar. Era minha primeira vez no templo paulistano da ICM e os membros do GAPD, meus interlocutores, ainda não estavam no local. Fui recebido por membros da igreja inclusiva que tomavam café e chá em uma mesa no mesmo espaço onde se realizam as atividades religiosas. Entre as pessoas que me deram as boas-vindas, o reverendo Tiago.

Responsável pela comunidade, ele carregava sobre o pescoço um crucifixo com o símbolo de sua igreja. O reverendo mostrou-se interessado pela minha pesquisa, afirmando que poderia ajudar no que fosse preciso. Ele contou e explicou diversas características da ICM. A estrutura, a formação de pastores e reverendos, os “casamentos religiosos homoafetivos” que realiza, sem dúvida um dos pontos altos da cidadania religiosa LGBT.

Já estava ambientado no espaço quando adentraram o salão alguns de meus interlocutores do GAPD. Foram igualmente recebidos com alegria pelos donos da casa.

Entre os que chegaram estavam Pedro e José, os principais promotores daquele encontro do lado católico. Pedro e Tiago são amigos de longa data. Os dois tiveram passagem pelo Corsa. Pedro relembra que, sem local para os cultos, o Corsa emprestou um espaço físico para o reverendo realizar suas atividades religiosas. A igreja compartilhou o espaço com o Corsa, momento em que o ativista católico aproximou-se da ICM. Na época, ele chegou a casar com o seu então companheiro na igreja protestante. Sem esse direito no catolicismo, encontrou na denominação do amigo a oportunidade de receber o sacramento do matrimônio.

José é mais jovem, 23 anos. Mineiro, veio para São Paulo cursar o ensino superior. Sua infância e adolescência tanto em Minas Gerais, quanto no litoral de São Paulo, onde morou por um período, foi marcada por atividades em comunidades católicas. Conheceu o GAPD pela internet. Enviou uma mensagem e foi convidado a participar de uma reunião. Gostou do grupo. E ficou. Hoje, ao lado de Pedro e mais dois ativistas, coordena o GAPD. Tem se dedicado a dar visibilidade ao grupo dentro e fora da Igreja. Ele é responsável pelas redes sociais na internet e pelo *blog* do coletivo. Além disso, tem sido promotor de diversos eventos públicos, inclusive ao lado de outras igrejas, como o culto na ICM. Diferente de Pedro, militante histórico do movimento LGBT, ele entrou no campo discursivo da ação que envolve a diversidade sexual e de gênero por meio do grupo pastoral.

A reunião teve início. As boas-vindas foram dadas novamente pelo reverendo, passou-se por um breve momento de apresentação, do qual eu participei e falei sobre minha pesquisa. Em seguida, antes da pauta começar a ser discutida, José falou dos motivos em planejar aquela atividade religiosa. A princípio, os “católicos LGBT” de São Paulo tentariam um encontro com o Papa Francisco, em Aparecida, interior de São Paulo, já que existia uma grande expectativa do pontífice participar das celebrações dos 300 anos do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida. A audiência com o líder católico daria grande visibilidade ao grupo e as atitudes de Bergoglio diante de coletivos semelhantes mudo afora davam esperanças aos brasileiros.

Porém, a visita papal não se confirmou. José passou a pensar, então, em uma nova forma de “marcar aquele dia tão importante”, quando recebeu um convite de Tiago para aproximar os dois movimentos em um evento. Um dos objetivos era dar visibilidade ao grupo LGBT em uma data considerada importante para os católicos brasileiros. Foi pelo bate-papo da rede social *Facebook* que José conversou com Tiago. Logo, tiveram a ideia em celebrar a padroeira católica e a Reforma Protestante. Eu só soube que Lutero seria

também celebrado no culto nesse momento da reunião. Como veremos mais adiante, Nossa Senhora ocupou quase todo o espaço do evento.

Já naquela reunião, o reverendo, o mesmo que esteve na mesa ecumênica do encontro nacional, evidenciava uma relação com o marianismo católico. Uma devoção. Entre os adeptos da igreja, o reverendo não era o único devoto. Ele apontou, diversas vezes, membros de sua igreja devotos de Nossa Senhora Aparecida. A devoção foi adquirida quando eram católicos, antes da conversão à igreja inclusiva. Isso mostra que o ostracismo de pessoas LGBT no catolicismo leva também à conversão à outras instituições, onde pessoas com sexualidades e gênero dissidentes são consideradas e podem ocupar cargos eclesiásticos, como pastores, obreiros, reverendos e não sejam colocados dentro da geladeira. O ativismo “católico LGBT”, portanto, não é a única alternativa. O casamento de católicos em uma igreja inclusiva ou a migração de católicos para tais igrejas mostram que a sexualidade e o gênero geram trânsitos religiosos e atitudes ecumênicas entre pessoas LGBT cristãs.

Entusiasmo. Esse foi o sentimento que permeou a reunião. Entre as decisões tomadas estavam: as definições das partes do culto e divisões das responsabilidades. Entre os dez ou quinze presentes, uma parte ficou com a liturgia, outra com a música, uns se propuseram a fazer a divulgação via redes sociais e outros ainda tomaram conta da confraternização, que seria feita no encerramento do culto. O reverendo informou que faria o convite para uma mãe de santo umbandista, identificada como “amiga da igreja”. A representante da religião afro-brasileira esteve no culto e ocupou um lugar no altar durante a celebração. “Bem, podemos fazer qualquer coisa. Sobre os limites? Não temos”, disse o reverendo seguido de um comentário de um membro da sua igreja: “viemos para confundir”.

“Não ter limites” foi dito em um contexto em que um dos “católicos LGBT” perguntaram até onde a ICM⁸¹ gostaria de ir, ou seja, que ritos, orações e ações marianas a igreja poderia fazer, qual era o limite da devoção mariana. Ao dizer que a igreja não tinha limites (não possui nenhum tipo de dogma, segundo o reverendo), o líder estava afirmando sua independência dentro do campo protestante, afirmando sua autonomia.

⁸¹ Isso não quer dizer que a igreja inclusiva de São Paulo tenha uma atuação isolada. As Igrejas das Comunidades Metropolitanas seguem diversas orientações e estão ligadas ao seu fundador, o reverendo Troy Pery. Realizam encontros, congressos, formações de lideranças, possuem a figura de bispa. A bispa responsável pela América Latina é Darlene Garner, estadunidense, negra, ativista LGBT e fundadora da National Coalition of Black Lesbians and Gays (NCBLG) nos EUA. Apesar dessa hierarquia, possuem autonomia para realizar suas atividades de acordo com a realidade e o perfil de seus membros.

Afinal, eles constituem uma igreja. Diferente dos católicos, que, mesmo sendo leigos, estão sob autoridades religiosas.

O comentário “viemos para confundir” também diz muito. Confundir quem? Talvez todas aquelas pessoas que ligam a homofobia ao cristianismo ou todas aquelas pessoas que buscam deslegitimar os religiosos homossexuais, bissexuais e transexuais. A confusão, seria, então, um modo de “descongelar” visões consolidadas que colocam em campos opostos pessoas religiosas e pessoas LGBT (NATIVIDADE, 2017).

“Somos protestantes e devotos de Nossa Senhora”. Afirmção dita incansavelmente na reunião e no dia do evento por diversos fiéis da ICM também desmonta os discursos (católicos e protestantes – especialmente de igrejas pentecostais) de que a figura de Nossa Senhora não tem apelo entre cristãos não católicos. Durante o culto, por exemplo, percebi que alguns protestantes apresentavam uma *performance religiosa* com elementos do catolicismo carismático. Não tive a oportunidade de conversar com essas pessoas, mas ao que parece, alguns membros daquela igreja eram adeptos à RCC. Em conversa com um membro da ICM do Rio de Janeiro, soube que a unidade de São Paulo tem bastantes pessoas oriundas da Igreja Católica.

Reza e oração para Nossa Senhora e Lutero

O culto estava marcado para começar às 18h, horário pensado pelos organizadores: hora do Angelus⁸². Chegamos no templo quase uma hora antes desse horário, estava acompanhado de duas pessoas do grupo Diversidade Católica Campinas. Cinco ou seis pessoas já estavam na igreja quando entramos no espaço de culto. Eu já tinha visto grande parte delas na reunião preparatória da atividade religiosa. O templo estava ornamentado para a celebração. As cadeiras de plástico branco enfeitadas com um feixe com seis fitinhas de Nossa Senhora Aparecida, cada fitinha com uma cor do arco-íris. O uso das fitinhas para representar o arco-íris, símbolo LGBT, é um exemplo de como a ICM e os grupos “católicos LGBT” dão novos significados aos símbolos materiais tradicionais do cristianismo (especialmente do catolicismo). As fitinhas de Aparecida, que circulam do catolicismo institucional ao popular, foram utilizadas durante o momento de louvor no culto. Os presentes puderam levar embora para fazer seus pedidos à Nossa Senhora Aparecida. A produção de imagens em que símbolos como o crucifixo ou

⁸² Na liturgia católica, o Angelus, é uma oração que relembra a anunciação do anjo Gabriel à Virgem Maria.

representações gráficas de santos são envoltas as cores do movimento LGBT são constantes⁸³.

A reconfiguração de símbolos e objetos católico não é, claro, exclusividade dos atores LGBT. Na América Latina, por exemplo, grupos ligados à uma ideia de igreja libertadora produz releituras das imagens chanceladas de Cristo. Os olhos claros, os cabelos longos e a pele branca são substituídos por traços latinos, indígenas ou negros. O exemplo etnográfico de Paccillo (2018) também se insere nesse contexto. Durante seu trabalho de campo, a pesquisadora encontrou um “crucifixo de madeira formado por duas vassouras, que carregava em si uma mulher grávida, nua” (idem, p. 1) em um estande na sede do grupo feminista Católicas pelo Direito de Decidir. Para Paccillo (2018), o crucifixo faz parte da formação estética da ong. Segundo sua análise, “o que está em jogo não é uma mudança de significado, mas uma mudança na própria imagem” (PACCILLO, 2018, p. 9).

No culto ecumênico, o altar da ICM recebeu um trono ornamentado com rosas vermelhas para a imagem de Nossa Senhora ser entronizada. Vale ressaltar que a imagem utilizada para a veneração durante a celebração pertencia a um casal gay da ICM. Ex-católicos, nunca deixaram a devoção mariana. O conjunto de salmistas formou-se (composto por integrantes dos dois grupos) e começou a “passar as músicas” – um rápido ensaio de última hora. As cadeiras começaram a ser ocupadas. A mãe de santo Lourdes chega e, com ela, pelo menos dez “filhas e filhos”. Todos vestiam roupas brancas. As mulheres de saiais longas, camisetas e turbantes. Os homens de calça, camisas ou camisetas. No fundo da igreja, a mãe de santo se juntou a outras lideranças religiosas que

⁸³ São diversos exemplos. Entre eles, a imagem de Jesus Misericordioso. A imagem convencional mostra raios de luz saindo do coração de Cristo. Na releitura inclusiva, os raios são coloridos. As logomarcas de diversos coletivos católicos LGBT também apresentam tradicionais símbolos católicos reconfigurados. A logo do GAPD são seis *Ichthys*, cada um de uma cor diferente. O símbolo consiste em dois rios cruzados, formando o desenho de um peixe e forma o acróstico *Iesous Christos Theous uios Soter* (Jesus Cristo Filho de Deus Salvador). Para dar mais um exemplo. Em um dos primeiros encontros públicos realizados pelos grupos católicos LGBT brasileiros, com o tema “Tua fé te Salvou”, os organizadores utilizaram a representação gráfica de uma ovelha rosa nos materiais do evento, o que parece reforçar que a cor rosa é a preferencial das mulheres e dos gays. O rebanho, a ovelha perdida e o pastor são figuras recorrentes nos textos evangélicos. Cristo é visto como bom pastor, que não abandona nenhuma de suas ovelhas, neste caso, nem a ovelha rosa. Os grupos não abrem mão das representações materiais da religião. As ressignificações de símbolos católicos são meios de produzir e dar visibilidade pública a estes novos sujeitos religiosos.

estariam no altar durante a celebração (o reverendo, um ministro católico leigo e uma pastora, também da ICM). As fotos começam a ser disparadas. O momento, que foi classificado como “histórico” por muitas pessoas, foi amplamente registrado.

O culto iniciou com alguns minutos de atraso. O comentarista diz “O anjo de Deus anunciou a Maria”. O *Angelus*, tradicional oração católica de “saudação à Maria” abriu o evento. O entusiasmo registrado na reunião de preparação, parece ter ganhado força máxima na voz do comentarista, que era o dono da imagem. Sua voz embargou, enquanto lia o comentário de boas-vindas.

Ele continuou a dizer: “Não importa a cor de nossa pele, nossa sexualidade ou nossa origem, somos criados por Deus e amados por Nossa Senhora”. A equipe de salmistas começou a cantar o hino oficial do Jubileu de 300 anos de Nossa Senhora Aparecida. Um turiferário - pessoa que carrega o turíbulo com incenso - com uma roupa laica, abriu o caminho para as lideranças religiosas. O corredor central do templo era pequeno e logo chegaram ao altar e tomaram seus lugares. O local não tem muita saída/entrada de ar, isso permitiu que a fumaça do incenso envolvesse os presentes, deixando o ambiente nebuloso. A nebulosidade foi sendo dissipada ao mesmo tempo em que o reverendo explicava o que estava acontecendo ali, como se deu aquele “encontro quase improvável” entre católicos e protestantes.

Logo após apresentações e boas-vindas, a imagem de Nossa Senhora foi anunciada. Ao som de *Maria, Maria*, canção que ganhou projeção na voz de Milton Nascimento, o dono da santa entrou com a imagem. Naquele momento, diferentes técnicas corporais (MAUSS, 1974) foram utilizadas em busca de louvar: os braços erguidos davam mais destaque ao ícone mariano. No punho esquerdo, um rosário enrolado. No rosto, lágrimas desciam. Todos acompanhavam o sujeito que carregava a imagem. Muitas pessoas tinham as mãos estendidas em direção à santa, como se buscassem algum tipo de graça. Chegando ao altar, o reverendo retirou a imagem das mãos do fiel e a introduziu no altar preparado com as rosas. No trono, ela recebeu incenso, enquanto os presentes continuavam a cantar e estender os braços à imagem. O momento lembrou-me muito celebrações carismáticas católicas ou celebrações de cultos pentecostais. Associei essa cena a uma fala de Pedro explicando que não se adaptou à ICM pois a igreja era “muito um culto evangélico, muito cerebral”.

O culto seguiu com a “liturgia da Palavra”, ou seja, as leituras de textos bíblicos. A primeira leitura lida por um membro do GAPD foi retirada do livro de Ester. O salmo 44 foi cantado por um integrante da ICM. O salmista protestante vestia a camiseta oficial das comemorações dos 300 anos de Aparecida, vendida pelo Santuário Nacional. A

segunda leitura foi feita por uma mulher umbandista. O texto era do livro de Apocalipse. Todo o culto foi traduzido em Libras por três pessoas, que se revezavam, ao lado do púlpito. Foi apenas na homilia do reverendo que Lutero apareceu. Até então, o protagonista da Reforma Protestante esteve como coadjuvante no culto.

Eu quero ler aqui um comentário bastante importante. Eu peço mais do que a costumeira atenção para este texto: “Maria é a mãe de Jesus e mãe de todos nós, embora fosse só Cristo que repousou no colo dela. Se ele é nosso, deveríamos estar na situação dele. Lá onde Ele está, nós também devemos estar e tudo o que Ele tem, nós somos herdeiros. Portanto, a mãe Dele também é nossa mãe”, Martinho Lutero, sermão de Natal em 1529. (Reverendo da ICM São Paulo, 12 de outubro de 2017).

Esse não foi o único texto de Lutero com referência à sua devoção mariana utilizada no culto. O reverendo relembra outros escritos do reformista em que a figura de Maria é, segundo sua leitura, venerada. Lutero foi utilizado, então, para legitimar a veneração de protestantes LGBT à Nossa Senhora Aparecida.

As expressões “direitos humanos”, “respeito à comunidade LGBT”, “luta contra violência” aparecem nas falas. Aliás, o mote do culto era: “Nossa Senhora, rogai pelo fim da homofobia”. A figura católica mais institucional na celebração era um ministro da palavra leigo, que acompanhava o GAPD. Em seu espaço durante a homilia, disse: “somos todos diferentes, mas comuns por sermos filhos da mesma Mãe e do mesmo Pai. Se todos fossem iguais, seríamos todos bonitos como eu e você”, falou tom de brincadeira se dirigindo ao reverendo.

Depois da homilia, antes da preparação da comunhão, a pastora Lucia “ministrou os dízimos e ofertas” referindo-se a Deus como “Pai e Mãe”. O “rito da comunhão” foi o protestante. Diferente do catolicismo, todas as pessoas podem comungar na igreja, sem passar por um processo preparatório, como as aulas de catequese. Assim, protestantes, católicos e umbandistas receberam a comunhão. O culto já estava se caminhando para o final quando Tiago passou os recados comunitários e chamou José até o altar:

Eu queria agradecer ao grupo todo através de você. Alguns sabem como aconteceu, mas nós tivemos aqui na comunidade esse sentimento de marcar esse dia. E surgiu a ideia de unirmos como irmãos, apesar de sermos de tradições diferentes, temos em comum a diversidade, a luta, a militância na diversidade. Somos cristãos, somos família, somos brasileiros e brasileiras (Reverendo da ICM São Paulo, 12 de outubro de 2017).

José responde:

Eu fiquei supresso como o convite, quem não conhece está convidado a conhecer, somos um grupo leigo católico. Minha mãe falava uma coisa que

marca esse momento: quem parte, reparte e ainda fica a melhor parte. Estamos aqui compartilhando lutas, sofrimentos, estamos compartilhando as vitórias que nós temos. E nada melhor que celebrar, porque a celebração marca exatamente um momento histórico, se estamos aqui é porque tivemos nossa história marcada certamente pela igreja, pela religião que é acolhida, que é diversidade, que é inclusiva. Como a mulher sempre foi o ícone da liberdade, porque ela marca a diversidade, Maria é assim, celebrar 300 anos é celebrar a diversidade de filhos que tem a mesma mãe, temos que aproveitar essa diversidade e nos unir, porque o preconceito já nos separa muito. Temos que unir forças para caminhar juntos, quero agradecer a ICM, a Mãe Lourdes, e todas as pessoas que estão sofrendo no Rio, na luta pela diversidade e pelo respeito (José, coordenador do GAPD, 12 de outubro de 2017).

A mãe de santo tomou o microfone para fazer sua fala, já no final da celebração:

Quando vocês ouvirem uma palavrinha assim: é macumbeiro, você pode falar “xi, não entende de religião”. Porque macumba é um instrumento. E se vocês ouvirem assim “é feiticeiro, respondam, sim”. Mas vou explicar o porquê, irmão. Qual o feitiço mais bonito que tem na vida? Qual é? (o público responde “o amor”). Então nós umbandistas somos feiticeiros, certo. Hoje é com muito prazer que estou aqui, mas vou aceitar o convite do próximo ano se ele (Tiago) aceitar ir na nossa casa. Sábado vamos celebrar Cosme e Damião. Vai lá comer um caruru conosco. Estão todos convidados. Nossa casa é simples. São poucas pessoas, um grupo pequeno.

Para mim, o filho que estiver na casa, se ele for homem ele pode incorporar um homem e uma mulher. Alguns terreiros não admitem isso. Se ele quiser por uma saia, ele vai colocar, porque pra mim a saia, a roupa não representa o que ele é de verdade. O que menos nos preocupamos lá é com a sexualidade. O que vocês fazem entre quatro paredes, desde que respeite o ritual, não tem problema. Sabe por quê? O amor é lindo, o sexo é gostoso, tem que ser feliz. Hoje eu falo para vocês, nessa vida eu sou casada com um hétero, acho que é, né? Parece que é? (risos). Hoje em dia a gente não pode botar no fogo. Eu faço 30 anos de casada em abril e não tive filhos, nenhum. E nunca descobrimos por que, eu fiz todos os tratamentos possíveis e nada. E hoje eu sou feliz assim mesmo. Fui procurar outros rumos, abri uma creche, criei uma associação beneficente, eu tenho uma associação. Eu tenho meus filhos da casa e cato os filhos dos outros também e eu descobri que foi Jesus que fez isso comigo [fala seguida de um “amém” da assembleia]. Ele falou assim para mim: “você vai descer, você não vai gerar, mas vai criar”. Então, eu sinto que todos vocês são meus filhos. Então, quero dizer que minha Mãe Iemanjá, que coroa a minha coroa, e que meu Pai Oxalá abençoe todos vocês e muito obrigado por abrir o coração para nós. Outra coisa, hoje eu sou *hétera*, amanhã eu não sei, entendeu? Eu acho que na vida nunca se pode falar dessa água não beberei. Eu só sei de uma coisa: somos todos iguais. Tem outra coisa que vocês estão

falando, né? Homofobia? Existe *homogordia*. Vocês acham que gordo não é discriminado? Nessa encarnação não consegui ser magra, então a gente tem que superar. Hoje estou com meus filhos aqui. Vim hoje de dourado, como vocês sabem, ela [Nossa Senhora Aparecida] tem vários nomes. Para nós, é Mãe Oxum, a deusa do ouro e do amor (Lourdes, mãe de santo umbandista, 12 de outubro de 2017).

A fala da mãe de santo versa em explicar o que é sua religião e como a sexualidade é tratada em seu terreiro, evidenciando que cada mãe ou pai de santo pode tratar diferente a questão quando ela afirma que em “alguns terreiros homens não podem incorporar entidades femininas”. Além disso, ela utiliza categorias como “hétera” e “homogordia” para dizer que é heterossexual e que poderia sofrer gordofobia. Diferente dos ativistas religiosos que fazem questão de utilizar a gramática LGBT, dos direitos humanos, dos movimentos sociais, a mãe de santo deixa claro que a sexualidade da pessoa pouco importa para ela. Em seguida, algumas crianças, filhas de membros da ICM, fizeram a coroação da imagem de Nossa Senhora. Elas jogaram pétalas de rosas vermelhas na imagem enquanto a igreja cantava em coro. O culto se encerrou com uma benção do reverendo e o “abraço da paz” entre os presentes. No fundo da igreja, um lanche já nos esperava e um grande bolo com os números “300” de um lado e “500” de outro para celebrar as duas datas.

Iniciei este capítulo anunciado que os “católicos LGBT” agem para além da Igreja. Inseridos em um campo discursivo de ação, circulam em mundos sociológicos distintos para se legitimar, para formar alianças, mas também, ou principalmente, para construir espaços seguros para o desenvolvimento de práticas pastorais contra-hegemônicas. Assim, eles se organizam em uma assembleia nacional, em atividades ecumênicas e em manifestações LGBT. Diferentes táticas para conquistar reconhecimentos e publicizar um modo emergente de afirmação da religiosidade.

O reconhecimento da identidade católica LGBT por parte de setores da Igreja é, inclusive, tema do próximo e último capítulo deste texto. Se vimos que o ecumenismo é utilizado como uma tática político-pastoral para se legitimar no movimento LGBT, como afirmou liderança da Rede, quais são as estratégias para buscar reconhecimento dentro da Igreja? Afinal de contas, estou a discutir um movimento católico. Veremos a seguir que tal processo de reconhecimento é marcado por avanços e recuos.

Capítulo VI – “Nosso bispo foi para o jornal falar da gente”: o que significa uma Pastoral da Diversidade Sexual na Igreja Católica

Em uma terça-feira de novembro de 2017, a capa do popular jornal carioca *Extra*, amanheceu nas bancas do Rio de Janeiro com a seguinte manchete: “Bispo de Nova Iguaçu cria pastoral para público LGBT”. Ao lado do título, uma foto de plano médio mostrava Dom Luciano Bergamim, líder da diocese. Vestido com uma camisa azul clara e clérigima, o religioso posava defronte as portas da capela da mitra diocesana, com as mãos ao lado esquerdo do peito, olhar tranquilo e meio voltado para o céu. Um box amarelo trouxe ainda uma fala do bispo: “Nós temos que acolher quem tem outra opção [sic] sexual”.

Nas páginas dos primeiros capítulos acompanhamos o surgimento das primeiras iniciativas pastorais católicas pela inclusão homossexual em ambientes religiosos. Especialmente no Brasil, vimos que em diferentes momentos houveram tentativas de institucionalizar uma pastoral para pessoas homossexuais, desde pelo menos a década de 1990. Porém, ainda que um reconhecimento oficial não fosse dado, floresceram iniciativas pelo país composta por leigas e leigos e apoiadas por sacerdotes e religiosas aliados.

Contudo, entre 2016 e 2017, é criada no Brasil a inédita Pastoral da Diversidade Sexual (PDS), em Belo Horizonte (MG) e em Nova Iguaçu (RJ). A criação de uma “pastoral LGBT”, como ficou conhecida nos meios de comunicação, foi um passo significativo, segundo interlocutores. A PDS passou a se configurar como um mecanismo eclesial, como são as diferentes pastorais da Igreja Católica, entre elas a Pastoral da Juventude, Pastoral da Família, Pastoral da Criança.

A novidade mereceu destaque no jornal *Extra*. Criada pela Diocese de Nova Iguaçu, por intermédio e apoio de religiosos e leigos que buscam positivar a diversidade sexual e de gênero no catolicismo, a PDS estava em funcionamento na Baixada Fluminense. Como um dos principais apoiadores da iniciativa, estava o DC/RJ.

“Nosso bispo foi para o jornal falar da gente” disse de forma muito entusiasmada uma integrante da PDS de Nova Iguaçu durante a segunda edição do encontro nacional de grupos “católicos LGBT”, no momento reservado para apresentação dos grupos e pastorais. O entusiasmo não era para menos. Um bispo católico criou em sua diocese um organismo institucional para acolher a população LGBT, especialmente a católica, e

fomentar discussões sobre a temática. Diferente do DC/RJ, que não está institucionalmente ligado à Arquidiocese do Rio de Janeiro, as reuniões da pastoral na Baixada Fluminense contam com a presença do bispo diocesano. Em julho de 2018, estive na diocese para participar de reunião da PDS. Vale ressaltar que durante o evento nacional, assunto do capítulo anterior, a PDS esteve em pauta. As pessoas queriam conhecer e saber como atuavam os católicos LGBT organizados em espaços onde existia reconhecimento pastoral. Sustento neste capítulo que o *status* de pastoral é um passo para que os ativistas saiam do semi-público e ocupem lugares nas comunidades eclesiais onde esses organismos funcionam. Sustento ainda que essas pastorais são iniciativas localizadas e a grande visibilidade tem sido combustivel para o aumento de ataques contra os religiosos LGBT.

Pastoral em Nova Iguaçu: o bispo que acolhe

Entendo a emergência dessas pastorais, percebi que seria importante uma incursão em campo para conhecer e observar o funcionamento da Pastoral da Diversidade Sexual. Já durante o encontro nacional, em São Paulo, conversei com ativistas de Nova Iguaçu e de Belo Horizonte em busca de viabilizar o trabalho de campo. Optei em viajar ao Rio de Janeiro em julho de 2018. Durante minha estada, realizei entrevista com Ester, coordenadora da Rede e fui até Nova Iguaçu, para participar de um encontro da pastoral. Na cidade da Baixada, além de acompanhar a reunião da PDS, conversei com participantes e fiz uma entrevista semiestruturada com o bispo diocesano. Dom Luciano foi o único clérigo entrevistado para esta pesquisa. Seu papel foi importante na implantação da PDS. Além de autorizar, o líder religioso frequenta as reuniões, realizadas em uma sala na sede da mitra diocesana, onde o bispo também reside. Em veículos de comunicação, tem defendido o trabalho desenvolvido por sua igreja.

A entrevista com Dom Luciano foi marcada por telefone. Sempre ouvi colegas pesquisadores relatarem dificuldades em entrevistar autoridades eclesiais. Quando fui fazer o primeiro contato com a Diocese de Nova Iguaçu, pensei que passaria pelo mesmo dificultoso processo. Contudo, já na primeira ligação, percebi que algo seria diferente. A pessoa que me atendeu, secretária da instituição católica, mostrou-se bastante solícita. Depois de me apresentar e dizer que gostaria de marcar uma entrevista com Dom Luciano, ela disse que iria transferir a ligação para a casa dele. Após algumas tentativas, retornou dizendo que o bispo não se encontrava, mas que falaria com ele sobre minha solicitação. Pediu pra eu retornar no dia seguinte. Um dia depois, quando entrei em contato, a

entrevista foi agendada pela secretária, uma hora antes do início da reunião da PDS, que se realizaria algumas semanas depois.

Fomos até Nova Iguaçu de trem. Já na chegada da estação, pude notar marcas da religião ou das religiosidades no espaço público. No centro comercial popular, as imagens de Nossa Senhora Aparecida misturavam-se com as imagens de Preto Velho e de Iemanjá. Uma igreja católica ocupava um local mais central, ao seu redor, inúmeras igrejas neopentecostais. Almoçamos em um *shopping center*. Ao nosso lado, um faxineiro limpava mesas cantando alguma música evangélica, que ouvia em um fone de ouvido.

Chegamos à mitra diocesana algumas horas antes da entrevista com o bispo. Durante a espera, pude caminhar pelos largos e cumpridos corredores do complexo religioso, além de conversar com algumas pessoas que também circulavam por ali. Um grupo de jovens realizava um encontro da Pastoral da Juventude em uma sala. Na porta de outra sala, podia se ler que ali funcionava um centro de direitos humanos. Nas paredes de alguns corredores, fotos e recortes de jornal lembravam a trajetória de Dom Adriano Hypólito⁸⁴, conhecido como o profeta da Baixada, foi um dos nomes da Igreja Católica que lutou contra a ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964.

A presença da Pastoral da Juventude, o centro de direitos humanos e a homenagem a Dom Hypólito são alguns elementos que tornam mais claro porque existe naquela diocese a Pastoral da Diversidade Sexual. Resumindo, a Diocese de Nova Iguaçu está inserida em um contexto da Teologia da Libertação, pastorais sociais e comunidades eclesiais de base. Como vimos no primeiro capítulo, a diversidade sexual e de gênero vem estabelecendo uma relação frutífera com a Teologia da Libertação, mesmo que os grupos católicos LGBT não sejam uma (con)sequência dessa teologia.

A espera foi longa. Já se aproximava o horário da reunião e o bispo ainda não havia aparecido para a entrevista. Estava em uma atividade pastoral em uma comunidade na região. Tinha quase certo para mim que não conseguiria conversar com ele.

Faltando menos de 30 minutos, sentado em um banco, perto da capela, vejo Dom Luciano se aproximar. Aos 74 anos, caminha devagar. Ele deduziu que eu o esperava para a entrevista. Cumprimentou-me, com seu sotaque italiano. Levantei-me rapidamente, ele pegou em meu braço e fomos caminhando rumo a um salão, onde algumas pessoas já esperavam para o início do encontro. Segurando meu braço, meio que para me guiar pelos longos corredores, meio para se apoiar. No salão, cumprimentou todas as pessoas. Antes

⁸⁴ Dom Adriano Hypólito foi um precursor da Teologia da Libertação. Em 1976, foi sequestrado, espancado e abandonado nu em um matagal. Seu carro foi ainda queimado em frente a sede da CNBB, no Rio. Ele recebia constantes ameaças por proteger pobres, trabalhadores urbanos e perseguidos políticos (Serafim, 2011).

da nossa conversa, decidi ainda cumprimentar um grupo de coroinhas, que também estavam no local. Ganhou uma camiseta da Pastoral dos Coroinhas. Em forma de agradecimento, vestiu a peça de roupa por cima de sua camisa. Em seguida, entramos em uma sala para conversar. Uma das primeiras perguntas que fiz foi o que significava ter uma pastoral para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais naquela diocese. Primeiro, o bispo disse que a sigla, LGBT, era conhecida. Que ele acompanhava as “passeadas e paradas” e que imaginou que em sua diocese existiriam pessoas que viviam essa “realidade de forma profunda”. Em seguida, falou sobre a nomenclatura pastoral:

A importância de ser pastoral é que significa, em primeiro, o reconhecimento da igreja diocesana desta realidade, nesta problemática. E se Jesus é o Bom Pastor, pastoral é procurar fazer o que Jesus fazia. O que Jesus faria se estivesse aqui? Julgar moralmente não é a primeira atitude, a primeira atitude é de acolher, de escutar, ficar mais escutando essas pessoas que vivem essa realidade, que vira um verdadeiro drama, uma verdadeira angústia. Que essas pessoas que sintam que a Igreja os acolhe, que Deus os ama como eles são, se Jesus é Bom Pastor, a obra dele é pastoral, por que não chamar de Pastoral? Que no fundo, é uma pastoral ligada à Pastoral Familiar, quando na pastoral familiar se fala a preparação da vida matrimonial, preparação dos casais, também diz que tem alguns casos difíceis, que a gente deve tentar acompanhar, não julgar, mas acompanhar, não julgar ou condenar a primeira vista, não condenar ou escutar, se colocar na postura de escuta amorosa (Entrevista com Dom Luciano, Nova Iguaçu, julho de 2018).

Dom Luciano adota a postura parcial diante do tema, como vimos no capítulo primeiro, quando discuti o texto do bispo Geoffrey James Robinson sobre pessoas homossexuais na Igreja. O líder católico de Nova Iguaçu reconhece que pessoas LGBT precisam de um acompanhamento pastoral especial e aciona a figura de Jesus Cristo para legitimar sua posição. Não é o papa, como constantemente fazem religiosos aliados, é Jesus Cristo. O bispo também não pode ser considerado um ativista. Mas alguém que se sensibilizou com a causa. A postura mediadora justifica-se ainda quando fala da questão familiar. Para ele, é preciso que as pessoas LGBT sigam as mesmas orientações que pessoas heterossexuais quando o assunto é a moral sexual. Uma pedagogia sexual (LOURO, 2001) católica é, em parte mantida. Ainda sobre isso, provoqueei-o perguntando se um dia a Igreja reconheceria casais do mesmo sexo, mesmo sabendo que tais casamentos já acontecem em diferentes partes do mundo por meio de sacerdotes aliados. O bispo disse que “não saberia dizer”, mas “desconfiava que sim”. A posição mediadora surgiu novamente quando ele afirmou: “certamente não podemos dar o sacramento do

matrimônio, mas uma bênção acredito que não será impossível. Uma bênção, por que não?”.

O bispo é uma das figuras mais mediadoras que conheci durante esta pesquisa. Suas respostas sempre eram justificadas pelas atitudes de Jesus, pelas Campanhas da Fraternidade e, em alguns momentos, claro, pelo papa Francisco.

Logo finalizada a entrevista, deu início ao encontro, que foi dividido em duas partes. Na primeira, participamos de um momento de partilha e acolhimento pastoral. Todas as pessoas presentes foram convidadas a se apresentar e a “contar um pouco de sua história”. Os relatos foram diversos, com algumas marcas em comum entre eles. Muitas pessoas relataram a relação com membros da família, apontando a dificuldade que parentes próximos, especialmente pais e mães, tinham em aceitar uma filha lésbica ou um filho gay. Contudo, o relato emocionado de uma mulher chamou a atenção. Ela contou o processo que passou para “aceitar” seu filho gay. Um padre incentivava os discursos e o bispo comentava, orientava e acolhia as pessoas depois das falas. Uma sessão de terapia em grupo.

Quando alguma pessoa relatava um caso de homofobia que passou dentro de uma comunidade religiosa, muitas vezes praticados por um padre, ele pedia para que a pessoa entendesse, dentro do possível, a postura do sacerdote. Segundo ele, padres sofrem muita pressão, não só de superiores, mas de leigos.

Os depoimentos tomaram boa parte da reunião. Mas também houveram discussões mais amplas, como a violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, principalmente na região da Baixada Fluminense. Uma participante falou que algumas igrejas “incentivam o ódio contra os gays” na região. O assunto da violência se alongou, uma outra pessoa relatou casos de pessoas LGBT assassinadas em bairros de Nova Iguaçu. Um clima de medo. A pastoral, portanto, seria um espaço seguro para pessoas com sexualidades e expressões de gênero dissidentes.

O perfil das participantes e dos participantes era mais diverso, em comparação aos outros grupos que realizei trabalho de campo. Mulheres lésbicas e pessoas negras se faziam presentes. É naquela pastoral ainda que está a única pessoa transexual que participou do encontro nacional em São Paulo. Após o momento *psicopastoral*, nos dirigimos à capela da mitra para a celebração de uma missa. Depois do ato religioso, fomos para uma confraternização, comum ao final das reuniões, com refrigerante, bolo e cachorro-quente. Durante a confraternização, foram distribuídos alguns exemplares da revista oficial da diocese. Na capa da publicação, a foto de Dom Gilson Andrade da Silva,

nomeado bispo coadjutor de Nova Iguaçu. Dentro, um texto sobre a Pastoral da Diversidade Sexual. Alguns presentes comemoravam o espaço.

Espaço semelhante tiveram membros da Pastoral da Diversidade Sexual de Belo Horizonte. Durante o encontro de São Paulo, “católicos LGBT” de BH também mostravam entusiasmo com a criação de pelo menos três núcleos da Pastoral da Diversidade Sexual na arquidiocese mineira. Porém, como veremos mais adiante, a iniciativa chamou atenção de grupos conversadores que pressionaram o bispo metropolitano para interromper os grupos pastorais. Esses processos são bastante ilustrativos para mostrar como a conquista por direitos sexuais são instáveis no Brasil (dentro e fora de igrejas), podendo retroceder a qualquer momento (NATIVDADE, 2016). Foi a partir do segundo encontro nacional, que tomei conhecimento mais amplo das pastorais e tive meu primeiro contato com os atores que integram esses empreendimentos. É a partir desse ponto que passei a acompanhar de forma mais sistemática esses organismos.

Pastoral em Belo Horizonte: a pressão contra o trabalho pastoral

Em 2017, a Arquidiocese de Belo Horizonte lançou um projeto de evangelização chamado *Proclamar a Palavra*, que, na verdade, é um documento apresentando diretrizes para “ação evangelizadora e pastoral” da Igreja Católica naquela região. O texto é fruto da 5ª Assembleia do Povo de Deus e abrange diversas áreas, apresentando “dez compromissos que deverão garantir que a Palavra de Deus seja vivência (no âmbito da Pessoa), testemunho (no âmbito da Comunidade) e serviço (no âmbito da Sociedade)” (PROCLAMAR A PALAVRA, 2017).

A ideia era que o documento fosse utilizado como base para a elaboração dos planos de ações pastorais paroquiais, que constituiriam “as novas práticas pastorais de nossa Igreja Particular, integrando as muitas realidades de nossa arquidiocese e legitimando as aspirações que irrompem na história como “novos sinais dos tempos”. O atual pontificado de Francisco se põe nessa perspectiva” (idem).

Os trechos do documento reproduzidos são suficientes para mostrar a intenção em forjar uma “Igreja em saída”. Papa Francisco, mais uma vez, foi utilizado como legitimador. Nesse sentido, a expressão “novos sinais dos tempos”, bastante aplicada dentro da Igreja por grupos que defendem uma instituição mais alinhada aos tempos contemporâneos, englobava a população LGBT adeptas ao catolicismo. É interessante

analisar a reflexão sobre matrimônio apresentada pelo *Proclamar a Palavra*, momento em que a questão da diversidade sexual e de gênero aparece:

O Matrimônio, no qual mulher e homem procuram, segundo a graça de Deus, corresponder ao mais profundo de sua vocação, tem valor para a Igreja e para a sociedade, e não restringe a compreensão da existência de outras configurações familiares, oriundas de situações sociais, culturais, econômicas e religiosas diversas

Em nenhum momento o texto rompe com a visão da doutrina católica sobre o casamento – união exclusiva para homem e mulher –, mas reconhece a existência de outras configurações. O mesmo discurso que sustenta a pastoral em Nova Iguaçu. Aqui, vale dizer que se durante décadas passadas, os trabalhos pastorais voltados à pessoas homossexuais, reconhecidos pela Igreja Católica, estavam, muitas vezes, no campo da saúde, mais especificamente através da Pastoral da DST/Aids⁸⁵. Na atualidade, surge uma alternativa: busca-se legitimação de pessoas LGBT na Igreja Católica por meio de argumentos envolvendo a família, em outras palavras, os argumentos acionados estão no campo da afetividade. Além disso, é importante ressaltar que a discussão é pautada, sobretudo, pelas próprias pessoas lésbicas e gays, principalmente. Esse processo diz muito sobre as conquistas do movimento homossexual (atualmente LGBT), a maior delas, talvez, a união entre pessoas do mesmo sexo.

Portanto, se essas configurações familiares não estão de acordo com a doutrina, não coube ao documento julgar. Volto a salientar outro ponto semelhante ao discurso de Dom Luciano. Porém, os autores entenderam ser necessário traçar caminhos pastorais para tratar desses grupos. Mas quem são esses grupos? E quais são esses caminhos? Outro extrato do texto responde a esses questionamentos:

Promover ações pastorais capazes de dialogar e de acolher todas as famílias, em suas mais diversas configurações, com respeito e zelo, a fim de que elas se sintam pertencentes, de fato, à comunidade que edificam com seu testemunho de amor. Cuide-se para que essa perspectiva inclua, também, os casais de novas uniões, os casais de não casados na Igreja, os divorciados, ofertando a todas essas famílias qualificadas serviço de acolhimento. Atente-se para que,

⁸⁵ A Pastoral da DST/Aids foi criada no final da década de 1990 e início dos anos 2000. A articulação para a criação desse mecanismo pastoral envolveu agentes religiosos, agentes do estado e agentes do movimento social de aids. A pastoral nasceu vinculada à Pastoral da Saúde, da CNBB. Em seus documentos oficiais, “reconhece-se que integrantes da igreja católica estiveram envolvidos na resposta à epidemia de aids desde o meio da década de 80. Dessa forma, a Pastoral de DST/Aids coloca-se como parceira do Estado na luta contra a aids”. Além disso, amparada na doutrina católica, a pastoral atendeu pessoas homossexuais sem julgamentos. Contudo, diversas disputas estão inseridas no trabalho da Pastoral da DST/Aids (SEFFNER, 2010).

nesse mesmo horizonte, sejam acompanhadas as pessoas em suas diferentes identidades sexuais (gays, transexuais, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais) (PROCLAMAR A PALAVRA, 2017).

A grande novidade do documento está em reconhecer como família casais marginalizados pela Igreja, incluindo os LGBT. A outra novidade está em ressaltar a necessidade em oferecer para essas pessoas um “serviço de acolhimento qualificado”. Porém, o texto não dá exemplos ou orientações específicas de como poderia ser esse serviço. Como já salientado, o *Proclamar a Palavra* apresentou diretrizes que deveriam ser trabalhadas pelas comunidades eclesiais. A partir desse ponto, alguns leigos e religiosos entenderam que uma porta foi aberta para tirar do armário ações pastorais positivas em relação à diversidade sexual, que já existiam pela arquidiocese. Para ser mais claro, afirmo que o documento incentivou a criação de pastorais para pessoas LGBT, suas famílias e seus apoiadores.

“O documento colocou em questão as famílias homoafetivas. A partir daí, nosso pároco propôs a ideia de criar uma pastoral” (Entrevista com Maria, integrante de um núcleo da Pastoral da Diversidade em BH). Três paróquias diferentes decidiram criar a pastoral. No encontro nacional, duas delas estavam presentes e contaram a experiência inédita no Brasil.

A diferença de ter a pastoral é que, de uma certa forma, estamos institucionalizados dentro da Igreja. A gente é uma pastoral como qualquer outra. Chega em época de festa junina, a gente tem nossa barraquinha. Os eventos que tem no santuário, a gente participa também. Nós estamos vinculados dentro da comunidade (Entrevista com Maria, integrante de um núcleo da Pastoral da Diversidade em BH).

Devido ao ineditismo – um espaço reconhecido pela Igreja Católica para acolher pessoas LGBT “sem ser em uma perspectiva de cura”, como comentou um ativista – a PDS de BH, como a de Nova Iguaçu, chamou atenção de veículos de comunicação. Integrantes das pastorais deram entrevistas na TV, rádio, portais de notícias e jornais impressos. De um modo geral, as matérias jornalísticas afirmavam que a Igreja Católica vivia “um novo tempo”, dizendo que Papa Francisco tinha papel importante no que foi classificado como “abertura” às pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais. Lideranças participaram ainda da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, em cima de um trio elétrico, falaram de suas atividades pastorais. Nesses momentos de incidência pública, os ativistas e aliados afirmavam que a hierarquia da arquidiocese mineira sabia

e reconhecia a pastoral. Trecho de reportagem publicada no jornal *Estado de Minas*, traz a fala de um padre sobre o assunto:

Em Belo Horizonte, um padre diz que o arcebispo metropolitano dom Walmor Oliveira apoia a Pastoral da Diversidade Sexual, “está contente com o processo” e “incentiva” o Santuário São Judas Tadeu a ter coragem para continuar. O Estado de Minas não conseguiu ouvir o líder religioso, que estava em um retiro com bispos de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Registrei em outros espaços ativistas dizendo que Dom Valmor reconhecia o trabalho pastoral realizados pelos “católicos LGBT” na capital de Minas Gerais, o que era considerado algo bastante positivo. Porém, uma reviravolta parece ter feito o bispo mudar de opinião.

Ataques à Pastoral da Diversidade Sexual

No final de 2018, porém, uma reviravolta colocou em risco a existência dos núcleos da Pastoral da Diversidade Sexual em Belo Horizonte. O caso começou após membros de uma organização chamada Instituto São Pedro de Alcântara (ISPA) “denunciar” a “instrumentalização da Religião para promover a Ideologia de Gênero”, por meio da chamada “Teologia Queer”, na Arquidiocese de BH. Os acusados, claro, eram os membros da PDS e seus aliados, que tiveram seus nomes divulgados em redes sociais e receberam inúmeros ataques virtuais, levando algumas pessoas a apagarem seus perfis em redes como *Instagram* e *Facebook*.

O ISPA afirma ser um instituto de leigos católicos que se dedicam “ao estudo, à propagação e à prática da Doutrina Social da Igreja” (ISPA). A organização belorizontina realiza eventos públicos, como palestras e marchas, além de realizar cursos. Seus integrantes estão alinhados a um ativismo conservador católico leigo (VAGGIONE, 2017).

O coletivo utilizou fortemente as redes sociais na internet para atacar a Pastoral da Diversidade Sexual. A principal ferramenta utilizada foi o *Youtube*. O canal do instituto na rede é pequeno. Um vídeo chamado “Apoio dos Católicos a Bolsonaro”, por exemplo, tem menos de 400 visualizações. Mas, no final de 2018 foram inseridos ao menos quatro vídeos relacionados à PDS. Esse conteúdo, porém, diferente de outros vídeos, foram relativamente bem visualizados. Alguns passaram de 15 mil visualizações. Todos os vídeos espalham um certo “pânico moral” (MISKOLCI, 2017), atacando o que é chamado de “infiltração do movimento LGBT na Arquidiocese de Belo Horizonte”.

Os ataques apontam para um desconhecimento do trabalho da pastoral, bem como nega a diversidade inerente ao catolicismo. Como estou tentando dizer ao decorrer deste texto, as iniciativas católicas LGBT nascem dentro da Igreja, são criadas por adeptos ao catolicismo. Não é algo externo que entra nas comunidades eclesiais. Sendo assim, enquanto ativistas pela diversidade sexual e de gênero católicos acionam o corpo heterogêneo da Igreja para se legitimar, os ativistas conversadores afirmam a necessidade de manter uma certa unidade purificada da Igreja.

Os vídeos são apresentados pelo presidente do ISPA. O que motivou o ativista católico conservador a fazer as gravações foi um evento realizado em uma faculdade católica de Belo Horizonte, que tratou de teologia e afetividade. No *Youtube*, ele conta que membros do instituto estiveram presentes naquele evento. Trechos de falas de pesquisadores e ativistas que estavam no espaço acadêmico – possivelmente captados por gravadores ou celulares – são utilizados nos vídeos “denúncia”. Fotos e *prints* das redes sociais dos pesquisadores e dos participantes do seminário também foram colocadas nos vídeos. “Nessa série de vídeos vamos tratar deste evento e vamos mostrar como o grupo de pesquisa promoveu este evento está intimamente ligado à promoção da ideologia de gênero na arquidiocese de Belo Horizonte”, afirma o primeiro vídeo. Em outro trecho, diz:

Como se não bastasse estar aparelhando as universidades para promover a agenda LGBT, agora também, na maior cara de pau, instrumentalizam a religião católica, para em nome de Deus, promoverem a ideologia de gênero. Veja se pode uma coisa dessa: achar que pode misturar Deus com esse movimento feminista, absorvido pelo movimento marxista, ateuista, materialista, que tenta desconstruir a essência da masculinidade e da feminidade.

No discurso do ativista, chama atenção as categorias de acusação (Velho, 1981): “marxista”, “ateísta”, “materialista” e até mesmo “LGBT”. Fica claro que essas categorias são deslocadas de um significado razoável. Do modo em que são utilizadas, revelam, no mínimo, um desconhecimento por parte dos acusadores, que falam de um lugar totalmente distinto dos acusados. Essas categorias acusatórias revelam diferentes graus de preconceito sexual que se intersecciona com intolerância religiosa.

Para sustentar o jogo de acusação, os vídeos apresentam trechos de falas de pesquisadores e ativistas “católicos LGBT”. Essas falas, contudo, são recortadas e, conseqüentemente, descontextualizadas. Um trecho curto de um sacerdote aparece no vídeo: “Eu ficava pensando, enquanto você dizia, inspirado na Butler”. O contexto da fala não fica claro. O que foi dito antes ou depois não é revelado. Mas percebe-se claramente

que o termo “inspiração” foi utilizado no sentido acadêmico de baseado, segundo a autora. Contudo, para o ativista conservador, o padre se inspira na teórica que ele chama de uma de “uma das ideólogas feministas mais influentes “promotora da ideologia de gênero”.

As pessoas atacadas também são acusadas de “filhas da Teologia da Libertação”, o que aponta, mais uma vez, para “mundos sociológicos” diferentes. O plano de evangelização de Belo Horizonte é citado nos vídeos. Para o ativista do ISPA, o evento acadêmico é fruto desse documento. Lendo trechos do plano de forma irônica, conclui: “a agenda LGBT explícita no plano de evangelização da arquidiocese”.

A partir destes vídeos, ataques e perseguições às pessoas e à pastoral começaram a surgir. Além disso, o ISPA e outros grupos conservadores começaram a pressionar o bispo metropolitano de Belo Horizonte. Pela internet, páginas o acusam de promover a “agenda gayzista” na Arquidiocese. Diante dessa situação, um áudio atribuído ao líder religioso, começa a circular em redes sociais e na imprensa.

Amado irmão, amada irmã, saúde e Paz. Compartilho com seu coração um assunto da mais alta importância para o caminho missionário de nossa Igreja, particularmente aqui na nossa amada arquidiocese de Belo Horizonte. Quero compartilhar que na Arquidiocese de Belo Horizonte não existe com aprovação do arcebispo e toda a Igreja, a Pastoral da Diversidade Sexual. Na data de hoje, 28 de novembro de 2018, em reunião do conselho presbiteral arquidiocesano pleno, reunindo representantes de todo clero arquidiocesano, com número de cerca de 50 participantes, padres e bispos auxiliares, tive oportunidade de dizer não aprovo a adoção, o uso desta nomenclatura de Pastoral da Diversidade Sexual, aqui não existe Pastoral da Diversidade Sexual. A orientação da Igreja é criar centros de acolhida e escuta familiar, para o trabalho bonito de preparação para o matrimônio, para o batismo, para experiência bonita para a preparação para o sacramento da crisma, para o matrimônio, como exigência canônica, setor de orientação de família, setor de acolhida de pessoas em segunda união e orientação a respeito daquilo que a Igreja diz e indica, grupos de escuta para ajudar pessoas que precisam, confissões, orientações espirituais, assim se congregando num centro de escuta e de acolhida familiar portanto, não existe Pastoral da Diversidade Sexual, menos ainda qualquer coisa que tenha sombra de ideologia de gênero. Nós aqui estamos para a fidelidade ao magistério da Igreja, a experiência bonita da doutrina da fé sem discriminar a ninguém, acolhendo a todos, porque somos todos filhas e filhos de Deus Mas jamais abrindo caminho ou possibilidade para qualquer tipo de ideologia, especialmente de gênero, tenho todos essa experiência de compartilhamento que aqui faço para que possamos caminhar na paz. E advirto todos aqueles que estão atacando a Igreja, de muitas maneiras, inclusive, por aqui: não são do

evangelho, o evangelho se constrói com a perseverança na ajuda a cada pessoa, na compreensão, nos valores inegociáveis aos valores do evangelho. Caminhemos na força do amor de Deus para que possamos assim um dia dar conta de nossas palavras, gestos e nossas escolhas e opções, façamos esse caminho na força do amor e da paz de Deus (ÁUDIO DIVULGADO VIA WHATSAPP, ATRIBUÍDO A DOM VALMOR).

As possibilidades de Dom Valmor não saber da existência dos núcleos pastoral da Diversidade em seu território arquidiocesano são mínimas. Como demonstrado acima, os ativistas estiveram em evidência na imprensa e em eventos públicos. Mas, diante dos ataques que ele pessoalmente sofreu, optou por negar a existência da PDS. Ao mesmo tempo, o religioso “adverte” aqueles que estão atacando a Igreja. Não é tão claro para quem é esta “advertência”, mas, talvez, seja para os ativistas católicos conservadores que expuseram o nome do bispo acusando-o de promover a agenda “gayzista” na Igreja. “Não existe Pastoral da Diversidade Sexual, menos ainda qualquer coisa que tenha sombra de ideologia de gênero”. O posicionamento do bispo diante do caso mostra a força que o ativismo católico conversador possui dentro da Igreja e em outros setores da sociedade e mostra ainda como a sexualidade tem papel central em disputas da contemporaneidade (RUBIN, 2003).

Em dezembro de 2018, soube que os ataques e, posteriormente, o áudio de Dom Valmor prejudicaram os membros da PDS. Até agora, não registrei respostas públicas dos “católicos LGBT” de Minas Gerais aos ataques, nem ao posicionamento do bispo. A Rede Nacional, em sintonia com os grupos de BH, também não se pronunciou. A página que a pastoral mantinha no *site* do santuário São Judas Tadeu está fora do ar. Além disso, observei que os núcleos pastorais deixaram de se apresentar como pastoral e passaram a usar o termo grupo.

É importante ser pastoral?

O que motivou as acusações contra a pastoral foi, sem dúvida, a incidência pública dos “católicos LGBT” nas comunidades eclesiais. Mais do que isso, grupos conservadores se incomodaram quando os ativistas passaram a ser reconhecidos como “sujeitos eclesiais”. Divulgar uma pastoral⁸⁶ para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e

⁸⁶ A CNBB afirma que pastoral é o “conjunto de atividades pelas quais a Igreja realiza a sua missão de continuar a ação de Jesus Cristo junto a diferentes grupos e realidades”. Pastoral é um órgão ligado à Igreja que desenvolve atividades dentro e fora das comunidades e paróquias. Dentro do pacote, existem as chamadas pastorais sociais. No Brasil, elas nascem baseadas na

transexuais chamou atenção daquelas e daqueles que se dedicam a se opor publicamente aos diretos sexuais e de gênero. Os pontos positivos e negativos em ser uma pastoral institucional sempre são colocados na balança por integrantes de grupos da diversidade na Igreja Católica. Alguns temem que o reconhecimento por parte de uma diocese possa engessar o trabalho pastoral, que passam a ficar sob algum controle pedagógico.

Outros valorizam o reconhecimento institucional, entendendo como um avanço. Além disso, a pastoral seria um caminho para abrir portas para católicos assumidamente LGBT em paróquias. Já que pastorais assumem compromissos sociais perante às comunidades e têm visibilidade, ou seja, é uma forma dessas pessoas saírem dos espaços privados ou semi públicos para se integrarem a outros grupos religiosos, sendo que muitos nunca tiveram contato com a temática da diversidade sexual e de gênero.

Em um retiro realizado em São Paulo, com participação de “católicos LGBT” da capital paulista e de Campinas (SP), houve uma discussão sobre a dificuldade de participação ativa de “católicos LGBT” assumidos em paróquias. Acompanhei durante o trabalho de campo relatos de paróquias classificadas como acolhedoras ou seguras para os atores. O interessante é que o conceito de paróquia como um espaço geolocalizado para reunir pessoas da mesma religião que moram em determinado raio é enfraquecido. A aglomeração passa a ser por interesses e, no caso dos LGBT, por questões identitárias.

Ademais, diante de diversos relatos de perseguição, expulsão e ostracismo, um frei afirmou a necessidade de criar “novos espaços eclesiais para além das paróquias”. Nessa linha, um ativista comentou: “Eu não aposto que as paróquias vão se abrir. Eu acredito mais em fazer nossos movimentos, para fazer o Reino acontecer no meio de nós”. Outro frei continuou:

Essa visão rural de paróquia é um modelo superado. Hoje, nas grandes cidades, as pessoas se agrupam por interesses, por questões de identidade. Nós temos outras formas de formar igreja para além dos modelos tradicionais. Desde que não sejamos um grupo fechado, cabe, não está pecando contra o princípio da catolicidade da igreja. É uma visão muito tradicional, conservadora achar que vai colocar todo mundo dentro de um templo (PARTICIPANTE DE RETIRO DE QUARESMA, SÃO PAULO, MARÇO DE 2019).

Teologia da Libertação e se caracterizam com um viés político e social. Pastoral da Juventude, Pastoral Carcerária, Pastoral da Criança, Pastoral DST/Aids, Pastoral da Mulher Marginalizada (as últimas já supracitadas) e agora Pastoral da Diversidade Sexual, que está presente em três paróquias de Belo Horizonte e na Arquidiocese de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Pedro colou um contraponto. “Mas a gente [grupo católico LGBT] nunca teve a proposta de dizer ‘sai de sua comunidade e vem para nosso grupo’. É um pouco da discussão quando surgiu a delegacia da mulher. Criar uma delegacia ou fazer que todas as delegacias respeitem a mulher?”. A discussão de fundo é: os grupos “católicos LGBT” podem se tornar guetos? Entendo que a maioria das lideranças compreendem a importância dos grupos como um espaço seguro e de apoio *psicopastoral*. Em muitos casos, o único lugar em que “católicos LGBT” revelam suas identidades sexuais ou ainda podem ter uma cidadania religiosa mais plena. Mas ressalto que, por outro lado, eles não descartam a possibilidade de lutar pela cidadania religiosa plena dos LGBT, o que passa pela inclusão em todos os espaços católicos. A busca do reconhecimento como “sujeitos eclesiais” passa pela inserção dos atores no cotidiano de paróquias e comunidades. Como vimos, as pastorais tentam cumprir esse papel, mas possuem instabilidade em virtude de ataques por partes de grupos contrários. Compreendo que a PDS se insere no conjunto conhecido como pastorais sociais. Mecanismos ligados à Igreja Católica que trabalham com temas sociais e, conseqüentemente, mais ligados aos segmentos políticos progressistas. No campo *piscopastoral*, praticamente não existem diferenças entre uma pastoral e um coletivo *paraeclesial*. As reuniões são parecidas, o número de participantes semelhantes. Mas, sem dúvida, o reconhecimento pastoral é, portanto, uma vitória no campo político-social e pode auxiliar os ativistas na estratégia de publicidade, já que teriam mais espaços para falar de suas atividades.

Outro ponto a destacar é que em algumas localidades, os “católicos LGBT” encontram apoio de bispos para desenvolver seus trabalhos pastorais. Porém, relatos de interlocutores mostram que essas autoridades não autorizam a utilização do termo pastoral. Isso aconteceu em São Paulo, mas não só. Em Curitiba, por exemplo ocorreu a mesma situação. Alguns bispos chegaram a pedir ainda que os religiosos não se envolvessem publicamente em manifestações políticas ou em movimentos sociais levando o nome do grupo católico. Um olhar mais profundo para essas questões é importante. Mas arrisco dizer que tais religiosos temem reações de grupos contrários as iniciativas. Então, autorizam o trabalho desde que seja mais silencioso. E, para isso, acionam a autoridade pastoral. Portanto, ao pedir, em alguns casos, que os “católicos LGBT”, enquanto coletivo, não se envolvam com “questões da militância”, essas autoridades eclesiais ignoram o fato de que a reivindicação de uma cidadania católica LGBT por parte de leigos é influenciada pelos movimentos sociais, no campo discursivo de ação que evidenciei em diferentes partes deste texto.

Por fim, como estou dizendo desde o início desta dissertação, os “católicos LGBT” afirmam todo o tempo que são parte da Igreja e sempre estiveram dentro dela e uma pastoral seria uma mera consequência. É preciso ressaltar, por fim, que nas pastorais brasileiras os ativistas possuem autonomia e seguem uma visão contra hegemônica no campo da moral sexual católica. As pastorais não trabalhavam com uma noção preestabelecida de pecado.

Considerações Finais

Ao longo deste texto tentei analisar um enquadramento que liga a diversidade sexual e de gênero ao catolicismo. Considerando “práticas homossexuais “como “naturalmente desordenadas”, setores da Igreja Católica são publicamente importantes atores que se opõem aos direitos civis de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Contudo, como uma instituição religiosa, social e em constante movimento, possui, claro, entre seu corpo de fiéis leigos (e clérigos) pessoas LGBT que reivindicam inclusão. Desde a década de 1960, em países da América do Norte e da Europa e, desde a década de 1990, na América Latina e África, esses fiéis, sobretudo leigos, vêm se organizando e criando “espaços seguros” para praticar os ritos católicos entre iguais.

Tentei demonstrar que esses grupos não são, contudo, fechados em si. Seus atores constantemente circulam em mundos sociológicos diferentes para publicizar e legitimar práticas e discursos pastorais pautados na diversidade sexual e de gênero. Além disso, busquei demonstrar que a luta por uma cidadania religiosa LGBT na Igreja Católica está inserida em um contexto mais amplo de conquista de direitos por parte de minorias sexuais organizadas. Assim, inseridos em um campo discursivo de ação, os “católicos LGBT”, que é uma categoria êmica, desenvolvem suas atividades em busca de construir um campo e sujeitos, que a partir das gramáticas dos direitos civis, situam-se como cidadãos religiosos.

Argumentei também, com base na pesquisa de campo e entrevistas, que mais do que discutir doutrina ou teologia, esses atores assumem como tarefa a criação de mecanismos pastorais contra-hegemônicos oferecendo acolhimento *piscopastoral* para pessoas LGBT. Mesmo que ainda sejam privados em comunidades eclesiais, por meio de coletivos e suas reuniões, praticam os rituais católicos entre pessoas consideradas iguais. Nesses grupos, a presença de padres “aliados da causa” é fundamental para que os “católicos LGBT” tenham acesso aos sacramentos católicos, por exemplo, sem passar por situações constrangedoras. Diante das inúmeras alternativas, religiosas e não religiosas, por que essas pessoas insistem e se manter adeptas à uma religião em que, pelo menos doutrinariamente, os condena? Considero que, apesar da luta dentro da Igreja ser considerada “murro em ponta de faca” por alguns, os “católicos LGBT” organizados já possuem, mesmo que localizados, espaços para a prática do catolicismo sem a necessidade de esconder a orientação sexual. Em outras palavras, dentro da Igreja Católica já existem espaços concretos para pessoas LGBT.

Nesta dissertação, enrodilhei-me nas *teias* e nas *malhas* do ativismo católico LGBT brasileiro que se organiza em torno da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, fundada em 2014, no Rio de Janeiro e refundada, em 2018, em São Paulo. Acompanhei a transformação que a Rede está passando para tornar-se uma referência na temática, “como é a ABRAF no tema das famílias LGBT”, como disse-me um interlocutor mais de uma vez.

Nesse processo de construção, a organização está forjando uma identidade organizacional, que recebe contribuições de suas lideranças. Este trabalho foi construído ao lado dessas lideranças lésbicas e gays. De diferentes orientações religiosas, esses atores se unem para construir a organização e afirmarem publicamente que são “sujeitos eclesiais”.

A Rede e seus atores atuam em diferentes frentes. Identifiquei três que considero principais. A primeira é a atuação interna *psicopastoral*: oferecer acolhimento qualificado para pessoas LGBT e seus familiares católicos que sofreram ou sofrem algum tipo de discriminação em igrejas ou outros segmentos sociais. A segunda é atuação em um campo discursivo de ação da diversidade sexual e de gênero: criar redes com outras igrejas e movimentos religiosos – colocando em prática o ecumenismo da diversidade –, criar alianças ou integrar organizações de movimentos sociais ou aproximar-se de atores que integram esses movimentos. A terceira e última frente de atuação é a *intraeclesial*: criar pontes com outros movimentos católicos e, sobretudo, com autoridades eclesiais. Para isso, contam com o apoio de padres, que aqui chamei de aliados, que fazem um papel de mediação entre os leigos LGBT e figuras do clero. É dentro dessa frente que vimos surgir pastorais institucionais para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais em duas cidades brasileiras. É ainda no diálogo *intraeclesial* que estes atores acionam a afetividade e tendem a alargar o termo família para além da composição heteronormativa. Sendo assim, estes atores aparecem em eventos que tratam de temas como “desafios da família católica”, “novas composições familiares e a Igreja”. Em décadas passadas, por exemplo, o tema da homossexualidade entrava na Igreja através da saúde, com a Pastoral da DST/Aids. A ênfase na família é uma ação que também ocorre no movimento LGBT organizado.

Em todas essas frentes, os “católicos LGBT” enfrentam a oposição de religiosos e não religiosos. Atores que exercem um ativismo contra a diversidade sexual e de gênero e contra a diversidade religiosa e, diversas vezes, são classificados genericamente pelos ativistas desta pesquisa como “conversadores”. Tais “conservadores” podem ser atores

tradicionalistas ou carismáticos e, em alguns casos, até mesmo outros homossexuais católicos ligados a grupos que pregam a castidade celibatária.

Diante disso, meu principal argumento é diversos fatores levam a uma transformação pastoral. Vimos que na década de 1990, alguns padres lutaram para incluir os homossexuais como sujeitos excluídos que necessitavam de um cuidado pastoral. Nas décadas seguintes, estes sujeitos excluídos ganharam protagonismo e voz em busca de se tornarem sujeitos eclesiais, quando reivindicam uma cidadania religiosa. Com o surgimento de um pastoral oficial, em 2016, estes atores são reconhecidos pela Igreja, portanto, é uma institucionalidade precária que se desestabiliza no enfrentamento com outras correntes católicas. Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar que esta transformação pastoral passa a valorizar cada vez mais o diálogo ecumênico com outros grupos ou igrejas que pautam a diversidade sexual e de gênero. O ecumenismo se torna uma tecnologia pastoral e política dos “católicos LGBT”. Acrescento ainda que não é possível dissociar estas movimentações pastorais da reivindicação de direitos por parte do movimento LGBT brasileiro. Assim, afirmo que a luta por direitos religiosos para pessoas LGBT tem se tornado uma demanda do movimento LGBT, já que muitos religiosos integram também o movimento.

No campo, como pesquisador e ator, sinto-me privilegiado em ter acompanhado este processo que está em andamento. Por fim, neste trabalho busquei enunciar um emergente modo de ser católico que floresce no Brasil em um momento em que a intolerância contra minorias parece se fortalecer. O que pode parecer paradoxal é, na verdade, uma maneira de resistir. Busquei demonstrar que os conflitos e as controvérsias envolvendo pessoas católicas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais surgem, portanto, da insensibilidade ou da incapacidade de perceber os inúmeros modos de ser e existir no mundo.

Referências bibliográficas

- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jan. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000300483#aff1>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- AGUIAO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. **Cadernos Pagu** [online], n.46, pp.279-310, 2016.
- ALMEIDA, Ronaldo de. **A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.
- _____. A visita de Francisco e a abertura do compasso. **Estudos de Religião Universidade Metodista de São Paulo**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 297-303, jul. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/4561/3760>>. Acesso em: 2 maio 2017.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, [online], n. 43, p. 13-56, 2014.
- BARAJAS, Karina Barcenas. Iglesias para la diversidad sexual y de género en México y Brasil: sus programas de modernidade y el proceso de transnacionalización religiosa. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 29, n. 17, p. 238-288, jun. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/viewFile/57866/38786>>. Acesso em: 24 set. 2016.
- BURITY, Joanildo. A cena da religião pública. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 102, p. 89-105, 2015.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.
- EMPEREUR, James L. **Direção espiritual e homossexualidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- _____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, n. 4, p. 131-158, 2009. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/entre%20compassos%20e%20descompassos.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2016
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade do saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GIUMBELLI, Emerson. A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, São Paulo, v. 28(2), p. 80-101, 2008.

_____. Ecumenismo. In: Livio Sasone; Cláudio Alves Furtado (Orgs). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14647/3/dicionario%20critico-repositorio.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2017.

GUERRA, Lemuel. **Mercado Religioso no Brasil: Competição, Demanda e a Dinâmica da Esfera da Religião**. João Pessoa: Ideia, 2003.

GREEN, James. **Além do carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 5, p. 7-42, 1995.

HELMINIAK, D. A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. São Paulo: Summus, 1998.

LEERS, Bernardino; TRASFERETTI, José. **Homossexuais e ética cristã**. Campinas: Editora Átomo, 2002.

LEWGOY, Bernardo. A invenção da (ciber)cultura. Virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 185-196, 2009.

LIMA, Luis Corrêa. Homossexualidade e Igreja Católica: conflito e direitos em longa duração. **Em Debate: Revista do Depto. de Serviço Social da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, v. 4, jan. 2006, p. 1-13. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Carta de um padre aos pais que têm filhos com orientação homossexual. **Novos Rumos**, Lisboa. Disponível em <<https://rumosnovos-ghc.blogs.sapo.pt/14062.html>>. Acesso em: 20 set. de 2018.

_____. Homossexualidade e Contra-hegemonia no Catolicismo. In: COSTA, Horácio. **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. p. 423-430.

_____. A Igreja, o Papa e os Homossexuais. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 7, 30 abr. 2005a.

_____. Os LGBT e o pontificado de Francisco. **Perspectivas Teológicas**, Belo Horizonte, v. 48, n. 1, p. 117-143, jan./abr. 2016b.

_____. Os LGBT e os desafios da evangelização: um novo contexto na sociedade e na Igreja. **Revista Convergência**, Brasília, n. 493, jul./ago. 2016c. Disponível em: <<http://www.relipress.org/2016/07/os-lgbt-e-os-desafios-da-evangelizacao/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. Estudos de gênero versus ideologia: implicações teológicas. **Revista Cátedra Digital**, Rio de Janeiro, v. 1, 2016.

_____. Homossexualidade, Lei Natural e Cidadania. In: 31º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007, Caxambu. **Anais...Caxambu: Seminário Temático 28, 2007.** p. 1-31.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**, São Paulo: Grupo Autêntica, 2001.

LUNA, Naara. Abortion, embryos, euthanasia, and gender theory: an anthropological analysis of the Catholic Church's Bioethics Manual at World Youth Day. Vibrant, Virtual Braz. **Anthr.** [online]. 2018, v. 15, n.1, e151202. Epub Oct 22, 2018. ISSN 1809-4341.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 26, n. 2, 2018.

MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In: _____. **Sociologia e Antropologia**, v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

_____. A oração. Introdução Geral. **Revista Brasileira da Sociologia da Emoção**. v. 24, n. 8, 2009. Disponível em: <<https://tendimag.files.wordpress.com/2016/08/marcel-mauss-a-orac3a7c3a3o-1909.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cad. Pagu** [online]. 2007, n.28, p.101-128.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico sexual contemporâneo. **Sociedade e Estado**, vol. 32, 2017, pp.725-747.

MELLO, Luiz. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 24, p.197-225, 2005.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 128-150, 2016.

_____. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião & Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

_____. (org.). **Deus na aldeia: Missionário, índios e mediação cultural**. São Paulo: Editora Globo. 2006.

_____. (org.). **Religiões e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada: Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, v. 30, n. 2, p. 90-121, 2010.

_____. **Margens da Política: Estado, direitos sexuais e religiões**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2016.

_____. Cantar e dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas igrejas inclusivas pentecostais. **Religião & Sociedade**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 15-33, 2017.

_____. Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: DUARTE, Luis Fernando Dias; HEILBORN, Maria Luisa; PEIXOTO, Clarice; BARROS, Myriam Lins. (org.). **Sexualidade, família e ethos religioso**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

_____. Para além da “intolerância”: cristianismos, direitos e diversidade sexual, 2017. Disponível em: <file:///Users/jeferson/Downloads/Newsletter_36_Octubre_2017.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 42, p. 377-391, 2014.

RADOJCIC, Natasha. **Heretical queers**: gay participation in anti-gay institutions. Disponível em: <<https://www.worldcat.org/title/heretical-queers-gay-participation-in-anti-gay-institutions/oclc/933764945>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

RAUCHBACH, Rodrigo; PERETTI, Clénia. Práticas e representações sociais de promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil. **Caderno Teológico da PUCPR**, Curitiba, p. 1-35, 19 jan. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Jeferson/Downloads/teologico-15779 (3).pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SANCHIS, Pierre. Introdução. In: _____. (org.). **Catolicismo: Modernidade e Tradição**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 33.

SERRA, Cristiana de Assis. **"Vimos pra comungar"**: Estratégias de permanência na Igreja desenvolvidas por grupos de “católicos LGBT” brasileiros e suas implicações. 94f. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Aramis L. Uma igreja em marcha: Relato etnográfico da participação da ICM na 20ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. **Ponto Urbe Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, São Paulo, v. 19. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/3314?lang=pt>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

STEIL, Carlos A. Pluralismo, Modernidade e Tradição, Transformações do Campo Religioso. **Ciencias Sociales e Religión/ Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 3, p. 115-119, 2001.

_____. "Renovação Carismática Católica: porta de entrada ou de saída do catolicismo? Uma etnografia do Grupo São José, em Porto Alegre (RS)". **Religião & Sociedade**, São Paulo, v. 24(1), p. 11-36, 2004.

STEIL, Carlos A; TONIOL, Rodrigo. A trajetória dos Direitos Humanos na Igreja Católica no Brasil: do discurso político ao discurso moral. In: MORI, Geraldo de; OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Mobilidade religiosa: linguagens, juventude, política**. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 75-88.

SNOEK, C. Jaime. Eles também são da nossa estirpe: considerações sobre a homofilia. *Revista Vozes*, ano 61, p. 792-803, set. 967. Disponível em: <<http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/Jaime-Snoek-art1967.pdf>>. Acesso em: 10 de jul. de 2018.

TRASFERETTI, José. **Deus, por onde andas?** Campinas: Editora Alínea, 1999.

_____. **Pastoral com homossexuais:** retratos de uma experiência. Petrópolis: Vozes, 1998.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Catolicismo plural:** dinâmicas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 17-30.

TONIOL, Rodrigo. **Do espírito na saúde: oferta e uso de terapias alternativas/complementares nos serviços de saúde pública no Brasil.** São Paulo: LiberArs, 2018.

VAGGIONE, Juan Marco. La politización de la sexualidad y los sentidos de lo religioso. **Sociedad y Religión**, Buenos Aires, v. XXIV, n. 42, p. 209-226, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-70812014000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, v. 50, 2017.

VALLE, Edênio. A Igreja Católica ante a homossexualidade: contextualizações e indicações pastorais. **Vida pastoral**, São Paulo, jul./ago. 2014. Disponível em: <<https://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/a-igreja-catolica-ante-a-homossexualidade-contextualizacoes-e-indicacoes-pastorais/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado.** São Paulo: Grupo Autêntica, 2001.

Sites, portais e reportagens online:

ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, Paróquia São Geraldo Magela. **Arquidiocese de Campinas**, Campinas, 2012. Disponível em: <http://arquidiocesecampinas.com/location/paroquia-sao-geraldo-magela/>. Acesso em: 20 out. 2018.

ASSESSORIA PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA IGREJA METODISTA – 3RE, DH3RE envia carta às lideranças da igreja chamando ao respeito

à pluralidade. **Direitos humanos metodista 3RE**. Disponível em: <<https://dh3re.wordpress.com/tag/queer-museu/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BERTOLOTTO, Rodrigo. Fé e Afeto. **UOL**, São Paulo, 2012, UOL Tab, n. 58. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/gays-e-religiao/>>. Acesso em: 2 maio 2017.

CNBB, Ano do Laicato vai estimular protagonismo dos Cristãos leigos. **CNBB**, Brasília (DF), 26 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/ano-do-laicato-intensificara-o-trabalho-para-que-cristaos-leigos-e-leigas-sejam-sal-e-luz-na-igreja-e-na-sociedade/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DEBERNARDO, Francis. Encontro Mundial das Famílias: Pe. James Martin pede acolhida e respeito a católicos LGBT. **Instituto Humanistas Unisinos**, São Leopoldo, 29 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582243-encontro-mundial-das-familias-pe-james-martin-pede-acolhida-e-respeito-a-catolicos-lgbt>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DEBERNARDO, Francis. Os LGBTs no Encontro Mundial das Famílias. **Instituto Humanistas Unisinos**, São Leopoldo, 25 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582157-os-lgbts-no-encontro-mundial-das-familias>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DIVERSIDADE CATÓLICA, Quem somos. **DC/RJ pela inclusão gay**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.diversidadecatolica.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. O Amor de Cristo nos uniu. **DC/RJ pela inclusão gay**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.diversidadecatolica.com.br/2017/10/29/historia-evento-o-amor-de-cristo-nos-uniu-gays-cristaos-na-igreja-catolica-362012/>>. Acesso em 10 set. 2016.

EUROPEAN FORUM OF LESBIAN, GAY, BISEXUAL AND TRANSGENDER CHRISTIAN GROUPS, 30th Anniversary. **European Forum**, Amsterdã. Disponível em: <<https://www.euroforumlgbtchristians.eu/about-us/our-history/30-years-anniversary>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

EVANGÉLICXS – JUNTOS PELA DIVERSIDADE. **Página do Facebook**, Sobre. Disponível em: <<https://www.facebook.com/evangelicxs/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

G1. 74% dos brasileiros acham que a homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade, diz Datafolha. **G1**, São Paulo, Política, 27 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/10/27/74-dos-brasileiros-acham-que-a-homossexualidade-deve-ser-aceita-por-toda-a-sociedade-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

GLOBAL NETWORK OF RAINBOW CATHOLICS, História da GNRC (em português). **GNRC**, 14 nov. 2017. Disponível em: <<http://rainbowcatholics.org/?p=2312>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

GRAMICK, Jeannine. LGBT. Esperança de mudança na acolhida e no ensino da Igreja. **Instituto Humanistas Unisinos**, São Leopoldo, ed. 463, 20 abr. 2015. Disponível em:

<<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5886-jeannine-gramick>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

LISBOA, Daniel. Padre inglês abre as portas em SP para fiéis homossexuais. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2015. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/01/1572440-padre-ingles-abre-as-portas-em-sp-para-fieis-homossexuais.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MARQUES, Jairo. Comissão da Arquidiocese diz apoiar tema da Parada Gay de São Paulo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 maio 2014. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1448062-comissao-da-arquidiocese-apoia-tema-da-parada-gay-de-sp.shtml>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

MARTIN, James. O "oceano de ódio" que tenta impedi-lo de participar do Encontro Mundial das Famílias, em Dublin. **Instituto Humanistas Unisinos**, São Leopoldo, 15 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581836-james-martin-denuncia-o-oceano-de-odio-que-tenta-impedi-lo-de-participar-do-encontro-mundial-das-familias-em-dublin>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

MCKOWN, Frank. Devemos acolher gays e lésbicas do modo como “foram criados para ser”. **Instituto Humanistas Unisinos**, São Leopoldo, 16 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570690-devemos-acolher-gays-e-lesbicas-do-modo-como-foram-criados-para-ser-artigo-de-frank-mckown>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

RAMIRES, Lula. Momento histórico para católicas e católicos LGBT da arquidiocese de São Paulo. **GRUPO DE AÇÃO PASTORAL DA DIVERSIDADE/SP**, 8 ago. 2018. Disponível em: <<https://spdiversidadecatolica.blogspot.com/2018/08/momento-historico-para-catolicas-e.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.

REIS, Vivian. Drag queen participa de missa e fiéis pedem saída de padre da Zona Leste de SP. **G1**, São Paulo, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/drag-queen-participa-de-missa-e-fieis-pedem-saida-de-padre-da-zona-leste-de-sp.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SERVIÇO DE NOTÍCIAS DA IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, IEAB emenda seus cânones e permite o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo. **IEAB**, 1 jun. 2018. Disponível em: <<http://sn.ieab.org.br/2018/06/01/ieab-emenda-seus-canones-e-permite-o-matrimonio-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

Documentos religiosos/eclesiais

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2000.

CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA DE PUEBLA. **Evangelização no Presente e no futuro da América Latina**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEN GENTIUM. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

LOCKMANN, Paulo T. de O. Igreja e a Questão do Homossexualismo – Uma Orientação Pastoral. **Igreja Metodista Sede Nacional**, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.metodista.org.br/content/interfaces/cms/userfiles/files/documentos-oficiais/carta_homossexualismo.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.

RATZINGER, Joseph. Considerações sobre os projectos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais. Cidade do Vaticano: **A Santa Sé**, 2003. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20030731_homosexual-unions_po.html>. Acesso em: 16 set. 2016.

PERES, José Carlos. Comunicado sobre LGBT. São Paulo: **Igreja Metodista 3ª Região Eclesiástica**, 2017. Disponível em: <http://igrejametodista3re.wixsite.com/3remetodista/single-post/comunicado-sobre-LGBT?fb_comment_id=1548334371921627_1589049817850082>. Acesso em: 10 ago. 2018.

UNITED STATES CONFERENCE OF CATHOLIC BISHOPS, BISHOPS' COMMITTEE ON MARRIAGE AND FAMILY. Always Our Children: A Pastoral Message to Parents of Homosexual Children and Suggestions for Pastoral Ministers. Washington, DC, 10 set. 1997.

Reportagem publicadas em veículos impressos

GREGÓRIO, Velma. Transexuais aplaudem liberação de cirurgia. **Diário do Povo**, Campinas, 1 out. 1997.

LEITE, Fabiano. Padres fãs do Papa flexibilizam polêmicas da Igreja. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 5 out. 1997.

MARTINS, José P. Zimbaldi é contra a proposta. **Correio Popular**, Campinas, 11 jul. 1995.

MARTINS, José P. Criação da Pastoral Gay causa polêmica. **Correio Popular**, Campinas, 11 jul. 1995.

MARTINS, José P. Gays do País aprovam idéia de Pastoral do Homossexual. **Correio Popular**, Campinas, 12 jul. 1995.

MEIRELLES, Ricardo. Padre de Campinas ganha “Oscar Gay”. **Diário do Povo**, Campinas, 12 abr. 1996.

MEIRA, Leonardo. Igreja e Aids: conheça a assistência eclesial aos soropositivos. **Jornal O Santuário**, Aparecida, 2011.

MORAES, Rita. Uma pastoral gay. **Istoé**, São Paulo, 26 fev. 1997.

NARDI, Carlos M. Sacerdote quer criar pastoral gay. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 set. 1995.

ROVERI, Andréa. Trabalho começou com a Campanha da Fraternidade. **A Tribuna**, 28 set. 1997.

WESTIN, Ricardo. Importante é ser capaz de viver na castidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 out. 2005

ANEXO 1: Linha do tempo de eventos/acontecimentos envolvendo o ativismo “católico LGBT” mapeados pela pesquisa

Década de 1990 – Início de ativistas pastorais com pessoas homossexuais e transexuais em paróquia da periferia de Campinas pelo padre José Trasferett.

2007: Criação do Diversidade Católica, primeiro grupo de leigos “católicos LGBT” no Brasil.

2014: Realização do I Encontro Nacional de Católicos LGBT no Rio de Janeiro e criação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT.

2014: Fundação da Rede Global de Católicos Arco-íris, em Roma, com a participação de ativistas brasileiros de São Paulo e do Rio de Janeiro

2016: Criação das Pastorais da Diversidade Sexual na Diocese de Nova Iguaçu e na Arquidiocese de Belo Horizonte.

2018: Realização do II Encontro Nacional de Católicos LGBT em São Paulo e refundação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT com a eleição da primeira coordenação nacional.

ANEXO 2: Quadro dos principais eventos observados

Data	Evento/Local
Outubro/2017	Culto Ecumênico Nossa Senhora Aparecida e Lutero/São Paulo-SP
Novembro/2017	Almoço Preparatório para o Fórum Global do Povo de Deus/São Paulo-SP
Maio/2018	Seminário Internacional Religião, gênero e sexualidade: ativismos contemporâneos/ Campinas-SP
Junho/2018	II Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBT/São Paulo-SP
Agosto/2018	Inauguração do Diversidade Católicas de Campinas/Campinas-SP
Setembro/2018	Lançamento da cartilha Sexo, orientação sexual e ideologia de Gênero/São Paulo-SP
Dezembro/2018	Almoço de Natal do Diversidade Católica de Campinas/Campinas-SP
Março/2019	Retiro de Quaresma GAPD/São Paulo-SP

ANEXO 3: Manchetes sobre o ativismo “católico LGBT” em grandes sites de notícias do Brasil



Católicos LGBT organizam movimento para reivindicar mais espaço na Igreja

Grupo comemora pequenos avanços, como um texto em que o Vaticano usa pela primeira vez a sigla



23.jul.2018 às 2h00

Anna Virginia Balloussier

relacionadas

Fonte: Reprodução Folha de S.Paulo



Fonte: Reprodução Extra

MENU □ JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE - JMJRIO2013 Q BUSCAR

23/01/2013 07:26 - Atualizado em 23/01/2013 07:26

Gay católico vai a Aparecida ver Papa e espera mudanças na igreja

Homossexuais acreditam que pontífice irá abordar o assunto no Brasil. Filósofo vai à missa em SP com fé de que ouvirá mensagem para gays.

Glauco Araújo
Da OJ, em São Paulo

Facebook Twitter Google+ LinkedIn

Clique para ativar o plug-in Adobe Flash Player



Jornada Mundial da Juventude - JMJRio2013
veja tudo sobre >

- Arquidiocese do Rio lança campanha para pagar dívida...
- Papa diz em carta a Sérgio Cabral que vai orar por...
- Papa pede 'atenção especial' a Guarátiba em carta ao...
- 'Parece o Rio de Janeiro', brinca Papa ao ver jovens...

Brasil +
Rio de Janeiro +
Últimas notícias +

Fonte: Reprodução G1

ESTADÃO NEWS Q

Anúncio fechado por Google
Não exibir mais este anúncio Anúncio? Por quê? ⓘ

Gays católicos praticantes buscam seu espaço na igreja

Eles se reúnem em grupos de oração e estudo, com apoio discreto de padres

LUCIANA NUNES LEAL / RIO, O Estado de S.Paulo
26 de janeiro de 2013 | 02h02

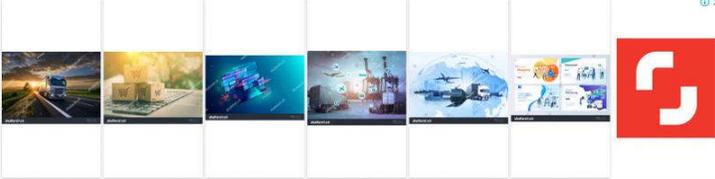
SIGA O ESTADÃO

f t i y t p

Fonte: Estadão

Seções em.com.br Gerais Assine

Publicidade



Santuário São Judas Tadeu tem primeira Pastoral da Diversidade Sexual de BH

Fonte: Reprodução Estado de Minas